UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

IVAN LAZZARI MENDES

**O campesinato frente à territorialização dos monopólios: o caso do assentamento
Aurora em Descalvado/SP**

Versão original

São Paulo
2019

IVAN LAZZARI MENDES

**O campesinato frente à territorialização dos monopólios: o caso do assentamento
Aurora em Descalvado/SP**

Versão original

Ivan Lazzari Mendes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M538c Mendes, Ivan Lazzari
 O campesinato frente à territorialização dos
 monopólios: o caso do assentamento Aurora em
 Descalvado/SP / Ivan Lazzari Mendes ; orientador
 Ariovaldo Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2019.
 306 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Geografia. Área de
 concentração: Geografia Humana.

 1. Reforma agrária. 2. Campesinato. 3.
 Assentamentos humanos. 4. Descalvado/SP. I.
 Oliveira, Ariovaldo Umbelino de, orient. II. Título.

MENDES, I. L. O campesinato frente à territorialização dos monopólios: o caso do assentamento Aurora em Descalvado/SP. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ . Instituição _____ .

Julgamento: _____ . Assinatura _____ .

Prof. Dr. _____ . Instituição _____ .

Julgamento: _____ . Assinatura _____ .

Prof. Dr. _____ . Instituição _____ .

Julgamento: _____ . Assinatura _____ .

AGRADECIMENTO

Ninguém muda ninguém;
Ninguém muda sozinho;
Nós mudamos nos encontros
(Sigmund Schlomo Freud, 1856 – 1939)

No primeiro semestre de 2012, num dos portões de embarque do aeroporto de Brasília, enquanto aguardava o horário de partida da aeronave que me levaria a Palmas/TO, onde iria lecionar na manhã seguinte, reencontrei, casualmente, depois de mais de dez anos, o meu querido e eterno professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Naquele semestre, ele estava implantando um curso de pós-graduação no campus de Porto Nacional, pertencente à Universidade Federal do Tocantins.

Naquele momento, iniciamos uma série de breves conversas, haja vista que ainda iria reencontrá-lo no mesmo local outras tantas vezes naquele ano. Nessas conversas casuais, externei meu sonho de, um dia, retornar à USP para fazer mestrado. Ariovaldo, de imediato, disponibilizou seu contato telefônico.

Passados cerca de dois anos após esses reencontros casuais com Ariovaldo, mais precisamente em junho de 2014, telefonei para ele, comunicando-o sobre minha decisão de, enfim, retornar à FFLCH para cursar a pós-graduação. Então, agendamos uma reunião para o mês seguinte. Portanto, numa tarde de julho daquele ano, numa sala do Departamento de Geografia, tive uma experiência única: uma verdadeira aula particular que se estendeu por mais de quatro horas, ao longo das quais aprendi muito, desde filosofia até geografia agrária. Resultado: no segundo semestre daquele ano, já estava assistindo suas aulas: um privilégio!

Todavia, o professor Ariovaldo já havia me encantado há muito tempo, nos primórdios da graduação. Foi numa das disciplinas ministradas por ele que realizamos um trabalho de campo que, para sempre, mudaria minha visão de mundo: a tão famosa viagem à Amazônia. Essa viagem é irremediavelmente lembrada por todos aqueles que tiveram a sorte de ter sido alunos de Ariovaldo na graduação, naqueles já tão longevos anos 1990. Ter conhecido um pouco da realidade socioespacial dos confins desse país foi algo que marcou (e modelou) minha existência para sempre.

Destaco, igualmente, a paixão, o vigor e o didatismo contagiantes com os quais Ariovaldo ministrava seus cursos, sempre muito preocupado com as injustiças sociais do país. Sua maior preocupação, como é sabido, sempre foi a luta pela terra, travada por camponeses, quilombolas e indígenas.

Por ter se tornado uma de minhas principais fontes de inspiração, serei eternamente grato ao Ariovaldo. Mas agradeço a ele, também, por ter me acolhido nesse mestrado, não obstante a enorme dificuldade que senti para ingressar nesse programa de pós-graduação, processo que exigiu, evidentemente, muito estudo para que eu pudesse ser aprovado no concurso público que me qualificou para a realização deste trabalho acadêmico.

Serei, igual e eternamente, grato à minha queridíssima família – avós (*in memoriam*), pais (Maria Beatriz Lazzari Mendes e Carlos Luiz Mendes Junior), irmãos (André Lazzari Mendes e Ricardo Lazzari Mendes) e tia (Cecília Luiz Mendes Biaggioli) – que, de inúmeras formas e durante toda a minha vida, jamais mediram esforços para me transformar num ser (mais) humano, que – em quaisquer circunstâncias – sempre deve agir à luz da ética e da moral. Ética que aprendi, não apenas ao longo da minha formação Marista, mas – e sobretudo – no berço familiar católico, moldado por uma corrente filosófica humanista, perspectiva que busco usar sempre para balizar meus atos, dentro e fora do lar.

Registro meus agradecimentos, também, a dois primos: Ana Maria Macedo Zeferino e a João Volpi. Obrigado, Ana Maria, por ter aberto as primeiras portas do magistério, em Mococa/SP, onde percorri meus primeiros passos como professor. Obrigado, Joãozinho, meu eterno vizinho de chácara, pelo companheirismo e amizade que perpassa nossas gerações.

Agradeço, ainda, aos meus incontáveis colegas professores, particularmente aqueles com os quais, ao longo desses mais de trinta anos de magistério, compartilhei – cotidianamente – as agruras dessa profissão tão desprestigiada num país que, historicamente, torna a educação um privilégio para poucos. Ao longo de três décadas, lecionando em cerca de trinta cidades, conheci e conquistei grandes amigos, como James Onnig Tamdjian, meu parceiro de tantos livros didáticos, com quem, a duras penas, escrevi, muitas vezes após jornadas de trabalho extenuantes no lendário Anglo Tamandaré.

A essa instituição – Anglo Tamandaré – sou muito grato, sobretudo por ter aberto suas portas no início da minha carreira para que, assim, pudesse me encantar e aprender com grandes mestres, como os professores Dan e Jonas. Com seu jeito de paizão, Jonas sempre se preocupava com os caminhos que eu trilhava pelo mundo afora. Por sua vez, o professor Arruda, do alto de sua enorme sabedoria, mestre por excelência, tornou-se uma de minhas referências, seja pelo seu humanismo, seja pelo seu ecletismo. Arruda, além de ter reaberto as portas para meu retorno ao Anglo, em 2005, também me ajudou a enfrentar as vicissitudes da vida. Mais do que isso, Arruda também me ensinou a dar aulas sobre a Rússia, bem como a escrever obras didáticas (enquanto dava meus primeiros passos na editora FTD). Também

guardo com especial carinho os ensinamentos do senhor Alberto, principalmente quando de sua visita à minha casa em Descalvado, durante as férias de julho de 2004.

Meus agradecimentos se estendem ao grande Ponce, lendário professor de matemática do Anglo Tamandaré que, diversas vezes, sentou-se ao meu lado, ensinando-me a preparar aulas, transformando uma simples folha de sulfite em lousa. Agradeço, ainda, aos funcionários dessa instituição, com os quais trocava, por meio de conversas rápidas e apressadas de bastidores, experiências do cotidiano da cidade de São Paulo, onde nasci, cresci, estudei e trabalhei para me tornar, afinal, “gente grande”.

Agradeço, especial e nomeadamente, ao Sergio Luiz Ferro, meu velho amigo, mentor da minha carreira de professor. Foi Sergio quem abriu as portas, em 1997, do Anglo Tamandaré, que se tornaria – para sempre – minha grande escola. Sergio foi o sucessor de Bagdassar Minassian, ex-mantenedor do antigo Anglo Ribeirão, a quem serei sempre grato por ter me acolhido, em 1995, quando bati à sua porta, com o currículo debaixo do braço, em busca de emprego.

Registro aqui todo a minha enorme consideração e amizade ao Fefel, com que iniciei a carreira de professor de cursinho do “Anglo antigo” de Ribeirão. Obrigado, meu amigo! Amigo de longa data, com quem, apesar dos muitos anos que passamos distantes, compartilhei de forma incessantes as angústias do cotidiano, nos âmbitos profissional e pessoal, sobretudo durante nossas incontáveis viagens à trabalho.

Estendo meus eternos agradecimentos ao enigmático, brilhante e apaixonante ex-editor da FTD, o professor Lafaiete que, com sua vibração contagiante, transformava a rotina cotidiana de trabalho num evento festivo, como se adolescente fosse. Agradeço ao Lafaiete por ter me obrigado a reescrever um livro inteiro! Mais do que isso, Lafaiete mostrou-me como compreender e lidar com os versos tortuosos que a vida escreve todos os dias, com sua enorme, humorada e irônica sabedoria.

Agradeço ao Rogério Gonçalves e ao Álisson Riceto, geógrafos brilhantes e, acima de tudo, amigos verdadeiros que conquistei há poucos anos, enquanto dividíamos, semanalmente, o mesmo teto da casa dos professores em Goiânia, nos tempos em que por lá passei. Nessa época, trabalhei também em Palmas, Brasília e Anápolis, cidades nas quais conheci outro grande amigo, o Gervásio, um jovem entusiasta da geografia física. Hoje, professor do Instituto Federal de Brasília, Gervásio me assessorou de forma cirúrgica numa das edições didáticas pela FTD, o que garantiu a aprovação desses livros no Programa Nacional do Livro Didático, do MEC, à época.

Nessa passagem pelo Norte e Centro-oeste, conheci outras personagens importantes da minha história, dentre as quais destaco, pelo companheirismo e amizade, os professores Everton, Zé Laranja, Wesley, Camacho, Cleiton, Moa, André Belinatti, Mattos e Jibrán. Também, serei sempre grato aos professores Júlio Abdala e José Blundi Junior, que, em meados de 2015, abriram as portas da Escola SEB – COC/Lafaiete de Ribeirão Preto.

Ao professor Carlos Alberto Regalo, agradeço enormemente por ter me dado a honra e o privilégio de fazer parte de seu rol de amigos, em 2015, quando do meu retorno a Ribeirão Preto. Regalo foi um caso único na minha vida: uma espécie de amizade à primeira vista. Mostrando-me os caminhos da pedra, tem me ensinado, desde então, a olhar o mundo por outros prismas, com suas palavras reconfortantes e sábias, sempre lançando luz e esperança no futuro.

Agradeço, infinitamente, aos diretores do COC/Lafaiete, José Romero Nobre de Carvalho e Fernando Barbosa de Oliveira, pela enorme confiança depositada no meu trabalho. Com muita paciência, humanismo e sabedoria, abraçaram-me, não apenas como professor de geografia da renomada instituição de ensino, mas como verdadeiros companheiros de longas jornadas, algo recorrente do magistério, mas sobretudo como verdadeiros amigos para toda hora.

Aos colegas de trabalho dessa instituição, envio todo o meu apreço. Mas agradeço, particularmente, o professor Sidnei Passeli, que, com a empolgação de um adolescente incorrigível, ajudou-me a lidar com as vicissitudes dos dias que correm.

Também deixo registrados, aqui, os meus mais sinceros agradecimentos a todos os meus alunos, do passado e do presente. A eles devo o estímulo e o desafio dos quais tanto necessito para me reinventar e me superar a cada dia, como professor e como pessoa.

Agradeço a Maria Bernadete, minha ex-colega dos tempos da graduação, nos anos 1980, quando o Departamento de Geografia da UNESP/Rio Claro ainda se localizava na famosa rua 10. À Bernadete, hoje professora da Unesp/Rio Claro, deixo aqui o meu eterno agradecimento por ter compartilhado a sabedoria e a ternura que só os verdadeiros amigos possuem. À Bernadete agradeço, também, pelos recentes convites para participar de suas aulas na Academia, que, certamente, tem contribuído para minha formação profissional e humana.

Deixo aqui os meus infinitos agradecimentos ao meu eterno mestre Milton Santos (*in memoriam*), que, acima de tudo, ensinou-me a amar a geografia. Obrigado, professor Santos, por aquele comentário, dado durante uma de suas aulas, que iria nortear toda a minha carreira profissional. Evidentemente, Milton Santos dispensa qualquer apresentação. Mas a ele não

dispenso, carinhosamente, o meu “*muito obrigado, professor!*” Agradeço igualmente a um de seus discípulos, Fabio Betioli Contel, meu ex-colega de graduação, hoje professor do Departamento de Geografia da FFLCH/USP e meu grande amigo. Obrigado, “Pé Vermelho”, pelo privilégio de poder contar com a sua amizade!

Agradeço às Professoras Doutoras Larissa Mies Bombardi e Valéria de Marcos, pelos ensinamentos, não somente durante as aulas da pós-graduação, mas também pelo apoio que me deram nesse meu retorno à Academia, depois de praticamente vinte anos ausente. Agradeço, também, a Professora Doutora Rosa Ester Rossini, por ter me mostrado que os obstáculos que a vida nos reserva foram feitos para serem superados, com suor, lágrimas e paixão.

Ao Tiago Maiká Muller Schwade, amigo que conheci durante as aulas da pós-graduação, agradeço pelos ensinamentos filosóficos e geográficos, que, pacientemente, me transmitiu ao longo desses cinco anos. Maiká, você estará eternamente em meu coração!

Ao José Carlos Rosa Guapiaçu, o Carioca, colega e amigo que me ensinou a dar os primeiros passos ao longo dos caminhos tão tortuosos da vida, deixo o meu *muito obrigado!*

Agradeço aos meus amigos de infância de Descalvado, cidade pacata do interior de São Paulo, onde passei rigorosamente todas as minhas férias da infância/adolescência. Os meus agradecimentos são especialmente dirigidos a Valdir Aparecido Marcatto e a Pedro Donizete Costa, pela paciência e sabedoria, virtudes essenciais para que nossa genuína amizade pudesse atravessar meio século, chegando, incólume, aos dias atuais.

Agradeço ao Padre Angelo, não apenas pelas suas orações recorrentes em prol da saúde e harmonia da minha família, mas sobretudo pelo humanismo e entusiasmo com os quais celebra a vida, compartilhando abraços e olhares repletos de confiança num futuro melhor.

À Professora Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA – RP/USP), Adriana Maria Procópio de Araújo, deixo aqui todo o meu apreço pelo apoio transmitido num momento decisivo para a conclusão desse mestrado, mostrando-me, ao mesmo tempo, que a busca incessante e entusiasmada pelo conhecimento acadêmico não tem idade, nem limites. Ao seu filho, Edson Marçal de Araújo Junior, meu ex-aluno do COC/Lafaiete, que, com todo o otimismo e frescor de sua juventude, jamais mediu esforços para me mostrar que os horizontes profissionais e as amizades verdadeiras sempre podem ser alargados, registro aqui o meu *multíssimo obrigado!*

Agradeço a todos os assentados que conheci e com os quais aprendi geografia agrária. Agradeço, particularmente, ao grande amigo que lá conquistei, o senhor Saraiva, que, do alto de seus quase noventa anos de idade, mostrou-me o significado da vida.

Transmito os meus agradecimentos ao líder Piauí por ter me mostrado um mundo diferente do meu, onde sonhos e esperanças são os genuínos propulsores de corações e mentes castigadas pelas centenárias injustiças sociais que assolam o Brasil, país forjado na violência da escravidão e do autoritarismo.

Por fim, agradeço, em especial, às minhas amigas Jaisvalda Nascimento Melo, Joelice Rosa da Cruz Simões, Lécia dos Santos e Maria Pereira, que, com sua sensibilidade feminina, tornaram-me mais humano.

Dedico esse mestrado, nomeadamente, a minha querida Bru. Ao amor da minha vida, envio os meus eternos agradecimentos, por me ajudar, de forma intensa, inquietante e incessante, a crescer como pessoa, desvendando os segredos do mundo, descobrindo e celebrando os encantos da vida.

RESUMO

MENDES, I. L. **O campesinato frente à territorialização dos monopólios: o caso do assentamento Aurora em Descalvado/SP.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado estuda a possibilidade de recriação do campesinato no assentamento Aurora, situado no município de Descalvado, Estado de São Paulo. O objetivo foi investigar como esses assentados vivem e se subordinam aos ditames do capital. Noutras palavras, como sobrevivem, estabelecendo, ao mesmo tempo, relações contraditórias e combinadas com o modo de produção capitalista, numa região canavieira marcada pela industrialização da agricultura – entendido esse processo como o avanço do capitalismo no campo brasileiro. O universo do estudo abrangeu 83 famílias de assentados, que lutam para se manter na terra conquistada. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, sendo que as entrevistas foram informais e realizadas ao longo de mais de três anos, entre os primórdios de 2016 e meados de 2019. Em específico, os sujeitos da pesquisa são os membros de 48 famílias, moradores do assentamento Aurora. No contexto do assentamento Aurora, identificaram-se cinco grupos distintos de assentados, classificados segundo suas condições materiais (técnicas), financeiras e culturais. Entretanto, constatamos que, independentemente da qualidade dessas condições, esses assentados, diante de tantas adversidades e vicissitudes, lutam sem descanso para permanecer na terra recém-conquistada, restabelecendo o campesinato. Estejam eles em situação regular ou não perante os critérios do INCRA, a grande maioria se encontra em processo avançado de fixação na terra. Portanto, conclui-se que apesar dos grandes desafios que se lhes apresentam, os assentados, sujeitos desta pesquisa, estão se reestruturando para se manter através da produção agrária focada no trabalho familiar. Mesmo que lentamente, estão expandindo seus cultivos e rebanhos, na busca incessante pela sua reprodução, conquanto classe social específica do modo capitalista de produção.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamento Aurora. Recriação do campesinato. Monopólio territorial canavieiro. Capitalismo.

ABSTRACT

MENDES, I. L. **O campesinato frente à territorialização dos monopólios: o caso do assentamento Aurora em Descalvado/SP.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

This dissertation studies the possibility of re-creation of the peasantry in the Aurora settlement, located in the Descalvado municipality, in the São Paulo State. The objective was to investigate how these settlers live and are subordinated to the dictates of capital. In other words, how do they survive, while establishing contradictory and combined relations with the capitalist mode of production, in a sugarcane region marked by the industrialization of agriculture - understood as the advance of capitalism in the field of the Brazil. The universe of the study covered 83 seated families. The methodology used was the case study, and the interviews were informal and carried out over more than three years, between the beginning of 2016 and the middle of 2019. Specifically, the subjects of the research are the members of 48 families of the Aurora settlement. In the context of the Aurora settlement, five distinct groups of settlers were identified, classified according to their material (technical), financial and cultural conditions. However, we find that, regardless of the quality of these conditions, these settlers, in the face of so many adversities and vicissitudes, struggle relentlessly to remain in the newly conquered land, reestablishing the peasantry. Whether they are in a regular situation or not in accordance with the criteria of the INCRA, the great majority is in advanced process of fixation in the earth. Therefore, it is concluded that in spite of the great challenges presented to them, the settlers, subjects of this research, are being restructured to maintain themselves through the agricultural production focused on the family work. Even though slowly, they are expanding their crops and herds, in the incessant search for their reproduction, although specific social class of the capitalist mode of production.

Keywords: Land reform. Aurora' settlement. Peasantry re-creation. Sugarcane monopoly territorial. Capitalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bairro Tamanduá, periferia de Descalvado/SP.....	19
Figura 2 - Bairro Tamanduá, periferia de Descalvado/SP.....	19
Figura 3 - Bairro Tamanduá, periferia de Descalvado/SP.....	20
Figura 4 - Bairro Tamanduá, periferia de Descalvado/SP.....	20
Figura 5 - Imagem de canavial na área rural de Descalvado/SP.....	21
Figura 6 - Imagem de canavial na área rural de Descalvado/SP.....	21
Figura 7 - Imagem de canavial na área rural de Descalvado/SP.....	22
Figura 8 - Mar de cana na área rural de Descalvado/SP.....	22
Figura 9 - Evolução demográfica de Descalvado (1872-2010).....	44
Figura 10 - Brasil: Número de famílias em ocupações de terras por Estado (1988-2003).....	53
Figura 11 - Assentamentos criados por vários governos (1995-2016).....	55
Figura 12 - Assentamentos Reforma Agrária (2003-2014).....	55
Figura 13 - Mapa da racionalização da área de plantio da cana em relação às plantas industriais.....	85
Figura 14 - Concentração territorial da atividade canavieira: Grupo Cosan.....	86
Figura 15 - Mapa das regiões agrícolas.....	87
Figura 16 - Expansão da área plantada com cana-de-açúcar no nordeste de São Paulo.....	88
Figura 17 - Área colhida e produção canavieira no Brasil: 1950-2008.....	89
Figura 18 - Territorialização da cana no Município de Descalvado, em 1975.....	91
Figura 19 - Territorialização da cana no município de Descalvado em 1980.....	91
Figura 20 - Territorialização da cana no município de Descalvado em 2008.....	92
Figura 21 - Mapa das áreas canavieiras 2008.....	94
Figura 22 - Mapa das áreas canavieiras 2015.....	95
Figura 23 - Mapa dos assentamentos em Descalvado/SP.....	104
Figura 24 - Trajetória das famílias de 1999 (Ponto A) até 2009 (Ponto I).....	109
Figura 25 - Mapa do Assentamento Aurora fornecido pelo líder Piauí.....	114
Figura 26 - Área Comunitária do Assentamento Aurora.....	114
Figura 27 - Lote 01: pertencente a Roberto Marini.....	219
Figura 28 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (vista geral).....	219
Figura 29 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (outro ângulo).....	220
Figura 30 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (Cerca).....	220
Figura 31 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (outro ângulo).....	221
Figura 32 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (estábulo).....	221
Figura 33 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (fachada).....	222
Figura 34 - Lote 55: pertencente ao Macarrão (vista geral).....	222
Figura 35 - Lote 55: pertencente ao Macarrão (outro ângulo).....	223
Figura 36 - Lote 55: pertencente ao Macarrão (outro ângulo).....	223
Figura 37 - Lote 55: pertencente ao Macarrão (outro ângulo).....	224
Figura 38 - Lote 29: pertencente a Diego (cerca).....	224
Figura 39 - Lote 29: pertencente a Diego (fachada).....	225
Figura 40 - Lote 38: pertencente a Saraiva (cerca).....	225
Figura 41 - Lote 38: pertencente a Saraiva.....	226
Figura 42 - Lote 38: pertencente a Saraiva (cavalos).....	226
Figura 43 - Lote 38: pertencente a Saraiva (galinheiro).....	227
Figura 44 - Lote 38: pertencente a Saraiva (construção inacabada).....	227
Figura 45 - Lote 38: pertencente a Saraiva (vista geral).....	228
Figura 46 - Lote 38: pertencente ao Toninho (cerca).....	228
Figura 47 - Lote 38: pertencente ao Toninho (vista geral).....	229
Figura 48 - Lote 38: pertencente ao Toninho (outro ângulo).....	229
Figura 49 - Lote 62: pertencente ao Abílio (fachada).....	230
Figura 50 - Lote 62: pertencente ao Abílio (construções).....	230
Figura 51 - Lote 62: pertencente ao Abílio (vista geral).....	231
Figura 52 - Lote 62: pertencente ao Abílio (outro ângulo).....	231
Figura 53 - Lote 62: pertencente ao Abílio (frutíferas).....	232
Figura 54 - Lote 67: pertencente ao Paraná (vista geral).....	232
Figura 55 - Lote 67: pertencente ao Paraná (cercas).....	233
Figura 56 - Lote 67: pertencente ao Paraná (fachada).....	233
Figura 57 - Lote 68: pertencente ao João Pinheiro (cerca).....	234
Figura 58 - Lote 68: pertencente ao João Pinheiro (vista geral).....	234

Figura 59 - Lote 68: pertencente ao João Pinheiro (outro ângulo).....	235
Figura 60 - Lote 68: pertencente ao João Pinheiro (vista geral).....	235
Figura 61 - Lote 71: pertencente ao Cícero (cultivo de quiabo).....	236
Figura 62 - Lote 71: pertencente ao Cícero (horta).....	236
Figura 63 - Lote 71: pertencente ao Cícero (vista geral).....	237
Figura 64 - Lote 71: pertencente ao Cícero (outro ângulo).....	237
Figura 65 - Lote 73: pertencente ao Nei (fachada).....	238
Figura 66 - Lote 73: pertencente ao Nei (cerca).....	238
Figura 67 - Lote 73: pertencente ao Nei (vista geral).....	239
Figura 68 - Lote 73: pertencente ao Nei (outro ângulo).....	239
Figura 69 - Lote 04: pertencente ao Guarujá (visão geral).....	240
Figura 70 - Lote 04: pertencente ao Guarujá (outro ângulo).....	240
Figura 71 - Lote 04: pertencente ao Guarujá (fachada).....	241
Figura 72 - Lote 08: pertencente a Ivani (visão geral).....	241
Figura 73 - Lote 08: pertencente a Ivani (fachada).....	242
Figura 74 - Lote 22: pertencente a Irene e Esquerdinha (fachada).....	242
Figura 75 - Lote 22: pertencente a Irene e Esquerdinha (outro ângulo).....	243
Figura 76 - Lote 33: pertencente a Cleonice e Ivanildo (visão geral).....	243
Figura 77 - Lote 33: pertencente a Cleonice e Ivanildo (outro ângulo).....	244
Figura 78 - Lote 39: pertencente a Evandro (casa de seu filho).....	244
Figura 79 - Lote 39: pertencente a Evandro (fachada).....	245
Figura 80 - Lote 39: pertencente a Evandro (outro ângulo).....	245
Figura 81 - Lote 46: pertencente a José e Antônia (visão geral).....	246
Figura 82 - Lote 46: pertencente a José e Antônia (outro ângulo).....	246
Figura 83 - Lote 46: pertencente a José e Antônia (outro ângulo).....	247
Figura 84 - Lote 52: pertencente a Bizula (visão geral).....	247
Figura 85 - Lote 52: pertencente a Bizula (pasto).....	248
Figura 86 - Lote 52: pertencente a Evandro (fachada).....	248
Figura 87 - Lote 58: pertencente a Antônio (fachada da igreja).....	249
Figura 88 - Lote 58: pertencente a Antônio (com vista da igreja e fachada da casa ao fundo).....	249
Figura 89 - Lote 59: pertencente a Cleonice (fachada).....	250
Figura 90 - Lote 59: pertencente a Cleonice (outro ângulo).....	250
Figura 91 - Lote 59: pertencente a Cleonice (fachada da casa de seus familiares).....	251
Figura 92 - Lote 61: pertencente a Roseli (fachada).....	251
Figura 93 - Lote 61: pertencente a Roseli (vista lateral).....	252
Figura 94 - Lote 64: pertencente a Natalina (visão geral).....	252
Figura 95 - Lote 64: pertencente a Natalina (outro ângulo).....	253
Figura 96 - Lote 64: pertencente a Natalina (placa indicativa de poço instalado na referida propriedade que jamais funcionou)	253
Figura 97 - Lote 64: pertencente a Natalina (fachada).....	254
Figura 98 - Lote 82: pertencente a Severina e Fábio (visão geral).....	254
Figura 99 - Lote 82: pertencente a Severina e Fábio (outro ângulo).....	255
Figura 100 - Lote 07: pertencente a Maria Pereira Tristão (fachada).....	256
Figura 101 - Lote 07: pertencente a Maria Pereira Tristão (visão geral).....	256
Figura 102 - Lote 07: pertencente a Maria Pereira Tristão (outro ângulo).....	257
Figura 103 - Lote 07: pertencente a Maria Pereira Tristão (outro ângulo).....	257
Figura 104 - Lote 10: pertencente a Dandan (visão geral).....	258
Figura 105 - Lote 10: pertencente a Dandan (fachada).....	258
Figura 106 - Lote 11: pertencente a Adauto (casa da filha).....	259
Figura 107 - Lote 11: pertencente a Adauto (visão geral).....	259
Figura 108 - Lote 11: pertencente a Adauto (caixa d'água particular).....	260
Figura 109 - Lote 12: pertencente a Vanderley, ex-marido de Patrícia (visão geral).....	260
Figura 110 - Lote 12: pertencente a Vanderley, ex-marido de Patrícia (outro ângulo).....	261
Figura 111 - Lote 13: pertencente a Jovelina (visão geral).....	261
Figura 112 - Lote 13: pertencente a Jovelina (fachada).....	262
Figura 113 - Lote 15: pertencente a Severino (visão geral).....	262
Figura 114 - Lote 15: pertencente a Severino (fachada).....	263
Figura 115 - Lote 16: pertencente a Cleuza Moreira (fachada).....	263
Figura 116 - Lote 16: pertencente a Cleuza Moreira (outro ângulo).....	264
Figura 117 - Lote 20: pertencente a Cristina (fachada).....	264

Figura 118 - Lote 20: pertencente a Cristina (outro ângulo).....	265
Figura 119 - Lote 30: pertencente a Jéssica (visão geral).....	265
Figura 120 - Lote 30: pertencente a Jéssica (fachada).....	266
Figura 121 - Lote 31: pertencente a Rosemeire e Valdecir (visão geral).....	266
Figura 122 - Lote 31: pertencente a Rosemeire e Valdecir (fachada).....	267
Figura 123 - Lote 37: pertencente a Dério (visão geral).....	267
Figura 124 - Lote 37: pertencente a Dério (fachada).....	268
Figura 125 - Lote 44: pertencente ao Pr. Cezar (visão geral).....	268
Figura 126 - Lote 44: pertencente ao Pr. Cezar (fachada).....	269
Figura 127 - Lote 57: pertencente à Rosa, sogra de Macarrão (visão geral).....	269
Figura 128 - Lote 57: pertencente à Rosa, sogra de Macarrão (outro ângulo).....	270
Figura 129 - Lote 60: Rose e Joaquim (fachada).....	270
Figura 130 – Lote 60: pertencente a Rose e Joaquim (outro ângulo).....	271
Figura 131 - Lote 66: pertence aos irmãos Gilberto e Mauro (visão geral).....	271
Figura 132 - Lote 66: pertence aos irmãos Gilberto e Mauro (visão geral).....	272
Figura 133 - Lote 74: pertence a Maria de Fátima e José Maria (visão geral).....	272
Figura 134 - Lote 74: pertence a Maria de Fátima e José Maria (outro ângulo).....	273
Figura 135 - Lote 75: pertence a Pipoca (visão geral).....	273
Figura 136 - Lote 75: pertence a Pipoca (fachada).....	274
Figura 137 - Lote 81: pertence a Zezinho (fachada).....	274
Figura 138 - Lote 81: pertence a Zezinho (outro ângulo).....	275
Figura 139 - Lote 02: pertence a Cleuza (fachada do desmanche de veículos).....	276
Figura 140 - Lote 02: pertence a Cleuza (fachada do lote – entrada principal).....	276
Figura 141 - Lote 02: pertence a Cleuza (outro ângulo).....	277
Figura 142 - Lote 54: pertence a Marcolina (vista lateral do bar e fachada da casa).....	277
Figura 143 - Lote 54: pertence a Marcolina (fachada do bar).....	278
Figura 144 - Lote 54: pertence a Marcolina (pasto).....	278
Figura 145 - Lote 56: pertence a Renata (fachada do <i>big brother</i>).....	279
Figura 146 - Lote 56: pertence a Renata (fachada da esquina, onde localiza).....	279
Figura 147 - Lote 56: pertence a Renata (pasto).....	280
Figura 148 - Lote 63: pertence a Rogério (vista lateral).....	280
Figura 149 - Lote 63: pertence a Rogério (fachada).....	281
Figura 150 - Lote 63: pertence a Rogério (outro ângulo).....	281
Figura 151 - Lote 63: pertence a Rogério (outro ângulo).....	282
Figura 152 - Lote 65: pertence a Lourivaldo (fachada, com borracharia no primeiro plano e casa ao fundo).....	282
Figura 153 - Lote 65: pertence a Lourivaldo (barraca de frutas).....	283
Figura 154 - Lote 65: pertence a Lourivaldo (fachada da borracharia).....	283
Figura 155 - Lote 65: pertence a Lourivaldo (casa ao fundo e, em primeiro plano, lavador de caçamba de caminhão).....	284
Figura 156 - Lote 78: pertence a Nelson (vista lateral).....	284
Figura 157 - Lote 78: pertence a Nelson (depósito de areia usada em obras de construção civil).....	285
Figura 158 - Lote 78: pertence a Nelson (fachada).....	285
Figura 159 - Lote 79: pertence a Saulo (vista parcial, com a casa ao fundo).....	286
Figura 160 - Lote 79: pertence a Saulo (lavador de caçamba de caminhão).....	286
Figura 161 - Lote 79: pertence a Saulo (outro ângulo).....	287
Figura 162 - Lote 79: pertence a Saulo (fachada).....	287

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA INVESTIGAÇÃO.....	35
2.1 AS ORIGENS DO CAMPESINATO EM SÃO PAULO, SEGUNDO MARTINS (2010).....	35
2.2 O CAMPESINATO SOB AS ÓTICAS DE MARTINS (1981) E OLIVEIRA (1999).....	37
2.3 A ECONOMIA CAFEEIRA, O COLONATO E AS ORIGENS DO CAMPESINATO EM DESCALVADO/SP.....	40
3 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E BARBÁRIE NO CAMPO BRASILEIRO.....	47
3.1 OS PRIMÓRDIOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	47
3.2 A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DOS GOVERNOS PETISTAS.....	54
3.3 A EXPLOSÃO DA BARBÁRIE NO CAMPO BRASILEIRO.....	60
4 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA, PARTICULARMENTE EM DESCALVADO/SP.....	69
4.1 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NAS ÓTICAS DE CHESNAIS (1996) E OLIVEIRA (2016b).....	69
4.2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL SOB O DISFARCE DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL.....	73
4.3 A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	75
4.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS NO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO.....	80
4.5 A FORMAÇÃO DOS GRUPOS EMPRESARIAIS MONOPOLISTAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO.....	82
4.6 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS NA AGRICULTURA DE DESCALVADO/SP.....	87
5 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS E O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP.....	94
5.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	94
5.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS NO SETOR SUCROENERGÉTICO E O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES.....	97
6 OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP, PARTICULARMENTE O AURORA, EM DESCALVADO/SP.....	106

6.1 A EXPANSÃO DO NÚMERO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP.....	106
6.2 OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM DESCALVADO/SP.....	109
6.3 O ASSENTAMENTO AURORA NA ÓTICA DO INCRA: INICIAÇÃO PARA OS TRABALHOS DE CAMPO.....	110
6.4 O ASSENTAMENTO AURORA NA ÓTICA DE MAGNO (2011): ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	115
7 ESTUDO DE CAMPO: NOSSA EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO AURORA.....	123
7.1 METODOLOGIA	123
7.2 O AURORA EM SEUS PRIMÓRDIOS, SEGUNDO ALGUNS ASSENTADOS.....	124
7.3 O AURORA HOJE: O COTIDIANO DOS ASSENTADOS.....	147
7.4 O AURORA QUE ENCONTREI EM 13/04/2019.....	212
8 O CAMPESINATO NO AURORA: RESULTADOS E REFLEXÕES NECESSÁRIAS.....	289
8.1 RESULTADOS.....	289
8.2 PRESSUPOSTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO CAMPONESA NO AURORA: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO.....	290
8.3 O AURORA DO FUTURO: OS DESAFIOS DE SEUS CAMPONESES.....	294
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	300
REFERÊNCIAS.....	301
ANEXO 1.....	308
ANEXO 2	310

1 INTRODUÇÃO

Situado na região de Ribeirão Preto/SP, o município de Descalvado/SP assiste, há mais de cinquenta anos, à rápida expansão dos canaviais sobre suas terras. Antigas fazendas de café, de gado bovino (leiteiro e de corte), de algodão e de laranja, dentre outros cultivos, têm sido, ainda hoje, transformadas em imensos canaviais. Muitas sedes de fazendas, bem como casas de colonos, estábulos, pequenas propriedades rurais, cerrados, matas ciliares e florestas desapareceram, abrindo caminho para o plantio, em larga escala, de cana-de-açúcar, insuflado a partir de 1975 pelo Programa Nacional do Alcool (Proálcool), como nos mostra Vieira (2007). A maioria das granjas de frango de corte, atividade econômica proeminente no município, entre as décadas de 1960 e 1990, encontra-se, agora, desativada.

Essa expansão canavieira revela o contraditório desenvolvimento capitalista no campo, evidenciando o avanço do processo de industrialização da agricultura brasileira. Se, no início de seu desenvolvimento, o capitalismo separou indústria e agricultura, agora unifica: “Um exemplo desse processo contraditório de desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo” (OLIVEIRA, 1999, p. 105).

Além de sua industrialização, como a verificada na zona canavieira de Ribeirão Preto, o campo brasileiro apresenta outras contradições relacionadas ao avanço do capitalismo, como a presença do campesinato. Segundo Oliveira (1999, p.74), o campo

[...] está marcado contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa, cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa.

Para Oliveira (1999), o campesinato é criado e recriado, notadamente, quando ocorre a monopolização do território. Nessas condições, o campo continua povoado e sua população pode até se expandir. Ao mesmo tempo, sua formação territorial pode apresentar uma melhor distribuição da riqueza (inclusive nas cidades, que nem sempre são grandes). De todo modo, é preciso ressaltar que o campesinato está submetido aos imperativos do capitalismo mundial. Segundo Oliveira (1999, p. 106):

[...] o próprio capital cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração para a avicultura ou para a suinocultura). Esse processo revela que o capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, está-se diante da metamorfose da renda da terra em capital. O que o processo revela, portanto, é que estamos diante do processo de produção do capital, que nunca é produzido por relações especificamente capitalistas. É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como

camponês proprietário, parceiro, renteiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam desse processo para produzir seu capital.

De fato, os camponeses, não obstante a extrema concentração fundiária, são numericamente expressivos no Brasil. Em 1985, 3 milhões de pequenos camponeses dividiam 10 milhões de hectares de terra, enquanto 50 mil latifundiários ocupavam 164 milhões de hectares. Em 2006, o Censo Agropecuário mostrou a mesma assimetria da estrutura fundiária, assim representada: 4,36 milhões dos proprietários eram camponeses, que, com suas famílias, dividiam uma área de 80,25 milhões de hectares, o que representava 24,3% das terras agrícolas. Já os estabelecimentos capitalistas, mesmo representando 15,6% dos estabelecimentos, ocupavam, no mesmo ano, 75,7% dessas terras.

Segundo Oliveira (1999, p. 80), “Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação [...]”. Nas terras agrícolas do entorno de Ribeirão Preto, como aquelas que integram o município de Descalvado, predominam extensos canaviais. Isso evidencia que o capital se instalou na produção, apropriando-se das terras e subordinando a circulação.

São muitas as consequências desse processo de territorialização dos monopólios. Por exemplo, grande parte dos camponeses foi expulsa do campo. Muitos deles se proletarizaram. Transformaram-se, assim, em exército industrial de reserva, isto é, em trabalhadores assalariados, a serviço da reprodução ampliada do capital. A maioria desses trabalhadores passou a residir nas periferias urbanas, que, em consequência, multiplicaram-se. Esse inchaço urbano é marcante em inúmeros municípios localizados na região de Ribeirão Preto, inclusive em Descalvado. Os bairros periféricos (também conhecidos popularmente como vilas), geralmente criados por meio de subsídios estaduais e/ou federais à habitação popular, tornaram-se comuns, constituindo-se em verdadeiros estoques de mão de obra, em grande medida desqualificada e barata. Demograficamente esvaziado, o campo dessa região viu a agricultura capitalista se implantar, transformando-o num *mar* de cana (OLIVEIRA, 1999).

As Figuras 1, 2, 3 e 4 ilustram o excerto acima, mostrando os bairros populares de Descalvado, criados para abrigar os agricultores que se deslocaram para a cidade.

Figura 1 - Bairro Tamanduá, periferia de Descalvado/SP

Fonte: acervo do autor

Figura 2 - Bairro Tamanduá, periferia de Descalvado/SP

Fonte: acervo do autor

Figura 3 - Bairro Tamanduá, periferia de Descalvado/SP

Fonte: acervo do autor

Figura 4 - Bairro Tamanduá, periferia de Descalvado/SP

Fonte: acervo do autor

As Figuras 5, 6, 7 e 8 trazem imagens dos extensos canaviais que são comuns na área rural da cidade de Descalvado.

Figura 5 - Imagem de canavial na área rural de Descalvado/SP

Fonte: acervo do autor

Figura 6 - Imagem de canavial na área rural de Descalvado/SP

Fonte: acervo do autor

Figura 7 - Imagem de canavial na área rural de Descalvado/SP

Fonte: acervo do autor

Figura 8 – “Mar de cana” na área rural de Descalvado/SP

Fonte: acervo do autor

Contrapondo-se a essa tendência tão marcante de esvaziamento demográfico do campo, – relacionada à territorialização do capital – nos arredores de Ribeirão Preto, mais precisamente em Descalvado, encontram-se três assentamentos de reforma agrária relativamente recentes. Tal fato pode sugerir a resistência, nesse município, do campesinato, compreendido por nós enquanto uma classe social específica, porém intrínseca ao capitalismo.

Em nosso esforço para identificar e explicar a possível presença do campesinato em Descalvado, estamos partindo de um pressuposto teórico-científico apresentado por Martins (1981). Para esse autor, os camponeses brasileiros carregam consigo um aspecto diferente daqueles encontrados, por exemplo, na Rússia no século XIX:

Lá, o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. Era, como comprovava Lênin, um *campesinato estamental* baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá, era *um campesinato que não queria sair da terra*, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, libertá-lo da comuna, abrir-lhe os horizontes. Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. *É um campesinato que quer entrar na terra*, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. O direito de propriedade que, afinal de contas, o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o *mesmo direito* que o capitalista invoca para expropriar o camponês (e não um direito institucionalmente diferente, como o da propriedade comunal). É das contradições desse direito, que serve a duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem as interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio. Essa contradição está no fato de que o mesmo código garante direitos conflitantes na nossa situação: o do “pequeno” e o do “grande”; o do camponês e o do capitalista. É um campesinato que tem, na sua relação com o capital, contradições diferentes daquelas que tem o operário. O camponês não é uma figura do *passado*, mas uma figura do *presente* da história capitalista do país. Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, essa “passado” só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse “passado” é uma arma de luta do presente. Esse “passado” só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente “no futuro”, na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação. No nosso caso, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do Sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná.

São Paulo, Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato Grosso. Tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra. Classificar como populistas as lutas camponesas é parte de uma conduta ideológica e política que só deixa às lutas camponesas o caminho da alienação, do abandono, do misticismo, do banditismo. É a recusa ao campesinato do direito de se expressar politicamente, de expressar os termos de sua aliança com a classe operária sem a mediação de uma perspectiva política distorcida pelo compromisso da aliança preferencial com a burguesia, com as classes dominantes, com o governo e com o desenvolvimento da democracia burguesa. Daí a importância de ouvir o campesinato. É evidente que ouvir o campesinato não quer dizer, simplisticamente, partir dos próprios discursos dos “agentes sociais”. Quer dizer isso e muito mais. Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la. E isso somente será possível se entendermos que a resistência do camponês não expressa seu sentido num universo particular e isolado, camponês; que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo. Que essa resistência só adquire sentido pela mediação das contradições fundamentais que contrapõem operários e burgueses, pois a questão agrária é uma entre outras expressões das contradições do capital (MARTINS, 1981, p.15-18).

Nesse sentido, mais do que buscar uma explicação para a presença (ou não) de camponeses em Descalvado, nossa maior preocupação, neste trabalho, é captar *a fala coletiva* de sua luta, à qual se refere Martins (1981). Para tanto, propusemo-nos a ouvi-los. A partir de cinco visitas, realizadas entre fevereiro e março do ano de 2017, ao Assentamento Aurora, passamos a acreditar que essa *possibilidade histórica*, isto é, que o camponês, conquanto *uma figura do presente da história capitalista do país* poderia, de fato, estar presente em Descalvado.

Na referida ocasião, portanto na condição de candidato ao curso de pós-graduação em geografia humana, ao realizar nossa primeira visita ao Aurora, conhecemos Saulo, membro de uma das oitenta famílias assentadas nessas terras. Nesse primeiro contato com o assentamento, soubemos que o Aurora deriva de uma antiga fazenda composta por cerca de 180 alqueires, que pertencia à Ferrovia Paulista S/A (FEPASA). Saulo nos lembrou que, em 1998, essa companhia foi extinta e seu patrimônio, incorporado à Rede Ferroviária Federal:

Logo depois, as terras da fazenda Aurora acabaram arrendadas para o plantio de eucalipto pelo governo da União pela bagatela de 68 reais/mês para a RIPASA, (fábrica de celulose) durante mais de 20 anos. Há cerca de sete anos, pressionado pela FERAESP de Araraquara e pelos movimentos sociais, o Incra interveio, o que resultou na suspensão de tal arrendamento, seguida pela retomada pela União dessas terras. Submetida, então, à reforma agrária, a fazenda foi dividida em 83 glebas de cerca de 2,5 alqueires (SAULO, 2016)¹.

Saulo destacou, ainda, que grande parte dos assentados veio de áreas urbanas, não apenas de Descalvado e Porto Ferreira, cidade vizinha, como também de municípios

¹ Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2016.

pertencentes a estados distantes. Ele lembra que muitos deles mal sabem manejar a terra, ao mesmo tempo em que possuem pouquíssima intimidade com o trabalho no campo. Tais fatos parecem evidenciar a enorme diversidade sociocultural existente no assentamento. Essa realidade sociocultural, retratada por Saulo, não é exatamente uma novidade:

[...] A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, [as diversas origens da classe social camponesa], inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarianização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade [...] (MARQUES, 2004, p. 151).

Cabe, aqui, uma ressalva na análise de Marques: para nós, o campesinato se constitui numa classe social específica do capitalismo. Porém, concordamos com Marques quando aponta suas origens diversas, inclusive a urbana.

Acreditamos que o perfil urbano – apontado pelo depoimento de Saulo – de uma parte expressiva dos assentados corrobora nosso problema de pesquisa, a saber: a “reprodução da produção camponesa” (OLIVEIRA, 2007, p. 42) se dá, nos dias que correm, no Assentamento Aurora?

Entendemos que as teses de Martins (1981) e Oliveira (1999), segundo as quais o campesinato brasileiro ainda não teria esgotado sua possibilidade histórica de formação/recriação – pressupostos teóricos abordados no subitem *O campesinato sob as óticas de Martins (1981) e Oliveira (1999)*, oferecem contribuição decisiva para dar legitimidade ao problema de pesquisa enunciado.

Em seus esforços acadêmicos de encontrar uma concepção científica de campesinato, muitos estudiosos reconhecem, nessa condição social, a existência de uma lógica específica, diferente daquela que norteia o modo capitalista de produção. Carvalho (2005 apud SABOURIN, 2009) busca uma concepção científica de camponês a partir do projeto político da Via Campesina, por meio da qual as populações do campo lutam por seus interesses, buscando construir a solidariedade internacional.

Mas, Sabourin (2009) alertou para as limitações encontradas por Carvalho (2005) quando baliza sua tese nas contribuições acadêmicas europeias, a saber: a economia camponesa (CHAYANOV, 1990), a sociedade camponesa (MENDRAS, 1976, 2000) e a agricultura camponesa (ELLIS, 1988). Para Sabourin (2009), as propostas de movimentos sociais ligados à Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), não estariam fundamentadas nos temas-chave do campesinato como sua autonomia em relação à agroindústria e a ajuda mútua.

Sabourin (2009) também remete sua análise a autores como Aubertin e Pinton (2006), para quem a existência do campesinato no Brasil acontece timidamente, decorrente, em grande medida, de uma relativa reabilitação da reforma agrária ocorrida nas últimas décadas, bem como da institucionalização das *populações tradicionais*, como os indígenas e os quilombolas.

Discordamos de Sabourin (2009). Primeiramente, porque concebemos quilombolas e indígenas como outras sociedades, estranhas e autônomas em relação ao capitalismo. Em segundo lugar, divergimos quanto à autonomia do campesinato, já que entendemos que seus membros compõem uma classe social específica, contraditoriamente inserida no capitalismo. O camponês não é servo, não é escravo, não é assalariado. Fruto das transformações vividas pela agricultura no seu processo de transição do feudalismo para o capitalismo, ele é produtor de mercadorias especializado e dotado de enorme capacidade produtiva:

Trata-se, isto sim, de um processo incrível de desenvolvimento da própria produção camponesa pelo capital para, inicialmente, fazer frente à pressão dos preços do arrendamento da terra. Depois, com o aumento da produtividade do trabalho camponês, esse processo procura, de um lado, continuar a reduzir os preços dos produtos agrícolas (uma vez que os preços crescentes do arrendamento, da terra e dos diversos meios de produção na agricultura têm criado problemas para o agricultor capitalista) e, de outro lado, aumentar a massa geral da produção de alimentos, sem com isso ter que remunerar esse produtor com um lucro médio, nos moldes capitalistas. Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p.40).

No entanto, não nos limitamos a buscar uma concepção científica de camponês. Preocupamo-nos, também, com as divergências acadêmicas quanto à existência ou não do campesinato. No âmbito desse debate acalorado, Oliveira (1999) identificou três importantes vertentes do pensamento marxista que procuram compreender o campesinato no Brasil.

A primeira dessas correntes filosóficas marxistas considerou que, no Brasil, houve feudalismo e/ou relações semifeudais de produção. Os defensores dessa vertente afirmam que, para o desenvolvimento capitalista do campo, essas relações feudais/semifeudais deverão ser

substituídas pelo trabalho assalariado. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Desse modo, a reforma agrária faria avançar o capitalismo no campo.

Oliveira (2007) avaliou os caminhos que, segundo essa teoria clássica, seriam seguidos, respectivamente, pelos camponeses e latifundiários. A extinção do feudalismo poderia levar ao empobrecimento da maioria dos camponeses, que, por consequência, iriam se proletarizar, por meio do endividamento e perda de suas terras. Porém, alguns deles se enriqueceriam, tornando-se pequenos capitalistas rurais. Por outro lado, o fim do feudalismo levaria à modernização dos latifúndios, que tenderiam a se transformar em empresas rurais capitalistas.

A segunda vertente considera que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, levando, inevitavelmente, ao desaparecimento dos camponeses, tidos como um *resíduo* social feudal. Assim, os camponeses, ao tentar produzir para o mercado, iriam à falência, perderiam suas terras para os bancos ou teriam que vendê-las para saldar dívidas. Com isso, os camponeses estariam se tornando proletários, isto é, assalariados:

Essa teoria contempla o *processo de separação* fundamental que ocorre na produção em função da penetração das relações tipicamente capitalistas no campo. Esse processo passaria por três fases distintas: 1) Haveria a destruição da chamada “economia natural”, o que criaria o produtor individual, o agricultor propriamente dito. Isso ocorreria em função da *separação* do camponês, pequeno produtor familiar de subsistência, dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais. 2) Uma vez criado pelo processo anterior, o camponês, agora produtor individual, ver-se-ia forçado a abandonar a pequena indústria doméstica, tornando-se exclusivamente agricultor. Esse processo dar-se-ia pela sua introdução cada vez maior na economia de mercado. Assim, essa fase caracterizar-se-ia pela *separação* da indústria rural e a agricultura. 3) Como produtor individual, o camponês agora estaria integralmente inserido na agricultura de mercado, e isso o levaria ao endividamento, em função dos baixos preços que recebe por seus produtos, e dos altos preços que tem que pagar pelas mercadorias industrializadas. Essa realidade faz com que ele tenha que tomar dinheiro a juro, e, não conseguindo para esses empréstimos, vê-se obrigado a vender a propriedade e tornar-se um trabalhador assalariado. Haveria, pois, um processo de *separação* dos meios de produção do camponês; ele ficaria sem esses meios de produção e consequentemente se proletarizaria, o que abriria caminho para a implantação da forma especificamente capitalista no campo. Essa forma seria o assalariamento (OLIVEIRA, 2007, p. 10).

Adepto dessa corrente filosófica, Prado Júnior (1942) lembrou que o trabalho escravo foi substituído pelo assalariado no campo, o que teria contribuído para impedir o surgimento do campesinato. Por outro lado, Prado Júnior (1960) reconheceu o termo *pequena lavoura*. Porém, para ele, essa agricultura seria dependente do mercado e dos grandes proprietários, encontrando-se, assim, integrada ao sistema capitalista. Segundo essas duas correntes do pensamento marxista, não há lugar histórico para os camponeses no futuro. Mas Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999) rebate essa tese, recorrendo às palavras de Marx:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

Reconhecendo esses pressupostos teóricos da sociedade moderna, Oliveira (1999) integra uma terceira vertente do pensamento marxista ao afirmar que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório e combinado: ao mesmo tempo que reproduz relações capitalistas, produz relações camponesas de produção.

Oliveira (2007) faz referência à obra *Colonos do vinho*, de Tavares dos Santos (1984), ao apresentar os elementos estruturais dessa produção camponesa:

a)- a *força de trabalho familiar* - é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo; b)- a *ajuda mútua* entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados; c)- a *parceria* - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e consequentemente aumentar suas rendas; d)- o *trabalho acessório* - é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa;

e) a *jornada de trabalho assalariada* - aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada; f)- a *socialização do camponês* - é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando a criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos; g)- a *propriedade da terra* - é, na unidade camponesa, *propriedade familiar*, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é *terra de trabalho*, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser *camponês-proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser *camponês-posseiro* (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra);

h)- a *propriedade dos meios de produção* - exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas; i)- a *jornada de trabalho* - é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a

jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho) (TAVARES DOS SANTOS, 1984 apud OLIVEIRA, 2007, p. 41-42).

Outro partidário dessa terceira corrente teórica é José de Souza Martins, para quem a classe social camponesa é composta pelos agricultores excluídos do pacto político. Martins afirma que o termo "*camponês*" era recente no Brasil (aproximadamente, 1950) e sua concepção tinha origem política, associada às reivindicações da esquerda latino-americana em torno dos *campesinos* (MARTINS, 1981 apud SABOURIN, 2009).

Para Martins (1991), os camponeses formaram:

Uma grande massa de lavradores, que conta exclusivamente com o trabalho da família e que corresponde a mais de 70% das unidades de produção existentes, ou ocupa a terra sem garantias e direitos assegurados (como é o caso dos posseiros), ou terra insuficiente para trabalhar em condições dignas (MARTINS, 1991, p. 13).

Todavia, tampouco basta encontrar a concepção científica de camponês. Posicionar-se diante das três correntes do pensamento marxista, expostas acima, que buscam compreender a existência do campesinato hoje, também não é suficiente. Concordamos com Oliveira (2004), quando ressalta a importância de ir além, isto é, de compreender o papel e o lugar do camponês na sociedade capitalista e no Brasil:

[...] ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Portanto, os objetivos não se resumem em averiguar a *possibilidade histórica* de formação/recriação do campesinato num dado assentamento de reforma agrária situado em meio ao *mar* de cana de Descalvado. Além de analisar a existência (ou não) da práxis camponesa, possivelmente existente num grupo social recém-assentado em terras situadas no referido município paulista, esta pesquisa buscará entender a inserção desses camponeses no mundo contemporâneo, notadamente sua subordinação aos ditames do capital que, afinal, comanda a industrialização da agricultura – entendido esse processo como o avanço do capitalismo no campo brasileiro.

Por fim, ressaltamos que os objetivos desta pesquisa se constituem, no limite, num esforço intelectual para a “interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta” (PRADO JUNIOR, 2014, p.19):

Processo esse que, na sua projeção futura, dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário

de fatos, dogmas, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos (PRADO JUNIOR, 2014, p. 19).

Para Oliveira (1999), apesar da grande importância assumida pela mundialização financeira na década de 1970, o capitalismo industrial continua avançando pelo país, transformando, cada vez mais, as formas de produção. No campo brasileiro, em muitos casos, esse processo tem gerado a expropriação territorial dos camponeses. Porém, isso não ocorre em termos absolutos, uma vez que muitos deles optam por travar a luta pela terra, como demonstra a grande quantidade de posseiros que, em última instância, são camponeses:

[...] uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização e procura garantir, na posse da terra reconquistada, o espaço para a continuidade do trabalho camponês, familiar. [...] um quinto dos produtores no campo está em luta aberta pela garantia de posse da terra como meio de produção necessário e fundamental ao trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 1999, p. 80).

Sob a ótica de Oliveira (1999), além da luta pela terra evidenciada anteriormente, outro fator também explica a criação e recriação da classe social camponesa no Brasil: o avanço desigual, contraditório e combinado do capitalismo. Desde os tempos do colonato – que veremos a seguir – os capitalistas se utilizam do campesinato para não terem que contratar mão de obra assalariada. Assim, poupam uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses, a saber, a renda da terra, convertendo-a em mercadoria e, ao vendê-la, em dinheiro. Nesse caso, é dado o processo de produção do capital, o que se faz por meio de relações sociais não capitalistas. Por meio desse processo, os capitalistas transformam a renda da terra em capital.

Portanto, ressaltamos que o campesinato tem uma autonomia apenas relativa com o mundo externo, estabelecendo, inclusive, relações sociais de produção com o capitalismo, que, contraditoriamente, o cria/recria. Ou seja, a formação/recriação do campesinato acontece para que a produção do capital seja possível e a reprodução do capital possa aumentar. Esse processo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas configura, histórica e especificamente, o território – uma das mais importantes teorias de análise da geografia. Desse modo, o território deve ser apreendido:

[...] como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo, suas articulações e mediações supraestruturais em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

No tocante ao território, somos partidários da ótica de Oliveira (1999), para quem a lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção, circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho. Na perspectiva

do autor supracitado, a construção do território, contraditória e desigual, resulta, a um só tempo, em valorização, produção e reprodução. Nesse sentido, a valorização é fruto do processo de transformação pelo qual a produção e a reprodução passam. Sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais; a produção é produto contraditório de constituição do capital; e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital.

Portanto, as relações sociais de produção, repletas de contradições, constroem/destroem formações territoriais em diferentes partes do mundo. Ao mesmo tempo, fazem com que frações de uma mesma formação territorial – como a brasileira – conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões:

Trabalhamos com o princípio contraditório de que ao mesmo tempo que o capital mundializou-se, mundializando o território capitalista, a terra nacionalizou-se [...]. Volto a insistir que o capital, em sua essência, é internacional, porém a lógica que envolve a terra é essencialmente nacional. Na formação territorial capitalista do Brasil esses processos contraditórios produzem/geram movimentos de concentração da população, primeiro nas regiões metropolitanas, depois nas capitais e em geral nas cidades [...]. Formou-se, pois, o *locus* da concentração do capital e da força de trabalho, as grandes regiões industriais. Não custa lembrar que, no seu seio, a escassez dos serviços e o acesso a eles geraram o processo de verticalização nas metrópoles e com ele a possibilidade histórica da realização da renda da terra de monopólio nas cidades. No campo esse processo está igualmente marcado pela industrialização agrícola, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terra ou aos capitalistas/proprietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios. Entretanto, esse processo no campo também está marcado contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa, cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa (OLIVEIRA, 1999, p. 75).

Dito de outro modo, os monopólios mundiais atuam na agricultura por meio de dois processos que reordenam o território, conforme explana Oliveira (1999):

- territorialização dos monopólios, que controla simultaneamente a propriedade privada da terra, o processo produtivo no campo e o processamento industrial da produção agropecuária;
- monopolização dos territórios, exercida pelas empresas de comercialização e de processamento industrial que, apesar de não produzirem no campo, subordinam fazendeiros capitalistas e camponeses.

Como já sabemos, na região de Ribeirão Preto, os proprietários rurais se apropriaram da renda capitalista da terra, implementando, assim, o processo de territorialização dos monopólios.

Sendo assim, como explicar a existência de diversos assentamentos de reforma agrária nessa região, marcada pela monocultura da cana-de-açúcar e, por extensão, pela industrialização agrícola? Ou, em outras palavras: como explicar a existência de assentamentos de reforma agrária à luz da expansão territorial do capitalismo monopolista, mais precisamente do processo de territorialização dos monopólios que, de forma avassaladora, avança pelas cercanias de Ribeirão Preto?

É possível que tais assentamentos possam abrigar uma classe social camponesa que, ao que parece, não apenas se contrapõe e resiste ao processo de territorialização dos monopólios materializado pelo *mar de cana*, mas também se encontra inserida nesse processo, ao mesmo tempo em que luta para entrar, ficar e trabalhar na terra. Em nosso esforço para contribuir para esse debate, estudamos um dos três assentamentos de reforma agrária implementados em Descalvado nos últimos anos, qual seja, o *Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Comunidade Agrária Aurora*.

Como parâmetro desta pesquisa, levamos em conta, notadamente, os problemas cotidianos dos assentados – identificados, visitados e entrevistados durante nossos sistemáticos trabalhos de campo. Seriam essas pessoas, de fato, camponesas, que, desse modo, lutam para consolidar seu ingresso nessas terras, em uma zona agrária dominada pela industrialização agrícola? De onde vieram? O que produzem? Com que recursos produzem? Quantos são? Estariam submetidos à monopolização do território, enquanto “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 1999, p. 74). Ou estariam, uma vez submetidos à territorialização dos monopólios, processo dominante em Descalvado, fadados a desaparecer (novamente) desse lugar? Como conseguiram fazer o assentamento de reforma agrária virar realidade à luz do processo de territorialização do capital em curso há décadas na região canavieira de Ribeirão Preto?

Nesta pesquisa, buscamos respostas que poderão nos mostrar se, como pressupomos, há um campesinato no Assentamento Aurora, que, após travar uma “luta aberta” (OLIVEIRA, 1999, p. 80) para ingressar na terra, haja vista que muitos – quiçá a grande maioria – vieram de áreas urbanas. E se, como tal, isto é, como classe social camponesa, mesmo que de forma embrionária, encontra-se (ou não) articulado – contraditoriamente – com o capitalismo.

Na nossa ótica, tais perspectivas parecem, efetivamente, plausíveis, visto que o campesinato “não esgotou a sua possibilidade histórica de formação/recriação” (MARTINS, 1981 apud OLIVEIRA, 1999, p. 85).

Orientados por esses pressupostos teóricos, buscamos, acima, justificar – e legitimar – nossa escolha pelo Assentamento Aurora (e campesinato possivelmente presente nessas terras) como objeto de estudo, ou seja, como problema desta investigação de mestrado. É preciso destacar que, conquanto uma investigação de geografia agrária, esta obra acadêmica estabeleceu o Assentamento Aurora como o recorte dos estudos apresentados.

Por fim, na terceira etapa, elaboramos a dissertação propriamente dita, compreendida como a resultante dos estudos bibliográficos que fundamentaram os pressupostos teórico-metodológicos utilizados nesta pesquisa, somados à nossa percepção da realidade empiricamente observada em nossos trabalhos de campo, extraída da observação visual e registrada em fotografias, mas fundamentalmente dos depoimentos, muitos dos quais obtidos na íntegra, dos assentados no Aurora.

Cumpramos ressaltar que, nesse momento do trabalho, buscamos apontar, sobretudo, os processos sociais e suas contradições, fenômenos apreendidos durante os trabalhos de campo que nos colocaram em contato direto com o cotidiano dos camponeses que vivem no Assentamento Aurora.

Desse modo, nesta terceira etapa, ou seja, na fase da elaboração da dissertação propriamente dita, nosso esforço se consistiu, positivamente, em não perder de vista a questão camponesa em meio ao avanço do capitalismo no campo brasileiro:

É o processo de sujeição do campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. Assim, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, pois a situação da agricultura não tem o mesmo conjunto de atributos e especificidades com que se marcou a indústria, em função da qual esse conceito foi formulado. Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

Partimos do pressuposto de que a presença do campesinato, isto é, de relações sociais não capitalistas na agricultura é produto do desenvolvimento contraditório do próprio capital:

A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção

camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Cumpre lembrar que o processo de reprodução do camponês, no caso estudado por esta obra de mestrado, perpassa pela atuação do Estado, ao se constituir no agente distribuidor de terras. Nesse caso específico, isso se deu por meio de um programa estatal de reforma agrária chamado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Comunidade Agrária Aurora, que começou a ser implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2007, no município de Descalvado/SP.

Fizemos questão de destacar vários depoimentos colhidos nos trabalhos de campo realizados no Aurora, muitos dos quais registrados literalmente. Tal detalhamento se faz necessário para embasar e evidenciar aquele que se constitui num dos maiores desafios enfrentados atualmente pelos camponeses ali assentados: colocar em prática, após a conquista da terra, o *modus operandi* dessa classe social, ou melhor, a “reprodução da produção camponesa” (OLIVEIRA, 2007, p. 42). Noutras palavras: reproduzirem-se, mas sem perder de vista sua condição de classe social específica, contraditoriamente inserida na agricultura capitalista.

A dissertação se encerra com a identificação das referências bibliográficas, que sustentam as concepções e visões de mundo, bem como os fundamentos teórico-metodológicos que permearam nossa pesquisa de mestrado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA INVESTIGAÇÃO

Nesta seção apresentamos os referenciais que embasaram a pesquisa, cuja análise sistemática permitiu a elaboração das ideias e pressupostos aqui explanados.

2.1 AS ORIGENS DO CAMPESINATO EM SÃO PAULO, SEGUNDO MARTINS (2010)

Segundo Martins (2010), em São Paulo, o campesinato surgiu com o colonato, regime de trabalho que substituiu o escravismo na segunda metade do século XIX. O referido autor nos lembra que o escravismo foi uma forma de exploração de trabalho submetida ao capital comercial. Antes de ser produtor de café, o trabalhador escravo já era uma mercadoria. Por isso, a crise do escravismo internacional transformou as relações de produção na fazenda paulista.

Em 1850, o fim do tráfico negreiro elevou o preço do escravo, exigindo dos fazendeiros maior imobilização de capital e, por extensão, a intensificação da jornada de trabalho. Porém, a partir de 1888, o negro liberto foi descartado por se recusar a vender sua força de trabalho. Para substituí-lo, o capital optou pelo trabalho livre, executado pelos imigrantes europeus, que chegaram aqui massivamente entre 1886 e 1914.

As origens desses imigrantes são camponesas. Ainda na Europa, eles foram expropriados de suas terras. Chegaram aqui despojados de toda propriedade que não fosse a da sua força de trabalho. Então, a acumulação primitiva se deu fora da sociedade brasileira. Porém, essa acumulação também se deu no Brasil, por meio da Lei de Terras, instituída em 1850. Ao regular o regime de propriedade fundiária privada, essa lei impediu o acesso desses imigrantes à terra, transformando-os em trabalhadores livres e baratos para a grande lavoura.

No escravismo, a terra era destituída de valor; não tinha equivalência de capital. O principal capital do fazendeiro era o escravo. Como era garantia de crédito, isto é, fonte de capital de custeio, o seu desaparecimento consolidou o crédito hipotecário com base nos imóveis. Desse modo, a renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada.

Os imigrantes também chegavam como renda capitalizada, o que obrigava o fazendeiro a antecipar capitais aos traficantes de imigrantes. Por isso, esses trabalhadores acabavam submetidos ao colonato. Tornou-se comum a compra/venda de dívida do trabalhador. Isso era particularmente comum no chamado *velho oeste paulista*, como era

conhecida a região de Campinas (até 1870), fato que gerou a rebelião na Fazenda Ibicaba, em 1856 (MARTINS, 2010).

Para evitar outras revoltas como essa, os fazendeiros criaram o colonato, regime de trabalho que predominou até fins da década de 1950, em São Paulo. Martins (2010) leva em conta a diversidade de mediações e determinações que configuraram o colonato ao afirmar que o mesmo era um regime de trabalho livre – e não assalariado – como afirmam Prado Júnior (1961) e Fernandes (1965).

O colonato era diferente do trabalho assalariado, pois combinava três elementos:

- 1º) pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal;
- 2º) pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido;
- 3º) produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador.

No entanto, o colonato era um regime de trabalho livre mais complexo, pois se constituía numa espécie de parceria combinada com o regime de locação de serviços. O colono e sua família produziam diretamente os meios de vida. Ou seja, eram camponeses. Tal condição atenuava as despesas monetárias do fazendeiro, permitindo a reprodução do colono como trabalhador para o café e, conseqüentemente, como camponês para o capital:

O colonato combinava um pagamento fixo em dinheiro por mil pés de café tratados (isto é, limpeza de ervas daninhas do cafezal, de três a cinco vezes ao ano, conforme o terreno, e preparação da terra ao redor do cafeeiro para a realização da colheita, bem como a espalhação do cisco após a colheita), uma quantia em dinheiro proporcional à quantidade de café colhido, prestação de determinados trabalhos gratuitos ao fazendeiro durante o ano (como a construção ou reparo de cercas, limpeza de pastos e caminhos, controle de incêndios etc.). E permissão de plantio de milho, feijão e, eventualmente, arroz ou algodão, no meio dos cafeeiros, ou conforme a idade do cafezal ou conforme o seu arruamento, em terreno separado, geralmente as terras baixas pouco adequadas ao café [...]. O colono, como era chamado esse tipo de trabalhador, podia excepcionalmente contratar trabalhadores assalariados, por jornada, para ajudá-lo na colheita do café, pagos pelo fazendeiro por adiantamento para acerto na prestação de contas. Ou trabalhar, ele mesmo, como assalariado de outro colono ou do fazendeiro em determinadas situações (MARTINS, 2010, p. 126).

Nessas condições, o colonato conformava relações de produção não capitalistas (campesinato) e capitalistas (cultivo de café para exportação sob pagamento de salário por empreitada – caso do trato – e por tarefa – caso da colheita). Segundo Martins (2010, p. 74-75), cerca de 37% das fontes de rendimento da família no colonato vinham da subsistência. Os demais 63% derivavam desses ganhos monetários: 55% da colheita; 37% do trato; 4% do trabalho avulso (32 dias, 10 horas/dia); 2% de carpa de talhões de outros colonos (14 dias); 1% de trabalho na limpeza de terrenos (12 dias); 1% de venda de feijão ao fazendeiro.

O rendimento monetário anual do colono dependia do grau de intensificação do trabalho que podia impor à sua família. Os cafezais novos eram mais interessantes para os colonos, pois dispunham de áreas livres maiores entre as plantas, o que favorecia o plantio intercalar. Já nas velhas plantações, a jornada de trabalho era dupla – elevando a exploração do trabalho. A formação do cafezal (que levava de 4 a 6 anos), a secagem do café e o seu beneficiamento eram executados por empreitada, por assalariados, geralmente caboclos (caipiras). Mas o trato e a colheita eram atividades dos colonos, que somavam até oito, dez mil trabalhadores em uma única fazenda.

O colono trabalhava gratuitamente em diversos casos: conserto da estrada da fazenda que conduzia à estação ferroviária; limpeza do pasto; reparos na cerca. Sob essas condições, o colono, mesmo submetido à “ideologia do trabalho” (MARTINS, 2010, p. 199-206), percebia que estava sendo explorado. Por isso, queria se tornar proprietário – processo que demandava cerca de doze anos de trabalho contínuo e prévio na fazenda. Tratava-se de um enorme desafio: no censo agrícola de São Paulo (1904/1905), somente 14,8% dos proprietários rurais eram estrangeiros!

No entanto, a crise de 1929 levou muitos fazendeiros à falência. O decorrente barateamento das terras acabou se constituindo numa grande oportunidade para que muitos desses imigrantes, seus descendentes e seus familiares se tornassem, finalmente, proprietários rurais. Desde então, o campesinato paulista passou a se criar/recriar também fora do regime de trabalho do colonato. Porém, no âmbito do capitalismo.

2.2 O CAMPESINATO SOB AS ÓTICAS DE MARTINS (1981) E OLIVEIRA (1999)

Em sua reflexão *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro* (1999), Oliveira lembrou que, ao longo do tempo, os estudos de geografia foram elaborados, predominantemente, à luz do positivismo, do neopositivismo (empirismo lógico) e do historicismo. Uma das implicações decorrentes da opção por essas abordagens acadêmicas tem sido a ausência de uma articulação entre o condicionamento social do pensamento e a autonomia da prática científica.

Para Oliveira (1999), a dialética seria a corrente filosófica da geografia capaz de realizar esse estudo articulado. Porém, o autor lembrou que, mesmo sendo uma das raízes do pensamento geográfico, ela foi e continua sendo propositadamente muito esquecida. E concluiu, salientando a importância do marxismo para os estudos de geografia:

Pode-se destacar entre os mesmos o condicionamento histórico e social do pensamento, portanto o seu caráter ideológico de classe. Com o marxismo, começa a batalha pelo desmascaramento do discurso pretensamente neutro e objetivo presente no positivismo e no empirismo lógico, e mesmo no historicismo (OLIVEIRA, 1999, p. 69).

Na sociologia, um dos grandes adeptos dessa corrente filosófica é Martins. Em sua obra *O cativo da Terra* (2010), que usamos como referência para explicar as origens de parte considerável do campesinato brasileiro, ele analisou o colonato à luz da dialética:

Não importa desvendar apenas os mecanismos da acumulação do capital [...]. Essa acumulação não seria possível se o trabalhador não legitimasse a exploração baseada em relações não capitalistas de produção [...]. O colono ficou no meio do caminho entre a transparência da exploração, já que o trabalho excedente se materializava em objetos distintos do trabalho necessário, e a ilusão de que o que recebia correspondia ao valor de seu trabalho [...]. O colono viveu a ilusão de que o que entregava ao fazendeiro sob a forma de café tratado e colhido era o tributo que pagava para trabalhar para si [...]. Ele se considerava proprietário do seu próprio trabalho, do trabalho materializado nos produtos da agricultura de subsistência, mesmo que com isso, na verdade, estivesse entregando o seu trabalho a outrem, ao fazendeiro [...]. Portanto, também aí havia uma dupla concepção de trabalho [...] (MARTINS, 2010, p. 83-84).

Para Martins (2010), essa contradição que caracterizava o colonato, isto é, que permeia o trabalho livre” era o meio usado pelos fazendeiros para manter a economia colonial de exportação, calcada na subordinação da produção à circulação. “Tratava-se de mudar para manter” (MARTINS, 2010, p. 31).

Entretanto, Martins (2010) ressaltou que abordar somente as relações de produção, ou simplesmente abordá-las com base no capital personificado pelo fazendeiro na cafeicultura paulista levaria, inadvertidamente, à definição de relações de produção capitalistas – o que, sob sua ótica, não ocorria na cafeicultura paulista nos tempos do campesinato:

O problema da personificação do capital não deve ser descartado, muito pelo contrário, sua consideração é indispensável para entendermos as formas mediadoras da reprodução do capital. Entretanto, se essas formas são o ponto de partida, não podem ser ao mesmo tempo o ponto de chegada da análise, dado que se, de um lado, temos a expressão das relações sociais, de outro precisamos ter as relações explicadas, reconstituídas no seu movimento dialético. Por outro lado, a função da forma é a de revestir de coerência aquilo que é contraditório e tenso. É, por isso, negação mediadora das relações que expressa (MARTINS, 2010, p. 31).

Portanto, Martins (2010) analisou, em seu movimento dialético, as relações sociais que engendraram o fazendeiro-capitalista na cafeicultura paulista, entre o século XIX e meados do século XX. E conclui que elas eram, ao mesmo tempo, relações de produção e de troca mantidas com os comissários de café e com os exportadores:

[...] O importante, porém, é descobrir que forma de capital o fazendeiro personifica. As relações sociais que engendraram o fazendeiro-capitalista não eram estritamente as relações de produção no interior da fazenda, mas, também e significativamente, as relações de troca que ele mantinha fora da fazenda com os comissários de café e, mais tarde, já no final do século XIX, como os exportadores. É por essa razão que a

transformação das relações de trabalho na cafeicultura originou-se na esfera da circulação, na crise do comércio de escravos, que produziu seus efeitos mais drásticos no Brasil, a partir de 1850 quando o tráfico negreiro foi definitivamente proibido. A hegemonia do comércio na determinação das relações de produção na economia de tipo colonial, nesse caso particular, deve ser ressaltada. Esse econômica não se definia apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo como mercadoria. Portanto, antes de ser o produtor direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que *produzir lucro já antes* de começar a produzir mercadoria e não apenas depois, quando começa a trabalhar. Pode-se, pois, dizer que, na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho é regulado, antes de mais nada, pelas regras de comércio. Por isso mesmo, a transformação das relações de produção tem menos a ver, num primeiro momento, com modificações no processo de trabalho da fazenda de café e mais a ver com modificações na dinâmica de abastecimento da força de trabalho de que o café necessitava (MARTINS, 2010, p. 31-32).

Essas modificações – em seu movimento dialético – afetaram a natureza das relações do fazendeiro com o trabalhador. Portanto, “alteraram as relações de produção” (MARTINS, 2010, p.31).

No âmbito da geografia, reportamo-nos a Oliveira (1999), que, recorrendo a Marx, também enfatizou a importância de se levar em conta as relações de produção em seu movimento dialético na análise científica:

[...] é na produção social da própria vida que os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência [...]. Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência: ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (OLIVEIRA, 1999, p. 69).

Assim como Oliveira (1999) e Martins (2010), pretendemos nortear nosso estudo sobre a configuração do território à luz da corrente filosófica dialética, isto é, com base nas relações sociais de produção compreendidas no âmbito de suas contradições como um processo histórico. Porém, sem jamais perder de vista o alerta dado por Santos (1996) em relação aos perigos da metodologia aplicada na pesquisa:

Quando falamos de uma herança filosófica da geografia, devemos ser prudentes. Que pode fazer um especialista de uma qualquer ciência particular, das ideias que toma por empréstimo a um filósofo. Há, sem dúvida, muitos caminhos a seguir, embora dois deles sejam os mais extremos e um outro o mais curioso. Pode-se, em primeiro lugar, buscar imitar e às tontas aplicar as ideias aprendidas aqui e ali sem preocupação de indagar se são adequadas ou não. Marx foi vítima dessa metodologia do papel carbono e ele próprio apelidou seus copiadoreiros de “marxistas vulgares”. A lição o feriu tanto que ele gentil, mas fortemente recomendou aos que leem e querem seguir seus conselhos de método que não fossem “marxistas” [...].

Pode-se, igualmente, partir de uma disciplina de pensamento adquirida através da leitura de vários filósofos e em função do campo particular de cada área científica, à luz das realidades do presente, isto é, das coisas que estão (que são) aqui e agora, elaborar lições válidas e gerais. Este é o caminho correto, mas se impõe que partamos da realidade das coisas reais e não de ideias feitas. Mas há também outra senda, seguida por aqueles a quem se chama, às vezes sem propriedade, de ecléticos. São os que tomam um pouco daqui, um pouco dali e, sem a disciplina de uma lógica de conjunto nem de compatibilidade dos conceitos, organizam mecanicamente um postulado, onde, no melhor dos casos, o que se convencionou chamar de sofisticação ou elegância da frase, se apoia exclusivamente em uma lógica formal, exterior à realidade em questão (SANTOS, 1996, p. 28).

Portanto, mesmo considerando que as relações sociais de produção dão, dialeticamente, a configuração histórica ao território, um dos conceitos centrais de análise da ciência geográfica, faremos dessa pesquisa um esforço contínuo para não perder de vista, como diz Santos (1996, p.28), a “realidade das coisas reais e não de ideias feitas”.

2.3 A ECONOMIA CAFEIEIRA, O COLONATO E AS ORIGENS DO CAMPESINATO EM DESCALVADO/SP

Segundo Magno (2011), as terras que atualmente compõem o município de Descalvado começaram a ser ocupadas no final do século XVIII. Conhecidas, inicialmente, como Sertões de Araraquara, essas terras se encontravam nos caminhos que levavam os bandeirantes às minas de ouro de Mato Grosso, de Goiás e Minas Gerais. Naquela época, os Sertões de Araraquara eram usados por camponeses itinerantes para plantar alimentos e criar animais.

Em 1832, esses pioneiros fundaram Belém do Descalvado, um vilarejo que passou a integrar a província de Araraquara. Desde logo, a economia local passou a girar em torno da escravidão vinculada à cafeicultura; e, posteriormente, pelo regime de colonato, no qual prevalecia a exploração do trabalho dos camponeses de origem italiana (como vimos anteriormente).

Em 1878, já emancipado e rebatizado de Descalvado, esse município despontava como o terceiro maior produtor de café de São Paulo. Anos depois, em 1884, completamente inserido no regime escravocrata, Descalvado criou uma lei própria, que passou a *dar preferência* aos imigrantes que quisessem comprar lotes para cultivar café. Muito provavelmente, esse fato contribuiu para Descalvado apresentar o maior número de italianos da província de Araraquara, conforme dados do recenseamento de 1886 (KASTEIN, s/d, in MAGNO, 2011).

Esse grande afluxo de italianos se manteve nas décadas seguintes. Entre 1890 a 1910, o município recebeu cerca de 3.000 famílias provenientes do norte da Itália, o que contribuiu enormemente para acelerar seu crescimento demográfico. Em 1900, Descalvado já possuía 30.000 habitantes, dos quais cerca de 93% residiam nas fazendas de café.

Em 18 de julho de 2017, pude entrevistar, por meio de uma conversa informal, o senhor João Rosário Marcatto, neto de imigrantes italianos, nascido numa enorme fazenda de café chamada São Miguel, em 1934, em pleno regime do colonato. Marcatto cresceu numa família composta por cerca de 30 pessoas até os 16 anos. À época, morava numa das duas casas que abrigavam sua família, composta pelos avós, pais, tios, primos e irmãos. Hoje, com 84 anos, Marcatto possui uma vitalidade física e mental descomunal para sua idade, fato que permitiu que contasse com detalhes sua *vida na roça*. Disse, por exemplo, que passou sua infância, brincando ao lado dos irmãos e primos, bem como dos filhos do próprio patrão. Porém, também vivenciou na adolescência o regime de colonato, experiência meticulosamente descrita durante essa conversa de cerca de duas horas, realizada em pé, na cozinha da sua casa, no sítio onde mora hoje, ao lado da esposa e de dois dos seus três filhos.

Segundo Marcatto, o regime de colonato na Fazenda São Miguel funcionava assim:

Cada indivíduo ficava encarregado de fazer a manutenção de três mil pés de café. Esse compromisso envolvia a carpa do mato que nascia no entorno do cafeeiro, bem como o seu coroamento. Também era de sua responsabilidade a varredura das folhas, afastando-as do entorno do cafeeiro para que ficasse livre para receber os grãos que eram derrubados durante a colheita. O valor pago por essa tarefa chegava a 90 mil réis e era pago ao longo do ano, isto é, parcelado mensalmente. Esse indivíduo tinha, ainda, o direito de plantar (e colher) “duas covas de milho (ou arroz ou feijão) por pés de café”. Essa produção ficava totalmente para o colono, que podia consumir ou comercializar quando e com quem quisesse. Às vezes, o patrão ainda cedia uma parte de sua fazenda para o colono e sua família plantar. Nesse caso, ficava com apenas 1/3 da produção, ao passo que os outros 2/3 pertenciam à família camponesa. Por isso, esses camponeses eram chamados, nesse tipo de parceria, de terceiros. No final do ano, havia ainda o “pagamento geral”, valor que o colono deveria receber pelos trabalhos realizados para a manutenção geral da fazenda. Essa quantia era a soma das diárias às quais tinha direito pela realização de empreitadas ao longo do ano, tais como o reparo de uma cerca, a poda de uma árvore, a limpeza de um pasto, a capina de uma área qualquer da fazenda e, sobretudo, o trabalho de colheita. Todavia, era comum o colono se surpreender, nesse instante, com a existência de débitos com o patrão. Isso ocorria em função das “notinhas”, que uma família de colonos acumulava ao longo do ano nos armazéns, não apenas da fazenda, como também da cidade” (MARCATTO², 2017).

Cumprido lembrar que o fazendeiro, por sua vez, registrava com frequência excedentes de capitais, que, muitas vezes, eram aplicados noutras atividades agrárias, como a pecuária e o plantio de outras culturas (feijão, arroz, algodão, milho). O fazendeiro também investia nas

² Relato da conversa informal com João Rosário Marcatto, ex-colono descendente de italianos e atual proprietário do Sítio São João.

indústrias de bens de consumo não duráveis, que puderam contar com a mão de obra procedente do norte da Itália (MAGNO, 2011).

Esse tipo de industrialização ganhou mais força após a crise de 1929. Muitos cafeicultores que não faliram em decorrência dessa crise mudaram de ramo. Tornaram-se industriais. Alguns se mudaram para Campinas ou São Paulo, bem como para outras cidades situadas nessas regiões, que já começavam a despontar como grandes centros industriais.

Em nossa conversa, ocorrida em 2017, Marcatto lembrou que essa indústria leve recebeu um grande impulso em Descalvado, graças também aos investimentos realizados por algumas famílias camponesas que conseguiram acumular recursos durante o regime de colonato. Esse fenômeno é confirmado por Magno (2011) e Magno e Doula (2013), quando explicam que, sem necessitar de vultosos capitais para serem instaladas, essas pequenas fábricas como as alimentícias, as cervejarias, os curtumes e as tecelagens se multiplicaram, nas décadas que se seguiram à crise de 1929, em Descalvado.

No campo, as transformações também foram enormes. Muitas fazendas erradicaram os cafezais, passando a plantar algodão. Outras, falidas, acabaram desmembradas e vendidas para famílias camponesas oriundas do colonato. Assim, recriava-se, pouco a pouco, o campesinato em Descalvado. Muitos descendentes (netos e bisnetos) dos imigrantes italianos que trabalharam no regime do colonato tornavam-se, assim, pequenos sitiantes, que fizeram proliferar os roçados de arroz, feijão, algodão, milho e de hortaliças, voltados não apenas ao autoconsumo de suas famílias camponesas, mas também à comercialização.

O próprio João Marcatto³, aproveitando a depreciação da terra, adquiriu um pequeno pedaço de terra, com cerca de dois alqueires, em 1963. Tornava-se, assim, novamente camponês, depois de morar na cidade durante dezoito anos, período em que trabalhou como operário numa tecelagem, uma das atividades econômicas que substituíram a cafeicultura em Descalvado após a crise de 1929. Na sua terra, passou a plantar feijão, milho, mandioca, etc. Com o passar do tempo, tornou-se também granjeiro.

O caso de Marcatto não foi isolado em Descalvado. Muitos camponeses oriundos do regime do colonato não somente adquiriram terras, como também implantaram granjas de frango de corte a partir de meados da década de 1950. Muitos deles passaram a integrar uma cooperativa local. Essa empresa, que chegou a contar com mais de cem cooperados, faliu há cerca de dez anos em função da corrupção promovida por alguns de seus integrantes:

Em 1920 o rebanho no município de Descalvado era da ordem de 15.180 bovinos com uma produção de 225.000 litros de leite. Trinta anos mais tarde, havia

³ Depoimento pessoal dado ao autor da dissertação em 2017.

aproximadamente 30.000 animais elevando a produção para 8 milhões de litros. Em 1967, verificou-se novo incremento na criação de gado, e a produção de leite elevou-se para 12 milhões de litros, o que justificou, no fim da década de 40, a instalação de 2 indústrias de laticínios no município: a Vigor e a Nestlé (KAISTEN, s/d, apud MAGNO, 2011).

Em 1955, quando surgiram as primeiras granjas, iniciou-se também a fase da avicultura na região, tendo Descalvado como um dos carros chefes. No começo os produtores eram isolados, porém aumentaram lentamente até 1960, quando chegaram a 200. Nessa época, o município já se preparava para receber uma rede de industriais para o processamento de aves para atender o mercado externo (a Cooperativa Mista do Vale do Mogi-Guaçu), tornando-se um dos maiores produtores de frango de corte do país (MAGNO, 2011, p. 38).

Após a crise de 1929, a maior parte dos colonos abandonou a zona rural, transformando-se, assim, num enorme contingente de trabalhadores assalariados urbanos. Muitos deles, diante da falta de emprego em Descalvado, dirigiram-se para cidades maiores, que já experimentavam franca industrialização, como Campinas e São Paulo, onde efetivamente se proletarizaram e/ou engrossaram o exército de mão de obra de reserva.

Marcatto recordou a rápida expansão do algodão e, sobretudo, da pecuária leiteira, entre as décadas de 1930 e 1950, fato esse que também contribuiu sobremaneira para acabar com o colonato, reorganizando, assim, o território capitalista de Descalvado. Numa entrevista concedida em 15 de julho de 2018, no Rio de Janeiro, onde reside atualmente, a senhora Mary Mayese Leite Dias Hoffmann, com noventa anos de idade, confirmou a versão de Marcatto ao afirmar que seu pai, Glenan Dias Leite, renomado médico de Descalvado, onde atuou por mais de cinquenta anos, sobretudo nos meados do século XX, foi o responsável pela introdução da pecuária leiteira no município:

Ele trouxe para Descalvado seu numeroso rebanho leiteiro a cavalo, desde a Fazenda Capoeirinha (situada entre as cidades de Machado e Alfenas, em Minas Gerais e, atualmente, famosa pela excepcional qualidade do café que produz), então recém-vendida pelo seu pai (meu avô), um renomado advogado de Belo Horizonte (HOFFMAN, 2018)⁴.

Desse modo, a pecuária leiteira, além de ter precipitado o fim do colonato, acentuou o êxodo rural e a repulsão da população do município, haja vista que o gado bovino não necessita de grande número de trabalhadores nas fazendas. Em consequência desses processos de transformação do território capitalista, desencadeados pela crise de 1929, a população de Descalvado declinou significativamente. Em 1950, já não chegava à metade do total registrado em 1900 (Figura 9).

⁴ Entrevista concedida, em 2018, por Mary Mayese Leite Dias Hoffman, proprietária de duas grandes fazendas em Descalvado, atualmente residente no Rio de Janeiro.

Figura 9 - Evolução demográfica de Descalvado (1872-2010)

Fonte: Kastein, L. C. A. (s/d)

O declínio demográfico, rural e urbano, de Descalvado também foi resultante do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), estabelecido em 1963:

Silva (1999) ressalta a importância do ETR no fechamento das colônias. Para ela, com o ETR o trabalho de homens, mulheres e crianças passou a ser individualizado e a produção de subsistência descontada do salário de cada trabalhador. O colonato, então, perdia sua razão de existir e seu fim compõe o quadro da migração campocidade na metade do século XX (MAGNO, 2011, p. 38).

Na década de 1960, juntamente com o colapso do colonato, observou-se nas cercanias da cidade de Descalvado a expansão em larga escala dos canaviais, hoje predominantes nas melhores terras de toda a região:

Eu e o Válder criamos frango de corte pelo sistema de integração com a empresa D'Oro, frigorífico situado em São Carlos e pertencente à tradicional família paulistana Lutfalla. Mas o Sebastião preferiu plantar cana. Plantou por conta própria. Ele preferiu não arrendar para usina. Uma – a Santa Rita – nunca paga ninguém; a outra, a Usina Ipiranga, que iniciou suas atividades em 1969, só moi cana de terra arrendada (MARCATTO, 2017)⁵.

Nessa época, o fator preponderante que impulsionou o plantio crescente de cana-de-açúcar em Descalvado foram os atrativos preços do açúcar no mercado internacional. Entretanto, a primeira usina fundada nas proximidades de Descalvado foi a Vassununga, hoje chamada Santa Rita. Segundo Moacir Vizotto⁶, essa usina foi fundada em 1952, por Guilherme Scatena, um renomado fazendeiro de São Carlos/SP, de quem seu pai fora, durante muitos anos, *retireiro*, isto é, trabalhou na ordenha do leite por diversos anos. Nascido, em

⁵ Depoimento de Valdir Aparecido Marcatto, filho do ex-colono e sitiante João Marcatto, que entrevistamos anteriormente).

⁶ Entrevista concedida em 27 de setembro de 2017.

1942, na fazenda Jaguarandi, onde seu pai era retireiro, Vizotto assistiu de perto as transformações vividas pelo campo de Descalvado. Segundo seu relato:

Meu avô tinha uma fazenda de café em Santa Rita do Passa Quatro/SP quando foi deflagrada a crise de 1929. Por isso, morreu precocemente, com apenas 44 anos de idade. Provavelmente em função de uma doença desencadeada pelas perturbações emocionais geradas por esse episódio, uma vez que precisou entregar a fazenda devido as dívidas contraídas junto aos armazéns. Órfão, meu pai se viu ainda muito jovem obrigado a buscar trabalho. Tornou-se, assim, tropeiro, peão, passando a transportar animais por longas distâncias. Certa vez, meu pai foi obrigado a conduzir um rebanho de porcos aqui de São Simão/SP até São José do Rio Preto/SP. Essa viagem demorou noventa dias!

Vizotto se aposentou após trabalhar durante mais de trinta anos na Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Nesse emprego, fazia a manutenção das máquinas de pequenas usinas que existiam no entorno de Descalvado e que abasteciam uma grande área que se estendia de Analândia/SP a Ribeirão Preto/SP. Na condição de funcionário da CPFL, percorreu diariamente, ao longo de mais de três décadas, as zonas rurais dos municípios abrangidos por essa vastidão. Desse modo, Vizotto foi uma testemunha ocular da completa transformação de fazendas de café, algodão, milho, gado em imensos canaviais que, hoje, predominam na região de Ribeirão Preto. Assistiu, incrédulo, à derrubada completa de sedes e de colônias de empregados das fazendas, que passaram a dar lugar ao “*mar de cana*” em Descalvado.

Salientamos que a aposentadoria de Vizotto é pró-forma. Afinal, nunca abandonou as abelhas. E vê, tomado por uma mistura de resignação e preocupação, o rápido sumiço desses insetos em Descalvado. Hoje, com 78 anos de idade, viúvo e pai de um único filho, caminhoneiro, que *não quer saber de mel*, Vizotto ainda mantém em sua casa uma pequena estrutura melífera artesanal. Desse modo, consegue armazenar e envasar o mel, a própolis e outros produtos das abelhas que habitam as dezenas de caixas instaladas nos estaleiros que espalhou por inúmeras fazendas de Descalvado e região. Para dar conta de todas essas tarefas, Vizotto tinha, anteriormente, a ajuda do irmão, hoje com 86 anos de idade. Agora, conta com a ajuda de dois funcionários, que, se tiverem interesse, poderão se tornar os únicos herdeiros de seu enorme e rico legado.

No dia da entrevista, final de setembro de 2017, início da primavera, aguardava ansioso a chegada das chuvas para, livre da poeira, poder extrair todo o mel produzido no ano pelas abelhas que ainda resistem bravamente ao avanço irresponsável do agronegócio canavieiro sobre as terras, os cerrados e as matas descalsvadenses. Indagado sobre o Assentamento Aurora, na conversa que voltamos a ter no dia seguinte (28 de setembro), disse que essas terras pertenciam à Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que também era

proprietária da estação local, que ainda existe, agora escondida pelos eucaliptos remanescentes.

Segundo Vizotto, essas árvores existem desde os primórdios da ferrovia, uma vez que sua lenha era usada pelas locomotivas Maria-Fumaça, movidas à vapor. Ou seja, a existência de eucaliptos nessas terras remonta ao século XIX, quando a ferrovia se estendeu até a Estação Aurora, uma vez que Descalvado, que chegou a ser o terceiro maior produtor de café do estado de São Paulo, à época era *fim de linha*, expressão popular usada para designar o que os estudiosos chamam de boca de sertão: a última estação de uma dada linha ou ramal ferroviário. De fato, Descalvado era a última cidade do ramal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que partia da cidade de Cordeirópolis, passando por Araras, Leme, Pirassununga e Porto Ferreira.

Ao se referir aos tempos áureos do café, quando Descalvado era o terceiro maior produtor paulista (estando atrás apenas de Campinas/SP e Ribeirão Preto/SP), Vizotto fez menção às grandes e tradicionais fazendas do município, todas frequentadas por ele desde menino, em função da apicultura. E fez questão de destacar uma em particular: a Bela Aliança. Nessa fazenda, que ainda hoje ostenta uma sede daquela época, havia milhares de colonos que, aos finais de semana, organizavam festas, para as quais mantinham até uma orquestra. E me corrigiu quando falei que deveria atrair muitos moradores urbanos: quase toda a população de Descalvado vivia, nessa época, nas colônias; e não na cidade. Os convidados, portanto, vinham das fazendas vizinhas, como a Monte Alverne, a Ibicoara, a Santa Elizabete e tantas e tantas outras que contribuíam para que Descalvado se destacasse como um dos principais municípios produtores de café do país até a fatídica crise de 1929, que encerrou esse ciclo marcante da economia brasileira.

3 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E BARBÁRIE NO CAMPO BRASILEIRO

Neste capítulo, composto por três seções, buscamos analisar os fatos referentes à reforma agrária, sob aspectos sociopolíticos, abrangendo vários períodos históricos, com o objetivo de traçar os cenários que configuram o pano de fundo desta dissertação, influenciando nas questões aqui estudadas.

3.1 OS PRIMÓRDIOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A enorme concentração fundiária é uma característica marcante do território brasileiro. Mais do que isso, a propriedade da terra se constitui num balizamento da própria história do país. Algumas das mais extensas propriedades fundiárias privadas do mundo são encontradas no Brasil. Em 1992, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a área ocupada pelas trezentas maiores dessas propriedades privadas equivalia a duas vezes a superfície total do estado de São Paulo.

Mais recentemente, dados divulgados pelo referido órgão governamental mostram não apenas a persistência da concentração fundiária, mas sua evolução. Entre 2010 e 2014, enquanto a soma das áreas dos minifúndios caiu de 8,2% para 7,8% da superfície total ocupada pelos imóveis rurais; as pequenas propriedades reduziram sua participação de 15,6% para 14,7%; e as médias, de 20% para 17,9%. Por outro lado, as grandes propriedades, privadas e públicas, foram de 56,1% para 59,6% da área total ocupada pelos imóveis rurais no período analisado (ATLAS TERRA BRASIL, 2015).

Relacionados a tamanha e histórica concentração fundiária, veremos que alguns termos e expressões como *sesmarias*, *Lei de Terras*, *Estatuto da Terra*, *Programa Nacional de Reforma Agrária*, *latifúndio*, *agronegócio* serão recorrentes nessa dissertação. Cada qual com seus significados, o uso político-ideológico dessas palavras tem garantido, historicamente, a concentração de terras, mesmo quando sua conotação remete à realização da Reforma Agrária.

Segundo Oliveira (2007), a expressão *Reforma Agrária* surgiu no Século XIX, naqueles países marcados por uma grande concentração fundiária e, ao mesmo tempo, por uma massa de camponeses sem terra ou com pouca terra. Constituiu-se, originalmente, como um instrumento político dos governos desses países para frear e/ou impedir uma revolução socialista. Por meio de ações coordenadas, a *Reforma Agrária* visa reordenar o território,

melhorando a distribuição da propriedade e/ou posse da terra e da renda – o que supostamente possibilitaria ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos.

Ressaltamos, aqui, a diferenciação conceitual existente entre *reforma agrária* e *revolução agrária*. Para Oliveira (2007), a reforma agrária não vislumbra alterar o modo capitalista de produção existente numa dada sociedade. Ao contrário, a revolução agrária busca mudar, simultaneamente, a distribuição fundiária (e de renda) e a estrutura social existente, uma vez que, necessariamente, objetiva implantar outro modo de produção.

Se nunca tivemos notícia de uma *revolução agrária* no país, uma efetiva e completa *reforma agrária*, compreendida como uma redistribuição de terras, socialmente justa e economicamente viável, à luz do modo capitalista de produção, tampouco foi implementada:

A péssima distribuição de terra no Brasil é histórica e envolve os interesses de um quarto da população brasileira. São camponeses, grandes agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra, que tiram seu sustento da produção agrária. Em consequência: "Os conflitos pela terra no Brasil assumem, a cada dia que passa características de uma verdadeira luta armada no campo" (OLIVEIRA, 1991, p. 106).

Vale destacarmos que a questão agrária se agravou após o fim do tráfico negreiro, a partir de 1850, quando acabou o Império, sob pressão dos fazendeiros, estabelecendo-se a compra e venda como forma padrão de aquisição de terra. Desse modo, o usucapião foi limitado, perpetuando a estrutura fundiária desigual herdada dos tempos coloniais, quando foram instituídas as Sesmarias (MARTINS, 1991).

Oliveira (2007) enfatiza que a luta pela terra ganhou maior vulto após a queda do governo Vargas, em 1945. Essa mudança de governo veio acompanhada pela promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1946, fato que teria contribuído decisivamente para o acirramento dos conflitos fundiários no país. Corrobora a ótica de Oliveira o artigo *Os comunistas e a Constituinte de 1946*, publicado no *site* do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de autoria de Anita Leocádia Prestes, quando aborda a atuação do referido partido na Assembleia Constituinte daquele ano, da qual seu pai, Luís Carlos Prestes participou, na condição de senador:

Desde o início dos trabalhos da Constituinte, a bancada comunista composta pelo senador Prestes e 14 deputados iria destacar-se pela defesa permanente da democracia e dos direitos democráticos, travando, por exemplo, luta ferrenha pela imediata revogação da Constituição de 1937, objetivo que não seria alcançado, dada a maioria conservadora da Assembleia de 1946. Uma vez elaborado o Projeto da Constituição, a bancada comunista apresentou 180 emendas ao mesmo, indicando vários de seus aspectos conservadores. [...]. A declaração de voto da bancada comunista foi lida por Prestes e, como assinala Sérgio Soares Braga, nesse discurso Prestes “procura articular as propostas elaboradas pelo PCB à Constituinte com a análise que o partido fazia da sociedade brasileira da época, centrando seu foco de

atenção na abordagem da questão agrária e da sua relação com o processo de democratização do País” O problema da terra no Brasil - o monopólio da propriedade privada da terra -, visto como um dos grandes entraves à democratização do País, constituiu uma das principais questões levantadas pelos comunistas nos debates parlamentares então travados. Tendo votado contra o Projeto de Constituição que seria aprovado pela maioria conservadora da Assembleia Constituinte, a bancada comunista propôs emendas visando a garantia do direito de propriedade, “desde que não seja exercido contra o interesse social ou coletivo ou quando anule, na prática, as liberdades individuais proclamadas nesta Constituição ou ameacem a segurança nacional” e afirmando que esse direito e seu uso serão condicionados ao bem-estar social, de modo que permitam a justa distribuição deles com iguais oportunidades para todos? [...] Ao mesmo tempo, os comunistas propunham outras emendas com o objetivo de garantir “a fixação do homem no campo, tomando as medidas necessárias para o fracionamento dos latifúndios, para o desenvolvimento das pequenas propriedades, para a criação de novos centros de população agrícola, com as terras e as águas que lhes sejam indispensáveis para o fomento da agricultura e para evitar a destruição dos elementos naturais e os danos que a propriedade possa sofrer em prejuízo da sociedade” Emendas que seriam rejeitadas pela maioria reacionária com assento na Constituinte de 1946. [...]. Nos discursos de Prestes a reforma agrária é um tema recorrente. Afirmava ele: (...) sem uma redistribuição da propriedade latifundiária, ou em termos mais precisos, sem uma verdadeira reforma agrária, não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem? [...] Palavras premonitórias e reveladoras, que se mantêm atuais, demonstrando não só a postura pioneira dos comunistas na luta pela reforma agrária, como a justeza dessa luta, encampada hoje por amplos setores da sociedade brasileira, apesar da encarniçada resistência oferecida de maneira firme e persistente pelos grandes proprietários de terra e seus representantes nos poderes da República (PRESTES, 2016, p.12-13).

A queda de Vargas impulsionou, também, a ascensão das Ligas Camponesas, surgidas em 1945, a partir da organização dos horticultores de Recife (PE) sob comando do PC do B. Esse partido político partia do pressuposto de que a aliança operário-camponesa seria imprescindível na luta pelo socialismo no país.

Todavia, o movimento político Ligas Camponesas surgiria somente dez anos mais tarde, em 1955, no Engenho da Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE), em meio aos protestos contra a forte alta do foro, nome dado ao preço cobrado pelos arrendamentos (OLIVEIRA, 2007). Para Martins (1981, apud Oliveira, 2007, p. 106), tal episódio, ao contribuir para a “tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste”, acabou conferindo uma dimensão nacional à luta pela Reforma Agrária.

Cumprir lembrar que, um ano antes da ocorrência desse evento, em 1954, surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), para articular e organizar o PCB “na condução e unificação do processo de luta camponesa no seio da luta dos trabalhadores assalariados em geral no país” (OLIVEIRA, 2007, p. 19). Outro evento marcante da luta pela terra ocorreu nesse ano, a saber, a aprovação em São Paulo da Lei da Revisão Agrária. Essa lei identificou cinco áreas paulistas nas quais deveria se aplicar a Reforma Agrária. Remetendo sua análise a Lombardi (2004), Oliveira (2007) nos lembra, porém, que apenas numa delas o referido projeto foi mesmo posto em prática: o assentamento

da Fazenda Capivari, localizada entre Capivari e Campinas, mais conhecido como Bairro Reforma Agrária.

Nas gestões imediatamente subsequentes à de Vargas, do ponto de vista das mais relevantes ações governamentais da esfera federal em prol da Reforma Agrária, destacamos a mensagem do presidente João Goulart, em 1961, dirigida ao Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2007).

Tal ênfase repetiu-se inúmeras vezes durante esse governo (1961/64), como comprova o famoso comício de Jango, realizado na estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13/03/64:

[...] Não há ameaça mais séria à democracia do que desconhecer os direitos do povo; não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo e de seus legítimos líderes, fazendo calar as suas mais sentidas reivindicações. Estaríamos, sim, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, que de norte a sul, de leste a oeste levanta o seu grande clamor pelas reformas de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será como complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria (GOULART, 1964, s/p).

Como se sabe, esse discurso precipitou a queda do governo Jango, consumada poucas semanas depois. Sua sucessora, a ditadura militar assumiu o poder diante de uma enorme pressão social pela realização da Reforma Agrária. Diante desse cenário, o novo governo resolveu assinar, prontamente, o Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei no. 4.504/1964 (BRASIL, 1964). Além disso, criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Alguns anos depois, em 1970, esses institutos se fundiriam, dando origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Na ótica de Oliveira (2007), o Estatuto da Terra foi uma *farsa histórica*. Ao articular o INCRA ao Programa de Integração Nacional (PIN) – que, por meio de uma série de grandes obras de engenharia como rodovias, interligou o sul da Amazônia ao restante do país – e ao Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) – que passou a desapropriar imóveis “*mediante prévia e justa indenização em dinheiro*” (alínea “a” do artigo 3) em áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE –, a ditadura militar realizou uma “contrarreforma agrária”, uma vez que favoreceu amplamente os latifundiários (OLIVEIRA, 2007, p. 124).

Segundo Feliciano (2003):

Esses programas tiveram como preocupação reconhecer a importância da Reforma Agrária. Podem até ter reconhecido, mas de fato em nada contribuíram, somente algumas poucas ações foram desenvolvidas nas Regiões Norte e Centro-Oeste, onde os projetos de colonização ganharam um peso maior [...]. O INCRA ficou

praticamente isolado e sem ação com todos esses programas e isso ficou evidente quando, em 1982, o governo militar criou o MEAF (Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários) comandado por um general. O que naquele momento estava acontecendo de fato era uma reestruturação de organismos de Reforma Agrária, que na realidade estavam restritos, mais à colonização e regularização fundiária (FELICIANO, 2003, p. 38.)

A Tabela 1 traz informações estatísticas sobre as quais Feliciano (2003) se embasou para elucidar seus pressupostos.

Tabela 1 – Projeto de Colonização e Assentamentos por Região – Brasil (1965-1984)

Região	Programas	Área	Famílias
Centro-Oeste	129	3.724.164	27.271
Norte	46	18.579.512	107.079
Nordeste	38	1.155.781	17.081
Sul	35	181.570	7.335
Sudeste	16	79.431	3.702
BRASIL	264	23.720.395	162.468

Fonte: Feliciano, 2003 apud INCRA, 1995.

Em meio ao avanço acelerado dessa *contrarreforma agrária*, a perseguição e o desaparecimento das lideranças populares se tornaram recorrentes durante os vinte anos de ditadura militar que o país vivenciou. Tal fato desarticulou os movimentos sociais, inclusive as Ligas Camponesas, elevando abruptamente o número de assassinatos no campo. Eis “a real intenção dos estrategistas militares: abrir caminho para o acesso do grande capital – nacional e/ou estrangeiro – às riquezas da Amazônia” (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

Em 1985, a ditadura militar chegou ao fim. Iniciava-se a Nova República, sob o comando do governo Sarney. Parecendo fazer frente à contrarreforma agrária, marca registrada do regime militar, o novo governo lançou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que deveria assentar 1,4 milhões de famílias numa área de cerca de 43 milhões de hectares. Porém, os grandes proprietários rurais, respaldados pelo Congresso Nacional, reagiram a esse plano:

As reações e manifestações contra a proposta de Reforma Agrária foram imediatas. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foram totalmente contra a proposta de Reforma Agrária, tanto que se uniram e organizaram um Congresso Brasileiro sobre a Reforma Agrária (ou sobre a melhor maneira de não concretizá-la), realizado em junho de 1985, em Brasília. Não é de se estranhar que logo após o Congresso, tenha sido criada a UDR – União Democrática Ruralista. [...]. A UDR firma-se como um movimento dos latifundiários, contra a implantação do Plano de

Reforma Agrária, desde a maneira como foi proposta no Congresso da CONTAG e também caracterizava-se como uma força que usava da violência para conter as manifestações dos movimentos sociais que reivindicavam a democratização do acesso à terra. [...]. A partir desse quadro iniciaram-se as negociações e articulações para a elaboração final do Plano Nacional de Reforma Agrária. Os recuos da proposta original foram tamanhos a ponto de regredir nas ações e propostas de uma Reforma Agrária. As lutas para a elaboração se travaram no Congresso, onde a bancada ruralista tinha peso e muito poder. [...]. No final do mandato do presidente José Sarney, ele extinguiu o cargo de ministro da Reforma Agrária, e logo após extinguiu também o próprio MIRAD e criou o INCRA, extinto por Jader Barbalho em 1987, quando assumiu o MIRAD (FELICIANO, 2003, p. 46).

Como se vê, o governo Sarney não alterou a estrutura fundiária do país. Segundo o INCRA (1995, apud FELICIANO, 2003), apenas 69.778 foram assentadas e três milhões de hectares desapropriados, dados muito distintos da proposta original do PNRA. Muito contribuiu para isso a promulgação da Constituição Federal de 1988, que tornou insuscetível a desapropriação da propriedade produtiva, transferindo para uma legislação complementar as normas para o cumprimento dos requisitos relativos à função social da terra:

O plenário do Congresso Nacional tornou-se, durante a Constituinte, um espaço de lutas por excelência. De um lado pelo avanço em direção a uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, de outro pelo recuo cada vez maior na proposta reformista em marcha no governo Sarney. A chamada "bancada ruralista", com o apoio declarado da UDR, venceu a batalha parlamentar, e a Constituição de 1988 passou a conter uma legislação mais reacionária do que o próprio Estatuto da Terra (OLIVEIRA, 2007, p. 128).

Sucessores de Sarney, os governos Collor de Melo/Itamar Franco (1990/94), os primeiros eleitos diretamente na Nova República, tinham, como meta, assentar quinhentas mil famílias. Oliveira (2007) nos lembra que esse número representava não mais do que 35% do previsto – mas não cumprido – pelo PNRA do governo anterior. Mesmo assim, a realidade se mostrou bem diferente: nesse quadriênio, foram assentadas apenas cinquenta mil famílias.

O grande descompasso entre os projetos de Reforma Agrária elaborados pelos governos da Nova República e sua efetiva execução também foi recorrente durante as duas gestões Fernando Henrique Cardoso (FHC). Feliciano (2003) cita que, no início do 1º governo Cardoso (1995/98), foram feitas referências importantes à histórica concentração fundiária. Para revertê-la, seria preciso “*executar uma reforma agrária estabelecida pela Constituição com paz e justiça*” (FELICIANO, 2003, p. 54). Mas a realidade foi outra, como bem ilustram os dois grandes massacres de camponeses ocorrido durante esse governo: de Corumbiara (RO), em 1995; e de Eldorado dos Carajás (PA), em 1996.

Segundo Oliveira (2007), o aumento de conflitos como esses no campo deu-se, em grande medida, pela crescente organização política dos movimentos sociais. De fato, os dois casos

mencionados acima tiveram a participação direta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Surgido em 1984, no apagar das luzes da ditadura militar, momento histórico da redemocratização do país, o MST contribui, desde o seu surgimento, para:

[...] emergir uma nova componente política da luta pela terra que é a denúncia da grilagem das terras pelos latifundiários. Em Corumbiara foi assim, as terras do fazendeiro que se dizia proprietário já deviam ter sido retomadas pelo Estado porque não cumpriu o que a Lei que permitiu o acesso àquela terra dizia. Em Eldorado dos Carajás foi a mesma coisa, o fazendeiro que se dizia proprietário da fazenda Macaxeira, na realidade, tinha uma autorização para explorar castanha, não o título de propriedade das terras. Assim, o MST traz à tona essa nova discussão, e é evidente que nesse momento questiona na raiz o pacto das elites, sobre a terra, e, principalmente a sua base jurídica. Como contraponto o Estado busca a criminalização das lideranças do MST. Esta foi, pois, uma primeira estratégia política do governo FHC para fazer frente aos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2007, p. 144).

O surgimento de movimentos sociais como o MST resultou, ainda no primeiro governo Cardoso, num aumento significativo das ocupações de terras, como mostra a Figura 10.

Figura 10 - Brasil: Número de famílias em ocupações de terras por Estado (1988-2003)

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2003

Para Oliveira (2007, p. 142), esse fato revela que a reforma agrária é, “antes de ser uma política propositiva do governo, a necessidade de resposta à pressão social”. Há que registrar, entretanto, que, no 2º governo Cardoso, foi notável a queda do número de famílias em ocupações de terra. Segundo Fernandes (s/d), isso se deveu à mudança de estratégia desse governo, que:

[...] desenvolveu uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo uma política de mercantilização da terra. Desse

modo, em 2001, criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupada mais de uma vez. Criou um cadastro nos Correios das famílias interessadas em serem beneficiadas pela política de assentamentos rurais. 839.715 famílias se cadastraram. Implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. No segundo mandato do governo Cardoso, essa política cresceu em detrimento das desapropriações. Também destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento. Ainda cortou verbas para a política de educação nos assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST. De 1999 a 2002, o MST e outros movimentos camponeses experimentaram um enorme refluxo da luta pela terra (FERNANDES, s/d, p.3).

3.2 A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DOS GOVERNOS PETISTAS

No portal do INCRA, na Internet, que acessamos em 17/01/2017, estava publicado o total de *Assentamentos de Trabalhadores(as) Rurais – Números Oficiais* referente ao período que se estende de 1995 a 2015. Por meio de uma simples compilação desses dados, obtivemos o número total oficial de assentamentos, registrados em cada governo ao longo desse tempo:

- 1o. Governo Cardoso (1995/98): 287.994
- 2o. Governo Cardoso (1999/02): 252.710
- 1o. Governo Lula (2003/2006): 381.419
- 2o. Governo Lula (2007/2010): 232.669
- 1o. Governo Dilma (2011/2014): 107.354
- Ano de 2015 (início do 2o. Governo Dilma): 26.335

Nota-se, a partir do segundo governo Lula, um número decrescente de famílias assentadas. Outro indicador do retrocesso da Reforma Agrária nos últimos governos foi o abandono progressivo da política de desapropriação de terras. A gestão Dilma foi a mais emblemática dessa realidade: praticamente não desapropriou terras, ao mesmo tempo em que criou pouquíssimos projetos de assentamentos (Figura 11).

Figura 11 - Assentamentos criados por vários governos (1995-2016)

Fonte: Instituto Socioambiental, 2017

É preciso ressaltar, no entanto, que esses dados fornecidos pelo INCRA (2017) não condizem exatamente com a realidade. Observe que os dados desagregados – que excluem os lotes submetidos à regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos antigos, reassentamentos etc., apresentados por Oliveira se contrapõem àqueles divulgados pelo INCRA (Figura 12).

Figura 12 - Assentamentos Reforma Agrária (2003-2014)

Fonte: OLIVEIRA, 2015

Desse modo, o governo Lula, por exemplo, assentou apenas 150 mil famílias:

O governo Lula, no primeiro mandato, diz que assentou 381 mil famílias, mas, em verdade, assentou apenas 150 mil famílias em novos assentamentos. A diferença ficou com a velha matemagia do Incra que soma aos novos assentamentos aqueles da regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos antigos, reassentamentos etc. No segundo mandato, o governo Lula afirmou que assentou 232 mil famílias, entretanto, assentou apenas 65 mil. O governo Dilma no primeiro mandato garante ter assentado 105 mil famílias, todavia, assentou apenas e tão somente 31 mil famílias em assentamentos novos. [...]. Em 2015 o resultado não foi diferente, embora, o Incra até o final de fevereiro, não tenha atualizado os dados em seu site. Notícias oficiais na mídia indicavam no início do mês de outubro que o Incra havia assentado 13 mil famílias e que até o final do ano tinha como meta chegar a 30 mil. Este número deriva do total de 120 mil famílias proposto para os quatro anos do mandato, mesmo que o cadastro dos acampados atualizado pelo próprio Incra indicasse que há o total de 129 mil famílias acampadas no país. É necessário lembrar que a realização da reforma agrária pelo Estado é preceito constitucional, portanto, obrigação do governo fazê-la, e, direito dos cidadãos em tê-la. Ou seja, não é uma decisão dos partidos que governam fazê-la ou não, muito menos, partidos, organizações ou intelectuais querê-la ou não (OLIVEIRA, 2015, p.29).

Numa matéria intitulada *O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?*, publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA) uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) voltada à análise das grandes questões sociais e ambientais nacionais, Rubem Siqueira, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CTP), afirmou que o governo Dilma destoou do de Lula, uma vez que este ainda teria feito um esforço para conciliar Reforma Agrária, agricultura familiar e agronegócio (ISA, 2016).

Por outro lado, Carlos Frederico Marés, professor da PUC-PR e cofundador ISA, destaca que os governos de Cardoso, mas, sobretudo os de Lula e Dilma melhoraram sensivelmente a qualidade de vida das famílias assentadas. Isso teria se dado de duas maneiras: apoio institucional, isto é, a adoção de políticas públicas; e investimento, caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – linha de financiamento para a agricultura camponesa (inclusive daquela proveniente da Reforma Agrária) que, criada pelo governo FHC, teria sido ampliada, melhorada e requalificada pelas gestões Lula (ISA, 2016).

Cumprе lembrar que os governos Dilma mantiveram o Pronaf, bem como as políticas de fomento ao campo criadas nas gestões Lula, a saber: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que garante a compra da produção camponesa, e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que incentiva reformas e construções de moradias.

Para o economista João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a manutenção de tais medidas durante os governos

Dilma não contemplou as reais necessidades dos camponeses, dada a falta de recursos e de vontade política da referida administração (ISA, 2016).

Para Marés, a opção política adotada desde o início do ciclo petista no governo federal pela não realização da Reforma Agrária atende aos interesses do *agronegócio*, bem como das alianças dela decorrentes:

Em 2003, 2004, quando o Lula não consegue alterar a estrutura jurídica para promover a reforma agrária, os setores do agronegócio e do ruralismo, junto com o Judiciário, começam a tomar cada vez mais posições francamente contrárias à reforma agrária. Isso é um crescendo (...). Os setores do agronegócio começam a pressionar para a modificação das leis de dentro do governo, não de fora, nos dois governos [de Lula e de Dilma] (ISA, 2016, s/p).

Stédile apontou outros fatores causadores do retrocesso das políticas governamentais em prol da Reforma Agrária:

[...] a falta de uma visão estratégica para o campo; a aliança política que se aprofundou com o agronegócio; uma visão distorcida de que a reforma agrária é cara, como se dependesse de recursos do tesouro; e uma equipe administrativa muito tecnocrática e ignorante para os temas agrários, em especial na Casa Civil, que passou a brear todos os processos de desapropriação (ISA, 2016, s/p).

Segundo dados divulgados pelo INCRA (2017), até 2014, no Brasil, as políticas governamentais voltadas para a Reforma Agrária haviam distribuído 89 milhões de hectares de terras. Nessas áreas, que, somadas, equivalem a uma vez e meia o território da França, vivem atualmente 977 mil famílias.

Mesmo assim, muitas grandes propriedades (públicas e privadas) continuam improdutivas. Segundo dados disponíveis no Atlas da Terra Brasil 2015, elaborado pela CNPq/USP, sob a coordenação do Professor Doutor em Geografia Humanas da FFLCH-USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 175,9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil.

É preciso destacar que esse número se baseia no índice de produtividade da terra. Criado em 1980, esse número jamais foi atualizado. Nesse ano, considerava-se produtiva aquela propriedade que obtivesse 1.200 quilos de soja por hectare. Segundo Oliveira (2015, p.29):

Caso houvesse uma atualização, levando-se em conta a evolução dos meios e das técnicas de produção, o índice de produtividade iria para 3.500 quilos por hectare. Esse problema também ocorre ainda no cálculo de produtividade de outras culturas [...] As grandes propriedades crescem, e a improdutividade é grande, o que significa que o simples fato de ter terra no Brasil, ainda que improdutiva, enriquece seus proprietários. É um problema grave da questão fundiária.

Oliveira (2015) nos lembra que a reversão de tamanha concentração fundiária, isto é, a realização da reforma agrária é um imperativo do Estado brasileiro, uma vez que se constitui em preceito constitucional:

Reiterando, é obrigação do Estado e direito dos cidadãos. Para tal, a legislação

brasileira manda os governos elaborarem o Plano Nacional de Reforma Agrária, que foi feito apenas duas vezes, no governo Sarney o primeiro e no primeiro mandato de Lula o segundo. Isso equivale afirmar que há três mandatos de governos petistas o país está sem um PNRA. É urgente, necessário e obrigatório o governo atual fazê-lo. O mais interessante é que muito poucos têm se levantado contra a não realização da reforma agrária pelos governos petistas. Certamente, os contrários a ela, estão agradecidos. As principais centrais sindicais, os principais movimentos socioterritoriais e a maioria absoluta dos intelectuais estão em silêncio, logo coniventes (OLIVEIRA, 2015, p. 30)

Entretanto, as políticas públicas relacionadas à questão fundiária adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma) têm sido diametralmente opostas aos preceitos da Constituição Federal de 1988. Numa entrevista concedida ao site do MST, em 2011, Oliveira afirmou que, no primeiro governo Lula (2003/2006), foi lançado o II PNRA, que projetou o assentamento de 520 mil famílias. Mas a prática não foi condizente com aquilo que constava nesse programa. Contrapondo-se aos dados oficiais (que confirmam 381 mil assentamentos no primeiro governo Lula), Oliveira (2015) afirma que essa gestão não assentou mais do que 150 mil famílias.

Tal discrepância resulta da classificação, como assentamentos novos, de áreas que tiveram regularização fundiária, bem como daquelas de reconhecimento de assentamentos antigos e de reassentamentos de atingidos por barragens. Ou seja, o primeiro governo Lula, assim como o segundo governo Cardoso, falsificou e superdimensionou os números de sua política de Reforma Agrária. Essa prática, denominada por Oliveira de *matemagia dos números*, também ocorreu nos governos petistas mais recentes, conforme já explanamos anteriormente.

A redução dos assentamentos, sobretudo a partir do segundo governo Lula (2007/2010), foi deliberada, uma vez que fez parte de uma política de favorecimento ao agronegócio e, sobretudo, ao latifundiário. Evidência disso foi a elevação expressiva do número e do tamanho das áreas passíveis de regularização. Por meio de medidas provisórias, o segundo governo Lula transferiu 67 milhões de hectares de terras públicas a proprietários privados.

Nas palavras de Oliveira (2011), trata-se de uma medida “fragorosamente inconstitucional”, uma vez que essas terras estavam registradas no nome do INCRA. Uma vez que a Constituição Federal de 1988 estabelece que terras públicas devem ser destinadas à Reforma Agrária, o que ocorreu foi a legitimação da grilagem de terras. Ou seja, assistiu-se no país a uma efetiva contrarreforma agrária.

Além disso, no segundo mandato não foi elaborado o 3º Plano Nacional de Reforma Agrária. Então, o governo se descompromissou em fazer a Reforma Agrária e passou a adotar uma política de contrarreforma Agrária, porque enviou duas medidas provisórias (MPVs) ao Congresso. Uma em 2008, a MPV 422, e outra em 2009, a MPV 458, elevando a área passível de regularização na Amazônia Legal de 100 mil hectares para 2500 hectares e só passou no Congresso até 1500 hectares. Isso quer dizer que nesse segundo mandato o governo fez uma política de legalização da grilagem. Isso quer dizer que, ao invés de se fazer Reforma Agrária, se adotou uma política de contrarreforma Agrária. Então, o balanço final é de que o governo não teria, no segundo mandato, feito cumprir a grande meta que era a Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2011, s/p).

Outro ponto destacado por Oliveira (2011) é a transferência de patrimônio público para a esfera privada. Isso se deu notadamente na Amazônia, por conveniência, uma vez que é o lugar onde o INCRA dispõe de maior estoque de terras. Segundo o autor supracitado, assim como a adulteração dos números de famílias assentadas foi recorrente na história do país, a legitimação da grilagem de terras não foi uma novidade dos governos Lula. Essa ilegalidade também foi marcante nos governos anteriores – Cardoso, Collor de Mello/Itamar Franco, Sarney, ditadura militar etc. – porque há muita corrupção no INCRA, mais especificamente, subornos pagos para facilitar e criar as condições necessárias para a transferência das terras do Incra ao agronegócio. Por exemplo:

[...] no estado do Mato Grosso, os principais municípios produtores de soja estão sob terras do Incra, que o Incra não destinou para a Reforma Agrária e reservou porque elas já estão ocupadas pelos grileiros que produzem soja, como a Primavera do Leste, uma das maiores produtoras de soja do Brasil (OLIVEIRA, 2011, s/p).

Nota-se, assim, que o INCRA, via de regra e, contrariamente aquilo que deveria realizar, é usado como um instrumento voltado à produção/reprodução da concentração fundiária. Exceção a essa regra, isto é, a implantação efetiva de novos assentamentos é dada somente sob pressão política e conflito:

Do contrário, o órgão nunca esteve empenhado em cumprir o que o plano estabelecia. Para você ter uma ideia, em 2009, o governo assentou 23 mil famílias. Ou seja, não tem interesse nenhum. Onde há pressão, faz. Onde não há, não faz [...]. Portanto, não se trata de uma decisão da bancada ruralista ou coisa parecida. É uma deliberação do governo. Ou seja, o Lula vai entrar para a história do Brasil como entrou o Dom Pedro II, que permitia a legalização de terras públicas à oligarquia; vai entrar como entrou Getúlio, que também fez um decreto de lei legalizando as terras; vai entrar que nem os militares, que também destinaram boa parte das terras da Amazônia à iniciativa privada. Na realidade, ele não mudou em nada. Vai para a história não como alguém que fez Reforma Agrária, mas como alguém que não só não fez como também adotou essa política de transferir patrimônio público para os grileiros (OLIVEIRA, 2011, s/p).

Segundo reportagem publicada pela revista Carta Capital (2015), referindo-se a dados do INCRA, havia no país, em 2010, cerca de 5,2 milhões de imóveis rurais, que somavam 571,7 milhões de hectares. Apesar de corresponderem a pouco mais de 2,5% do número de imóveis rurais cadastrados, as grandes propriedades (detentoras de áreas acima de 1.000 ha)

abrangiam, nesse ano, quase 56% das terras, cujas áreas, somadas, equivalem ao tamanho do território da Argentina. Entre 2003 e 2010, a concentração fundiária persistiu. Ao desagregar os dados cadastrais do INCRA⁷, em terras de particulares e terras públicas, Oliveira (2015) constatou que as grandes propriedades particulares aumentaram sua área em 92,1 milhões de hectares, passando de 146,8 milhões de hectares, em 2003, para 238,9 milhões de hectares, em 2010:

Esses números revelavam ao país que a área apropriada pela grande propriedade latifundiária tinha aumentado violentamente como nunca havia ocorrido na história do país. Justamente, no governo do Partido dos Trabalhadores, a área dos latifundiários cresceu nos dois mandatos de Lula, o absurdo de 62,8%, quase o dobro do seu crescimento durante a ditadura militar, e, cinco vezes mais do que o governo FHC (OLIVEIRA, 2015, p. 34).

Apesar das grandes proporções assumidas por essa grilagem, o INCRA ainda tem, no seu cadastro, um total de 120 milhões de hectares de grandes propriedades improdutivas – identificadas, ressaltamos, segundo o índice de produtividade, extremamente defasado, criado na década de 1980. Tratam-se de terras passíveis de Reforma Agrária, segundo o Estatuto da Terra e a legislação complementar (OLIVEIRA, 2011).

3.3 A EXPLOSÃO DA BARBÁRIE NO CAMPO BRASILEIRO

No campo brasileiro, a lógica capitalista monopolista altera a produção agropecuária, contrariando os interesses da maioria da população. Um exemplo dessa contradição movida pela busca incessante de lucros maiores é a insegurança alimentar predominante, dado que a produção do campo sob a lógica capitalista monopolista do agronegócio atende, notadamente, aos ditames do capital:

Assim, o agronegócio moderniza o País, já não dependemos mais apenas da importação do trigo, mas, agora também, do leite. Estamos, pois, diante de uma terrível contradição. Quem produz, produz para quem paga mais, não importa na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as commodities (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Ou, como preferem os companheiros, é o neoliberalismo em sua plena volúpia (OLIVEIRA, 2004, p.16).

Uma vez que a lógica capitalista no campo, qual seja, a de produzir para quem paga mais gera,

⁷ Conforme aparecem no gráfico da reportagem da Carta Capital, conforme citado no texto.

contraditoriamente, a insegurança alimentar para a população como um todo, o agronegócio precisa remover os entraves nacionais, sejam eles burocráticos, protecionistas ou ideológicos. Isso se dá pela difusão da doutrina político-econômica neoliberal, que busca criar uma consciência dos interesses comuns. Dito de outro modo, a ideologia neoliberal exalta as benesses do agronegócio por meio da propaganda difundida pela grande mídia corporativa e por parte considerável das universidades e instituições públicas de pesquisa, em detrimento dos reais interesses da imensa maioria da sociedade brasileira:

Trata-se, portanto, de uma "verdadeira luta de classes na teoria", para exaltar os feitos de uma classe social que domina a política do país desde o período colonial, e que em praticamente nada, contribuiu para melhorar as condições de vida dos camponeses e trabalhadores assalariados do país. E, como se pode observar, esta classe latifundiária leva consigo, em sua ideologia, uma parte dos cientistas das universidades públicas e das instituições de pesquisas igualmente públicas. Estes cientistas têm estado à disposição destas elites para produzir "conhecimento", ciência para aumentar ainda mais a dominação que elas exercem sobre a sociedade brasileira. Como se pode ver, a produção científica está também, atravessada pelo modo de pensar capitalista e, conseqüentemente, pelas suas ideologias, neste caso em particular, pela ideologia do agronegócio. É assim, que o dinheiro público vai sendo destinado para aumentar ainda mais as desigualdades sociais existentes no Brasil. E, o Estado em todas as suas dimensões vai sendo apropriado pelas classes dominantes aliadas mundialmente (OLIVEIRA, 2016b, p. 108).

É fato que não apenas a grande mídia corporativa e as universidades públicas que difundem a ideologia neoliberal. O Estado brasileiro também, pelas declarações de seus representantes máximos. Numa entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, e publicada em 10 de março de 2017, o então ministro da justiça do governo Temer, Osmar Serraglio, disse: "O que acho é que vamos lá ver onde estão os indígenas, vamos dar boas condições de vida para eles, vamos parar com essa discussão sobre terras. Terra enche a barriga de alguém?" (BRAGON; MATOSO, 2017, p. B1).

Segundo o referido jornal paulistano, cerca de 30% das doações de campanha de Serraglio de 2014 ao cargo de deputado federal pelo estado do Paraná foram de empresas ligadas ao campo. Membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das principais representantes do agronegócio no Congresso Nacional, Serraglio foi relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215), que altera o sistema de demarcação de terras indígenas. Para o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber César Buzatto, a PEC 215 é uma estratégia dos ruralistas para inviabilizar as demarcações de terras indígenas.

Uma série de outras medidas governamentais favoráveis ao agronegócio foram tomadas recentemente. Segundo a reportagem, em novembro de 2016, a Casa Civil da Presidência da República mandou devolver à Funai treze processos de demarcação de terras indígenas que aguardavam homologação presidencial. Esses documentos, abertos entre 2004 e 2014, aguardavam assinatura do presidente Michel Temer, referem-se a 1,5 milhão de hectares em onze Estados

reivindicados por índios de dezessete diferentes etnias. O Ministério da Justiça também devolveu à Funai outros seis processos em fase de identificação, etapa burocrática que antecede a homologação (BRAGON; MATOSO, 2017).

Referindo-se à função social da terra, Marcio Santilli, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e sócio fundador do ISA afirma, na mesma reportagem, que "os índios não estão preocupados em encher a barriga, estão preocupados em ter suas terras demarcadas e respeitadas" (BRAGON; MATOSO, 2017).

Em artigo do jornal Valor Econômico, José de Souza Martins também ressalta que a fala do ministro se contrapõe à função social da terra, ao lembrar que a mesma é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988:

Na fala do ministro não estão contidos os grandes e decisivos valores relativos à humanidade do homem. É a fala do vencedor tripudiando sobre o vencido. Os índios carecem da urgente demarcação de seus territórios não para encher barriga, mas para sobreviver como povos, preservar sua identidade e seu modo de vida, assim como o brasileiro genérico que é o ministro e quem o segue precisam do Brasil para continuar a ser simplesmente brasileiros. A mandioca da terra fictícia do ministro é para dar lucro, encher o bolso, antes de encher a barriga só dos que possam pagar por ela. A mandioca da terra mítica do índio é para prover a farinha que lhe enche a barriga e lhe dá vida, sem mediações econômicas e ideológicas. A terra rentista da alusão do ministro, a das urgências do lucro sem medida nem princípios, é, também, a que responde pela crescente ruína do meio ambiente, pelas matas reduzidas a lenha, carvão e fumaça, que também não enchem barriga, pela diminuição das águas dos rios e dos mananciais ou por sua poluição. A terra rentista compromete a tudo que é fundamental para a manutenção e reprodução da vida. A fala do ministro indica que ele não passou na prova oral para ingresso no complicado universo do seu ministério, o da gestão dos direitos humanos e dos direitos sociais próprios e fundamentais desta sociedade singularíssima, que é a nossa, constituída por rica diversidade étnica, social e cultural. No limite, questionar a diferença e o direito à diferença das populações indígenas e dos outros grupos sociais que fazem com que o nosso seja um país multiétnico e plural e não o país medíocre da linearidade, é uma ameaça concreta à sobrevivência daquela multidão de brasileiros que fazem do Brasil o Brasil que conhecemos e no qual nos reconhecemos (MARTINS, 2017, s/p).

Portanto, é sistemática a violação da Constituição Federal de 1988, uma vez que interesses privados ligados ao agronegócio e à busca incessante do lucro se sobrepõem à função social da terra. Nas últimas campanhas presidenciais, por exemplo, os maiores financiamentos procederam do maior frigorífico do mundo, isto é, de uma empresa multinacional do agronegócio:

A JBS, que controla as marcas Friboi e Seara, foi a maior doadora do País nas eleições de 2014: foram mais de 350 milhões de reais doados a dezenas de políticos e partidos. A campanha à reeleição de Dilma Rousseff (PT), por exemplo, recebeu 73,4 milhões da JBS; a do adversário da petista no segundo turno, Aécio Neves (PSDB-MG), recebeu 51 milhões de reais. A empresa também doou 200 mil reais à campanha à campanha para a Câmara dos Deputados de Osmar Serraglio. O

dinheiro foi enviado ao diretório nacional do PMDB, que repassou o valor para a campanha do hoje ministro (CARTA CAPITAL, 2017, p.i).

Tomando como referência a variação do PIB nacional ocorrida entre 1996 e 2014, Oliveira (2016b) faz um alerta: a agropecuária, além de possuir a menor expressão econômica dentre os setores da economia, tem participação declinante na composição do referido indicador:

Em 2014, para um PIB total de R\$ 5,521 trilhões, o setor agropecuário participou com apenas e tão somente R\$ 262,300 bilhões, ou seja, repetindo apenas 4,8%. [...]. Como pode ser verificado, o PIB da agropecuária nesse período de 19 anos oscilou entre 40 e 262 bilhões de reais, ou seja, cresceu pouco mais de seis vezes. Fato que também, ocorreu com o setor dos serviços, pois, a indústria cresceu pouco mais de 5 vezes. Porém, quando se verifica a participação percentual do setor da agropecuária no PIB, em relação a aqueles da indústria e dos serviços, ela oscilou de 7,4% em 2.003 para 4,8% em 2013 e 2014, refletindo uma tendência de baixa contínua (OLIVEIRA, 2016b, p. 103).

Nesta dissertação, apresentamos dados que confirmam essas tendências. Diante de tal constatação, qual seja, a decrescente participação da agropecuária na composição da economia nacional, muitos ideólogos do agronegócio se apressaram para propor novas concepções metodológicas, de cunho neoliberal, para forjar uma maior relevância a esse tema agrário/agrícola:

Foi por isso, que os ideólogos do agronegócio trataram, via concepção neoliberal, de proporem novas concepções metodológicas para realizar a medição da importância econômica deste setor. Em termos teóricos, segundo José Graziano da Silva (1996) "as noções de *agribusiness*, sistema agroalimentar e de *filière* foram utilizadas (...) por exemplos, por Davis & Goldeberg (1957) nos Estados Unidos e depois por Malassis (1968; 1973a; 1979), na França." SILVA (1996, p.65) informou ainda que "o termo *agribusiness* foi cunhado numa conferência em Boston (Estados Unidos) em 1955 por J.H. Davis e apareceu pela primeira vez na literatura internacional já no início do ano seguinte. Davis & Goldberg (1957) definem o *agribusiness* como a 'soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados'" (OLIVEIRA, 2016b, p. 103-104, grifos do autor).

Atendendo claramente aos interesses da classe social que domina as atividades econômicas mais variadas, conforme exposto no excerto acima, o Ministério da Agricultura (MAPA) adota um critério para superestimar, para inflar o papel do agronegócio na economia do país. Trata-se do *PIB do agronegócio*:

[...] ou seja, uma "matemagia" que, como já afirmado, soma os dados da indústria e dos serviços a aqueles da agropecuária, passando para a sociedade uma ideia de grandeza que a agropecuária brasileira não tem. Tomando-se os dados divulgados pelo Centro de Estudos avançados em Economia Aplicada da ESALQ/USP (CEPEA), que elabora o "PIB do agronegócio" para a CNA - Confederação Nacional da Agricultura, em 1996, ele foi de R\$656,324 bilhões. Enquanto isso, o IBGE apurou [...] apenas R\$40,958 bilhões, ou seja, o "PIB do agronegócio" da CNA está inflado 16 vezes. Quando tomado o dado de 2011, o número

CEPEA/USP/CNA é de R\$917,654 bilhões, porém, para o IBGE ele é de apenas R\$192,653 bilhões, ou seja, 4,7 vezes maior. Trata-se, portanto, de uma "verdadeira luta de classes na teoria", para exaltar os feitos de uma classe social que domina a política do país desde o período colonial, e que em praticamente nada, contribuiu para melhorar as condições de vida dos camponeses e trabalhadores assalariados do país. E, como se pode observar, esta classe latifundiária leva consigo, em sua ideologia, uma parte dos cientistas das universidades públicas e das instituições de pesquisas igualmente públicas. Estes cientistas têm estado à disposição destas elites para produzir "conhecimento", ciência para aumentar ainda mais a dominação que elas exercem sobre a sociedade brasileira. Como se pode ver, a produção científica está também, atravessada pelo modo de pensar capitalista e, consequentemente, pelas suas ideologias, neste caso em particular, pela ideologia do agronegócio. É assim, que o dinheiro público vai sendo destinado para aumentar ainda mais as desigualdades sociais existentes no Brasil. E, o Estado em todas as suas dimensões vai sendo apropriado pelas classes dominantes aliadas mundialmente (OLIVEIRA, 2016b, p. 108).

De fato, os produtores rurais ligados ao agronegócio são amplamente privilegiados pelo Estado brasileiro. Segundo informações do ISA (2017), entre 2013 e 2015 o agronegócio recebeu, em média, 85% do total do financiamento agrícola oficial. Nesse período, os recursos oficiais disponíveis para médios e grandes produtores rurais aumentaram de R\$ 20,5 bilhões para R\$ 187,7 bilhões, enquanto que os do Pronaf saltaram de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 28,9 bilhões. Nesta dissertação trazemos, mais adiante, um infográfico, ilustrando a extrema concentração fundiária do país.

Remetendo sua análise a Oliveira (2003), Camacho (2012) ressalta que esse modelo produz, contraditória e simultaneamente, a modernidade e a barbárie, o que traz consequências socioambientais negativas:

Destacamos a produção de impactos socioambientais e destruição da sociobiodiversidade por parte do agronegócio, porque além da destruição ambiental o agronegócio interrompe o processo humano de produção da cultura popular, pois des(re)territorializa os sujeitos produtores desta cultura no campo. Nos territórios onde o agronegócio se territorializou, são os territórios onde não existe a produção da cultura popular que a *agri-cultura* camponesa propicia, como as festas juninas que comemoram tradicionalmente as colheitas. Pois, o *agri-negócio* não produz cultura, somente capital, por isso que não existem festas populares onde o capital se territorializou. Logo, o agronegócio é Barbárie e Modernidade porque é predador da sociobiodiversidade (CAMACHO, 2012, p.2).

De fato, ao perpetuar e agravar a concentração fundiária no país, o avanço do agronegócio tem gerado o aumento da barbárie no campo. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1986 e 2015, 1.773 pessoas foram assassinadas em conflitos de terra. Só em 2015, a CPT computou 1.217 conflitos, que envolveram 816.837 famílias. Esses números tiveram um incremento de 26% em 2016. Segundo a eminente instituição, ligada à Igreja Católica, naquele ano, foram registrados 1.536 conflitos, envolvendo 909.843 famílias. Já os assassinatos cresceram 22%, ou seja, saltaram de

cinquenta, em 2015, para 61 em 2016. Vale ressaltar que, além dos camponeses, os conflitos e mortes atingem quilombolas e indígenas (CPT, 2017).

Dos 61 assassinatos em conflitos no campo, em 2016, treze foram de indígenas, quatro de quilombolas, seis de mulheres e dezesseis foram de jovens cuja faixa etária varia entre 15 a 29 anos. Nos últimos 25 anos, o número de mortes registradas em conflitos só foi maior em 2003, quando ocorreram 73 assassinatos (CPT, 2017). A Tabela 2 informa sobre a violência no campo, no período entre 2015 e 2017.

Tabela 2 - A explosão da barbárie no campo entre 2015 e 2017

Eventos relatados	Anos de Referência			Percentuais/Anos	
	2015	2016	2017	% 2015/16	% 2016/17
Assassinatos	50	61	71	22	16
Tentativas de assassinatos	59	74	120	25	62
Ameaças de morte	144	200	226	39	13
Agredidos	187	571	137	206	-76
Presos	80	228	263	185	15

Fonte: o autor com base nos dados de CPT, 2017

Em 20 de abril de 2017, num assentamento localizado na gleba Taquaruçu do Norte, pertencente ao município de Colniza/MT, nove camponeses foram chacinados. À época, o MST publicou nota sobre o referido massacre, discutindo a realidade sangrenta instalada no Estado do Mato Grosso, devido à luta pela terra. Segundo informa a nota, o município de Colniza/MT é um dos mais violentos do Estado, conforme relatórios publicados pelo CPT (2016, 2017). A nota ainda traz uma discussão acerca das legislações que têm afetado diretamente essas zonas de conflito, contribuindo para a exacerbação da violência.

O Caderno de Conflitos no Campo, publicado pela CPT (2016, 2017) corrobora a ideia de que o desmonte do Estado brasileiro, perpetrado pelo Governo Temer se constituiu num fator preponderante para esse aumento explosivo da violência, como expressam reportagens da CPT (2016, 2017) e do MST (2017). De fato:

Na avaliação da CPT o quadro do desmonte se substancia por ações como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em maio de 2016, após o afastamento de Dilma Rousseff para prosseguimento do processo de impeachment pelo Congresso Nacional, bem como a diminuição dos recursos e equipe em órgãos responsáveis pela política no campo e floresta, como a Fundação Nacional do Índio (Funai), e a composição majoritária do Congresso Nacional e cargos de confiança do Executivo de expoentes do setor ruralista. [...]. No centro do conflito está a construção de progressivos obstáculos para efetivar o direito à terra para estas populações. Crítica permanente dos movimentos populares e organizações de defesa dos direitos, a política de distribuição de terras, não priorizada nas gestões

anteriores, passa a ser orientada para atender às oligarquias locais e capitais internacionais (MST, 2017, s/p).

Nesse mesmo dia, Waldomiro Costa Pereira foi assassinado no Pará. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Pereira era um dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás (PA), ocorrido há mais de 21 anos, em 17 de abril de 1996. Ele foi assassinado no hospital, após ter sobrevivido a um atentado. Essa tragédia virou notícia no *Le Monde*, em 26 de abril de 2017: “Era membro de um desses batalhões de brasileiros em guerra contra a voracidade dos grandes proprietários de terra, gigantes agrícolas e grupos mineradores”, escreveu a correspondente do jornal francês em São Paulo.

A matéria do *Le Monde* discute sobre a escalada da violência no campo, apontando que 2017 bateu todos os recordes, tornando-se o mais sangrento, uma vez que, segundo a CPT (2017), foram registrados 71 assassinatos no país relacionados a conflitos fundiários. Ruschel (2018) num artigo publicado na revista *Carta Capital*, nos lembra que, em novembro daquele ano, o então deputado federal Jair Bolsonaro fez, durante um comício em Vitória/ES, um discurso favorável ao uso indiscriminado da violência porta parte dos proprietários fundiários:

No que depender de mim, o agricultor, o homem do campo, vai apresentar como cartão de visita para o MST um cartucho (de) 762. Àqueles que me questionam se eu quero que mate esses vagabundos, quero, sim. A propriedade privada numa democracia é sagrada. Invadiu, pau nele (RUSCHEL, 2018, s/p).

Nesse artigo, Ruschel (2018) destacou que, no dia 08 de dezembro de 2018, essa profecia se confirmou em Alhandra/PB: José Bernardo da Silva (“Orlando”) e Rodrigo Celestino, líderes do MST, foram executados no acampamento Dom José Maria Pires. Para o professor e pesquisador do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, Marco Antônio Mitidiero, tamanha barbárie foi explicada pela enorme concentração fundiária observada naquele Estado, onde as Ligas Camponesas tiveram uma atuação muito intensa nas décadas de 1950 e 1960.

Na matéria de Ruschel (2018), João Pedro Stédile, líder do MST, aponta um dos fatores que explica essa escalada da barbárie no campo brasileiro, que é o sentimento de impunidade gerado por Jair Bolsonaro, durante sua campanha (vitoriosa) à presidência da República:

Bolsonaro fez uma campanha baseada no ódio e no estímulo ao uso de armas. Com a vitória, brotou um sentimento de impunidade naqueles latifundiários mais truculentos, que sempre acham que é possível resolver os problemas sociais pela força. Vamos tomar nossos cuidados, agir com prudência e denunciar todas as tentativas de criminalizar os movimentos do campo e da cidade. A sociedade não aceita a violência como método de governar (RUSCHEL, 2018, s/p).

Esse cenário de guerra, para repetirmos a expressão usada pelo Le Monde, torna bastante atual as palavras proferidas por Oliveira (2003) sobre a barbárie que permeia o campo no Brasil:

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie [...]. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade geral no Brasil (OLIVEIRA, 2003, p.114).

Oliveira (2003) reiterou que essa barbárie é resultado da modernidade, que produz as metrópoles, que comandam a industrialização e, concomitantemente, a mundialização da economia nacional. Sob o prisma das relações sociais, esse processo é marcado, por um lado, pela internacionalização da burguesia nacional (fator gerador das empresas multinacionais que comandam o capitalismo monopolista); por outro, pela exclusão dos pobres na cidade e no campo. Tal realidade também indica que o campesinato, conquanto classe social com características próprias – segundo uma das correntes do pensamento marxista que iremos analisar no próximo item – resiste e se recria:

Assim, o campo contém as duas faces de uma mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem de modernidade. De outro, está o campo em conflito. A mesma série estatística que registra os conflitos, retransmite o recado vindo do campo: nem a violência dos jagunços, nem a repressão social democrata do governo FHC e de muitos governos estaduais como o do PSDB em São Paulo, ou mesmo os textos dos intelectuais e a opinião da mídia representante das elites que não veem esta realidade, são suficientes para impedir a já longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e de parte dos excluídos da cidade, para “entrarem na terra”, para se transformarem em camponeses. Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, aprenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado. Mas as elites ao contrário, como têm que garantir o passado, veem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio, expresso na propriedade privada capitalista da terra (OLIVEIRA, 2003, p. 115).

No início de 2019, cerca de dezesseis anos após a publicação da análise de Oliveira (2003) exposta acima, deparamo-nos com uma realidade fundiária sombria. À criminalização crescente dos movimentos sociais, sobretudo daqueles atrelados à luta pela terra (inclusive urbana), que foi a tônica do governo Michel Temer (que vigorou de 12/05/2016 a 31/12/2018), soma-se a falta de um projeto nacional, problema escancarado durante a

campanha presidencial de Jair Bolsonaro, como nos aponta o entrevistado Stédile na matéria feita por Ruschel (2018, s/p):

Infelizmente, o novo governo não tem um projeto nacional e muito menos de desenvolvimento econômico e social”, diz o líder do MST. “Será apenas um governo voltado para os interesses dos banqueiros, das empresas estrangeiras, e a favor da privatização de nossas estatais. Basta ler as declarações do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e seus chicagos boys.

4 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA, PARTICULARMENTE EM DESCALVADO/SP

Neste capítulo abordamos questões vinculadas aos efeitos da mundialização do capital que incide sobre o campo e a agricultura, com foco específico na análise do município de Descalvado/SP.

4.1 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NAS ÓTICAS DE CHESNAIS (1996) E OLIVEIRA (2016b)

Concordamos com Lombardi (2004, p.37), quando afirmou que “nenhum processo social pode ser analisado isoladamente”. Desse modo, dissertar sobre a resistência e a territorialização camponesa em Descalvado/SP perpassa pela compreensão, *a priori*, do contexto histórico internacional. Em outras palavras, abordar o surgimento de um assentamento de reforma agrária “implica necessariamente compreender o contexto maior no qual ele está inserido e com o qual está relacionado hoje, bem como aquele que o determinou”.

Segundo Oliveira (2012), o contexto histórico determinante do mundo contemporâneo se encontrou no final do século XIX. Naquela época, eclodiram conflitos de interesses internacionais. Eram disputas interimperialistas por mercados e fontes de matérias-primas, que culminariam com a eclosão das duas Grandes Guerras (1914/18 e 1939/45, respectivamente). No imediato pós-II Guerra, esses conflitos foram superados mediante alianças e/ou cooperações das burguesias nacionais. Isso se deu por meio da associação das empresas internacionais com as nacionais. Chamado por Chesnais (1996) de mundialização do capital, esse processo incessante de compras e fusões de empresas deu origem às multinacionais.

Essas megacorporações, assim como seus proprietários, isto é, os capitalistas, têm como característica marcante a ubiquidade. Encontram-se presentes em praticamente todo o mundo, interligando dialeticamente os mercados das nações mais industrializadas aos dos demais países existentes mundo afora. Essa mundialização do capital é caracterizada pela monopolização da economia, bem como pela formação de uma nova ordem mundial:

Consolida-se assim a fase monopolista do capitalismo através da unidade (contraditória) das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais, ou seja: os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam; o mercado da mundialização não é somente o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. Portanto, o capitalismo não está centrado somente nos países ricos, o centro do capitalismo está em todos os lugares do mundo onde as empresas multinacionais

estão. Essa é, pois, a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista (OLIVEIRA, 2016b, p. 102).

Oliveira (2016b, p. 95) reiterou que o conceito de mundialização do capital foi elaborado por François Chesnais (1996) para confrontar o neoliberalismo na academia, isto é, para “explicar os elementos fundantes deste novo período histórico do desenvolvimento do capitalismo”.

Dessa forma, a mundialização do capitalismo monopolista amalgamou em escala mundial o capital distribuído entre os diferentes países. A construção dessa nova hegemonia foi possível, de um lado, em decorrência da emergência dos Estados Unidos como, praticamente única potência militar e econômica do mundo, e de outro, pelo processo de consolidação dos novos oligopólios internacionais: as empresas mundiais. Elas derivaram do cerne da crise interimperialista: a disputa pelos mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas monopolistas nacionais, ou seja, soldou-se uma nova aliança de classe entre as burguesias nacionais, afastando com ela, pelo menos temporariamente, o risco de uma nova guerra mundial. Três processos simultâneos e intercambiados permitiram esta aliança mundial das burguesias: a necessidade de movimentos mundiais de capitais, produção capitalista mundial e existência de ações de governos em nível mundial (OLIVEIRA, 2016b, p. 95-96).

Noutras palavras, a formação, o domínio e a expansão das multinacionais geraram “novas formas de organização interna e de relações de trabalho” (OLIVEIRA, 2016b, p. 96) que envolveram esses três processos inter-relacionados:

O primeiro processo, o movimento internacional de capitais foi determinado pela necessidade da reconstrução da Europa e do Japão depois da II Guerra Mundial. O Plano Marshall e as fusões entre empresas industriais americanas e europeias, as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, os acordos de São Francisco e a Guerra Fria serviram de base para os fluxos de capitais norte-americanos na Europa, no Japão e no mundo todo. O Acordo de Bretton Woods, a criação do FMI – Fundo Monetário Internacional, do BIRD e do Banco Mundial foram ações que visaram estabelecer a regulação internacional para o movimento internacional de capitais. [...]. O segundo processo, a produção capitalista internacionalizada, derivou dos monopólios da pesquisa e, conseqüentemente, da tecnologia que, somado ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais, internacionalizando-as. Ao mesmo tempo, geraram as bases da produção internacional, qual seja, o controle da força de trabalho, dos mercados e das fontes de matérias-primas nacionais. Este controle redundou na formação do mercado mundial de mão de obra e simultaneamente, na posse dos monopólios das fontes de matérias-primas e na repartição dos mercados, substituindo a disputa pela cooperação entre as empresas estrangeiras que se associaram ou fundiram-se com as nacionais. [...]. O terceiro processo, as ações internacionais de governos, decorreu dos dois anteriores somados à necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. As organizações governamentais internacionais constituem uma realidade do mundo pós Segunda Guerra Mundial. A criação da ONU - Organização das Nações Unidas, do FMI - Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, entre outros, e a presença de organismos supranacionais (os blocos econômicos) formado por governos nacionais empenhados em uma economia internacionalizada, passaram a compor cada vez mais, o capitalismo que se mundializava. [...]. Os empréstimos concedidos aos governos dos países, têm que ser aprovados pelo conselho do FMI formado pelos representantes dos países doadores dos recursos. Para conceder esse empréstimo, porém, o FMI faz exigências, que geralmente incluem reformas nas economias dos países. Principalmente depois da reunião que ficou conhecida como Consensus de Washington, esse programa de reformas passou a incluir ajuste fiscal, fim de

subsídios para produtos agrícolas e combustível e privatização de companhias estatais não lucrativas, medidas consideradas impopulares. Estas "receitas" de política econômica do FMI há muito tempo tornaram-se políticas econômicas nacionais de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. Estas constituíram, no pós-guerra, uma verdadeira rede mundial de aplicação/captação de capital e mão de obra. Disso resultou a unificação simultânea do capital mundial e da força de trabalho mundial, no seio de um novo sistema que modificou completamente o sistema de economias nacionais característico do capitalismo concorrencial. Essa unificação reduz a independência dos Estados nacionais e exige a formação de instituições supranacionais para manejar a interdependência crescente dos mesmos [...]. Desse modo, os três processos combinados contraditoriamente, a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos a nível internacional, estão na base da formação do mercado mundial, mercado este que derivou da posição internacional alcançada pelas empresas multinacionais norte-americanas gestadas na perspectiva monopolista do capitalismo, desde o final do século XIX (OLIVEIRA, 2012, p.2-5).

Oliveira (2016b) reiterou esses três processos articulados contraditoriamente – a necessidade de movimentos mundiais de capitais, a produção capitalista mundial e a existência de ações de governos em nível mundial – que originaram o capitalismo monopolista. Comandadas pelas grandes corporações empresariais mundiais, essas alianças obedeceram a uma lógica, a saber:

[...] a crescente necessidade de integração entre as diferentes tecnologias e setores da economia; dos custos crescentes em pesquisa e desenvolvimento; do encurtamento do ciclo de vida útil dos produtos; e da escassez relativa de mão de obra altamente qualificado nos países industrializados. Em resumo, a raiz das novas alianças entre os Estados nacionais e as empresas multinacionais reside no fato de que elas necessitam do Estado nacional para o enfrentamento da mundialização, mas, para se mundializarem, os Estados nacionais necessitam das empresas monopolistas mundializadas para conseguirem sua legitimidade. [...]. Esse processo consolidou esta fase monopolista do capitalismo mundializado através da unidade (contraditória) das empresas monopolistas mundiais e das burguesias nacionais, ou seja, os capitalistas das empresas monopolistas mundiais estão em todos os países onde elas atuam; o mercado da empresa mundial não é somente o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo monopolista uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O capitalismo monopolista mundializado, portanto, não está centrado somente nos países ricos, o centro do capitalismo tornou-se difuso, ele está em todos os lugares do mundo onde as empresas monopolistas mundiais estão. Isso quer dizer que capitalismo monopolista mundializado criou uma nova ordem mundial, fundada simultaneamente, em uma nova divisão mundial do trabalho nos termos de uma nova aliança da classe burguesa em nível mundial. [...]. Desse modo, os três processos combinados contraditoriamente, a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista mundial e a existência de ações de governos em nível mundial, estão na base da formação do mercado mundial. Mercado que derivou da posição mundial alcançada pelas empresas multinacionais norte-americanas gestadas na perspectiva monopolista do capitalismo, desde o final do século XIX. Dessa realidade resulta sua posição de vanguarda no mundo. [...]. Dessa forma, a economia capitalista monopolista finalmente, engendrou sua própria mundialização. Essa mundialização é muito mais do que a pura e simples internacionalização ou multinacionalização da economia. A mundialização decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A mundialização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas

nacionais em empresas mundiais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Internacionalização, multinacionalização e mundialização são, portanto, fenômenos integralmente interconectados. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial (OLIVEIRA, 2016b, p. 97-100).

De um lado, as empresas multinacionais precisaram do Estado nacional para poder enfrentar a mundialização; de outro, o Estado nacional, para se mundializar, precisou das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade. Essa codependência gerou novas alianças entre o Estado e as empresas, que, assim, passaram a exercer o controle da economia mundial.

Assim como no Brasil, essas alianças também foram observadas na Argentina. Lá, o atual governo, comandado pelo presidente Mauricio Macri, instaurado em dezembro de 2015, estreitou ainda mais uma aliança com o capital financeiro internacional. Isso se deu, por exemplo, por meio do endividamento do país para obter os recursos necessários para o déficit fiscal gerado pelo próprio governo ao eliminar as *retenciones* (tarifas que eram cobradas sobre as exportações) e reduzir os *impuestos al patrimonio* (que incidiam sobre o patrimônio da pessoa física, isto é, sobre todos os bens do sujeito). Ao mesmo tempo, foram elevadas as taxas internas de juros, atraindo assim os capitais internacionais:

Lá, a aliança dos capitais internacionais converteu seus dólares em pesos e lucraram com as taxas de internas de juros (*curry trade*) e, uma vez que consideraram que ganharam o suficiente, se foram, deixando a dívida ao povo argentino. Fracassada essa aliança, o governo orfão de ideias e apoio, se agarrou ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI não tem plano econômico (e tampouco necessita tê-lo), uma vez que prioriza que se adotem todas as medidas de ajuste ao gasto público e de consumo interno para garantir a geração de um excedente financeiro e cumprir com as obrigações contraídas e, quando as mesmas forem alcançadas, obrigar a Nação Argentina a fazer pagamentos com ativos, como a reserva de água potável, lítio, o depósito Vaca Muerta (com Tecpetrol do grupo Techint, os investimentos do grupo Bulgheroni e YPF incluídos) e as ações de grandes empresas detidas pelo ANSeS Fundo de Garantia da Segurança Social (ROVELLI, 2018, s/p. Tradução nossa).

Em seu artigo, Rovelli (2018, s/p) nos lembrou que essa aliança do Estado nacional com o capital internacional destruiu a cadeia produtiva, pauperizou a população e gerou uma dívida externa impagável que beneficiou os credores (especuladores do mercado financeiro) e grupos empresariais que operam no país. Em última análise, tal codependência endividou o Estado, isto é, a população argentina. O referido autor reiterou que tal aliança vai na contramão do que chama de “chave de uma economia”:

A chave para uma economia é a sua taxa de investimento, isto é, quando o que se produz e/ou se importa é investido em máquinas e equipamentos, infraestrutura, insumos, trabalhadores e sua formação, e inovação tecnológica para aumentar a quantidade de bens e serviços. Além disso, tecnicamente deve-se considerar quanto é a poupança disponível (riqueza que não é consumida) para que se torne investimento. O mesmo investimento posterior, aumentando o produto, gerará as

"economias que pagam", como afirma John Maynard Keynes. A pergunta seria: Por que isso não acontece na Argentina, ou acontece em alguns períodos e mal? E as respostas são duas e interligadas: Primeiro: Grande parte da poupança (na linguagem "Keynesiana") escapa do país. Isto é, torna-se uma moeda estrangeira e deixa o país. [...] procurando minimizar o pagamento de impostos e ocultar a propriedade dos fundos através do uso de obrigações fiscais. Segundo: atualmente não há perfil produtivo no país, diferente do imposto pelos países desenvolvidos. Isto é, produzir bens e serviços para integrar o mundo e integrar a nação. Menos ainda, pense em como esse perfil definido impacta no trabalho e em outras cadeias de valor, essencialmente quando os EUA e os chamados países desenvolvidos não querem que industrializemos nada, apenas aquilo que, por várias razões, não nos podem vender. E isso porque a nossa burguesia (setores dominantes, poder factual) tem uma visão rentista de curto prazo: ela só investe no que gera altas taxas de lucro, mas sem continuidade. Dessa forma, eles podem rapidamente passar para outro negócio ou atividade, daí a prioridade que eles dão para converter suas participações em moeda estrangeira que migra do país (ROVELLI, 2018, s/p. Tradução nossa).

Esse processo socialmente excludente gerado pela mundialização do capital se impõe sobre os interesses das massas populares – notadamente das brasileiras e argentinas – sob a batuta da ideologia neoliberal.

4.2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL SOB O DISFARCE DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Para compreendermos melhor a conjuntura da nova ordem mundial, recorremos a Oliveira (2016b), que nos remete ao fim do socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e no Leste Europeu. Ocorrido ao longo das décadas de 1980 e 1990, tal fato veio acompanhado pela expansão da ideologia burguesa capitalista, que passou a se sobrepor aos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela *elite pensante*. O instrumento usado pela classe capitalista para pautar a produção intelectual e, particularmente, a universitária, foi a mídia econômica capitalista mundial que, ao reler a crise do socialismo no leste europeu, bem como as transformações vividas pelo capitalismo nessa época, passou a utilizar o termo *globalização*.

Ressalta-se que o uso desse termo não derivou de uma reflexão intelectual voltada para a produção de teorias no mundo acadêmico. Ao contrário, foi produzido e utilizado de forma ideológica para explicar o processo de reordenação territorial do capitalismo mundial:

Esse processo estava fundado na formação, compra e fusões de monopólios econômicos que monopolizaram a economia em termos mundiais. Como novidade formaram-se também em termos mundiais os monopólios constituídos nos países emergentes, fruto da ascensão internacional de setores das burguesias nacionais com apoio do Estado. Estas associações entre empresas monopolistas nacionais e empresas monopolistas internacionais transformaram ambas, em empresas mundiais. Assim, o capital mundial disseminou-se pelos países emergentes, aliançando setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais. Nos meios acadêmicos, importantes intelectuais, particularmente, durante a década de 90 do

século passado, procuraram construir uma explicação científica para o termo globalização. Destacaram-se entre eles, Milton Santos, Armén Mamigonian, Paulo Freire, Octávio Ianni, Georges Benko e Paul Singer. Por certo, a geografia como ciência entrara definitivamente no debate geopolítico do final do século. Afinal, os termos "*borderless*" e "*stateless*" estiveram no centro do debate da nova geopolítica mundial. Nenhuma coisa e nem outra, as fronteiras continuaram vivíssimas e as nacionalidades muito mais profundas e arraigadas. Muitos transitaram por um ou outro caminho, ou mesmo procuram estabelecer conexões entre eles. O certo é que o mundo não era mais o mesmo dos anos setenta do Século XX (OLIVEIRA, 2016b, p. 11-12).

Desde então, o paradigma dominante em nível mundial *passou a ser* “atributo da economia, quer dizer das empresas e de seus executivos” (OLIVEIRA, 2016b, p.10).

A economia capitalista mundial passava das empresas para seus porta-vozes presentes nas revistas, jornais, televisão, rádios e todo tipo de mídia. A Internet abriu caminho técnico para viabilizar a comunicação entre quase tudo e quase todos. E, o celular e seus aplicativos acabaram por colocar quase todos em contato, quase todos "caíram" na rede. Rede passou a ser a palavra de ordem no mundo acadêmico onde tudo virou rede. Ah! Velhos tempos onde rede era instrumento de trabalho e de coleta de alimentos, instrumentos de práticas esportivas, instrumento para juntar pessoas sem enredá-los, sem torná-los indivíduos deles mesmos. Na ilusão que estão conectados ao mundo tornam-se produtores de informações para eles mesmos verem, lerem, curtirem, etc. É a curtição ao avesso: na *selfie* exibem-se para si mesmo. É a plenitude do narcisismo. Ou melhor, vive-se a ideologia do indivíduo e do individualismo. Não há mais tempo livre para trocar ideias para revolucionar o mundo, exceto se for pelo *Twitter*, *Facebook*, *WhatsApp*, etc., ou seja, pelas redes sociais. O celular virou a máquina que faz a mediação das relações entre as pessoas. Não pode haver mais segredos, pois, eles ficam gravados nas máquinas que viabilizam as comunicações entre as pessoas. Não há mais comando dos indivíduos sobre a máquina, são os novos "*Tios Sans*" ou "o grande irmão" que tudo sabe sobre os que pensam estar se comunicando em segredo. Enfim, é a ideologia burguesa procurando apoderar-se das cabeças das pessoas, sobretudo, dos jovens, para a reprodução das inutilidades, fofocas, projeção social etc. Mas muitos dirão, elas também podem ser instrumentos de transformação no mundo da política. Por certo, poderão sim, mas sempre sob os olhos do capital, que agora controla as máquinas e o cotidiano das pessoas. Sempre é bom lembrar, que antes era no cotidiano que a liberdade frente ao capital, permitia às pessoas pensarem criticamente o seu próprio cotidiano sem a mediação do capital, e, conseqüentemente, a revolução (OLIVEIRA, 2016b, p.10-11).

Oliveira (2016b) lembrou que dois processos se somaram ao poder avassalador da ideologia capitalista ao transformar as relações sociais: o neoliberalismo e a mundialização do capital. Para esse autor, o neoliberalismo se constitui numa:

[...] determinada visão social do capitalismo a partir da ótica dos capitalistas, portanto, da burguesia. Assim, tornou-se um conjunto de ideias capitalistas de políticas e economia fundadas principalmente na não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial. Enfim, defende a livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais etc. (OLIVEIRA, 2016b, p. 11).

4.3 A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O capitalismo monopolista está reordenando o território brasileiro, transformando a estrutura social, econômica e política das cidades e do campo. No tocante a esse último, a produção campestre sustentada por fortes subsídios agrícolas, ou seja, por uma política protecionista, tem cedido lugar ao agronegócio – termo derivado da palavra *agribusiness*, cunhada em 1957 por Davis e Goldberg (CAMACHO, 2012).

Na ótica de Camacho (2012), o agronegócio estava calcado na produção de *commodities* em grandes propriedades fundiárias particulares, sob controle de capitais nacionais. Ao mesmo tempo, era dependente da circulação comandada por capitais internacionais, que impuseram à produção os mais variados insumos (máquinas e implementos, sementes, adubos, agroquímicos em geral etc.). Completaram o agronegócio o emprego do trabalho assalariado e sua submissão ao mercado externo, cujos preços eram ditados pelas principais bolsas de valores do mundo, como Chicago e Londres. Tratava-se de uma aliança entre os capitalistas, proprietários de terra, o capital financeiro internacional, o capital industrial agroquímico e o capital comercial:

[...] esse modelo agrário-agrícola analisado, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte oligárquica entre: (1) as grandes corporações financeiras internacionais; (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes; (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias; e (4) os grandes latifúndios exportadores de grãos. Esses *latifúndios* produtivos são, *mutatis mutandis*, tão modernos como o foram as grandes fazendas e seus engenhos de produção da principal *commodity* dos séculos XVI e XVII: a cana-de-açúcar, no Brasil e nas Antilhas. À época não havia nada de mais moderno. A modernidade bem vale uma missa! (GONÇALVES, 2004 apud CAMACHO, 2012, p. 227).

Ademais, o agronegócio encontrava-se sustentado por dois pilares básicos:

[...] (1) no uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência das técnicas ocidentais (que se querem universais); e (2) na expansão das terras cultivadas, sobretudo em regiões onde as terras são baratas (GONÇALVES, 2004, apud CAMACHO, 2012, p. 224).

Oliveira (2012) ressalta algumas características do agronegócio. Uma delas, a sua especialização na produção de *commodities*. Contudo, há outras muito importantes: a determinação de seus preços pelas bolsas de mercadorias e de futuro, que se encontram submetidas aos interesses das multinacionais. Ou seja, à luz do capitalismo contemporâneo, a agricultura passou a se estruturar sobre três pilares, a saber, na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais:

Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista,

em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. As principais *commodities* são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil acrescenta-se também, etanol e boi gordo. Segundo, as bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*. Na Bolsa de Chicago se decide os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. Na Bolsa de Londres são definidos os preços do açúcar, cacau, café, etc. Na Bolsa de Nova York correm as cotações do algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja, etc. No Brasil, não tem sido diferente, a BM&F Bovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF- Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel. Terceiro, a constituição dos monopólios mundiais permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do setor. Essas empresas mundiais têm nas multinacionais suas bases constituintes. Elas formaram-se pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, franquias etc. As empresas mundiais nasceram pois, tanto de empresas estrangeiras como das nacionais que possuindo o controle monopolista da produção galgam o patamar mundial associando-se majoritariamente com empresas nacionais concorrentes. Essas empresas articulam-se através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária mundial: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios (OLIVEIRA, 2012, p.7).

Oliveira (2016b) esclareceu que, antes da mundialização do capitalismo monopolista e consequentemente, do neoliberalismo, a agricultura capitalista estava baseada na revolução verde. Comandada pela FAO e pelo discurso ideológico de erradicação da fome, essa agricultura capitalista tinha os seguintes pilares: a produção subsidiada dos camponeses, a agroquímica e os estoques governamentais. Mas, como se sabe, a fome jamais foi erradicada. Em 2014, por exemplo, 805 milhões de pessoas ainda passavam fome mundo afora (OLIVEIRA, 2016b).

Com o advento do neoliberalismo, Oliveira (2016b, p.123) registrou quatro mudanças na agricultura capitalista:

1. a redução dos subsídios ofertados à agricultura camponesa;
2. o fim dos estoques governamentais de alimentos, calcado na substituição das políticas de soberania alimentar pelas de segurança alimentar;
3. o mercado, comandado pelas “empresas monopolistas mundiais”, tornou-se o único regulador do abastecimento alimentar das populações nacionais.
4. a criação, em 1994, a Organização Mundial do Comércio (OMC), “como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais”.

Desse modo, isto é, à luz da mundialização do capital e de seu viés ideológico, a saber, o neoliberalismo, a agricultura “passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais” (OLIVEIRA, 2016b, p. 123).

Primeiramente, ocorreu a produção de *commodities*, cujo objetivo é transformar toda a agricultura numa mera atividade fornecedora de mercadorias, principalmente trigo, milho, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja, entre outras. No Brasil, além dessas, há também o etanol e o boi gordo.

Em segundo lugar, remetemos às bolsas de mercadorias e futuro, reguladoras dos preços mundiais das *commodities*, sendo a principal delas a Bolsa de Chicago. No Brasil, a principal é a BM&FBovespa, atuante no mercado, inclusive futuro, de café (coffee), soja (soybeans), milho (corn), boi gordo (cattle) e etanol (ethanol) (OLIVEIRA, 2016b).

Completam a tríade as empresas monopolistas mundiais (*world monopolistic enterprises*), as quais exercem o monopólio da produção das *commodities* do campo. Elas são formadas

[...] pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, aquisições, franquias, etc. As empresas monopolistas mundiais, portanto, formaram-se a partir das empresas estrangeiras ou nacionais que retendo o controle monopolista da produção chegaram ao patamar mundial associando-se majoritariamente com as empresas nacionais concorrentes (OLIVEIRA, 2016b, p. 125).

Segundo Oliveira, apenas quatro dessas empresas controlam, praticamente, todo o mercado mundial de alimentos. São elas: a *Cargill Incorporated* (Estados Unidos), *ADM - Archer Daniels Midland Company* (Estados Unidos), a *Bunge Limited* (Holanda e Estados Unidos) e o *Louis Dreyfus Group* (França e Holanda). Soma-se, agora, a essas empresas a chinesa *China National Cereals, Oils e Foodstuffs Corporation*, COFCO.

No Brasil, as empresas monopolistas mundiais se abriram e lançaram ações na BM&FBovespa. Esse era o caso das seguintes empresas: Souza Cruz S/A (1957), Duratex S/A (1966), Celulose Irani S/A (1977), Suzano Papel e Celulose S/A (1980), Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações (1988), Eucatex S/A Indústria e Comércio (1994), Excelsior Alimentos S/A (empresa da ex Sadia S/A - 2001, atual JBS S/A), Cosan S/A (2005), Renar Maçãs S/A (2005), BrasilAgro - Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas (2006), Klabin S/A (2006), Vanguarda Agro S/A (2006), SLC Agrícola S/A (2007), JBS S/A (2007), Marfrig Alimentos S/A (2007), Minerva S/A (2007), Cosan LTD (2007), São Martinho S/A (2007), Tereos Internacional S/A (2007), Satipel Industrial S/A (2007), Fibria Celulose S/A (2009), BRF S/A (2009), BTG Pactual *Commodities* S/A controlada da BTG

Pactual Participations Ltda (2012), Vigor Alimentos S/A (2012), e, a Biosev S/A em (2013). É necessário destacar que a SLC Agrícola S/A tornou-se, em 2007, a primeira *fazenda*, empresa de capital aberto do mundo a colocar ações em bolsas (OLIVEIRA, 2016b).

Todo esse processo de mundialização do capital, que, por extensão, atingiu a agricultura brasileira, estava se dando a partir da articulação da burguesia capitalista mundial articulada com os Estados nacionais. Foi desse modo que se consolidou a aliança da classe capitalista em nível mundial, fenômeno chamado por Lazzarini (2011 apud OLIVEIRA, 2016, p. 126) de "capitalismo de laços":

Esse emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos é o que eu denomino *capitalismo de laços*. Trata-se de um modelo assentado no uso de *relações* para explorar oportunidades de mercado ou para influenciar determinadas decisões de interesse. Essas relações podem ocorrer somente entre atores privados, muito embora grande parte da movimentação corporativa envolva, também, governos e demais atores na esfera pública (LAZZARINI, 2011 apud OLIVEIRA, 2016, p. 126-127).

Nesse contexto marcado pela mundialização da economia, isto é, no âmbito do *capitalismo de laços*, países como a Argentina são chamados a atender às demandas globais de alimentos, conforme explana o já citado artigo de Rovelli (2018), que faz uma crítica à Lei da Semente, proposta por Macri, e que obriga o agricultor a utilizar o sistema Bolsatech, promovido, no país, pela Monsanto e outros que detêm mais de 70% das sementes de soja vendidas no país.

Segundo Oliveira (2016b), desse modo:

Gesta-se um capitalismo monopolista oligopolizado no plano mundial, e, os grupos econômicos são a expressão direta dele. Por isso, eles foram sendo gestados historicamente nas muitas relações entre as classes burguesas nacionais aliadas com o Estado através de novas estratégias. Talvez, tenha sido por isso que ideólogos do capitalismo como OHMAE (1990) tenha escolhido como título para seu livro a palavra *Borderless* (sem fronteiras) e, a revista *Business Week* (1990) denominava as grandes empresas como *Stateless* (sem nacionalidade). Às avessas, indicavam as novas alianças de classe para fazer nascerem as empresas mundiais, verdadeiros monopólios oligopolizados que constituem os novos grupos econômicos nacionais ou mundiais (OLIVEIRA, 2016b, p. 126-127).

Sendo assim, formaram-se, à luz do neoliberalismo, grupos ou conglomerados econômicos (*economic groups ou economic conglomerates*), que atuam articuladamente em termos mundiais, através do processo de fusão, aquisição, associação entre as empresas. Segundo Oliveira (2016), essas empresas (*world monopolists companies*) comandam da produção agropecuária e florestal mundial, articulando-se através de dois processos: a territorialização dos monopólios (*territorialization of monopolies*) e a monopolização do território (*monopolization of territory*).

No que tange à monopolização do território, encontram-se as empresas monopolistas do setor de grãos, que “atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes, têm, também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes” (OLIVEIRA, 2016b, p. 120-121). Exemplo notório do poder que essas *players* possuem no processo de monopolização do território em nível mundial foi a crise dos alimentos, detonada em 2008. Ela foi provocada dois fatores: a alta do petróleo, fato que elevou os custos dos fertilizantes e agrotóxicos, e a destinação do milho norte-americano à produção de etanol:

Este caminho levou à redução dos estoques internacionais desse cereal, e com ele elevação de seus preços e dos demais grãos: o trigo, o arroz e a soja. Assim, a “solução” norte-americana contra o aquecimento global tornou-se o paraíso dos ganhos fáceis dos *players* dos monopólios internacionais que nada produzem, mas sujeitam produtores e consumidores à sua lógica de acumulação. Certamente, não há caminho de volta para a crise, pois, no caso norte-americano os solos disponíveis para o cultivo são disputados entre trigo, milho e soja. O avanço de um reflete inevitavelmente no recuo dos outros, por isso a crítica radical de Jean Ziegler da ONU: “Etanol: crime contra a humanidade” publicada em manchete pelo jornal Estado de São Paulo em 15/04/2008 (OLIVEIRA, 2016, p. 121).

No contexto dessa crise de alimentos, o agronegócio do agrocombustível brasileiro, com apoio do governo brasileiro, ganhou força, expandindo territorialmente suas áreas de cultivo:

A área plantada de cana-de-açúcar na safra de 2007 chegou perto de 7 milhões de hectares e, em São Paulo onde se concentra mais de 50% deste total, ela já ocupava quase a totalidade dos solos mais férteis existentes. Na safra de 2014/15 chegou a 9,0 milhões de hectares, ficando o estado de São Paulo com 4,6 milhões de hectares. As consequências dessa expansão passaram a aparecer, pois, estudo realizado sobre os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelou a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu nesse período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verificava-se que neles ocorrera a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Nesta área reduzida poder-se-ia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nesses municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. É assim e por isso, que o boi vai sendo levado para a Amazônia, fazendo aumentar o desmatamento e a grilagem das terras públicas. E mais, tomando-se o período de 2006 e 2012, nos municípios onde ocorreu a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, deu-se a redução de 81.515 hectares de cultivo do arroz, que permitiria produzir 390 mil toneladas, ou 3,38% da safra deste último ano (OLIVEIRA, 2008 apud OLIVEIRA, 2016b, p. 121-122).

A realidade descrita acima evidencia a territorialização dos monopólios, fenômeno marcante na região de Ribeirão Preto, na qual o município de Descalvado está inserido.

4.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS NO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO

Quando a mundialização da agricultura é caracterizada pela territorialização dos monopólios, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é a mesma pessoa física ou jurídica. Ou seja, um mesmo sujeito tende a deter, simultaneamente, a propriedade da terra, a produção agrícola e o seu processamento industrial (OLIVEIRA, 2016b). Verificada no setor agrícola sucroenergético brasileiro, a territorialização dos monopólios é impulsionada por dois fatores simultâneos. O primeiro deles é uma especificidade técnica desse setor agrícola, qual seja, a produção de uma matéria-prima muito pesada, a cana-de-açúcar, o que restringe muito a distância entre a área de produção e a unidade industrial que realiza seu processamento:

Isto quer dizer, que os custos com o frete da matéria-prima limitam a área de plantio. [...] em estudo realizado, [foram encontradas] diferenças significativas no custo do frete da cana-de-açúcar, revelando que a renda diferencial I originada da diferença dos custos de transportes, atuou permitindo que as terras localizadas mais próximas, por exemplo, de 6 a 10 km da usina de processamento, permitiram em relação às aquelas localizadas de 76 a 80 km, diferença de R\$6,99 por tonelada (OLIVEIRA, 2016b, p. 128).

O segundo fator que impulsiona a territorialização do monopólio no setor sucroenergético é a estreita relação existente entre o capital nacional e o estrangeiro:

O processo de mundialização do capital soldou em outro patamar econômico e político esta relação. Veja-se, por exemplo, as fusões e associações que estão ocorrendo no agronegócio no Brasil, tornando inclusive, empresas nacionais nas maiores empresas mundiais de seus respectivos setores. Este processo aliado ao lançamento do carro flex acoplado à mistura de etanol anidro na gasolina, tem feito o plantio de cana-de-açúcar expandir-se no país (OLIVEIRA, 2016, p. 129).

Ou seja, por meio de fusões e associações, avança no setor sucroenergético a aliança de classe burguesa estrangeira com a brasileira. Isso explica por que, em 2013, por exemplo, a mídia e o setor sucroenergético enfatizavam e superdimensionavam o domínio do capital estrangeiro nas empresas moedoras de cana-de-açúcar, “mesmo sem ele de fato e de direito ocorrer” (OLIVEIRA, 2016b, p. 139):

[...] é preciso deixar claro que na safra 2012/13, o capital brasileiro controlava 74,7% do setor sucroenergético na safra 2012/13, e o capital estrangeiro ficava com 25,3%. Entretanto, porque os usineiros e a mídia indicavam 33%? A resposta está na aritmética para se chegar ao total dos estrangeiros, eles (os usineiros e a mídia) somaram a quantidade total dos dois grupos. Ou seja, somaram os grupos usineiros estrangeiros que controlam totalmente o capital das empresas e aqueles em que o capital estrangeiro é minoritário ou igual, porém, sem serem os controladores das empresas. Seguindo este caminho chega-se na safra 2012/13 a 198,1 milhões de toneladas de cana moída, o que equivale a 33,6% do total da safra (198,115 milhões de toneladas). Assim, a mídia e o setor sucroenergético já estão assumindo o

domínio do capital estrangeiro nas empresas, mesmo sem ele de fato e de direito ocorrer.

Tal comportamento comprova a nova aliança entre os históricos capitalistas do setor canavieiro brasileiro e sua nova posição como participante da fusão com os grupos monopolistas mundiais. Essa aliança entre essas grandes empresas foi estimulada em larga medida pela:

[...] propaganda no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, no qual o presidente Luis Inácio Lula da Silva tentou vender ao mundo o etanol como combustível "limpo", capaz de substituir os derivados de petróleo. Tratava-se de tentar fazer emplacar como política mundial a adição de etanol anidro na mistura da gasolina, em substituição à tetraetilchumbo ou chumbo tetraetila altamente poluidor. Tratava-se de tentar repetir o relativo sucesso do Brasil, que viria reduzir os índices de poluição nas grandes cidades. [...]. Dessa forma, estas pesquisas e a relação entre a expansão da área plantada com cana-de-açúcar e a redução da área cultivada com alimentos levaram a que a Europa e Japão não adotassem de imediato a nova fórmula do uso do etanol anidro na mistura com a gasolina. Mas, a essa campanha feita pelo governo brasileiro, somou-se o lançamento dos veículos com motores *flex fuels* e, o conjunto serviu de estímulo para a entrada do capital estrangeiro no setor (OLIVEIRA, 2016b, p. 143).

No entanto, em 2008, a crise financeira mundial atingiu o setor sucroenergético. Muitas usinas foram desativadas, ao mesmo tempo em que grande parte do capital estrangeiro retirou-se do setor ou fundiu-se, minoritariamente, com grupos nacionais. Essa realidade se contrapõe a muitas análises teórico-metodológicas historicistas, de cunho weberiano, isto é, aquelas que se baseiam em pressupostos valorativos:

Nota-se, portanto que, por detrás das contradições que envolveram a relação entre o capital estrangeiro e o nacional, existem interesses comuns, os quais se constituem na busca pela elevação de suas margens de lucro por meio de uma aliança de classe que, no bojo do processo de territorialização dos monopólios que caracteriza o setor sucroenergético brasileiro, é dado sob comando dos grupos nacionais:

Este assunto da presença do capital estrangeiro no setor sucroenergético tem sido objeto de muita especulação entre os intelectuais tanto no pensamento da direita quanto naquele da esquerda. A mídia tem noticiado o avanço rápido do capital estrangeiro no setor sucroenergético. Ele tem levado a uma compreensão contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que mostra o avanço atual do capital estrangeiro, abre espaço para que as elites do setor justifiquem suas mundializações, que consolida a aliança de classe burguesa no plano mundial (OLIVEIRA, 2016b, p. 139).

4.5 A FORMAÇÃO DOS GRUPOS EMPRESARIAIS MONOPOLISTAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO

Segundo Oliveira (2016b), até a década de 1990, o setor sucroenergético brasileiro era comandado por empresas familiares nacionais, sustentadas pelo Estado mediante políticas públicas de financiamento de suas expansões e transformações técnicas.

A análise da história recente mostra que, entre 1960 e 1990, o número de agroindústrias sucroalcooleiras foi muito influenciado por políticas públicas. Na execução do Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, a partir de 1963, e do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, de 1971, estimulou-se o crescimento do tamanho médio das usinas, procurando-se eliminar plantas consideradas tecnologicamente atrasadas e ineficientes. Como consequência, enquanto em 1964/65 existiam 276 usinas no Brasil, com capacidade produtiva média de 215,3 mil sacas de açúcar por safra, em 1974/75, se registrou a presença de 216 usinas, com capacidade média de 518,6 mil sacas de açúcar (equivalente a 31,1 mil toneladas) por safra (SZMRECSÁNYI, 1979). Em 1975, com a criação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), ao contrário, promoveu-se aumento do número de agroindústrias (evidentemente sem reduzir seu tamanho médio) para atender às necessidades do novo mercado que se instituiu, o do álcool combustível. Entre os incentivos concedidos, destaquem-se a fixação de preços bastante remuneradores, especialmente para o etanol, e a concessão de financiamentos para novos investimentos altamente subsidiados. Entre 1976 e 1985, os recursos públicos representaram 59,8% e os recursos privados 40,2% dos US\$ 6,6 bilhões de investimentos do PROÁLCOOL (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU, 1991), conforme (SZMRECSÁNYI, 1986). Tais incentivos foram muito significativos até 1985 e, a partir daí caíram, diante do agravamento da situação fiscal do Governo Federal e da queda do preço internacional de petróleo. Durante o PROÁLCOOL o número de agroindústrias sucroalcooleiras passou de 225 (Há uma diferença de nove unidades para o número apresentado por Szmrecsányi (1979) para a safra de 1974/75, o que se julga de pequena importância e que não compromete a análise da evolução temporal.), na safra 1974/75, para 366, em 1984/85 e, para 394, em 1990/91. Já a capacidade média elevou-se de 33,7 mil toneladas de açúcar equivalente, em 1974/75, para 58,6 mil toneladas de açúcar equivalente, em 1984/85 e, para 59,5 mil toneladas de açúcar equivalente em 1990/91 (No PROÁLCOOL cresceu o número de destilarias autônomas e o etanol passou a produto principal, não fazendo mais sentido medir a produção apenas pela produção de açúcar. A unidade açúcar equivalente foi obtida somando-se produção de álcool e açúcar, supondo-se que 44 litros de álcool equivaliam a 60 quilos de açúcar. No PROÁLCOOL cresceu o número de destilarias autônomas e o etanol passou a produto principal, não fazendo mais sentido medir a produção apenas pela produção de açúcar. A unidade açúcar equivalente foi obtida somando-se produção de álcool e açúcar, supondo-se que 44 litros de álcool equivaliam a 60 quilos de açúcar) (OLIVEIRA, 2016b, p. 150-151).

Oliveira (2016) lembrou, entretanto, que a partir do final do governo Sarney (1985-90), o Estado brasileiro iniciou a liberalização completa do setor sucroenergético. Iniciava-se, assim, um longo período de desregulamentação neoliberal, marcado por uma série de medidas:

- em 1988 ocorreu o fim das quotas e do impedimento das exportações das usinas do estado de São Paulo;
- em 1989, o governo extinguiu o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA;

- em 1990, foi liberado o preço do açúcar;
- em 1997 liberou-se o preço do álcool anidro;
- em 1998, deu-se a liberação do preço da cana-de-açúcar;
- e, em 1999, do álcool hidratado.

Uma vez regulado diretamente pelo mercado, o setor sucroenergético passou a conhecer, a partir da década de 1990, três processos simultâneos (OLIVEIRA, 2016):

1. concentração econômica (resultante da integração vertical e, sobretudo, horizontal ou *cartelização técnica*);
2. mundialização;
3. concentração territorial.

No limite, essa tríade gerou os grupos empresariais monopolistas (*monopoly enterprise groups*). Na safra 2013/14, os quarenta maiores deles concentraram 66,3% do total da cana moída, apresentando um crescimento em relação à safra anterior de 16,7%. Quanto à participação na safra total de 2013/14, os grupos empresariais nacionais ficaram com 81,1% contra apenas 18,9% daqueles de capital estrangeiro. Um desses principais grupos empresariais monopolistas é a Raízen Energia S/A, produto da fusão entre a Cosan S/A e a Shell. A Cosan exerce monopólio por meio de *holding*:

[...] ou seja, o grupo não concentra verticalmente a atividade produtiva em uma ou algumas plantas industriais, para conseqüentemente, ter o aumento da produtividade industrial calcada no aumento da escala de produção e, portanto, na concentração do processo produtivo industrial. Atua através de aquisições, fusões e arrendamentos para, principalmente, definir fixação de preços, divisão de mercados de atuação etc. Elimina assim, a concorrência e aumenta os preços dos produtos, e, conseqüentemente os lucros. Ou seja, ocorre a concentração horizontal, ou uma espécie de "cartelização técnica". Diferente, pois, do que estava ocorrendo no setor até a década de 90, quando as unidades de produção caminharam na direção da concentração vertical (OLIVEIRA, 2016b, p. 154).

Oliveira (2016b) revelou que a formação desse grupo empresarial monopolista se deu no bojo de um processo de acumulação primitiva:

Portanto, a constituição da Cosan foi feita no interior de um processo de verdadeira "nova acumulação originária (primitiva) do capital", via aquisição de empresas endividadas, acesso fácil ao crédito e políticas públicas de acesso aos fundos públicos, decorrentes das políticas neoliberais que desregulamentaram o setor. Ou seja, combinaram-se simultaneamente, também, a introdução de 25% de adição do etanol anidro na gasolina e lançamento dos carros bicompostíveis flex. É importante lembrar a frase pronunciada pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva em Minas (GO) em 20/03/2007: "*Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E porquê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento*" (OLIVEIRA, 2016b, p. 154, grifos do autor).

Entretanto, dois fatores alteraram rapidamente essa política nacional, a saber, a descoberta do pré-sal, em 2007, e a eclosão da crise financeira em 2008. Desse modo, o projeto de transformar o etanol combustível em uma *commodity* alternativa aos derivados de petróleo ficou em segundo plano.

No tocante à crise que atingiu o capital financeiro mundial em 2008, ressaltamos seu caráter revelador: o quanto ele não era o fundamento do modo capitalista de produção. Ao contrário, para Oliveira (2016), o modo capitalista de produção estava estruturado nos monopólios empresariais. Na safra 2012/13, por exemplo, os trinta maiores grupos produtores do setor sucroenergético passaram a concentrar 55,9% do total de cana moída, sendo que os dez maiores ficaram com 34,5%, e, o maior grupo, a Raízen/Cosan ficou com 9,5% (OLIVEIRA, 2016b).

É por isso, que o setor sucroenergético no Brasil, transformou-se estruturalmente, pois, passou a conhecer como fundamental, a formação dos grupos empresariais nacionais, que continuam a longa história de hegemonia neste setor. Essa formação e consolidação trouxeram consigo a **triade: concentração econômica** produto da integração vertical e horizontal ou "cartelização técnica" que deu origem aos grupos monopolistas empresariais; a **concentração territorial** que deu origem à territorialização dos monopólios e, a **mundialização** que fundiu a aliança de classe entre as burguesias nacionais no plano mundial (OLIVEIRA, 2016b, p. 154, grifos do autor).

A *concentração territorial deu origem à territorialização dos monopólios*, pois as aquisições e fusões fizeram com que frações do território capitalista passassem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos *clusters*, conceito de cunho neoliberal difundido pelo Banco Mundial para designar os grupos econômicos monopolistas monocultores territorializados (Oliveira, 2016b, p. 154).

Oliveira nos lembra, ainda, sobre seguidores do pensamento de Milton Santos que adotam o conceito de *circuito espacial produtivo*, expressão usada para designar:

[...] a um só tempo, a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção, a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social, e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva predominante (produtivo) (...) Consideramos que os conceitos de cadeia produtiva e circuito espacial produtivo pertencem a corpos teóricos e respondem a objetivos distintos, mas compartilham vários pressupostos e alguns procedimentos analíticos..." (CASTILHO; FREDERICO, 2010 apud OLIVEIRA, 2016, p.155).

No entanto, Oliveira (2016b) ressaltou o uso mais frequente, notadamente pela *corrente empirista lógica harvardiana da Nova Geografia Econômica*, do conceito de *clusters*:

[...] aglomerados de empresas geograficamente localizadas que desenvolvem suas atividades de forma articulada a partir de uma dada dotação de recursos naturais, da existência de capacidade laboral, tecnológica ou empresarial local e de afinidade setorial de seus produtos. A interação e a sinergia decorrente da atuação articulada dos clusters proporcionam ao conjunto de empresas vantagens competitivas que

refletem em um desempenho superior em relação a atuação isolada de cada empresa, em outras palavras, há o fortalecimento da competitividade das regiões que possuem no agronegócio uma parcela expressiva de sua renda. A importância dos Clusters tem sido estudada através de quatro linhas de pesquisa: Organização Industrial, Área de Desenvolvimento Tecnológico, Economia Regional e Nova Geografia Econômica (ALONSO, 2010; OSTROSKI; MEDEIROS, 2003, apud OLIVEIRA, 2016b, p.156).

Um dos grupos empresariais monopolistas que adotaram a forma de organização em *clusters* das suas plantas industriais foi a Cosan S/A, cuja área de fornecimento da matéria-prima necessita estar próxima possível à planta industrial, isto é, no máximo 25 km. O mapa a seguir, elaborado pela própria empresa para os investidores, mostra a racionalização da área de plantio da cana-de-açúcar em relação com as plantas industriais (Figura 13):

Figura 13 - Mapa da racionalização da área de plantio da cana em relação às plantas industriais

Fonte: GAIA AGRO, 2014, apud Oliveira, 2016

Recusando o conceito neoliberal (*cluster*), bem como aquele derivado da Geografia Quantitativa Empirista Lógica (análise de agrupamento ou aglomeração), Oliveira optou pelo

termo “fusão territorial monopolística” (*monopolistic territorial fusion*) (OLIVEIRA, 2016b, p. 157):

Este conceito designa, portanto, a concentração territorial a partir das aquisições e fusões entre empresas, que fazem com que frações do território capitalista passem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos grupos econômicos agroindustriais monocultores territorializado que se formam.

Estabelece-se, assim, a territorialização dos monopólios no setor sucroenergético:

Portanto, as fusões territoriais monopolísticas (*monopolistic territorial fusions*) constituem-se na expressão objetiva da territorialização dos monopólios no setor sucroenergético. Neles ocorrem as soldagens das alianças de classes e frações de classes entre os capitalistas industriais, que podem ser também, capitalistas agrícolas e proprietários de terra, e os demais proprietários de terra que podem ser também, capitalistas agrícolas fornecedores de matéria prima das unidades industriais, ou mesmo simples proprietários de terra rentistas que as cedem sob contratos de arrendamentos, ativando ou desativando unidades industriais, visando simultaneamente o uso (OLIVEIRA, 2016b, p. 156).

O mapa a seguir (Figura 14) mostra a concentração territorial que reorganizou a atividade canavieira do grupo Cosan (BELLENTANI, 2014 apud OLIVEIRA, 2016b, p. 160):

Figura 14 - Concentração territorial da atividade canavieira: Grupo Cosan

Fonte: Bellelanti, 2014, apud Oliveira, 2016

4.6 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS NA AGRICULTURA DE DESCALVADO/SP

De acordo com a classificação regional utilizada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), pertencente à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o município de Descalvado integra o Centro Leste, cuja sede fica em Ribeirão Preto (Figura 15).

Figura 15 - Mapa das regiões agrícolas

Fonte: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/mapa-polos.jpg>

Segundo o IEA, em 2002, a atividade canavieira era responsável por mais da metade do valor da produção agropecuária gerada não apenas nessa região, como também na Alta Mogiana. Os dados referentes a Descalvado, conforme estudo realizado por Magno (2011) apontam que a evolução da área total plantada com cana-de-açúcar, no citado município, confirma essa realidade, ao mesmo tempo em que descreve o acentuado crescimento das áreas ocupadas por canaviais entre 1975 e 2008. A saber: em 1975, a área cultivada perfazia 50.242 hectares; em 1980, 51.430; em 1990, 59.429; em 2002, 63.556 e em 2008, 65.047 hectares.

O predomínio dos plantios de cana-de-açúcar não era um caso restrito do Centro Leste e da Alta Mogiana. Entre 1975 e 1987, outras regiões do estado como o Nordeste Paulista e o Centro-Sul registraram enorme expansão de áreas cultivadas com cana-de-açúcar e consequente aumento de produção. Em alguns municípios do mapa, a área plantada com cana-

de-açúcar já ocupava mais de 60% da área cultivada em 1987 (KOHLHEPP, 2010). Observemos a Figura 16.

Figura 16 - Expansão da área plantada com cana-de-açúcar no nordeste de São Paulo

Fonte: Kohlhepp, 2010

Em 1974, as fazendas de cana e as usinas foram fortemente atingidas pela acentuada queda dos preços internacionais do açúcar. Era sabido que tal fato foi um dos fatores preponderantes para o lançamento oficial do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1975, como relata Vieira (2007). Concebido para apoiar a indústria açucareira e os fazendeiros de cana, setores da economia fortemente atingidos por essa crise do mercado

internacional do açúcar, o Proálcool deveria também garantir o fornecimento de combustível automotivo mais barato, como forma de atenuar a alta dos preços da gasolina gerada pelo primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973.

Em seus primeiros anos de existência, o Proálcool incentivou a tecnologia nacional e ofereceu créditos estatais baratos e fartos que somaram quase 2 bilhões de dólares (MOREIRA; GOLDEMBERG, 1999 apud MAGNO, 2011) para a construção de destilarias e o plantio de novos canaviais.

Em consequência, a área colhida e a produção de cana-de-açúcar aumentaram exponencialmente, conforme aponta estudo de Kohlhepp (2010), e como se observa na Figura 17.

Figura 17 - Área colhida e produção canavieira no Brasil: 1950-2008

Fonte: Kohlhepp, 2010

Essas novas destilarias passaram a transformar os excedentes de cana-de-açúcar em etanol anidro, que passou a ser usado como aditivo (24%) na gasolina, sem a necessidade de nenhuma modificação nos motores dos veículos. Após 1979, quando se deu a segunda crise do preço do petróleo, o Proálcool foi expandido (BORGES et al., 1984, apud KOHLHEPP, 2010). Naquele momento, a indústria automotiva foi incentivada a produzir veículos movidos à etanol. Ao mesmo tempo, a Petrobras instituiu postos para venda de etanol, exercendo o

controle do preço de venda do produto num patamar bem menor do que o da gasolina. Como resultado imediato desse programa, de 1975/1976 até 1984/1985, a produção de etanol aumentou em 20 vezes (KOHLHEPP, 2010) alcançando doze bilhões de litros. Ademais, em 1984, 94,4% dos carros novos brasileiros já eram movidos a etanol.

Particularmente em Descalvado, o Proálcool fez antigas fazendas de café, de gado bovino (leiteiro e de corte) e de algodão, dentre outras, serem transformadas em imensos canaviais a partir de meados da década de 1970 e ao longo dos anos 1980. Desde então, inúmeras sedes e casas de colonos dessas fazendas, bem como cerrados e florestas têm desaparecido, abrindo caminho para o rápido avanço do plantio de cana-de-açúcar. Muitas granjas de frango de corte, atividade econômica proeminente do município entre as décadas de 1960 e o início dos anos 2000 foram desativadas.

Em Descalvado, a territorialização da agricultura ocorreu, sobretudo, no setor sucroenergético. Tal fato pode ser comprovado pelos estudos da CONAB que indicavam que 52% (4,685 milhões de hectares) da área total colhida na safra 2014/15 (9,005 milhões de hectares) ocorreu no estado de São Paulo. São Paulo também ficou com 49,5% (1,441 milhões de hectares) da expansão ocorrida entre 2005/6 e 2014/15 (OLIVEIRA, 2016b).

Somou-se a isso o fato de Descalvado se localizar a cerca de 100 km ao sul de Ribeirão Preto, cidade situada ao centro da maior área canavieira do país. De fato, a cana se expandiu muito em Descalvado, mesmo com a crise do Proálcool, como refere Magno (2011):

Mas as plantações de cana não deixaram de compor a paisagem nacional. Nessa mesma época, do fim do Proálcool, o açúcar tornava-se uma atraente saída para os produtores de cana, principalmente para os produtores paulistas. De tal modo, a produção foi direcionada para a fabricação de açúcar para a exportação. Essa reorganização no sistema produtivo da cana para a fabricação de açúcar também se refletiu na expansão da sua produção no espaço. Em Descalvado, ao invés de diminuir a área plantada de cana com o fim do Proálcool, ocorreu o inverso, a expansão. [...] a área plantada com cana saltou de 50.242 ha em 1975 para 51.430 ha no ano de 1980. [Ocorrendo] ainda a diminuição das áreas florestadas onde se localizavam alguns dos maiores fragmentos de vegetação natural que foram suprimidas para o cultivo de cana (MAGNO, 2011, p.87).

Na Figura 18, é possível observar que, em 1975, ainda eram notadas importantes manchas de áreas florestadas no interior do município de Descalvado.

Figura 18 - Territorialização da cana no Município de Descalvado, em 1975

Fonte: Magno, 2011

A Figura 19 mostra a mesma região na década de 1980:

Figura 19 - Territorialização da cana no município de Descalvado em 1980

Fonte: Magno, 2011

Magno (2011, p.71-73) referia que:

[...] há a demanda para a produção do etanol para o comércio mundial e, nesse contexto, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Nesse sentido, muitos produtores de cana que fabricavam açúcar redirecionaram suas safras para produzir etanol, repetindo o processo experimentado com o Proálcool. De maneira geral, esse movimento pode ser observado em todas as regiões produtoras de cana no país, mas no estado de São Paulo é onde se deu a maior mudança, já que ele era o maior produtor de açúcar do país. E em Descalvado não foi diferente. Após cinco anos do lançamento oficial do PNPB, a situação pode ser avaliada da seguinte maneira em Descalvado: em 2008 os dados das áreas de vegetação natural apresentam um declínio de mais 60% em relação a 1975, passando de 25.356 ha em 1975 para 10.551 ha em 2008, e se restringem às áreas de encostas escarpadas, matas ciliares e zonas com relativa declividade; já as áreas cultivadas com cana aumentaram nas mesmas proporções, sua extensão territorial em 2008 corresponde a 65.047. [...]. Assim, partir desse panorama geral do município de Descalvado pode-se dizer que a produção de cana é a principal responsável pelo cenário de degradação dos ecossistemas desse município e o carro chefe da produção agrícola.

A Figura 20 mostra a área ocupada pelos canaviais no ano de 2008, permitindo observar a rápida evolução do plantio canavieiro.

Figura 20 - Territorialização da cana no município de Descalvado em 2008

Fonte: Magno, 2011

Uma das consequências do predomínio da monocultura em Descalvado é o sumiço das abelhas. Em entrevista concedida em 27 de setembro de 2017, Moacir Vizotto, o mais antigo apicultor de Descalvado, apontou o avanço avassalador de canaviais pelas fazendas do município como o fator preponderante para a redução drástica dos enxames de abelha. Antes,

os laranjais estavam presentes em 18 grandes fazendas. Hoje, apenas duas delas ainda cultivam laranja. São elas: a Colorado (apenas 1 milhão de árvores) e a Agrindus. Para Vizotto, a quantidade de abelhas em Descalvado representa, hoje, apenas 20% dos enxames que haviam há cerca de 20 anos.

O tradicional apicultor, de 78 anos de idade, aponta dois fatores relacionados à expansão dos canaviais para esse quase extermínio das abelhas, a saber: o desmatamento, que reduziu as florestas e cerrados a algumas manchas remanescentes, encontradas, sobretudo, nas encostas de morros e barrancas dos rios, e a aplicação sistemática e intensiva de agroquímicos, que são lançados, inclusive por aviões, sobre os canaviais.

Sobre esse assunto, Vizotto se referiu ao Professor Doutor em Ciências Biológicas, Osmar Malaspina. Professor livre docente do Depto de Biologia e pesquisador do Centro de Estudos de Insetos Sociais do IB-UNESP, Rio Claro, Malaspina realiza pesquisas de zoologia, notadamente com insetos sociais, como as abelhas. Tais pesquisas teriam identificado, segundo Vizotto, mais de quatrocentos tipos diferentes de venenos fatais às abelhas, fator que seria determinante para o sumiço das mesmas, sobretudo nas áreas canavieiras como Descalvado. Ainda sobre os agroquímicos, vale salientar que os Estados Unidos proíbem o uso de ao menos duzentos desses venenos. Já o Brasil permite a aplicação, sem critério e sem controle de venenos, que são cada vez mais, lançados na natureza por meio de pulverizações aéreas.

Vizotto não possui propriedade rural. Porém, extrai mel produzido pelos enxames de abelhas contidos em centenas de caixas com abelhas que espalhou por todo o município de Descalvado. Portanto, fala com a propriedade de quem conhece muito bem as terras (e as matas e cerrados remanescentes) de Descalvado. Há alguns anos, foi conversar com um dos responsáveis pela manutenção dos pomares de laranja da fazenda Agrindus. Acabou saindo desse encontro extremamente nervoso ao ouvir que as pulverizações visam eliminar todo e qualquer inseto das laranjeiras, inclusive as abelhas.

Demonstrando não apenas conhecimento sólido em apicultura, mas, sobretudo, sabedoria, Vizotto demonstra, em sua fala e em seu semblante, enorme desconforto e preocupação quanto ao futuro de nosso país frente ao avanço da monocultura da cana e ao uso indiscriminado e crescente de agroquímicos. E dá exemplos: há muito tempo não se depara com animais silvestres quando vai a campo extrair mel. Ao contrário, num passado não muito remoto, ele sempre se deparava com raposas, tatus, tamanduás, ouriços, lobos guarás etc.

5 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS E O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP

Neste capítulo abordamos o tema da territorialização monopolista e a subordinação produtiva, acarretando prejuízo e a desterritorialização dos camponeses, com o consequente êxodo para as regiões urbanas, sem que haja infraestrutura para integrar essa população à vida nas cidades.

5.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em Descalvado, assim como em outros municípios canavieiros, sobretudo naqueles situados nas áreas vermelhas do mapa contido na Figura 21 (sendo a mais importante aquela que abarca as seguintes regiões do Estado de São Paulo: Alta Mogiana, Centro-leste, Nordeste Paulista e Centro-sul), os fazendeiros se apropriaram da renda capitalista da terra. Esse processo é chamado por Oliveira (1999) de territorialização do capital (e dos monopólios).

Figura 21 - Mapa das áreas canavieiras 2008

Fonte: Kohlhepp, 2010

A Figura 22 mostra a expansão dos canaviais em 2015.

Figura 22 - Mapa das áreas canaveiras 2015

Fonte: IBGE, 2017

Conforme estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, focados na territorialização da cana de açúcar:

Na análise histórica de longa duração, a principal transformação constatada foi a retração das áreas tradicionais na costa nordestina e do Norte Fluminense, e a expansão no bioma Cerrado, a partir da área de modernização consolidada de Ribeirão Preto (SP) (IBGE, 2017, p.141, grifos nossos).

Oliveira (1999, p. 80) já enfatizara que “na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação”. Em muitas terras agrícolas do Estado de São Paulo, principalmente naquelas situadas no entorno de Ribeirão Preto, o capital se instalou na produção, apropriando-se das terras e subordinando a circulação, assim como os estudos recentes do IBGE demonstram.

Esse processo de territorialização do capital, comandado pelo setor sucroenergético, sobretudo a partir da década de 1970, fez predominar no território capitalista descavadense extensos canaviais. Grandes, médias e pequenas propriedades, que, grosso modo, eram manuseadas pelas próprias famílias proprietárias e que cultivavam algodão, café, milho, feijão, arroz, bem como pastagens para a produção pecuária, são agora destinadas ao cultivo

de cana-de-açúcar. O resultado disso é que se tornou recorrente, em Descalvado, famílias inteiras morarem nas cidades e viverem do arrendamento de suas propriedades para as usinas da região e/ou agricultores plantadores de cana.

A monocultura da cana-de-açúcar também contribuiu para o inchaço urbano nas últimas décadas. Os trabalhadores rurais, muitos dos quais procedentes de municípios longínquos, passaram a habitar os bairros periféricos, conhecidos popularmente como vilas. Geralmente criados por meio da farta oferta de subsídios federais e estaduais à habitação popular, essas periferias empobrecidas multiplicaram-se, sem qualquer planejamento urbano que poderia nortear o crescimento dessas cidades. Descalvado, por exemplo, até hoje, carece de um plano diretor, de uma estação de tratamento de águas e esgoto, bem como de uma destinação adequada aos seus resíduos sólidos.

Segundo Edgard, engenheiro civil que possui uma empresa de engenharia, entrevistado por nós em 28 de setembro de 2017, Descalvado hoje encontra-se totalmente a mercê dos programas habitacionais, que são lançados/relançados sistematicamente, sobretudo pelos sucessivos governos federais: “quando a economia do país avança, o município também prospera; quando o país fica estagnado, a cidade também perde dinamismo”.

O loteamento de bairros populares, impulsionado pelos recorrentes financiamentos federais à construção civil das últimas décadas, trouxe algum dinamismo esporádico à economia do município. Atividades do setor terciário, como o comércio de materiais de construção (que emprega balconistas, por exemplo) e a indústria da construção civil (que gera empregos para pedreiros, encanadores, pintores, calheiros, etc.) prosperaram relativamente nesses últimos anos. Por outro lado, outras firmas locais, como fábricas de ração, não são suficientes para empregar e absorver a maioria da classe trabalhadora local.

Hoje, sem ter uma atividade econômica predominante, a cidade de Descalvado gera empregos predominantemente urbanos, relacionados ao comércio e aos serviços. Tida há algumas décadas como um município especializado na produção de frangos de corte, Descalvado carece de uma identidade, como, por exemplo, Tambaú (que ainda concentra algumas olarias voltadas à produção de telhas de barro), e de Porto Ferreira (que têm dezenas de fábricas de artigos de cerâmicas de decoração) etc. Tal realidade se tornou ainda mais explícita após o fechamento da cooperativa avícola local, há alguns anos, em decorrência, segundo alguns de seus ex-cooperados, da má gestão e malversação dos seus recursos.

Para agravar esse cenário pouco alentador, o município não pode aprovar novos loteamentos enquanto sua Estação de Tratamento de Água e Esgoto não entrar em operação. Atualmente, essa estação está com sua obra embargada pela justiça, pois o lugar escolhido

para a sua instalação é uma várzea, repleta de recursos hídricos, como nascentes, córregos e rios, que seriam seriamente contaminados pelo esgoto urbano.

Essa realidade urbana do município de Descalvado espelha a expansão capitalista do campo brasileiro, ou seja, do agronegócio. Demograficamente esvaziado, o campo do outrora denominado *oeste paulista* (MARTINS, 2010) viu a agricultura capitalista se implantar, expulsando os camponeses para as periferias de inúmeras cidades da região de Ribeirão Preto como Descalvado e transformando o espaço num *mar de cana*.

5.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS NO SETOR SUCROENERGÉTICO E O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES

A expansão canavieira contemplou os interesses do setor sucroenergético, revelando o contraditório desenvolvimento capitalista no campo (Oliveira, 1999). Ela evidencia o agronegócio, entendido por ele como o avanço do processo de industrialização da agricultura brasileira. Se, no início de seu desenvolvimento, o capitalismo separou indústria e agricultura, agora unifica: “Um exemplo desse processo contraditório de desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde, atualmente, indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo” (OLIVEIRA, 1999, p. 105).

Além de sua industrialização, como a verificada na zona canavieira de Ribeirão Preto, a agricultura brasileira apresentou outras contradições relacionadas ao avanço do capitalismo, como a presença do campesinato. Segundo Oliveira (1999, p.74), o campo:

[...] também está marcado contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa, cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa.

Para Oliveira (1999), o campesinato se restabeleceu, notadamente, quando ocorria a monopolização do território. Nessas condições, o campo continua povoado e sua população pode até se expandir. Ao mesmo tempo, sua formação territorial pode apresentar uma melhor distribuição da riqueza (inclusive nas cidades, que nem sempre são grandes ou inchadas). No entanto, é preciso ressaltar que, nessas condições, o campesinato encontra-se submetido aos imperativos do capitalismo mundial. Segundo Oliveira (1999, p. 106):

[...] o próprio capital cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração para a avicultura ou para a suinocultura). Esse processo revela que o capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, está-se diante da metamorfose da renda da terra em capital. O que o processo revela, portanto, é que estamos diante do processo de produção do

capital, que nunca é produzido por relações especificamente capitalistas. É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam desse processo para produzir seu capital (OLIVEIRA, 1999, p. 106).

No Brasil, apesar da brutal e histórica concentração fundiária, o campesinato está presente há muito tempo. Em 1985, três milhões de pequenos camponeses dividiam dez milhões de hectares de terra, enquanto cinquenta mil latifundiários ocupavam 164 milhões de hectares. Em 2006, o Censo Agropecuário mostrou que essa assimetria da estrutura fundiária persistia: 4,36 milhões dos proprietários eram camponeses, que, com suas famílias, dividiam uma área de 80,25 milhões de hectares, o que representava 24,3% das terras agrícolas. Já os estabelecimentos capitalistas, mesmo representando 15,6% do total, ocupavam 75,7% dessas terras.

Diversas dessas frações fundiárias camponesas encontram-se em Descalvado. É o que revelam os três assentamentos de reforma agrária que foram implantados nesse município, a partir da segunda metade da década de 2000, pelo INCRA. Para compreendermos tal contradição, dado que esses assentamentos se encontram na região de Ribeirão Preto, marcada pela territorialização dos monopólios, remetemos nossa análise aos primórdios da década de 1970, quando da implantação de uma série de políticas públicas, voltadas, especialmente, ao fomento ao agronegócio canavieiro.

Mesmo antes do lançamento do Proálcool (1975), o governo federal já havia implantado o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR-1971) e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971). Em consequência, na Macrorregião de Ribeirão Preto, em 1976, a força motriz usada no preparo do solo e plantio já era, quase plenamente, realizada pelo trator (BINI, 2011).

Somam-se a isso outras técnicas, que se tornaram usuais nessa região (VEIGA FILHO, 1998, apud DANTON, 2011) durante a década de 1970: pulverizador e distribuidor de calcário; herbicida (carpa química); sulcamento e adubação numa só operação com adoção do sulcador/adubador; e carregamento mecânico da cana cortada para o caminhão que realiza o transporte lavoura – usina.

Nas décadas de 1980 e 1990, o avanço das técnicas prosseguiu na lavoura canavieira. Tratores passaram a fazer o terraceamento para combater a erosão, anteriormente atenuada basicamente pelas curvas de nível. Soma-se a isso a informatização do processo produtivo, dada pelo surgimento de *softwares* voltados à redução dos custos de produção. A biotecnologia também evoluiu, impulsionada pelo Projeto Genoma Cana, que criou novas

variedades de plantas resistentes às pragas, possuidoras de mais sacarose e que passaram a permitir até dez cortes (BINI, 2011).

No entanto, a colheita, realizada, grosso modo, entre os meses de maio e outubro, permanecia manual. Era executada por enormes contingentes de mão de obra sazonal, em sua maioria composta por camponeses nordestinos que, uma vez por ano, deixavam seus afazeres na roça em seus estados de origem para se submeter a condições de trabalho subumanas, dadas por jornadas extenuantes e salários aviltantes.

Essa dura realidade social da safra anual da cana acirraria a luta de classes na década de 1980, período no qual numerosos conflitos sociais, decorrentes dessa flagrante violação dos direitos humanos, explodiram nas áreas canavieiras do Estado de São Paulo. A maior referência histórica desses conflitos sociais foi a greve de Guariba (SP), deflagrada em 15 de maio 1984.

Transformada, hoje, em símbolo da luta de classes nas áreas canavieiras paulistas, essa paralisação foi movida por grande parte dos cerca de dez mil trabalhadores rurais de Guariba que, naquele ano, vieram, em sua imensa maioria, das áreas mais carentes do país, notadamente da região Nordeste e do Vale do Jequitinhonha, situado no norte de Minas Gerais. Integravam uma grande massa formada por cerca de 150 mil trabalhadores, em sua grande parte composta de camponeses que vinham para as áreas canavieiras do estado de São Paulo todos os anos para trabalhar na safra da cana que se estendia de abril a novembro.

Contratados pelos *gatos* (intermediários que contratam os trabalhadores para os fazendeiros e usineiros), esses trabalhadores eram, geralmente, transportados em veículos impróprios, como caminhões precariamente adaptados e ônibus sucateados. Instalados em alojamentos precários, muitas vezes improvisados em antigos estábulos, não tinham carteira de trabalho assinada, pois antes da Constituição de 1988, possuíam pouquíssimos direitos. Por exemplo, não podiam fazer uma pausa durante as longas e extenuantes jornadas de trabalho sob o sol escaldante. Ademais, não recebiam equipamentos de proteção, roupas apropriadas para esse tipo de trabalho ou alimentação – levavam seus alimentos para o local de trabalho em marmitas preparadas na véspera ou na madrugada, o que originou o termo *boia-fria*.

Aliado às condições precárias de trabalho, havia, ainda, o endividamento desses trabalhadores, algo muito semelhante à dura realidade vivida na primeira metade do século passado pelos imigrantes italianos submetidos ao regime de colonato nas fazendas de café do antigo Oeste Paulista. Ou seja, seus alimentos, além dos objetos pessoais como artigos de higiene e roupas, eram vendidos por armazéns e/ou supermercados predeterminados pelo patrão. Frequentemente, quando o *boia-fria* encerrava suas atividades, descobria que o valor

da *dívida* contraída nesses estabelecimentos comerciais superava a quantia que tinha para receber por seu trabalho. Uma das causas desse *endividamento* era a majoração abusiva dos preços cobrados dos produtos vendidos por esses armazéns, o que forçava o *boia-fria* a trabalhar ainda mais tempo para pagar sua conta.

À essa superexploração do trabalho em municípios canavieiros da região de Ribeirão Preto, como Guariba, somou-se a decisão patronal que desencadeou a greve de 1984: o aumento da largura (de cinco para sete ruas de cana) do eito. Conforme dito pelo Francisco José da Costa Alves, professor Doutor Associado do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), em depoimento dado a um documentário de televisão⁸, essa alteração foi acompanhada pela redução do comprimento do eito. Essa decisão patronal elevou o trabalho e reduziu o salário, uma vez que o ganho do trabalhador era calculado por metro linear de cana cortada.

Em reação a essa mudança, os *boias-frias* de Guariba resolveram paralisar seu trabalho, em plena Ditadura Militar, sem o respaldo de sindicatos, políticos ou outras lideranças na sua organização, como nos lembra José de Fátima Soares no citado documentário. Esses trabalhadores rurais passaram a reivindicar, além do retorno ao regime do eito anterior, registro em carteira, roupas especiais e equipamentos de segurança, além alimentação e moradia adequadas (COLETTI, 1996).

Cumprir lembrar uma série de outros fatores que contribuíram decisivamente para a eclosão da Greve de Guariba. É o caso das baixas remunerações dadas aos trabalhadores registrados, que, grosso modo, eram inferiores ao valor do salário mínimo vigente na época. Havia, ainda, as questões ligadas à conjuntura política daquela época, delineada por dois aspectos centrais que também teriam contribuído sobremaneira para desencadear a Greve de Guariba, em maio de 1984: o desgaste da ditadura militar (1964-85), gerado pelo uso de artifícios para se manter no poder, e a crise econômica que assolava o país e resultava, em última análise, na precarização do trabalho e no arrocho salarial (COLETTI, 1996).

A repressão exercida pela polícia militar paulista revoltou ainda mais esses boias-frias. Milhares deles reagiram imediatamente, saqueando e depredando estabelecimentos comerciais. A violência explodiu. Segundo depoimento concedido pelo Padre José Domingos Bragheto⁹, da Comissão Pastoral da Terra, ele e muitos trabalhadores rurais foram perseguidos e espancados. Muitos desses grevistas foram covardemente atacados dentro de

⁸ Referência ao documentário *O corte – 30 anos da greve de Guariba*, elaborado pelo Centro Universitário Barão de Mauá, em parceria com a EPTV de Ribeirão Preto, em dezembro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FYUfU9FDguw>>.

⁹ Idem nota 8.

suas casas próprias, pela tropa de choque da polícia militar do Estado de São Paulo, o que provocou muitos ferimentos e uma morte. O fato é que jamais foi aberto qualquer inquérito policial para apurar os responsáveis por esse massacre. Porém, apenas dois dias após essa repressão policial, foi firmado, no Sindicato Rural de Jaboticabal, o chamado Acordo de Guariba, que garantiu:

- transporte seguro e gratuito;
- fornecimento de ferramentas (foice e lima) e equipamentos de proteção individual (caneleiras, luvas);
- carteira assinada;
- décimo-terceiro salário;
- pagamento por dias parados por imprevistos (chuvas, falta de transporte, etc....);
- fiscalização do pagamento.

Rapidamente, essas conquistas, que já estavam garantidas aos trabalhadores urbanos há cerca de cinquenta anos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), passaram a ser reivindicadas por outros trabalhadores rurais, como comprovou, em 1986, outra grande greve, desta vez ocorrida em Leme (SP), onde foram registradas duas mortes.

No documentário, o padre afirma, categoricamente:

O capitalismo é intrinsicamente mal. O conflito de classes existe. Ele é camuflado. Muitos dizem que o conflito de classes já foi, já era. Não concordo. Os interesses das classes são totalmente opostos: o patrão luta pelo lucro; o trabalhador defende sua força de trabalho. Tem que haver, com a organização da classe trabalhadora, mudança, uma inversão de valores para que não haja tanta desigualdade, tanta maldade, tanta injustiça no mundo do trabalho (O CORTE, 2013).

Hoje, decorridos mais de trinta anos da greve de Guariba, a situação dos cortadores de cana melhorou sensivelmente. Os caminhões improvisados foram substituídos por ônibus; nos locais de trabalho, há banheiros químicos, alimentação, ferramentas e equipamentos de segurança; e esses trabalhadores estão sob certa proteção das leis trabalhistas. Apesar do avanço técnico ter alargado substancialmente o período de colheita de seis para nove meses, ainda existia a entressafra.

Nesses meses, período chamado popularmente de *paradinha*, que se estende de novembro a abril, ocorre o plantio dos canaviais novos, atividade que requer pouquíssimos trabalhadores. Durante esse período de *desemprego sazonal* na lavoura canavieira, aqueles trabalhadores rurais que não são camponeses proprietários de terras em seus estados de origem, sobreviviam do trabalho informal até chegar a nova safra. Os demais, isto é, aqueles que detêm um pedaço de terra em seus estados de origem, regressavam “como andorinhas aos ninhos para suas terras natais” (BINI, 2011, p.410).

O tempo verbal que usamos remete ao passado, pois um fato relativamente novo acirrou, novamente, a luta de classes nos canaviais paulistas, fragilizando ainda mais os trabalhadores representados pelos cortadores de cana. Referimo-nos à promulgação da lei estadual 11.241, em 2002, que determinava a eliminação progressiva da queima da palha da cana-de-açúcar.

É preciso destacar que a lei 11.241/2002, foi fruto, em grande medida, da crescente reivindicação dos grupos empresariais multinacionais, muito influenciados pelos instrumentos de mitigação do aquecimento global, criados no âmbito do Protocolo de Kyoto. Estes ingressaram no setor sucroalcooleiro após a desregulamentação da economia levada a cabo pelo governo federal, na década de 1990 (GUEDES; RÉ, 2001 apud JUNQUEIRA; STERCHILE; SHIKIDA, 2009).

Se, por um lado, essa lei tem proporcionado, de fato, a mitigação de sérios problemas ambientais detectados nas lavouras de cana paulista, como a poluição do ar e a destruição dos solos, acelerou a mecanização da colheita, alterando radicalmente as relações de trabalho no campo. Agora, o ritmo da máquina controla o trabalho dos seus operadores, que só podem dar uma pausa para se alimentar quando convém à eficiência produtiva (KOHLHEPP, 2010).

Se, antes, havia excesso de atividade física que conduzia à exaustão, agora prevalece o sedentarismo, dado que o trabalhador fica durante oito horas sentado à frente de uma direção com inúmeros controles. Porém, há situações nas quais o esforço físico se mantém, sobretudo para as mulheres contratadas como catadoras de pedras. Nesse caso, realizam um trabalho pesado, retirando tais objetos, que podem ter mais de cinco quilos, do caminho das máquinas (KOHLHEPP, 2010).

Ressaltamos que um dos mais graves, dentre todos os problemas enfrentados atualmente pelos trabalhadores rurais nos canaviais, é o desemprego massivo trazido pela mecanização/automação da colheita. Embora as usinas possuam programas para a *reciclagem* do trabalhador, eles não atingem o montante de pessoas empregadas ultimamente no setor. Muitos deles são obrigados a migrarem diariamente para as maiores cidades da região, como Araraquara e Ribeirão Preto, que oferecem vagas na indústria, comércio e serviços. Estimativas dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que foram criados, em sua maioria, após a greve de 1984, apontaram que, em 2017, o número desses trabalhadores não chegava a mil em Guariba/SP (ESTADÃO, 2017).

O *descarte* do trabalhador assalariado (cortador de cana) passou a orientar as lutas de classes dos sindicatos rurais da região de Ribeirão Preto. Camponeses e trabalhadores

assalariados rurais, apesar das de suas inúmeras desavenças internas, sobretudo no âmbito dos sindicatos rurais, passaram a erguer, mais do que nunca, a bandeira da Reforma Agrária.

Em consequência, muitos trabalhadores rurais e camponeses acabaram empurrados para as periferias das cidades localizadas nas áreas canavieiras paulistas. Descalvado/SP, cujo perímetro urbano se encontra, hoje, inchado pela expansão de bairros periféricos, que passaram a ser habitados por antigos trabalhadores rurais assalariados, enquadra-se nesse contexto (MAGNO, 2011)).

Entretanto, tal cenário socioeconômico é dialético e, portanto, extremamente dinâmico. Apontamos que esse processo de *descarte* do cortador de cana na região se tornou um dos principais eixos, senão a questão central, das lutas do sindicato da categoria a partir da década de 1990. É o caso da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), sediada em Araraquara, a cerca de 85 km de Descalvado, que, além de se esforçar pela melhoria das condições de trabalho no meio rural paulista, passou a lutar pela terra que estava sendo perdida pela expansão do agronegócio (MAGNO, 2011).

Outra importante questão relacionada à terra foi identificada na região de Ribeirão Preto. Trata-se da existência de diversas propriedades rurais, públicas e privadas, em condições jurídicas irregulares.

Para Magno (2011), a convergência, nas terras de Descalvado/SP, de três fatores interdependentes – a territorialização dos monopólios comandada pela crescente industrialização da agricultura, notadamente do setor sucroenergético (agronegócio da cana), a mudança estratégica na forma de *luta* da FERAESP e a presença de terras em condições jurídicas irregulares (tanto particulares como públicas) – deu origem ao acirramento da luta de classes que culminou com a criação/recriação do campesinato, bem como com a sua territorialização, manifestada na formação de três assentamentos no interior de seu perímetro rural.

No âmbito dessa convergência de fatores, foi possível identificarmos dois processos interligados que resultaram na criação e recriação camponesa em Descalvado/SP:

- 1º) A exclusão socioeconômica dos trabalhadores rurais temporários provocada pelo avanço do agronegócio da cana (e de suas inúmeras nuances, como a mecanização da colheita).
- 2º) Desterritorialização e reterritorialização, isto é, a reinserção socioeconômica desses trabalhadores (MAGNO, 2011).

Portanto, a territorialização dos monopólios, mesmo provocando o inchaço urbano de Descalvado por meio do êxodo rural, gera, contraditória e simultaneamente, a

desterritorialização/reterritorialização camponesa. Desterritorializados num primeiro momento pelo agronegócio da cana, esses camponeses fizeram uma trajetória de volta (Ferrante, 1991 apud Magno, 2011, p.3) à terra:

[...] ou seja, de se tornarem, ou voltarem a ser, agricultores por meio das ocupações de terras e da demanda da política de criação de assentamentos rurais. Assim, o que a exclusão do trabalho está colocando no contexto regional é um processo de reentrada, ou de (re)inclusão, um sair enquanto trabalhador assalariado, e reentrar enquanto agricultor que pretende ser assentado através de políticas públicas. Nesse contexto, pode-se dizer que a FERAESP, além de ser um movimento de luta por melhores condições trabalhistas dos assalariados rurais, torna-se também um movimento socioterritorial [...]. Isto é, passa a agir como um movimento social que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidade de recriação de uma condição social. É esse o contexto em que os assentamentos rurais criados em Descalvado (PA 21 de Dezembro; PA Aurora e PA Bom Retiro) nos últimos cinco anos se inserem.

A Figura 23 mostra a localização dos três assentamentos no interior do município de Descalvado.

Figura 23 - Mapa dos assentamentos em Descalvado/SP

Fonte: Magno (2011).

Figura 2 – Espacialização dos Assentamentos rurais no município de Descalvado em 2010.

Fonte: Magno, 2011

Antes de nos debruçarmos na criação/recriação, vamos tentar compreender melhor a proliferação recente de assentamentos na região de Ribeirão Preto, como comprova a Portaria no. 35 emitida pelo INCRA de 4 de outubro de 2017 e publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte, que decidiu pela desapropriação da Fazenda Colômbia/Água Fria, localizada no município de Colômbia-SP, para fins de reforma agrária (BRASIL, 2017).

6 OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP, PARTICULARMENTE O AURORA, EM DESCALVADO/SP

6.1 A EXPANSÃO DO NÚMERO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP

O agronegócio, isto é, a expansão da industrialização da agricultura, notadamente a canavieira, tem sido impulsionado pela parceria do Estado com o grande capital:

Novas divisões sociais, técnicas e territoriais do trabalho, entendidas como ajustes organizacionais normatizados pelo poder público em parceria com as empresas da região de Ribeirão Preto, estão sendo realizadas há duas décadas, na busca de se enquadrarem nas novas exigências do mercado e, assim, se manterem no setor sucroalcooleiro mundial (BINI, 2011, p. 409).

Na nossa ótica, essas novas divisões do trabalho, das quais Bini (2011) fez menção, são insufladas, primeiramente, pelo processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Não se constituem, portanto, em simples ajustes. Trata-se, assim, de algo imposto de fora para dentro do território nacional, à luz dos interesses do grande capital. São, antes de tudo, expressões do acirramento da luta de classes gerado pela territorialização do capital.

Segundo Bini (2011), esse reordenamento territorial nas áreas canavieiras da Macrorregião de Ribeirão Preto é comandado pela parceria do Estado com o grande capital. Cumpre lembrar que essa Divisão Administrativa do Estado de São Paulo foi formulada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), e vigorou até o início da década de 1990, abrangendo 86 municípios que, atualmente, fazem parte das Regiões Administrativas de Barretos, Franca, Central (que integra Descalvado) e Ribeirão Preto.

Enfatizamos que toda essa reestruturação produtiva na agricultura da antiga Macrorregião de Ribeirão Preto, marcada pela expansão canavieira, tem ocorrido em detrimento dos interesses da população propriamente dita, fato gerador, em última análise, das resistências dos movimentos sociais, manifestadas, sobretudo, pela luta pela reforma agrária (BINI, 2011, p. 412):

Questionando a função social da terra, que, ao invés de produzir alimentos para a população local, produz quase só cana-de-açúcar, centenas de famílias expropriadas do mercado de trabalho pela reestruturação produtiva vigente na atualidade ocupam tanto propriedades privadas com problemas jurídicos, quanto áreas públicas, como hortos florestais, estações ecológicas etc.

A pesquisa de Bini (2011) mostra que, desde meados da década de 1990, havia propriedades ocupadas por movimentos de trabalhadores requisitando terras para viver. Exatamente, um total de 810 famílias, em 1996, ocupavam terras em vários municípios da

região de Ribeirão Preto, de propriedade de vários órgãos e empresas, por exemplo, Fepasa, Secretaria Estadual do Meio Ambiente etc.

Não obstante sua origem bem mais recente (final da dos anos 2000), o PDS Comunidade Aurora de Descalvado também foi criado nas terras que pertenciam à antiga FEPASA, como pudemos constatar na Certidão no. 20.016, datada de 17/01/2019 (Anexo 1).

Uma precariedade quase extrema, observada na quase totalidade dos lotes do Aurora, é outra característica que vai ao encontro daquelas detectadas por Bini (2011) nos outros assentamentos e acampamentos da antiga Macrorregião de Ribeirão Preto:

Estes assentamentos, na condição de estruturas rígidas no espaço da região, superaram a primeira etapa dos conflitos de posse. Cada família neles trabalha num determinado lote, com direitos às importantes e, às vezes, escassas linhas de crédito agrícola e de assistência técnica oficial. Restam-lhes os desafios para a permanência na terra frente às barreiras burocráticas dos programas governamentais (como o não perdão aos inadimplentes das primeiras safras como assentados, que impede a renovação de créditos; a insuficiência de técnicos agrícolas nas instâncias municipais; o déficit de escolas agrícolas em regiões de projetos de reforma agrária etc.). Já nos acampamentos, temos uma falta de rigidez quanto à estrutura jurídica dos que reivindicam suas posses: a instabilidade dos movimentos de pessoas, de alimentos, de grupos políticos é muito grande. Em alguns meses, observa-se que existiram acampamentos que aumentaram ou diminuíram drasticamente o seu número de famílias; outros trocaram suas lideranças políticas e ainda há aqueles que deixaram de existir (Bini, 2011, p.413).

Cumprir registrar, entretanto, que os desafios para que permaneçam nas terras não se restringem à burocracia governamental, pois sobressaem inúmeras outras barreiras, tais como culturais, emocionais, sociais, religiosas, econômicas, políticas, naturais etc., como veremos mais adiante. No tocante ao número de acampamentos registrados na antiga Macrorregião de Ribeirão Preto, o referido autor observou uma retração de 30% entre 1997 e 2002, realidade que o levou a formular a seguinte tese:

A quantidade de ocupações permanentes controladas em um mesmo patamar (em torno de 4 a 10 ocupações) mostra como o setor da agroindústria canavieira na região conseguiu segurar o avanço dos movimentos sociais do campo que reivindicam a reforma agrária. Para termos uma ideia, só no município de Iaras, localizado na região de Bauru, existiam em dezembro de 2002 oito acampamentos instalados e organizados pelo MST; na região de Ribeirão Preto, constituída de 86 municípios, tínhamos somente sete ocupações. Em contraposição, no período analisado, houve um crescimento de 80% no número de acampamentos no estado de São Paulo (liderados pela região de Presidente Prudente), o que confirma o caráter específico do ocorrido na região estudada, principalmente em um período de reestruturação produtiva e diminuição do oferecimento de trabalho na colheita da cana-de-açúcar (Bini, 2011, p. 415-416).

No entanto, a realidade mais recente se contrapõe a essa tese, dado que, entre 2005 e 2009, surgiram mais três assentamentos, somente no interior dos limites de um município, caso de Descalvado. Outro problema que detectamos na tese de Bini (2011) diz respeito ao processo social que originou a maioria dos assentamentos (localizados em Matão, Pradópolis,

Bebedouro, Jaboticabal, Pitangueiras e Restinga, todos integrantes da antiga Macrorregião de Ribeirão Preto). O autor em tela ressaltou que se tratavam de “ocupações estratégicas”, ocorridas em “áreas públicas de preservação ambiental”, pelos movimentos sociais, “para pressionar o governo estadual a resolver o problema agrário com maior rapidez” (BINI, 2011, p.414).

Contudo, descobrimos, ao longo desta pesquisa, por meio de depoimentos obtidos nos trabalhos de campo, que, ao contrário, os chamados *Hortos Florestais* e *Estações Ecológicas* eram, quando das ocupações, áreas de silvicultura (principalmente cultivos de eucalipto). Possuíam, portanto, caráter mercantil; visavam o lucro. Muitas dessas áreas foram transferidas das mãos do Estado de São Paulo para a União, que passou a arrendá-las para empresas privadas mediante um pagamento irrisório, fato que elevava as margens de lucro, obtido por meio das vendas periódicas da madeira retirada dessas terras.

Por outro lado, Bini (2011, p. 416) destacou a luta de classes no bojo do processo de territorialização do capital, a saber: “a dificuldade dos movimentos sociais nesta virada de século na região de duelarem contra a superestrutura política, jurídica e econômica ordenada pelos usineiros e seus *lobbies* frente ao poder público da região”:

Somente os dois assentamentos de Colômbia – os das fazendas Perdizes e Formigas – surgiram de ocupações em terras particulares. Das 15 propriedades privadas ocupadas no período estudado, 11 foram desocupadas, duas viraram assentamentos e outras duas persistiam na ocupação no final de 2002.

Porém, segundo nossa compreensão, tal dificuldade está longe de significar, apenas, que a agroindústria canavieira usou seu poder de barganha para conter o avanço dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Pelo contrário, notamos que o agronegócio, ao promover dois processos socioterritoriais concomitantes e interdependentes – a perpetuação da concentração fundiária observada acima por Bini (2011) e a expropriação do camponês decorrente da territorialização do capital, tem acirrado a luta pela terra. Ao expulsar camponeses e trabalhadores assalariados rurais, a territorialização do capital empurrou grande parte da população que vivia no campo para as cidades. Por outro lado, contribuiu, contraditória e decisivamente, para a proliferação de acampamentos e/ou assentamentos, compostos por uma impressionante diversidade sociocultural que, unidos pelo sonho da (re)conquista da terra, lutam, acima de tudo, pela criação/recriação do campesinato na Macrorregião de Ribeirão Preto.

mais recentemente); e o terceiro, o Assentamento Federal (PA) 2 de Janeiro, mais conhecido em Descalvado como *Horto do Bom Retiro*, que foi criado em 2009.

Vejamos, então, no tópico seguinte, o processo de formação/recriação camponesa gerada pelas lutas dos movimentos sociais, e que se tornou uma possibilidade mais concreta a partir da implantação do PDS Comunidade Agrária Aurora em Descalvado.

6.3 O ASSENTAMENTO AURORA NA ÓTICA DO INCRA: INICIAÇÃO PARA OS TRABALHOS DE CAMPO

Segundo o INCRA (s/d) o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Comunidade Agrária Aurora foi criado no dia 10 de novembro de 2008, numa área de 533,3591 hectares. Trata-se de um assentamento de reforma agrária, ainda em processo de implantação pelo mesmo órgão federal, composto de 83 lotes, dos quais 74 encontram-se ocupados pelos chamados beneficiários.

Em 16/01/19, encontramos, noutra página do INCRA (2016a) na internet¹⁰, um documento contendo os dados dos beneficiários, a data de homologação no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e sua situação atual. Dessa lista, constam os nomes de 121 beneficiários (e, em muitos casos, de seu cônjuge). A situação deles perante o INCRA é essa: desistentes (40); transferidos (2); falecidos (2); assentados (75).

O Anexo 2 traz a lista completa desses 121 beneficiários, contendo, ainda, o nome do cônjuge, a data da homologação no PNRA, o número do lote e a situação atual. Ocorre que essa lista não coincide com outra fornecida pelo mesmo INCRA, que se encontra no documento intitulado *Relação dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no PDS Comunidade Aurora*¹¹, publicado em 24/03/2017 (INCRA, 2017a). Aqui, o total de beneficiários chega a 120, contra os 121 que constam do Anexo 2. Ao comparar os dois documentos, identificamos a ausência, nesse último, dos beneficiários Silvia Helena dos Santos e Diego de Almeida. Constatamos, então, que esse casal foi assentado mais recentemente, em 28/07/2018.

Destacamos que, além dessas informações desencontradas, identificamos outras contradições durante nossos trabalhos de campo, que confrontam os dados oficiais do INCRA. Por exemplo, na relação dos nomes dos beneficiários desistentes, encontramos Saulo Perucio de Souza, o primeiro assentado com o qual obtivemos contato, fato ocorrido no primeiro semestre de 2016 – antes, portanto, de nosso ingresso no programa de mestrado da FFLCH. Fato é que Souza continua no assentamento,

¹⁰ Disponível em: <<http://saladacidadania.incra.gov.br/Beneficiario/ConsultaPublica>>.

¹¹ Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-08_sp_0.pdf>.

morando em seu lote. Mais do que isso, pelo que constatamos, ainda durante a elaboração do projeto desta pesquisa de mestrado, ele jamais saiu de lá.

Outro exemplo de incongruência e/ou desatualização ocorre com os nomes do casal Maria Aparecida Lourenço Borges e Gabriel Borges, considerados assentados regulares pelo referido órgão federal. Porém, ambos faleceram, estando o lote, atualmente, ocupado por dois de seus filhos, que, apesar de trabalharem na cidade, pernoitam no Aurora. Os dados do INCRA (2017) desvelam, ainda, que pouquíssimas homologações ocorreram após 31/12/2010, data de encerramento do governo Lula. Como já abordamos, os governos Dilma (2011/16) e Temer (2016/18) se notabilizaram pelo desprezo despendido à reforma agrária.

Outra lista com nomes de beneficiários do INCRA (2016b), que faz menção ao Aurora, foi publicada em 22/04/2016. Trata-se do documento¹² *Relação dos projetos de assentamentos e seus respectivos lotes com situações de irregularidades levantadas preliminarmente*, em seu site oficial na internet (). Eis o pronunciamento do INCRA sobre a referida listagem:

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) torna pública a lista de todos os lotes/parcelas irregularmente ocupados no Estado de São Paulo, em cumprimento à decisão da 24ª Vara da Justiça Federal (item “c”), referente à ação civil pública Nº 0012513-23.2014.403.6100 movida pelo Ministério Público Federal (INCRA, 2016b, s/p).

Nesse documento, o INCRA (2016b) apontou que, dos 83 lotes integrantes do Projeto de Assentamento Comunidade Agrária Aurora, 31 lotes se encontravam irregulares: 01, 03, 08, 09, 12, 17, 27, 34, 41, 42, 44, 46, 48, 49, 50, 54, 57, 60, 61, 63, 65, 69, 72, 73, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83. Também se encontravam irregulares 4 Áreas Comunitárias: 02, 04, 05 e 06. As irregularidades cometidas foram as mais variadas. A assentada Marcolina (lote 54), por exemplo, resolveu, juntamente com uma de suas filhas, instalar uma mercearia (mais precisamente, um bar) em seu lote. Situação parecida ocorre com seu filho, Lourivaldo (lote 65), que instalou diversas atividades econômicas simultâneas em sua parcela, todas elas sabidamente estranhas ao trabalho familiar na terra.

Outro tipo recorrente de irregularidade é a sistemática troca de lotes entre parentes sem o aval do INCRA. Há, também, inúmeros casos de repasse do lote conquistado por meio de venda (ilegal), o que fez surgir no assentamento um comércio clandestino de terras. Subsistem, também, casos em que membros de uma mesma família encontram-se distribuídos por diversos lotes. Vejamos a descrição da irregularidade apontada pelo INCRA (2016b) nos referidos lotes e áreas comunitárias:

- Lote 1: ocupante irregular/desistiu e colocou família no lugar
- Lote 3: não reside na parcela

¹² Disponível em: <http://www.incr.gov.br/sites/default/files/uploads/incra-nos-estados/sao-paulo-sr-08/rela-o-de-lotes-ocupados-irregularmente-em-assentamentos-de-s-o-paulo/irregularidades_sp_22_04_2016.pdf>.

- Lote 8: faleceu/ocupante irregular (não existe informação no processo)
- Lote 9: ocupante irregular/desistência – colocou família no lugar
- Lote 12: não reside na parcela
- Lote 17: ocupante irregular notificado uma vez em 03/10/2012
- Lote 27: trocou o lote com o do lote 81 sem comunicar o INCRA/ocupante irregular
- Lote 34: falecido, a viúva não reside/ colocou a sobrinha para residir no lote como agregada
- Lote 41: ocupação irregular
- Lote 42: ocupação irregular
- Lote 44: ocupação irregular (com ação popular entre beneficiário e ocupante)
- Lote 46: ocupante irregular/desistente
- Lote 48: não reside/ocupado por seu irmão (cônjuges separados disputam o referido lote)
- Lote 49: não reside/ocupado pelos seus pais
- Lote 50: ocupação irregular/colocou uma família no lugar
- Lote 54: mercearia existente no lote
- Lote 57: ocupação irregular
- Lote 60: ocupante irregular/abandonou o lote e colocou família no lugar (não consta informações no processo)
- Lote 61: ocupação irregular
- Lote 63: ocupação irregular
- Lote 65: mercearia, borracharia, abertura da cerca da Intervias e lavador de caçamba no lote
- Lote 69: ocupação irregular
- Lote 72: não moradia – ocupado pela sua mãe e irmãs que exploram o lote
- Lote 73: ocupação irregular
- Lote 75: ocupação irregular
- Lote 78: ocupação irregular
- Lote 79: ocupação irregular
- Lote 80: ocupação irregular
- Lote 81: colocou uma família para tomar conta do lote e estava residindo no lote 26, cuidando da recuperação do sogro/depois trocou o lote com o beneficiário do lote 27

- Lote 82: ocupante irregular/aguardando regularização
- Lote 83: ocupante irregular/aguardando regularização
- Área comunitária 2: ocupação irregular
- Área comunitária 4: ocupação irregular
- Área comunitária 5: ocupação irregular
- Área comunitária 6: ocupação irregular

Nossa intenção é ressaltar a falta de um critério técnico, que pudesse ser mais preciso e objetivo, para identificar tais irregularidades. Por exemplo, qual a diferença existe entre *ocupação irregular* e *ocupante irregular/aguardando regularização*? E o que significa *ocupante irregular/desistiu e colocou a família no lote*? Os ocupantes, naturalmente, não possuem família? Permeadas por esses exemplos de subjetividades descritivas dos fiscais do INCRA, abstrações, imprecisões e incongruências predominam nas descrições de irregularidade dos lotes. O mesmo se observa no tocante às *áreas comunitárias*.

Tornadas públicas na Internet, essas (des)informações, além de imprecisas, chocam-se também com aquelas contidas no mapa fornecido pelo líder Piauí, em setembro de 2017 (Figura 25).

Nesse documento fornecido por Piauí há a localização dos 83 lotes, com destaque para *aqueles pintados em amarelo*, que se encontrariam, segundo Piauí, em situação irregular. Muitas dúvidas persistem: por que não se observam no mapa de Piauí ao menos os 31 lotes irregulares apontados pelo referido órgão federal? E as áreas comunitárias? O que ocorreu com elas, que não se encontram representadas no mapa?

Cumpra registrar que, numa das áreas comunitárias do assentamento, há dois barracos (muito precários), onde residem famílias que ainda se encontram à espera de vacância de um lote para fixarem, enfim, residência, como mostra a Figura 26.

O próximo tópico traz a compilação dos nossos relatos do cotidiano dos assentados, obtidos a partir de diversas pesquisas de campo, o que também, em última análise, contrasta com os dados do INCRA referentes ao Aurora.

6.4 O ASSENTAMENTO AURORA NA ÓTICA DE MAGNO (2011): ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante os trabalhos de campo que realizamos no PDS Comunidade Agrária Aurora, conhecemos, conversamos e entrevistamos 35 assentados, alguns dos quais em mais de uma oportunidade. Todos eles se consideravam, independentemente da condição de regulares ou não à luz dos critérios do INCRA, responsáveis por seus respectivos lotes. Consideramos esse número representativo, haja vista que corresponde a cerca de 43,37% do total dos lotes (83) existentes no assentamento.

Essas visitas revelaram um árduo, conturbado e incompleto processo de territorialização e/ou reterritorialização do campesinato no Aurora, que iremos discutir de forma mais ampla adiante.

Com base em nossas pesquisas de campo, bem como nos dados apresentados por Magno (2011), podemos adiantar que, provavelmente, um dos fatores que contribuem para a ocorrência desses dois processos (territorialização e/ou reterritorialização) no Aurora, além evidentemente da própria criação do assentamento pelo INCRA, é o passado vivido pela maior parte dos assentados, não obstante sua enorme diversidade sociocultural. Muitos deles já haviam sido camponeses no passado. Nesse caso, buscam uma reterritorialização. Outros tantos eram trabalhadores assalariados ou autônomos, no campo ou na cidade. Nesse caso, são aqueles que estariam se tornando camponeses agora, ou melhor, a partir de seu assentamento no Aurora, sendo agentes de um claro processo de territorialização.

Nas entrevistas que realizou no Aurora, alguns anos atrás, Magno (2011) já havia constatado esse perfil demográfico de origem, predominantemente agrária e, ao mesmo tempo, bastante heterogêneo. Naquela época, havia 81 lotes (os outros dois foram criados em 2017 por meio do desmembramento de uma área comunitária do referido assentamento). Neles, vivia uma minoria (30%) de assentados descavadenses. Os demais (70%) eram procedentes de outros municípios, não apenas de São Paulo, mas também de outros estados: São Paulo: 56%; Minas Gerais: 16%; Bahia: 8%; Alagoas: 7%; Paraná: 7%; Rio de Janeiro: 4%; Mato Grosso do Sul: 1%; Ceará: 1%.

Denotamos, assim, que a imensa maioria do Aurora já era migrante quando da pesquisa de Magno (2011). Via de regra, esses migrantes passaram por, pelo menos, três municípios antes de

chegarem a Descalvado. Muitos deles já haviam sido boias-frias na colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, uma indicação clara de que:

[...] o assentamento possibilitou o acesso a terra por parte de uma população historicamente excluída dos processos de trabalho, mesmo existindo entre os beneficiários aqueles que mantinham algum tipo de inserção no mercado, mas o faziam em condições bastante instáveis e precárias (MAGNO, 2011, p. 85).

Do total de entrevistados por Magno (2011), apenas 23% *dos assentados responsáveis pelos lotes não tinham qualquer experiência no trabalho rural*. Tratavam-se de trabalhadores assalariados urbanos (18%) e de pessoas que não trabalhavam (5%):

são aqueles que já residiam em cidades e são basicamente os naturais do estado de São Paulo, indicando que outras categorias sociais como moradores de periferias, trabalhadores descontentes com a vida na cidade e mesmo moradores de rua da região mais urbanizada do país veem na luta pela terra uma oportunidade de mudar de vida. Apenas 5% dos entrevistados declararam não trabalhar no local de origem; esta pequena parcela refere-se aos assentados relativamente mais jovens do assentamento, que na terra natal se consideraram membros não remunerados da família rural (MAGNO, 2011, p. 87).

No tocante ao trabalho que os assentados no período imediatamente anterior à chegada ao Aurora, o estudo de Magno (2011) revelou que 26% eram trabalhadores assalariados rurais (permanentes e/ou temporários); 32% eram aposentados, mesmo estando proibidos pelo INCRA de serem os responsáveis pelos lotes homologados¹³; 27% eram trabalhadores assalariados urbanos.

Desse total, a maioria (65%) trabalhava no setor terciário (comércio e serviços) em Descalvado ou nas cidades vizinhas, como São Carlos, Porto Ferreira e Araraquara. Os demais 35% desses ex-assalariados urbanos já se encontravam desempregados no ato do assentamento. Muito provavelmente, essas pessoas foram vítimas da desqualificação profissional gerada, sobretudo, por políticas públicas (historicamente) discriminatórias, notadamente nas áreas de saúde e educação, fato que tem lançado, de forma sistemática e recorrente, na pobreza e na miséria, parte considerável da população brasileira. Por essa razão, resolveram recomeçar a vida no campo.

De fato, Magno (2011) relata que 5% dentre os 27% considerados assalariados urbanos são egressos do trabalho em cooperativa de corte de frango, na cidade de Descalvado, a qual faliu e deixou-os desempregados.

¹³ Nesses casos, a regularização, isto é, a homologação dos lotes se encontrava em nome de outras pessoas, geralmente parentes dos aposentados. Porém, esses os responsáveis *de fato* pelos lotes, uma vez que comandavam o plantio, a colheita, o manejo dos animais, a limpeza da casa, a capina do terreno, etc. Destaca-se que essa enorme intimidade dos aposentados com a terra condiz com o fato de que a grande maioria (71%) procedia de sua experiência com as atividades agrícolas assalariadas na região, quando do seu assentamento no Aurora.

Continuando a análise, 15% dos responsáveis pelos lotes foram assim classificados: 11% eram informais, isto é, realizavam *bicos*; 1% (uma família) era camponesa, mas perdeu suas terras para pagar dívidas; 3% eram autônomos, isto é, comerciantes e prestadores de serviços em geral. Apesar de tamanha diversidade sociocultural, conseguimos observar uma característica muito comum no interior do assentamento, o que pode se constituir no fator gerador de uma identidade, ainda inexistente no Aurora.

Ainda que de forma embrionária, a busca pela práxis (criação/recriação) camponesa encontra ressonância no seu desejo – algo generalizado no assentamento – de viver na terra e da terra por meio do seu próprio trabalho. São mulheres e homens que buscam, no limite, ter algum grau de autonomia (no processo de sua própria reprodução enquanto uma classe social) em relação aos ditames do capitalismo, por mais que vislumbrem – contraditoriamente – dele participar, fornecendo frutas, legumes, tubérculos, carne, leite, ovos etc., que sonham produzir.

Apesar da falta quase generalizada e recorrente de recursos financeiros, equipamentos técnicos, conhecimento prático e, em muitos casos, intimidade com a terra por parte das famílias assentadas nos lotes que visitamos, constatamos que, muitas dessas pessoas, compartilham desse desejo: viver do trabalho *full time* realizado no interior do lote. Isso significa, no limite, o desejo de ingressar noutra classe social, reiteramos, a campesina.

A referência norteadora desse projeto de vida encontra-se no passado, isso é, na experiência de trabalho vivida no campo em seus lugares de origem. Se, como vimos acima, apenas 23% *dos assentados responsáveis pelos lotes não tinham qualquer experiência no trabalho rural* quando chegaram ao Aurora, por outro lado, 77% *desse contingente viviam e/ou trabalhavam no campo quando emigraram*, isso é, saíram de seu município de origem para viver noutro lugar.

No âmbito dessa maioria (77% dos assentados), 27% eram camponeses, que dependiam, basicamente, do trabalho familiar. Portanto, eram camponeses. Mas é preciso destacar que o percentual de ex-camponeses era ainda maior, pois o emprego do trabalho familiar também caracteriza os meeiros e os posseiros. E o trabalho familiar é, por definição, segundo a corrente do pensamento marxista que adotamos neste trabalho, a essência do campesinato.

Dito de outro modo, o emprego do trabalho familiar é o que define – também na nossa ótica – a classe social camponesa – fato não destacado por Magno (2011). Desse modo, somando-se aqueles 27% (extraídos dentro do universo dos 77% *dos assentados responsáveis pelos lotes, que viviam e/ou trabalhavam no campo quando emigraram*) àqueles 10% que já eram meeiros e/ou posseiros em seus lugares de origem à época da emigração, tem-se que 37% desse universo eram camponeses em suas terras natais à época da dissertação de Magno (2011).

Sendo assim, enfatizamos: os agricultores familiares, os meeiros e os posseiros compõem uma classe social específica, distinta, portanto, daquela que integra os trabalhadores assalariados. Trata-se, como vimos anteriormente, de camponeses, que tem sido historicamente expropriados de suas terras pela territorialização dos monopólios, bem como subordinados ao capital pelo processo de monopolização dos territórios (OLIVEIRA, 2016).

No tocante à concentração fundiária, essa teria se acentuado em decorrência das políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado, no campo, entre as décadas de 1970 e 1990, fato que expropriou muitos camponeses país afora, culminando com a vinda de famílias inteiras para Descalvado e, por conseguinte, para o assentamento Aurora. Tratam-se de processos que dificultam a reprodução camponesa (Magno, 2011).

No Brasil, a reprodução camponesa sempre precisou enfrentar grandes obstáculos relacionados à concentração fundiária. A Lei de Terras, promulgada em 1850, por exemplo, praticamente impediu o acesso dos estrangeiros à propriedade fundiária, preparando, assim, a substituição do escravismo pelo colonato (MARTINS, 2010). Mais recentemente, isto é, a partir da década de 1970, a concentração fundiária, inclusive a paulista, foi reforçada pela mundialização do capital, processo desencadeado no imediato pós-II Grande Guerra (OLIVEIRA, 2016).

Na região de Ribeirão Preto/SP, onde Descalvado se localiza, esse processo foi acelerado, nas últimas décadas, pela expansão do setor sucroenergético, voltado para a produção de açúcar para o mercado externo e álcool combustível para o mercado interno (BINI, 2011). Em seus municípios de origem, muitos desses migrantes tinham suas próprias terras; outros arrendavam. Nesses dois casos que, somados, perfaziam 37% do universo de *77% dos assentados responsáveis pelos lotes, que viviam e/ou trabalhavam no campo quando emigraram*, eram camponeses (MAGNO, 2011).

Agora, por meio de sua fixação no assentamento, reterritorializados, isto é, ao retornarem à terra, buscam reingressar no campesinato, a classe social da qual haviam saído quando migraram. Os demais, isto é, 63% daquele universo (*77% dos assentados responsáveis pelos lotes, que viviam e/ou trabalhavam no campo quando emigraram*) já eram trabalhadores assalariados rurais em seus municípios de origem. Sejam eles ex-camponeses ou ex-trabalhadores assalariados rurais, o fato é que muitos deles, senão a maioria, passaram pela cidade antes de retornarem à terra. Eis uma comprovação da passagem de muitos assentados de origem agrária pela cidade: 55% dos assentados vieram da zona urbana e 45% da rural (MAGNO, 2011).

O predomínio de camponeses procedentes de áreas urbanas sugere uma contradição. Porém, esse perfil demográfico é derivado da territorialização dos monopólios em voga em Descalvado, onde se nota o avanço exponencial do setor sucroenergético na agricultura regional. Aqui, trabalhadores rurais que, no passado, foram camponeses, tornaram-se, em grande medida, cortadores de cana. E, quando não moravam nos alojamentos das usinas processadoras de açúcar e álcool, residiam nas

periferias das *ciudades dormitorios* do entorno de Ribeirão Preto, caso de Descalvado, que é polarizada pelas áreas urbanas vizinhas, como São Carlos e Porto Ferreira, conforme já abordamos anteriormente.

De fato, em pequenas cidades como Descalvado (cerca de 30 mil habitantes), a atividade das usinas sustentava, até recentemente, e em grande medida, sua economia. E, até poucos anos atrás, a mão de obra migrante era a força de trabalho principal, sobretudo durante o período da safra da cana. Portanto, esses dados indicam que o assentamento Aurora abrigou muitos desses ex-trabalhadores volantes do setor sucroenergético, além, evidentemente, de alguns outros moradores urbanos.

Podemos afirmar, embasados em Magno (2011), bem como na impressionante diversidade de experiências relatadas por nossos interlocutores/entrevistados no assentamento Aurora, dois aspectos principais:

- 1) Do ponto de vista do trabalho, identificamos camponeses (pequenos proprietários de terra, meeiros e posseiros) desterritorizados, assalariados rurais (inclusive boias-frias), assalariados urbanos (inclusive desempregados), autônomos (pedreiros, coletores de bambu, pintores, encanadores).
- 2) Do ponto de vista da experiência de vida, encontram-se “migrantes com longas andanças por diferentes lugares em busca de “melhores dias”, verdadeiros errantes, moradores de periferia de grandes e pequenas cidades e pessoas naturais do local” (Magno, 2011, p. 88).

Sobre essa questão de retorno da população urbana ao campo, Magno (2011) remete sua análise a Martins (2003), para quem os assentamentos de reforma agrária no país possibilitam a ressocialização de populações historicamente marginalizadas. Para esse autor, trata-se de uma reforma social:

A reforma agrária seria pobre se se limitasse a concretizar a demanda modesta dos que falam e pressionam em nome dos pobres e dos que sofrem, não raro sem clareza do que efetivamente é e sem clareza quanto aos limites com que se defrontam. Mais do que uma reforma no regime de propriedade, a reforma agrária é uma reforma social que tem por objetivo, por meio da redistribuição de terras, ressocializar populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo de décadas, já para não falar em séculos. Desse modo, seu objetivo é o de criar efetivos mecanismos de integração e participação sociais (MARTINS, 2003 apud Magno, 2011, p.88).

De todo modo, algo já se encontra em curso, a saber, o processo de territorialização/reterritorialização dessas pessoas, que teve início graças, sobretudo, ao trabalho de base da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) comandado por Piauí. Esse líder nordestino sempre esteve à frente do Aurora, desde os tempos do acampamento que precedeu à sua transformação em assentamento.

Eis o elo de ligação usado pelo líder Piauí para mobilização dos possíveis candidatos a se beneficiarem da política de reforma agrária: a convergência de um sonho entre as mais diversas categorias sociais inseridas na luta pela terra, qual seja, o desejo de retornar/ingressar ao/no campesinato. Nas grandes fazendas de cana de açúcar e de laranja, nas periferias de Descalvado e das cidades da região, Piauí fez um trabalho de base, isto é, de conscientização política dos futuros assentados que trouxe à tona esse desejo, como comprovam os excertos das entrevistas realizadas na pesquisa de Magno (2011).

[...] nessas andanças para lá e para cá, a gente conheceu o Piauí, que fazia parte do movimento, aí foi quando eles chamaram a gente para participar, pra lutar por terra. Ele falava muita coisa para gente, se a gente já tinha morado na roça, se tinha afinidade com o trabalho pesado, essas coisas. A gente estava querendo mesmo sair do trabalho na fazenda não é? Largar de ter patrão e começar a ter uma coisa nossa, era o sonho da gente. A terra não tinha mistério para nós, já vivemos dela. Então, meu filho se animou. A gente num tinha muita ideia do que era isso aqui não, mas estávamos lá, começamos a participar de reuniões e foi quando a gente começou ver realmente o que vinha pela frente. Num sei, mas foi aí que deu mais vontade de conquistar uma terra aqui. [...] lá eu estava com minha mãe também, mas “mínimo” minha mãe estava mais animada do que eu para o acampamento, para ela era tudo uma aventura. Ela era a mais animada para conseguir a terra, ela mora aqui comigo hoje, mas a terra para ela era tudo, como se fosse uma oportunidade de voltar ao passado, de ter a vida dela do sítio lá de Adamantina de volta, a vida que a gente tinha não é? Minha mãe cismou com o movimento, ela queria por que queria a terra. Então o Piauí tinha convencido minha mãe e meu filho, pronto! Foi quando eu comecei a perceber que a terra era a felicidade da minha família. Tô aí até hoje lutando por essa felicidade (MAGNO, 2011, p.89-90).

Aqui em São Paulo não, tinha em Minas Gerais como falei para você, mas perdemos a terra lá. Aqui em São Paulo nunca tivemos terra não. Nesse período que viemos aqui para Descalvado a gente morou um tempo na cidade, mas ainda sim meus irmãos trabalhavam na laranja e na cana. Nós vivemos lá um bom tempo, mas a família foi casando e se separando, mas sempre morando aqui em Descalvado. Foi nessa época que a gente ficou meio distante, mas foi quando um dos meus irmãos ficou sabendo que ia ter uma ocupação aqui. Ninguém sabia disso, as pessoas em Descalvado não sabiam. Então, nessa época que meu irmão ficou sabendo no trabalho, quando o Piauí juntou uma turma e falou do que iria ser feito aqui, foi quando ele ficou sabendo. Através dos colegas dele, também ele ficou sabendo e trouxe para a minha família. Aí o pessoal adorou a ideia de morar na zona rural de novo, mas agora numa coisa que podia ser nossa de verdade. Ter terra era um dos sonhos de minha mãe e nosso também. Foi nessa época que a gente começou a participar de reuniões na cidade, participamos das ocupações e ficamos muito empolgados com a ideia de ter uma terra. Nessa época, muita gente trabalhava registrada, mas aí eles largaram o serviço e vieram para cá no sonho de ter uma terra, mas também por que nessa época estava difícil na fazenda era pouco o serviço e a gente não ganhava bem como antes. Eu não queria vir aqui, tinha muito medo de largar as coisas que tinha para vir aqui para uma coisa que era incerta. Mas minha irmã falava comigo para vir que o negócio ia sair sim e que era a chance de juntar todos da família de novo. Sempre minha irmã ficou aqui, desde o início, com alguns irmãos. Foi então que resolvi vir também, lutar por meu canto perto da família (MAGNO, 2011, p.89-90).

Vejamos a recompilação da entrevista com o líder Piauí:

Pesquisador: Piauí, como era o trabalho de base aqui em Descalvado?

Líder Piauí¹⁴: Na verdade, teve uma hora que a gente abria o cadastro e o pessoal já chegava aqui e cadastrava, mas no início era nos locais de trabalho dos cortadores de cana, nas periferias mesmo aqui da região, a gente fazia o trabalho nesses cantos aí. No começo foi muito difícil, o pessoal nunca participou de nenhum movimento e não acreditava muito na gente, não é? Mas continuávamos o trabalho de base, falávamos do problema da terra aqui, do problema do desemprego da cana que ia gerar e também do passado deles, eles já tiveram uma experiência com a terra no passado, mas mesmo assim era difícil. Mas quando eles viram que uma área aqui deu certo, que foi a área do “21 de Dezembro”, o primeiro assentamento aqui de Descalvado, aí depois eles mesmo chegavam e vinham aqui procurar a gente, viram que a luta dava certo. Aí eles vinham aqui e cadastravam e depois de um tempo a gente marcava as reuniões em vários lugares para tentar agregar mais gente e aí o pessoal vinha, inclusive veio muita gente de fora. As reuniões, a grande maioria, eram em uma casa no bairro Morada do Sol e na Vila Albertina, todas na cidade que era um jeito de encontrar todo mundo, inclusive o pessoal que vinha de fora só pra participar das reuniões (MAGNO, 2011, p. 89-90).

Magno (2011) remeteu sua análise a Neves (1997, 1999) quando enfatizava o trabalho de mobilização elaborado por Piauí, o que permitiu, a partir do interesse comum na luta pela terra de um grupo composto por categorias sociais as mais diversas, uma ação coletiva baseada “em condutas mutuamente concatenadas, cujo objetivo é obter a intervenção do Estado na gerência de conflitos e no direcionamento da política de reforma da estrutura fundiária” (MAGNO, 2011, p. 90):

Com isso, a ação dos grupos que se funda nesse processo permite desnaturalizar modos de condutas sob os quais se encontravam inseridos, e o mundo social por eles (re)ordenados, ainda que a princípio esteja no nível da representação, faz emergir articulações sociais decorrentes dos encontros e concorrências pela objetivação de políticas públicas. Esse foi, por exemplo, o processo de (re)construção da imagem do “ser sem terra” feita pela liderança local do movimento entre os participantes das mobilizações. Como afirmou um assentado em uma conversa informal no seu lote “(...) eu planto feijão, milho, mandioca, essas coisas aqui no meu lote, Piauí não. Ele planta famílias na terra”. Enquanto uma liderança da ação coletiva, a eficácia do seu trabalho depende do engajamento e da convergência entre as representações sociais dos agentes envolvidos com a mudança almejada. Por conta disso, o trabalho de produção e da ativação de sentidos sociais através do imaginário sobre a vida no meio rural e do patrimônio que a terra representava, presente, inclusive, na memória de muitas das pessoas que a liderança mobilizava, foi de extrema importância. Além disso, o trabalho de desconstrução de representações antigas com relação ao “ser sem terra” também foi, na mesma medida, fundamental. Nas análises das formas de luta pela terra que originaram os projetos de assentamentos rurais em diversas regiões do país, Leite et al (2004) revelavam que o que tem pesado na implementação destes é a presença de conflito por terra, no sentido de ocorrência de ocupação das áreas, iniciativas dos trabalhadores e, principalmente, dos movimentos sociais. Segundo esses autores, evidentemente que nem todas as características da

¹⁴ Lembramos que, atualmente, Piauí não integra mais a FERAESP. Hoje, ele é membro da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

organização dos assentamentos decorrem da sua associação histórica com as ocupações ou com o conflito propriamente dito, mas são fortes as indicações de que essa característica marcou a experiência social anterior dos assentados (MAGNO, 2011, p. 91).

Apesar do êxito dos acampamentos comandados pela FERAESP, uma vez que culminaram com a efetivação do assentamento Aurora pelo INCRA, observamos que a realidade cotidiana camponesa é repleta de dificuldades. Grande parte das 35 famílias assentadas, com as quais estabelecemos contato pessoalmente (por meio de conversas informais e/ou entrevistas) depende das aposentadorias dos idosos. Muitas outras famílias dependem dos salários obtidos por membros que trabalham fora, em atividades profissionais as mais variadas existentes no campo e na cidade, tais como tratorista, motorista, pedreiro, encanador, pintor, campeiro (lida com os problemas corriqueiros relacionados ao manejo do gado, como o corte de chifre e a castração) etc.

Soma-se a isso a (quase) completa falta de um mínimo de ordenamento político e de planejamento técnico que possa resultar num manejo adequado dessas terras, que possa atender às necessidades materiais e às expectativas emocionais de seus moradores por meio, por exemplo, da cooperação.

7 ESTUDO DE CAMPO: NOSSA EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO AURORA

Neste capítulo, apresentamos a metodologia utilizada para realização da pesquisa, bem como a narração dos nossos encontros com os assentados (regulares e irregulares) no Aurora. Além disso, para traçar um cenário atualizado das questões que se impõem no Assentamento Aurora, trazemos, em vários excertos, as percepções e opiniões dos próprios assentados, com base em seus cotidianos. Preservamos, nos fragmentos dos discursos dos assentados, sua própria linguagem.

7.1 METODOLOGIA

Nosso trabalho de pesquisa foi concebido como um estudo de caso com abordagem qualitativa. O caso a ser estudado é o assentamento de reforma agrária, ainda em processo de implantação, iniciado há cerca de dez anos, localizado em Descalvado/SP – o Assentamento Aurora.

Conforme explana Bardin (2011), a investigação qualitativa precisa ser entendida como uma arena de discussões e críticas científico-sociais. Sem ter a intenção de apresentar métricas e estatísticas, a pesquisa qualitativa parte de questões que trazem interesses amplos, que vão se delineando à medida que o estudo se desenvolve, obtendo-se dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos que se dão na interação do pesquisador com seu objeto de estudo, ou seja, os participantes da pesquisa.

Vale apontar que esta dissertação integra um conjunto mais amplo de estudos que vem sendo realizados sobre a vida nos assentamentos de reforma agrária, contudo, adotando como tema mais específico a experiência do campesinato frente à territorialização dos monopólios, particularmente relativa à cultura canavieira no Estado de São Paulo.

No contexto da proposta deste estudo de caso, realizamos diversas entrevistas, inclusive, entrevistamos determinados sujeitos mais de uma vez, a fim de compor as histórias de vidas e *ouvir* a voz de suas próprias experiências como assentados. Portanto, resgatamos informações da trajetória dos proprietários regulares e dos moradores irregulares do Assentamento Aurora, localizado em Descalvado, no Estado de São Paulo.

As diversas visitas ao referido assentamento ajudaram-nos a entender a organização socioeconômica do território nacional, à luz da geografia agrária. Sob a forma de um agrupamento de famílias recém-assentadas numa região canavieira, submetida ao processo

de mundialização da agricultura brasileira, em curso há décadas. Para tanto, consideramos, como questões basilares, as tradições culturais (no tocante à práxis camponesa aprioristicamente desenvolvida nos lugares de origem dos assentados), as condições econômicas desses agricultores e suas relações, estabelecidas em seu movimento dialético, com o capitalismo.

Os sujeitos da pesquisa são os membros de 48 famílias, de um universo de 83 famílias assentadas no Aurora. Dentre as 48 famílias cujos membros nos concederam entrevistas, cerca de metade são considerados irregulares perante o INCRA.

Quanto à elaboração das questões, como já referido, foram se delineando à medida em que estabelecemos contato com os assentados no Aurora, portanto, surgiram *in loco*, quando começamos a visitar o assentamento, antes mesmo de ingressarmos no programa de pós-graduação.

Na nossa ótica, tal fato, por si só, contribuiu para legitimar as outras visitas ao campo, que fizemos, já na condição de aluno do referido programa. Por isso, nossos trabalhos empíricos foram sistemáticos e frequentes: ocorrem ao longo de todo o tempo de duração do mestrado.

Procedemos assim, pois acreditamos que o contato direto com a realidade tende a retratar, da forma mais fidedigna possível, as relações sociais que norteiam o *modus vivendi* – apreendido em seu movimento dialético, e contraditoriamente ditado pelo capitalismo – das 83 famílias assentadas em Aurora.

7.2 O AURORA EM SEUS PRIMÓRDIOS, SEGUNDO ALGUNS ASSENTADOS

Entre janeiro de 2017 e janeiro de 2019, na condição de mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana pela FFLCH da Universidade de São Paulo, fomos ao assentamento Aurora diversas vezes, com o intuito de entrevistar muitas das famílias assentadas. Por meio desses trabalhos de campo, buscamos vivenciar o cotidiano desses camponeses.

Conhecendo suas experiências de vida, pudemos constatar o processo de territorialização/reterritorialização dessa classe social no bojo da *moderna* agricultura capitalista predominante no entorno de Ribeirão Preto, onde se encontra Descalvado.

Ainda que vivendo um estágio embrionário de criação/recriação, o campesinato do Aurora se reinventa a cada dia, enfrentando uma precariedade material que, de forma chocante e desconcertante,

sempre saltava aos olhos quando chegávamos ao assentamento para conhecer o cotidiano daquelas famílias.

De antemão, ressaltamos que as entrevistas que fizemos com 35 membros de famílias assentadas distintas foram imprescindíveis para a realização dessa dissertação de mestrado, conquanto uma pesquisa geográfica. De fato, sem essas ferramentas, seria impossível “enxergar o plasmar do tempo e do espaço por meio das relações sociais” (LOMBARDI, 2004, p.36):

A técnica da história oral é um recurso extremamente valioso também para os geógrafos, no sentido de que possibilita fazer uma reconstituição da formação de um dado território, permite captar a transformação do território e o longo processo de constituição-construção de cada unidade territorial.

Cumpramos relatar que dividimos nossa dissertação sobre o Aurora em duas partes. Na primeira, relacionamos as análises referentes, mais especificamente, às origens do assentamento, notadamente a procedência de seus assentados. Na segunda, abordamos o cotidiano desses camponeses, isto é, suas dificuldades para se manterem na terra conquistada, dada as dificuldades, sobretudo técnicas e financeiras.

Realizamos a primeira entrevista em 13 de janeiro de 2017. Nesse dia, conhecemos Patrícia Mazaro, quando executava a função de doméstica diarista na residência de uma família tradicional de Descalvado. Nessa ocasião, Patrícia ocupava, ainda em companhia de seu marido, o lote número 12 do Assentamento Aurora. Quando indagamos as razões que a levaram a trabalhar como diarista na faxina de residências, Patrícia foi taxativa: o trabalho no lote não é suficiente para garantir a renda necessária para o sustento de sua família.

Ao longo dessa conversa, que durou cerca de 40 minutos, Patrícia nos deu algumas informações sobre esse assentamento: seu início data de 2007, quando o governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), adquiriu a posse das terras da antiga Fazenda Aurora, que estava arrendada à empresa privada Ripasa Papel e Celulose, atualmente pertencente ao grupo Suzano Papel e Celulose.

Minha segunda entrevista ocorreu em 8 de março de 2017. Nesse dia, conversei com Saulo, o primeiro assentado que conheci. Após uma conversa relativamente breve, ele me levou ao encontro do líder Piauí, muito conhecido dentro e fora do Aurora. Foi então que, finalmente, comecei a compreender melhor as origens desse assentamento.

Segundo Piauí, o Aurora é um dos dezenove assentamentos situados no estado de São Paulo derivados de desapropriações de terras pertencentes à antiga FEPASA S/A, como já descrito anteriormente, geradas a partir de pressões populares, exercidas, via de regra, pelos chamados movimentos sociais, inclusive sindicatos de camponeses e trabalhadores assalariados rurais. No caso

do Aurora, essas pressões populares foram coordenadas pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), uma das maiores entidades sindicais do país, sediada em Araraquara/SP, a cerca de 80 km de Descalvado.

Em 29 de abril de 2017, entrevistei Ivanildo, assentado procedente de outra cidade, uma vez que Saulo já residia no Aurora quando da criação desse assentamento. Quando possuía apenas quatro anos de idade, seus pais se mudaram para Londrina/PR, procedente de Arapiraca/AL. No norte do Paraná, viveu até aproximadamente os quarenta anos. Nesse tempo, adquiriu enorme experiência com a lida da terra, sobretudo enquanto esteve, já adulto e ao lado da família que constituiu, sua esposa Cleonice, empregado como caseiro num sítio de descendentes japoneses. Lá, desenvolveu diversas técnicas agrícolas, como, por exemplo, o enxerto de plantas e o cultivo intercalado de árvores frutíferas as mais diversas, com tubérculos, notadamente batata e mandioca.

Já com meia idade, Ivanildo resolveu trabalhar na colheita da laranja em Boa Esperança do Sul/SP, cidade situada entre Dourado/SP, São Carlos/SP e Araraquara/SP, a cerca de 100 km de Descalvado. Há cerca de dez anos, quando se dirigia para Descalvado para visitar alguns parentes, avistou, a uns 7 km dessa cidade, fogo numa plantação de eucalipto. Por uma dessas coincidências da vida, durante essa visita, conheceu Piauí, que o convidou a participar da invasão da referida plantação de eucalipto.

Ivanildo ficou debaixo de lona algum tempo, à beira da rodovia SP-215, até o governo federal repassar essas terras recobertas por eucaliptos para o INCRA. Ou seja, Ivanildo, ao lado de Saulo e Piauí, foi um dos camponeses sem-terra que pressionaram o governo federal para que realizasse a Reforma Agrária daquelas terras, luta que originou no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Comunidade Agrária Aurora.

No dia seguinte, conheci José. Depois de viver durante muitos anos no norte do Paraná, onde era arrendatário, cultivando milho, arroz etc., em companhia da família (esposa e três filhos), mudou-se para Sumaré, cidade situada na Região Metropolitana de Campinas, movido pela ideia de que seria melhor para a esposa, que andava adoentada. Nessa cidade, trabalhou como operário numa tecelagem com registro em carteira durante uns dez anos. Depois, tornou-se autônomo, trabalhando como servente de pedreiro. Há cerca de quatro anos, foi convidado para visitar Descalvado pelo cunhado, o Toninho, que já vivia no assentamento Aurora. Um mês depois, acabou comprando o lote 46, tornando-se, assim, vizinho de cerca do cunhado.

A história da chegada de Toninho ao Aurora foi contada nesse mesmo dia por seu pai, um senhor forte de 76 anos de idade. Nascido em Uberaba/MG, chegou ainda menino em Nova Veneza/GO, onde desmatou o cerrado e plantou café. Mas, poucos anos depois, resolveu se mudar para São Paulo/SP, onde viveu apenas dois anos. Como não se acostumou com a vida da cidade grande, resolveu seguir para o norte do Paraná, onde se tornou arrendatário.

Com o Toninho já adolescente, tornou-se brasiguai ao comprar dez alqueires no país vizinho, a cerca de 100 km da fronteira com Foz do Iguaçu/PR. O maior problema enfrentado no Paraguai foi a dificuldade para comercializar as safras, razão pela qual resolveram voltar para o Paraná. Há cerca de quinze anos, Toninho foi para Muzambinho/MG, onde comprou uma chácara. Mas preferiu trocá-la por um quiosque de lanche, em Descalvado/SP.

Como já havia ocorrido com seu pai, Toninho não se acostumou com a vida urbana, mesmo numa cidade pequena como essa. Então, tornou-se sem-terra e acabou integrando o grupo pioneiro que ocupou a antiga Fazenda Aurora, ao lado de Piauí, Saulo e de Ivanildo, dentre tantos outros. Toninho e sua esposa estão assentados e regularizados no lote 45, razão pela qual já obteve créditos fornecidos pelo INCRA e pelo PRONAF. Nesse programa especificamente, obteve cerca de 20 mil reais, que estão sendo amortizados por meio do pagamento de parcelas fixas. Com todos esses recursos, Toninho ergueu sua casa e a de seus pais, construiu poço e ainda comprou os insumos necessários para o cultivo de manga, mandioca e goiaba, cujas safras, anuais, garantem-lhe a renda com a qual paga as parcelas do PRONAF.

Em 03 de setembro de 2017, conheci Roseli, uma descaltvadense, filha de arrendatários, que se encontra em situação irregular após ter “*comprado* seu lote. Quando nasceu, há 57 anos, seu pai plantava milho, feijão, arroz nas proximidades da cidade, terras que foram loteadas há cerca de vinte anos, o que originou um bairro de casas relativamente simples, típicas do padrão da classe média urbana descaltvadense.

Nesse dia, conheci também Adaauto, um idoso ainda muito ativo, para quem o avanço da cana e a o surgimento das leis trabalhistas no campo foram responsáveis pelo fim do regime do colonato em Descalvado. Por essas razões, diz que acabou desempregado e resolveu seguir os passos de seu cunhado, já falecido: ingressar na luta pela terra, despertada em Descalvado pela militância de Piauí, representante da FERAESP, em meados dos anos 2000. Como já se sabe, as mobilizações políticas de Piauí foram o ponto de partida de todo o processo de reforma agrária que resultou em três assentamentos em Descalvado.

Assim como Roseli, Adaauto tem origem camponesa. Quando nasceu, em Aurifloma/SP, município situado na região de Araçatuba/SP, a cerca de 100 km de Ilha Solteira/SP – cidade situada às margens do rio Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul –, seu pai era arrendatário.

Durante nossa conversa, que durou mais de uma hora, Adaauto me contou sua história. Já adulto, foi para Nova Xavantina/MT, onde trabalhava, colhendo semente de braquiária. Anos depois, voltou para Aurifloma, onde conheceu sua esposa e, em seguida, partiu novamente, dessa vez para Campinas/SP.

Nessa metrópole, morava na favela e trabalhava como vigia noturno numa grande empresa. Sua esposa, também natural de Aurifloma, jamais se acostumou na favela. Por isso, ainda em 1979, decidiu vir para Descalvado/SP, onde o pai e os irmãos de Isabel já residiam. Foram morar na fazenda Itaúna, grande produtora de café à época, onde trabalhavam sob o regime semelhante do colonato. Atualmente, essa fazenda é uma gigantesca propriedade rural com mais de 1.000 alqueires recobertos por canaviais e pertencente à família do ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

Portanto, Adauto foi um dos pioneiros do Aurora. Seu lote se encontra regularizado, mas a titulação está em nome de sua esposa, Isabel. Apesar de ter recebido todos os subsídios fornecidos pelo INCRA às famílias regularmente assentadas no Aurora, Adauto não consegue viver do trabalho no lote. Sua fonte de renda é a empreita. Ele trabalha como autônomo, levantando cercas de propriedades rurais. Além de cerqueiro, ele tem outra atividade, qual seja, o corte de bambu nas fazendas da região de Descalvado para fazer varetas, que são vendidas para serem aplicadas em plantações de tomate.

No dia seguinte, 4 de setembro de 2017, conheci a história de outros assentados, como o casal Severina e Fábio. Ele é descaldense, onde trabalhava de mecânico antes de vir para o Aurora. Por sua vez, Severina nasceu em São Benedito do Sul/PE, onde sua mãe possuía um pequeno sítio. Ainda pequena, foi para a cidade de São Paulo/SP, onde viveu aproximadamente vinte anos. Depois de uma visita a um parente que morava em Descalvado, sua mãe resolveu vender a casa no bairro paulistano de Santo Amaro e se mudar para essa pequena cidade.

Anos depois, trouxe seu pai, que vivia sozinho e doente em Quipapá/PE. Na época das reuniões que resultaram no assentamento Aurora, o irmão de Severina se cadastrou para obter um lote. Mas desistiu da ideia, transferindo-o para Severina que, ao lado de Fábio, seu marido, estabeleceu-se há pouco mais de dois anos no Aurora.

Nesse dia, também conheci Laurovaldo, filho de Marcolina. Conhecido como Véio, Laurovaldo instalou uma borracharia, uma barraca de frutas e um bar, todos muito precários, dentro de seu lote. Chegou a Descalvado com a mãe, há cerca de trinta anos, para trabalhar na colheita da laranja.

Pude conhecer ainda nessa visita de campo um idoso, o Abílio. Natural de Marília/SP, Abílio já convivia, na infância, com a roça, ao lado do pai que, certa vez, resolveu se mudar para Guaíra/PR, onde comprou um sítio. Tempos depois, seu pai se separou de sua mãe e resolveu se mudar novamente, dessa vez para o Mato Grosso, acompanhado de sua nova esposa, uma jovem de 16 anos. Nessa época, Abílio resolveu regressar para o estado de São Paulo. Assim, chegou a São Simão/SP, onde trabalhou como tratorista numa fazenda de eucalipto de oitocentos alqueires pertencente a uma fábrica de papel e celulose.

Tempos depois, mudou-se para Santa Rita do Passa Quatro/SP e, em 1980, veio para Descalvado para trabalhar como motorista de caminhão na Usina Ipiranga. Vinte anos depois, já aposentado, foi convidado para participar das reuniões que resultaram no assentamento Aurora. Abílio vive no lote, em situação regular, ao lado da esposa, também aposentada, e de alguns filhos e netos. Não obstante a viçosa plantação de café, ainda em estágio de crescimento, registra-se que o dinheiro das aposentadorias do casal contribui sobremaneira para as despesas mensais dessa grande família.

Em 05 de setembro de 2017, conheci Severino, um dos cinco filhos ainda vivos de Anália. Ele, sua mãe, que teve 10 filhos, uma irmã e uma sobrinha são os moradores do lote 15, em situação regular. Originário de Alagoas, Severino chegou a Porto Ferreira/SP, há alguns anos, para trabalhar numa grande fábrica de vidro. Nessa cidade vizinha de Descalvado, trabalhou também (formal e informalmente) muitos anos em laranjais e canaviais. Nesses cultivos, não apenas cortou cana. Trabalhou muito tempo também na *paradinha*, período da entressafra da cana quando surge trabalho de replantio e capina das ervas daninhas. Mas, atualmente, a mecanização dos canaviais acabou também com a *paradinha*.

O resultado disso é o desemprego massivo. Quando indagado sobre a fonte de renda dessa verdadeira legião de desempregados nos canaviais, Severino disse que essas pessoas vivem hoje das aposentadorias dos mais velhos. E lança uma dúvida sombria sobre o futuro: “quando os idosos morrerem, do que irão viver essas pessoas desempregadas pela mecanização quase plena da lavoura da cana?” (depoimento do assentado Severino, 2017).

Na cidade de Porto Ferreira, onde também chegou a vender sorvete na rua, ficou sabendo das mobilizações que resultaram nas ocupações da antiga fazenda Aurora. Decidiu, então, vir para cá, constituindo-se num dos acampados, cujas mobilizações e lutas resultaram nesse assentamento. Quando seu pai faleceu, decidiu buscar sua mãe, que morava em São Luiz do Quitunde/AL, sua cidade natal. Nessa cidade da Zona da Mata alagoana, ainda vive um de seus irmãos, que trabalha numa usina de açúcar e álcool desde mocinho.

Nesse dia (5/9/2017), conheci também Odilon. Mais conhecido como Bizula, esse campeiro descaldense disse ter ficado “dois anos e meio debaixo da lona, integrando uma das 580 famílias que se submeteram a esse sacrifício nos primórdios dessa luta pela terra”. Em seu depoimento, que consideramos um dos mais lúcidos e fiéis retratos retrospectivos do Aurora, Odilon disse que, quando o INCRA deixou de fornecer cestas básicas, muitas dessas famílias desistiram da ocupação e do acampamento, sobretudo as mais pobres, que já não tinham recursos financeiros para se manter.

Somou-se a isso o esgotamento físico e o estresse mental, fatores que também contribuíram para a desistência por parte de muitos acampados. Algumas dessas pessoas resolveram seguir para outros acampamentos. O resultado desse êxodo massivo é a presença de poucas famílias pioneiras no assentamento. Para Odilon, que ocupa o lote 52, menos da metade das 83 famílias assentadas hoje no

Aurora participou das ocupações e viveu debaixo da lona: “a maioria vendeu o lote. Algumas famílias foram para a cidade, mas muitas outras foram embora não se sabe para onde”.

Nesse mesmo dia conheci outros três assentados. Um deles era Anderson (Dandan), nascido em Juazeiro do Norte/CE. Lá vivia no sítio. Mas se mudou para a capital paulista, ainda criança, com os pais. Quando seus pais se aposentaram, resolveram se mudar para Limeira/SP. Lá, Anderson participou da ocupação de terras, mobilização essa que resultou num enorme loteamento urbano. Sua militância não parou por aí. Assim que soube da existência de um grande assentamento em Pradópolis/SP, mudou-se para lá. Em Luís Antônio/SP, cidade vizinha a Pradópolis, conheceu sua esposa, com quem tem duas filhas.

Quando, no assentamento de Pradópolis, chegou a notícia da invasão do Aurora, decidiu vir para Descalvado, onde se integrou às centenas de famílias acampadas. Hoje, Anderson ocupa o lote 10, mas não vive do trabalho rural. Pelo contrário: não produz praticamente nada. Trabalha na cidade, onde está empregado num depósito de materiais de construção.

O segundo foi Dério, um rapaz de cerca de 35 anos natural de Iguai/BA. Neto de fazendeiros, Dério é um dos quatorze filhos da senhora Jovelina. Essa mulher de 54 anos já enterrou sete filhos. Por isso, segundo Dério, aparenta ter muito mais idade. De origem camponesa, Jovelina morou em Minas Gerais e no estado de São Paulo (São José dos Campos), antes de seguir para Ibaté/SP, onde pretendia comprar uma van para transportar trabalhadores rurais. Nessa cidade, soube da existência de trabalho na Usina Ipiranga, em Descalvado/SP. Aqui, anos depois, recebeu a notícia das ocupações de terra que resultariam no assentamento Aurora. Não pensou duas vezes: foi para lona, onde viveu durante dois anos e meio. O esforço foi recompensado: hoje, Joselina está regularmente assentada no lote 13.

O terceiro assentado com quem conversei foi Zezinho. Esse mineiro nascido em Malacaxeta/MG veio para Descalvado há cerca de trinta anos para trabalhar na safra da cana como boia fria. Com a mecanização da colheita da cana, Zezinho resolveu trabalhar como autônomo, mais precisamente como jardineiro, em residências particulares. Com o dinheiro que acumulou, comprou um lote no Aurora, tornando-se, um assentado em condição irregular.

No dia seguinte (6/9/2017), conheci mais duas assentadas. Uma delas era Benedita, uma aposentada descavadense que está no Aurora desde os tempos da ocupação, encontrando-se, pois em situação regular. Em sua casa, vive com o marido (também aposentado) e uma filha, Neuza. Noutra, vive outra filha, cujo marido possui um desmanche de automóveis no interior do mesmo lote.

A outra assentada, de nome Ivani, natural de Campo Mourão-PR, onde sempre trabalhou (muitas vezes sem registro) como assalariada rural, Ivani seguiu, ainda bem jovem, em companhia do marido, para Osasco, cidade da Região Metropolitana de São Paulo. Mas, quando seus filhos mais velhos começaram a entrar na adolescência, viu que precisava mudar de vida. Tinha muito medo de

ver um de seus sete filhos assassinado. De fato, eram frequentes as mortes violentas na porta de sua casa.

Certo dia, Ivani seguiu, em companhia do marido e de seus sete filhos, para Descalvado, onde foi trabalhar, quase sempre informalmente, na colheita de laranja, cana, café etc. Por isso, ainda luta pela aposentadoria. Luta, também, para regularizar seu lote, que pertencia a um senhor aposentado, morto há cerca de quatro anos. Antes disso, já divorciada, morou durante nove meses na área comunitária do Aurora à espera de um alguma vaga, o que acabou ocorrendo.

No dia 07 de setembro de 2017, conheci Maria Pereira Tristão, natural de Petrolina/PE. Hoje idosa, essa assentada, quando ainda pequena, ficou órfã de pai e mãe. Por isso, foi trazida pela sua madrinha ao município de Adamantina/SP. Lá, com apenas sete anos de idade, já colhia café, amendoim, algodão e quiabo. Cuidava também dos cafezais, capinando e podando os pés para eliminar os brotos que tiravam a vitalidade da planta. Já adulta, conheceu seu marido, construtor, com quem *rodou o mundo*: moraram na capital (Capela do Socorro), onde acordou um dia com um corpo estirado na porta de sua casa. Tal fato fez a família abandonar São Paulo. Mudou-se para Peruíbe/SP e, tempos depois, para Itariri/SP. Antes de vir para Descalvado, morou também no Guarujá/SP. Teve onze filhos, dos quais nove estão vivos.

Veio para Descalvado/SP há cerca de dez anos, já viúva, tornando-se mais uma acampada do Aurora, nos tempos da lona. Antes disso, porém, esteve no assentamento 21 de Dezembro, onde adquiriu seu lote. Em situação regularizada, chegou a construir sua casa lá. Mas seus filhos a convenceram a trocá-lo por outro, situado no Aurora, que se localiza mais perto da cidade.

Nesse dia (7/9/2017), conheci outro idoso. Tratava-se do mais velho assentado do Aurora. Com 86 anos de idade, Saraiva nasceu no Rio de Janeiro/RJ. Foi criado em Jacarepaguá, bairro da zona oeste carioca, até a morte precoce do pai num acidente de automóvel, quando trabalhava no asfaltamento de uma estrada local. Após essa tragédia, foi para a casa dos avós maternos, em Itaguaí/RJ, onde se apaixonou pela terra. Seus avós, sitiantes, viviam da produção da terra: plantavam e vendiam frutas, mandioca, hortaliças etc.

Ali, conheceu sua esposa, que, ainda mocinha, mudou-se para São Carlos/SP. Anos mais tarde, Saraiva também veio para o interior do estado de São Paulo ao encontro dela. Casaram-se e tiveram três filhos. Saraiva trabalhou em marmorarias, frigoríficos, dentre outras empresas. Certa vez, vendeu tudo o que tinha em São Carlos/SP para se mudar, com a família, para Paraíso do Norte/GO (hoje, Paraíso do Tocantins/TO). Comprou um sítio, onde plantou arroz por quatro anos. Mas, diante da precariedade das escolas e hospitais locais à época, resolveu voltar para São Carlos/SP.

Saraiva relatou os caminhos que o levaram ao Aurora. Ao ouvir no rádio uma chamada da FERAESP para se inscrever para a obtenção de lotes de reforma agrária no início dos anos 1990,

dirigiu-se para Araraquara e se cadastrou. Foi chamado diversas vezes para participar de acampamentos pelo interior de São Paulo, mas recusou todos os convites, pois precisava trabalhar para sustentar a família. Disse aos dirigentes da FERAESP que só aceitaria participar da luta pela terra quando estivesse aposentado. Em 13 de janeiro de 2007, atendendo ao chamado da FERAESP, Saraiva chegou ao acampamento na então fazenda Aurora. Mas só participava do movimento de luta à noite. Ou seja, apenas dormia na lona, pois ainda trabalhava durante o dia. Naquele tempo, estava empregado na Usina Santa Rita, situada na barranca norte do rio Mogi-Guaçu, pertencente ao município de Santa Rita do Passa Quatro, a cerca de 23 quilômetros de distância da cidade de Descalvado. Após anos de ocupações e desocupações, acabou assentado pelo INCRA no lote 38.

Em 12 de setembro de 2017, Saraiva nos revelou que, já nos tempos da ocupação, havia identificado irregularidades, como, por exemplo, a violação por parte de funcionários da FERAESP de embalagens de cestas básicas enviadas pelo INCRA aos sem-terra que se encontravam acampados, precariamente, no interior da antiga fazenda Aurora. Os conteúdos retirados dessas embalagens violadas eram desviados para a composição de outras cestas básicas, que eram vendidas em cidades vizinhas de Descalvado, principalmente em Santa Rita do Passa Quatro.

Nessa conversa, ele também disse por que os materiais de construção pagos pelo INCRA às lojas de materiais para construção localizadas em Descalvado não chegaram ao seu lote. Isso ocorreu porque alguns assentados chegaram a gastar muito acima do limite de 15 mil reais estipulado pelo INCRA para a construção das moradias. Em apenas um lote, por exemplo, o custo com materiais de construção chegou a 38 mil reais! Desse modo, os recursos que deveriam ser entregues a outros assentados, caso de Saraiva – que ainda tinha créditos a receber na forma de materiais de construção – foram desviados para compor os 23 mil reais excedentes daquela compra, já que o limite estipulado pelo INCRA era de 15 mil reais.

É importante salientar que esse não foi um caso isolado. Segundo Saraiva, diversos lotes ficaram sem receber esse crédito, razão pela qual ainda se encontram sem moradia. Alguns dessas glebas ainda não possuem qualquer benfeitoria. Em muitos casos, é visível a rebrota da vegetação nativa: o cerrado.

Outra irregularidade ocorreu com os postes de energia. Segundo Saraiva, o INCRA disponibilizou 83 desses postes, número equivalente ao total de lotes do assentamento. Mas, alguns lotes chegaram a instalar até três postes. Em consequência, diversos lotes ainda aguardam a chegada da eletrificação, dada a falta de postes provocada por essa *distorção*.

A respeito do fator gerador de tais irregularidades/distorções, Saraiva foi taxativo: destacou as *panelinhas* formadas dentro do assentamento, as quais, supostamente, influenciam a concessão de *benesses* e privilégios para determinados grupos em detrimento de outros, e isso com a concordância

de funcionários do INCRA. Dentre esses privilégios, Saraiva citou a escolha de gado bovino de melhor qualidade por parte do grupo que tinha contato mais direto com o INCRA.

Noutra visita que fiz, em 31 de dezembro de 2018, Saraiva questionou a seleção realizada pelo INCRA quando da escolha das famílias que seriam assentadas ao relatar sobre o pai de um garoto que, certa vez, atropelou-o com uma moto, provocando um grave acidente. Em sua opinião:

Um cidadão... Que não fez luta de nada. Foi pego aí pela seleção das pessoas que é o selecionador... Que busca vagabundo até dentro dos presídios e trás para o meio da gente. Merecia ser preso... O senhor é chefe de família, professor... Veja bem. Um exemplo: vamos supor que amanhã ou depois, o senhor resolva fazer uma criação de coelho lá na sua chácara. Primeiro passo: o senhor vai querer um veterinário para o senhor não comprar animal contagiado... Aí, o senhor paga lá o olho da cara para o veterinário prestar esse serviço de inspeção... Aí, o veterinário vai embora. O senhor acha que está bom, que aprendeu muito, coisa e tal... O senhor vai noutro lugar, sabendo que lá está morrendo coelho etc. e tal... O senhor compra um casal que está contaminado e bota junto com os bons... Só se o senhor for maluco... É assim que o INCRA faz! Isso aí é nego fugido das cadeias vizinhas por aí... E tacaram junto com a gente. E taca até hoje. A pessoa tem que ter civilização, pô... A pessoa não pode ser inescrupulosa. O pior que o INCRA e eles (selecionadores) estão. E a vítima é um caso que nem esse... Aqui tem boca de fumo, aqui tem tráfico de droga... Aqui tem tráfico de arma, aqui tem participante de quadrilha... Está tudo aqui. Eu digo isso porque eu não tenho medo! Eu sempre fui procurado. A minha função é procurar aquilo que não queria achar. Não é porque fiquei velho que fiquei com medo de falar, não... Aqui dentro tem isso tudo. E o INCRA sabe... E todo mundo sabe. Por que que adota...? Há uma corporação que dá assistência. Chama-se Polícia Federal... Cadê eles? Hã... Nunca veio (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Nesse dia, conheci Mineiro, que se tornou empregado de Saraiva. Mineiro veio de Ouro Verde de Minas/MG, terra do Macarrão, há cerca de 18 anos:

Entre Pirassununga e Descalvado, eu estou com 18 anos... Você conhece o Antônio Augusto Torres? Eu vim pra Santa Rita... Morei na fazenda 6 anos... Depois fui para Venda Branca, município de Casa Branca... Depois eu vim para o Macarrão, aqui. Aí, o senhor Saraiva acidentou... E pediu para eu morar com ele... Então, estamos mais ele aí... É a companheiragem também, não é?! O Macarrão original mesmo é o Claudionor, da casa laranja, em frente a entrada... Aquele (big brother) é do irmão dele... Do Rogerio... Os outros usam o nome dele... (Mexia) com gado, com cerca, serviço de pedreiro... Aí o seu Saraiva... Aconteceu que acidentou. Depois eu fui ficar mais ele no hospital duas noites para três... Aí eu vim ficar mais ele aí (MINEIRO, assentado no Aurora, 2018).

Após indagá-lo, Mineiro prosseguiu seu relato:

Sou de Ouro Verde de Minas... A Rosa é de Três Pontas... Na data, os meus primo... Veio um primo primeiro... O segundo dos mais velhos para baixo. Veio pra São Paulo... Trabalhava numa fábrica de tinta. Na capital. Dezesseis, quase dezessete anos. Aí, voltou... Começou a ir um primo para lá. Daí há pouco... De lá veio Pirassununga. De Pirassununga... Dali a pouco... Meu irmão veio aqui em Pirassununga. Ficou. Depois, ele voltou para Vitória/ES. Depois, a minha irmã trabalhava para um sargento lá na cidade de Ouro Verde de Minas. Aí a patroa dela

conversou com meu pai precisava levar ela para o Rio de Janeiro... Ficou três anos lá... Dali a pouco veio ficar com meu irmão aqui em Pirassununga... Daí a pouco veio uma irmã minha para cá... Depois no casamento meu... Eu vim passear. Acabei ficando aqui em Pirassununga, em 2000... Fui lá duas vezes. Na minha terra... Daí fui pra Descalvado. Fui para Venda Branca, perto de Casa Branca... Aí voltei para Descalvado, de novo... Mas eu gosto de Descalvado”... (MINEIRO, assentado no Aurora, 2019).

Perguntei, então, como havia chegado ao Aurora. A resposta foi o relato de mais uma verdadeira epopeia, característica marcante da luta dos camponeses expropriados pelo grande capital para voltar à terra:

Porque na data em que eu estava morando ali na (Fazenda) Palmeiras... Seu Ditinho, o dono ali... Apareceu um rapaz lá em casa... Era do assentamento de lá. Aí ele queria vender uma motinha para mim. Eu comprei essa motinha. Essa motinha não tinha documento certo. Aí eu troquei mais ele uns porcos e um guarda roupa que eu tinha nessa motinha. Fiz um rolo. Só que essa motinha era do Macarrão. O cara vendeu para fazer uma casa na cidade, aqui. O cara era pedreiro. Só que o cara enrolou, fazendo outro serviço. E não fazia o serviço para ele. Aí o Macarrão foi procurar ele lá. Ele falou: vendi a motinha, mas foi para o Mineiro. O Macarrão é vizinho na minha terra. Minha mãe é mãe de leite do Vanderlei, que é irmão do Macarrão... (O Macarrão) saiu molequinho de lá. Nós jogávamos bisteca. Depois de trinta anos, conheci ele na fazenda. Aí, ele chegou procurando: - você que é o Mineiro? Eu falei: - sou eu mesmo. Porque ele conversa muito, né? _ Mas... É você que está com a motinha que foi de fulano. Eu falei: sou eu mesmo. Comprei da mão dele. É... Então, eu vim ver essa moto... Tal, tal... Porque o cara não pagou essa moto. Eu vim ver onde está essa moto porque eu preciso receber. Ver como é que está essa situação. E tal e tal... Eu comprei, paguei. Uai... E tenho prova. - Não, tudo bem. Aí, um pouco depois, ele perguntou: - Mas sua família veio de onde? - Sou lá de Ouro Verde. _ E seu pai? Como é que chamava? - Meu pai chamava Satinho Teles dos Santos. E sua mãe? Manuela Lucas da Cunha. Uai... Mas então nós era vizinho, caramba! Nós brincávamos de bisteca... Nós tínhamos uns sete, oito anos... Depois, quase trinta anos, ele conheceu eu... Um dia, as peças se encontram... Aí, por coincidência, ele estava fazendo aquela casinha de lazer. Ele disse: - Óh, Mineiro! Dentro da minha casa, não cabe. O Cro mora ali. Mas, se quiser tapear aí, ficar por aqui, para não pagar aluguel, você não paga. Dormi no carro dois meses... Aí, o Cro foi embora para Leme (SP). Aí, fiquei lá. Aí, fiquei quatro anos lá. Depois do acidente do seu Saraiva, vim dar uma mão pra ele. Ele falou: - Se você quiser ficar mais eu, você que sabe... Solteiro mesmo. Aí estou mais ele aí”... (MINEIRO, assentado no Aurora, 2019).

Em seguida, Saraiva comentou sobre o critério que foi usado pelo INCRA para a escolha das famílias que foram assentadas no Aurora:

O critério que o INCRA usou a princípio foi o seguinte: a pessoa vem, que nem eu vim, lutar pela aquisição do lote e está sempre presente, que nem eu faço. Eu estou cumprindo o que foi recomendado à princípio. Mas isso não está gerando efeito de nada. Eu só, não. Vários. Então, quem chegou depois... Eu não sei por que cargas d'água... É mais privilegiado do que aquele que cumpre as ordens que eles estabelecem à princípio... Eu, por exemplo, reclamo por causa disso. Eu cumpro e venho cumprindo tudo o que foi exigido... Desde o primeiro dia que invadiu isso

daqui eu estou aqui... Foi em 13 de janeiro de 2007... Antes, a turma toda se inscreveu lá no escritório da FERAESP, em Araraquara... Aí, vai pra lá, vem pra cá. E tal e coisa... Mas sempre em contato com eles... Ia lá de vez em quando... Assim que foi procedido. Eu e minha família... Quando não ia, telefonava. Então, eles tinham vários locais aqui pra invadir... Aí veio aquela multidão de gente. Logo foi constatado que tinha 227 famílias. E nós se acampemo aí. Cada qual fazia seu barraco. Ajuda para aquisição de fazer o barraco foi quase nenhuma. Foi por conta própria. Cada um que se virasse conforme pudesse. Era uma coisa de louco. Então, fiquei acompanhando aqui. Vim para cá. Fiz o barraco de lona. Então a gente ficava entra e sai porque a juíza de Descalvado, na ocasião, não gostava desse movimento... Mandava sair. Ia daqui pra lá... Aí, nós saímos daqui... Ficamos aqui 28 dias. Parece... Mas veio a ordem de despejo. Nós saímos daqui e fomos lá pra a Batalha (fazenda ocupada pelos sem-terra em função de problemas de seu proprietário com a justiça). Lá, eu fiquei um mês e pouco... Estava muito bagunçado. Um lugar muito esquisito, demais. Como sempre, muitos maus elementos. Aí, eu fui lá pro 21 de Dezembro (outro assentamento), onde o Piauí está até hoje... Então... Veja bem: lá, eu fiquei um ano. Depois de um ano, resolveram invadir o Bom Retiro (hoje, outro assentamento). Aí, nós fomos pra lá. Quando menos esperávamos, houve ordem de despejo. Aí, nós viemos para cá outra vez. Igual bola no pé de molecada... Batendo bola no meio da rua... Nós fomos lá para baixo... Perto de onde tem uma granja velha. Montamos acampamento ali. Aí, prepararam alguma coisa... Algum documento e tal... E voltamos para cá. Aí, houve outro despejo. Nós fomos ali para a estrada, depois do final do loteamento. Nós acampamos ali. Uma fila de um lado e de outro da estrada... Aquele tumulto de gente. Aí, alguns foi embora. Outros ficaram... Dali, resolveram voltar aqui para dentro. Então, ficava vai e volta, vai e volta... No final de 2009, nós conseguimos pegar um documento que o INCRA precisava... Nós pegamos a escritura positiva disso aqui datada de 1936. Então, foi recolhida a escritura disso e passou a ser terra da União. Antiga Fazenda Aurora. De propriedade da antiga rede ferroviária. Eles cultivavam isso (eucalipto) para plantar madeira para fazer dormente de linha de trem. Então, isso aí atingia para lá. Do outro lado do asfalto. Ia fazer divisa lá com a terra que a (Caninha) 51 ocupa. Aquela mata ali... Tudo inclui. Vai descendo por aí até a queda do Pântano (cachoeira), lá embaixo... Enfim... A divisa da antiga fazenda era a cachoeira. Vai sair lá na pista ali. Dali, sobe. Vai lá pra cima e faz divisa com a 51 (fábrica de pinga situada em Pirassununga que possui terras nos arredores do Aurora) e vem rodeando isso tudo. Vai quase na primeira entrada – daqui para lá – de Descalvado. Corta direto por ali. Aquela ponta daquele canavial da 51 é daqui. Quando termina essa mata... Tem uma estrada que rodeia por detrás da mata... A divisa saía ali... Tinha até um mata-burro antigo no meio dessa estrada... Ali, faz linha direta. Vai sair lá na queda do Pântano. A fazenda Aurora possuía muito mais terra para fora do que foi ocupado do que terra que está aqui ocupada... São 83 famílias com 2,5 alqueires (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Sobre o processo inicial da ocupação da antiga Fazenda Aurora pelas 227 famílias pioneiras, bem como o paradeiro dessas pessoas, Saraiva disse:

Não sei informar para onde foram... Quem avisou foi o Piauí... Ele mandou carta... Eu, por exemplo, recebi uma carta... E os outros... Era telefone. Valia tudo... Muitas pessoas desvaneceram porque viram que tinha que ter um saco desse tamanho... Eu tive. Fui suportando e estou aqui até hoje. Dos que veio junto comigo, que tá, dos antigo, tem bem pouco. Tem menos da metade... Aqueles que veio no dia 13 de janeiro de 2007, que estão aí até hoje... Bem pouco... Alguns meteram o pé no pau da barraca e venderam. Outro vendeu para outro. Anarquizou tudo... Outros não cuidam... A maioria quase que não cuida (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Nesse instante, passou o Fábio, que mora num lote situado do outro lado da pista. Quando comentei com o Saraiva a esse respeito, ouvi o seguinte:

Aquele pessoal (três famílias) que está do outro lado da pista não é assentado. Nem reconhecido não é... Peguei um arranjo deles aí... Uma sacanagem... O que tem de coisa errada aqui... Pelo amor de Deus! Não dá para entender. Cada passo que o senhor dá, o senhor dá dez topadas, trombadas com o pé. Cada passo, dez trombadas com o pé em coisa errada. Dá mais um passo, mais dez trombadas... Se o senhor for andar o dia inteiro aí... O senhor chega de tarde: óh, cadê meu pé?... Perdeu os dois! (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Em 11 de setembro de 2017, conheci outro idoso, o senhor Antônio, de 75 anos de idade. Ele nasceu em Gavião Peixoto-SP, assim como sua esposa. Ainda criança, mudou-se com seu pai, um camponês nascido na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para Arapongas/PR. De lá, toda a família seguiu para Flórida/PR, município situado no entorno de Londrina/PR. Ali, seu pai se tornou um sitiante bem-sucedido. Já adulto e recém-casado, Antônio se mudou para São Paulo/SP. Nessa metrópole, morou em diversos bairros, como Mandaqui e São Mateus, entre 1969 e 1975.

Como a mãe adoeceu, resolveu retornar ao município paranaense de Flórida. Com a crise econômica vivida pelo país, sobretudo na segunda metade da década de 1980, durante o governo Sarney, Antônio faliu. Numa decisão extrema, resolveu se mudar com a esposa e seus seis filhos (eram sete; mas um morreu em São Paulo) para a fazenda São Domingos, em Descalvado. Nos extensos laranjais dessa fazenda, trabalhou durante muitos anos. Hoje, o senhor Antônio e sua esposa, apesar de aposentados, estão regularizados no lote em que vivem. Isso se deu porque aceitou o convite feito por um conhecido para participar da ocupação das terras da antiga fazenda Aurora.

Antônio e as demais famílias acampadas no Aurora foram despejadas oito vezes antes da consolidação do assentamento por meio de liminares expedidas pelo Fórum de Descalvado.

Viúva, vive da pensão do marido, em companhia de agregados: um filho e um neto, além de um casal – uma neta e o marido que é tratorista da Usina Ipiranga – que habitam a outra casa construída dentro do lote.

Em 12 de setembro, conheci Cleonice, cuja infância foi vivida na zona rural situada no entorno de Ribeirão, juntamente com seus pais, que foram caseiros em sítios nos municípios de Barrinha/SP e Jardinópolis/SP. Já adulta, morou num sítio localizado em Sertãozinho, em companhia do marido e dos filhos. Ali, viveu durante muitos anos, produzindo praticamente tudo o que necessitava, isto é, verduras, legumes, frutas, feijão, leite, ovos e carne, por meio do sistema de parceria. Com a chegada do algodão e, depois, da cana-de-açúcar, esses pequenos sítios desapareceram, dada a territorialização dos monopólios.

Viúva, Cleonice passou a trabalhar como empregada doméstica na cidade de Sertãozinho, quando soube, por intermédio de uma de suas irmãs que vivia num assentamento de reforma agrária no município de Motuca/SP, da iminente ocupação da fazenda Aurora. Resolveu, então, vir para Descalvado.

Em 13 de setembro de 2017, conheci uma idosa, Marcolina, matriarca da família “Macarrão”. Natural de Fidelândia/MG, passou sua infância e adolescência em Ouro Verde/MG. Seu avô materno deixou muita terra de herança. Filha de camponeses, ela cresceu no campo. Seu pai só ia à cidade para comprar querosene (para acender as lamparinas, pois não havia eletricidade) e sal. Ainda pequena, via seus pais produzirem cebola, alho, arroz, feijão, mandioca, milho, ovos, galinhas, bovinos e suínos. Muitas vezes, apanhava o arroz, torrava a palha para, depois, retirá-la socando o pilão e, por fim, preparava o almoço. Todo esse processo no mesmo dia.

Quando se casou, morou uns tempos no sítio do sogro. Anos depois, seu marido resolveu vender todas as terras herdadas pelo casal. Morou em diversos estados: Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Paraná, retornando ora ou outra para Minas Gerais. Tiveram dez filhos (a senhora Marcolina perdeu outros dois ainda durante a gestação). *Dona Lina*, como é chamada por todos no assentamento, tem muitas saudades de seu tempo de menina, quando, em suas palavras, “as pessoas levavam uma vida mais saudável”. Ela lembra que os alimentos, por exemplo, eram cozidos com banha de porco. E não havia médicos em Ouro Verde. Os doentes eram tratados com ervas. Quando precisava, ia campear no mato, isto é, procurava e colhia as plantas no terreiro: capim santo (erva cidreira), boldo, arnica etc. Nesse momento da conversa, lembrou que as benzedadeiras e as parteiras também desempenhavam seus papéis, sempre que necessário.

Com menos de quarenta anos de idade, Dona Lina se separou de seu marido, segundo ela “muito mulherengo”. Nessa época, vivia no Espírito Santo. Decidiu, então, retornar para Ouro Verde, com seus filhos menores. Os mais velhos já tinham uma certa independência. Alguns deles, por exemplo, já trabalhavam na colheita de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto. Sem renda para se manter, resolveu escrever cartas para dois desses filhos maiores, que trabalhavam, respectivamente, nas usinas Ipiranga e Santa Rita, ambas situadas no entorno de da cidade paulista de Descalvado. Como já era o fim da safra de 1989, quinze dias depois de terem recebido essas correspondências, seus filhos chegaram em Ouro Verde e convenceram a mãe a se mudar para o estado de São Paulo.

Desse modo, seguiram a Rincão/SP. Assim que chegaram nesse município, foram trabalhar numa fazenda de laranja, localizada no distrito de Taquaral. Alguns anos depois, Lina e seus filhos se mudaram para Água Vermelha, distrito pertencente a São Carlos/SP. De lá, foram para Santa Eudóxia, outro distrito são-carlense. Poucos anos depois, chegaram à fazenda Jaguarão, também produtora de laranja, situada no município de Descalvado. Hoje, essa fazenda está fundida a uma outra. Tal fusão deu origem à fazenda Colorado, cujas terras se estendem até as margens do Rio Mogi-Guaçu. Só uma

das reservas naturais dessa fazenda possui mais de sessenta alqueires. Marcolina também se recorda dos anos vividos na cidade de Descalvado, onde ainda possui uma casa. Quando vivia na zona urbana, ela e seus filhos trabalhavam – informalmente – nas fazendas de Descalvado, sobretudo na colheita de laranja e cana-de-açúcar. Em 2007, ao saber da iminente ocupação organizada pela FERAESP na antiga fazenda Aurora, juntou-se aos seus filhos nos acampamentos de lona, onde enfrentou muitas adversidades, como as cobras e as liminares da justiça que, diversas vezes, forçaram a família Macarrão a remover os barracos de lona para as estradas das vizinhanças da antiga fazenda.

Nesse mesmo dia, após conversar com Marcolina, conversei com o assentado Reginaldo, que também relatou sua chegada ao Aurora. Ele morava na periferia de Porto Ferreira, quando foi convidado por um amigo, que era turmeiro (gato), para participar da ocupação da antiga fazenda Aurora, em 2007. Decidiu, então, ir de bicicleta para o Aurora. E daí, não saiu mais.

Em 19 de setembro de 2017, conheci o assentado João, filho de baianos. Seu pai era natural de Rui Barbosa/BA; sua mãe de Itaberaba/BA. Esses municípios integram a Chapada Diamantina, assim como Ibiquera/BA, onde os avós paternos e maternos de João eram camponeses. Em 1947, o pai, um homem muito rústico e trabalhador, chegou a Cubatão/SP. Aí, trabalhou em grandes obras, como a construção da Via Anchieta e o túnel de Santos. Logo depois, mudou-se para o Guarujá, onde passou a viver do corte e da venda de lenha, que era usada, sobretudo, pela Maria Fumaça que, entre 1893 e 1957, interligou o Porto de Santos (via balsa) até a praia de Pitangueiras no Guarujá, passando, antes por um distrito pertencente a esse município: Vicente de Carvalho.

No entanto, logo virou posseiro numa terra situada numa encosta da Serra do Mar, onde passou a plantar bananas. Cerca de dez anos depois, mandou vir da Bahia sua esposa, com os catorze filhos. Mas João já nasceu no Guarujá, logo após a chegada da mãe. Ainda criança, aprendeu a trabalhar na roça, onde seu pai plantava frutas, verduras, legumes, feijão etc.

Tempos depois, seu pai entrou em atrito com uma mineradora que se instalou ao lado de suas terras, na Bahia. Por isso, resolveu voltar para a Ibiquera, onde havia herdado, assim como sua esposa, algumas terras. Porém, ocorreram diversas *questões*, isto é, conflitos por terras com outros herdeiros e sitiantes, que culminaram com a destruição de plantações inteiras e até tiroteios. Um desses herdeiros, um primo, vizinho de cerca, questionava as *tarefas e léguas* – medidas de terra usadas na Bahia – herdadas pelo pai. Para evitar uma morte trágica, resolveu voltar para o Guarujá, onde João, então um adolescente de 13 anos, aproveitou para se curar de esquistossomose, doença que havia contraído na Bahia.

Após viver alguns anos no Guarujá, retornou novamente à Bahia com seus pais, que haviam comprado um sítio, onde obteve relativo êxito com a produção de tabaco. Essa atividade passou a ser plenamente dominada por João que, inclusive, aprendeu a *manocar* o fumo (aglomerar e amarrar artesanalmente folhas de tabaco para secagem e cura).

Anos depois, João e seu pai voltaram para o estado de São Paulo. Dessa vez, tornaram-se posseiros em Guaraú, área situada às portas da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, no município de Peruíbe/SP. Num primeiro momento, moraram com uma família de pescadores, composta pelo casal e seu filho. Essas pessoas viviam da pesca e da caça. Em sua casa, além de peixes, era comum o consumo de carne de paca, capivara, veado, dentre outros animais silvestres.

Após alguns meses vivendo com essa família, João e seu pai construíram sua própria. Desse modo, a mãe de João pode vir da Bahia. Nessa época, João e seus pais obtinham seu sustento do trabalho na terra. Tornavam-se, assim, novamente camponeses, dessa vez na condição de posseiros de uma faixa de encosta da Serra do Mar situada no entorno da Juréia.

Já adulto, João se casou com Edna, também natural de Peruíbe/SP, com quem teve cinco filhas. Hoje, duas delas estão casadas. Uma mora no Guarujá; a outra, em Descalvado. As três filhas solteiras (duas são crianças e uma adulta excepcional) moram com João e Edna no Aurora. Confirmando a versão da Maria, sua sogra, de 79 anos, com quem havia conversado dias antes, João resolveu deixar o Guarujá em função da violência extrema que assola aquela cidade praiana, situação comparada por ele à realidade social do Rio de Janeiro. Tráfico de drogas, roubos, assaltos são rotineiros por lá.

No dia seguinte, em 20 de setembro de 2017, conheci Natalina. Ela morava em Porto Ferreira, quando foi convidada para assumir o lote no lugar de uma mulher que, juntamente com seu pai, morava nessas terras. Natural de Guanambi/BA, veio ainda pequena com seus pais e irmãos para Pontes Gestal/SP, onde passaram a morar e trabalhar num sítio. Aí, pelo regime de parceria com o proprietário das terras, plantavam milho, feijão, café, algodão, mandioca etc. Depois, mudaram-se para Florence/SP, desta feita, para morar na área urbana e trabalhar na roça como trabalhadores volantes. Anos depois, mudaram-se para uma fazenda de laranja em Porto Ferreira. Desse município, não saíram mais. Porém, depois de algum tempo, foram morar na cidade.

Nesse mesmo dia (20/9/2017), conheci ainda Cristina. Natural de Londrina/PR, ela veio ainda muito pequena, com cerca de quatro anos de idade, para São Carlos/SP, município limítrofe de Descalvado. Aí, já adulta, trabalhou durante muitos anos como operária em algumas fábricas. Há pouco mais de oito anos, resolveu participar dos acampamentos em prol da reforma agrária na zona rural de São Carlos. Numa dessas ocupações, ficou sabendo do Aurora. Veio para cá e, rapidamente, tornou-se líder do assentamento, mesmo estando em situação irregular. Há 2,5 anos ocupava um dos lotes na condição de acampada, termo usado para o INCRA ao se referir às pessoas que ocupam irregularmente um lote de seus assentamentos. Nesse dia, na casa de Cristina, pude conhecer, ainda, Izael, empregado da fazenda Copacabana que comprou um lote para sua mãe. Nesse lote irregular, vive ainda um irmão, uma irmã e a sobrinha.

Em 23 de setembro de 2017, conheci o casal Irene e Esquerdinha. Ele foi um dos três pioneiros da ocupação da fazenda Aurora. Estava ao lado de seu cunhado, já falecido, e de Piauí, quando, numa madrugada de janeiro de 2007, foi iniciada a ocupação dessa antiga fazenda. Ele se lembrou, com orgulho que, ao todo, ergueu dezesseis barracos de lona, não apenas nessas terras, mas também em outras ocupações, como naquela que resultou no Assentamento 2 de Janeiro (Bom Retiro), durante todo o processo de luta do qual participou, e que culminou com a conquista e regularização de seu lote no Aurora.

No dia 24 de setembro de 2017, conheci Evandro, um assentado irregular, de 39 anos. De origem camponesa, ele veio de Porto Ferreira/SP, onde ele, seus irmãos e seus pais nasceram. Há pouco mais de dois anos, ficou sabendo que uma família (duas irmãs e o pai) detentora de três lotes no Aurora estava desistindo do assentamento. Resolveu, então, deixar a casa em que vivia, situada no Jardim Anésia II (um conjunto de barracos muito humildes construídos à base de madeira misturada à alvenaria, situado rigorosamente sobre os trilhos da antiga Companhia Paulista de Estrada de Ferro, mais precisamente no início do trecho da linha férrea que ligava Porto Ferreira a Descalvado. Portanto, essas *casas* compõem uma pequena favela. Naquela habitada por Evandro vive, hoje, sua filha casada. Outros dois filhos (um casal) moram com Evandro. O rapaz, casado e com dois filhos, possui 21 anos e mora na casa ao lado. A garota, apesar de adolescente, é mãe. Mora, em companhia da filha, na mesma casa do pai. Ou seja, Evandro, a esposa, o filho, a nora, uma filha adolescente e três crianças moram nesse lote.

Em 07 de julho de 2018, Evandro me deu um novo depoimento sobre as origens de sua família e daquelas que habitam os lotes vizinhos, como Natalina. Desse modo, pudemos notar que a ocupação irregular é orientada, via de regra, por indicações de parentes que já se encontram vivendo no Aurora:

Aqui na frente é do meu cunhado, o Manuel. Ali embaixo é da Natalina, que mora com o marido e os pais dela. Ela é irmã do meu cunhado. Nós viemos primeiro. Aí ela veio, procurando algum lugar para ficar também e conseguiu se ajeitar ali (noutro lote). Ela é do Porto (Ferreira) também. Sou nascido e criado lá no Porto... Minha família toda é de lá (EVANDRO, morador do Aurora, 2018).

Ivete, esposa de Evandro, completou, lembrando das suas origens camponesas: “Eu sou do fundão de Minas. Lá de Ladainha, perto da Bahia. Meu pai arrastou todo mundo para Porto Ferreira. Vendeu o sítio e veio para a colheita da laranja”. Ivete reforçou as razões que trouxeram a família para a terra, a saber, o sonho de viver na (e da) terra: “Senão fica abandonado, né? Para ficar abandonado, mora na cidade. Nosso sonho era ter um sítio pra trabalhar mesmo! E nós continuamos lutando pra conseguir” (IVETE, moradora do Aurora, 2018).

Em 08 de novembro de 2017, fui ao encontro de Saulo, o primeiro assentado com quem conversei. Ficamos conversando por cerca de uma hora. Mais uma vez, ele me contou das principais

passagens que marcaram a transformação das terras da antiga fazenda Aurora no assentamento atual. Disse que quase foi morto por ter resistido em sair dali uma vez que, de modo geral, quando há uma ocupação de terras, todos os seus antigos ocupantes são retirados. Nesse caso, foi diferente: Saulo resistiu às investidas do Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Carlos, que, numa certa noite, quando do processo de ocupação da antiga fazenda, apareceu na porta de sua casa para matá-lo. Dias depois, ele foi à casa do líder dessa facção em São Carlos, onde expôs seu ponto de vista. Após essa conversa, foi finalmente aceito dentro do assentamento.

Cumprê lembrar que Saulo tomava conta das terras da antiga fazenda, quando a mesma pertencia à União e se encontrava arrendada pela RIPASA. Naquele tempo, mantinha, além das cerca de duzentas cabeças de bovinos que possuía em meio aos eucaliptos da RIPASA, uma serralheria, cujo maquinário havia lhe custado cerca de 180 mil reais, à época, isto é, há cerca de quinze anos.

Em 10 de julho de 2018, conheci João Pinheiro, camponês que está no Aurora desde o começo, quando dos acampamentos e ocupações lideradas por Piauí. Convidado por Saulo para participar da ocupação dessas terras, hoje encontra-se em situação regular, estando o lote cadastrado em nome dele e de sua mulher:

Eu estava na frente de casa. O Saulo passou: - o João! Estou entrando lá no Aurora. Por que você não vai? Eu disse: acho que vou, memo. O Saulo que avisou eu. E vim para cá, entendeu? Morei no barraco. Eu e minha mulher... Acho que ficamos uns dois anos no barraco. Chuveirinho daqueles de subir e levantar... Meu barraquinho era melhor que minha casa, viu? Um barraquinho de madeira bem feito. Pensa num barraco ajeitado, mesmo... Você entendeu? Tinha o banheiro... Tinha até a carretilhinha que subia o balde... Meus filhos moravam comigo (aqui no barraco). Gostava do barraquinho. Fiz a coisa ajeitada, com três quartos. Pensa num barraquinho bom... Cimentei o chão, você entendeu? Fiz a cama no estaleiro, fogãozinho de lenha... Era bem arrumadinho. Eu destoquei por conta. O INCRA é complicado... Errei o tiro um monte de vez. Comecei com o leite... Não deu. Não consegui. Estou tentando acertar. Eu quero sobreviver aqui, só que eu não estou dando conta. Por enquanto... Mas acho que dentro de mais um ano, vai dar... Vou comer e beber daqui e vou ser feliz aqui. Adoro aqui. Vou falar procê: quero ter um porquinho, ter um cabrito, quero ter muitas galinhas gigantes, quero comprar um galo bom... Agora segurei quatro franga e vou comprar um galo bão. Quero sair para comprar um galo... Um galo bom... Vou pagar uns dois mil... É caríssimo! Eu gosto de criar... Quero ter um pouquinho de cada coisa. Vou tentar sobreviver, entendeu? Não abandonar o lado de criação porque eu gosto também. A plantação não é ruim. Eu estou enxergando um outro lado. Eu estou acostumado com pouco dinheiro. Eu tinha o leite. Não sobra nada... Na plantação, por exemplo, de maracujá, vai dar um dinheirinho. Que nem mandioca... Vai dar um dinheirinho. Se eu tiver 50 mil pés de mandioca, vou ter um dinheirinho. Vamos supor... Um pé de mandioca dá 6, 7 quilos... A proporção é grande. Vai longe. Você imagina 50 mil pés... Não é uma coisa fora de cogitação. Nós temos a rama... Está tudo bem encaminhado (JOÃO PINHEIRO, assentado no Aurora, 2018).

Dois dias depois, em 12 de julho de 2018, conheci o casal de idosos Fátima e Zé Ailton. Zé Ailton gosta de muita prosa. Contou com detalhes toda a sua vida, originada no campesinato, em

Correntes, município em que nasceu, situado no agreste pernambucano. Quando tinha seis anos de idade, seu pai resolveu comprar 25 alqueires florestados na região de Montes Claros, norte de Minas Gerais. Para lá, levou toda a família num pau-de-arara, em companhia de mais umas cinquenta pessoas. Formou o sítio ali, de onde sua família retirava seu sustento:

Meu pai, lá em Pernambuco, era militar. Aí pegou o jipe do exército, mais um pau-de-arara, um caminhão FNM. Isso faz uns sessenta anos, mais ou menos... Naquela época não tinha asfalto. Era só terra. Gastamos 16 dias de viagem. Aí chegamos aí em Minas, nesse patrimônio de Canabrava. Meu pai veio na frente... Aí mandou o delegado montar o barracão. Fizeram comida. Chegamos lá... Era uma festa. Essa turma toda chegou lá para desmatar tudo. Aí o velho fez a casa. Naquela época fazia casa de barro, de pau-a-pique. Deu um pedaço de terra para cada família plantar. Naquela época, não precisa adubo, não precisava nada... Dava milho, feijão, algodão... Vendia um pouco e um pouco deixava um pouco para plantar. Naquela época, só ia para cidade para comprar açúcar, sal, fumo e querosene. Meu pai deu um pedaço de terra para cada um... Naquela época, não tinha esse negócio de registro. E fazia aquele mutirão. Para carpir a roça, juntava aquele monte de gente. Ia lá e carpia sua roça, não é? Aí, depois que acabava de carpir a sua, ia carpir a do outro. A comida era feita na casa que ia carpir. Aí, todo mundo trabalhava junto. Aí ficava toda a rocinha limpa. Uns vendiam um bocado, outro bocado deixava para plantar. Só um tal de Bispo... Aquele cara vendia tudo o que colhia: arroz, feijão... Não sobrava nada. Ele vendia tudo... A terra era do meu pai. Não era parceria. Ele deixava o povo plantar... Ele tinha o gosto de ajudar as pessoas. O povo criava cabrito, porco, galinha. Vixe... Antigamente, aqui no estado de São Paulo, na fazenda que você morasse, o fazendeiro dava um pedaço de terra para você plantar. E lá... Meu pai tinha esse costume. Lá no Pernambuco também era assim. Meu pai dava a terra para outros plantarem. Ficavam como se a terra fosse deles. Meu pai também não dava palpite na terra que ele tinha dado ali. Meu pai não falava nada... Não perturbando, não brigando, não enchendo o saco de ninguém... Vixe... Moravam o resto da vida lá. Meu pai veio aqui também no estado de São Paulo. Aí ficou aqui, em Pirajuí. Perto de Garça e de Marília. Entrou como administrador na fazenda Esmeralda. Ele veio embora e largou nós lá em Minas. Minha mãe e 16 filhos... Aí ele ficou aqui dois anos sem dar a cara lá. Um dia ele foi lá para Minas e fez a mesma coisa: vamos embora, vamos embora, vamos embora pra São Paulo. Viemos de Montes Claros. Pegamos o trem e chegamos à meia-noite em Garça. Aí pegamos três táxis para chegar em Corredeira de madrugada. Quando amanheceu, estava tudo branco da geada. Meu pai falou para a minha mãe: – Mariquinha, isso tudo é meu, eu comprei! Eram cinco alqueires... Mas ele arrendou mais 30 alqueires... Aí eu já estava com 12 anos... Tinha um brejo... Ali ele plantou arroz. Plantou também milho, algodão, feijão, amendoim, abóbora, melancia. O velho plantava de tudo... E vendia tudo em Marília. O amendoim ele vendia na fábrica de óleo em Garça. Ele arrumou vinte peões. E mandou quebrar a taboa para secar. O velho meteu fogo na taboa. Os vizinhos apareceram. Tudo bravo. Meu pai não se intimidou e peitou os homens... Aqui ninguém plantou porque é tudo vagabundo. É aqui que eu vou ganhar dinheiro... Lá dava arroz... Nossa! Cada arroz bom. Naquela época, o arroz dava três cortes. Depois metia o arado de burro. Arava aquela terra para plantar feijão. Nossa! Ali colhia feijão, viu? Barbaridade!!! Aqui no estado de São Paulo, o velho ficou uns oito anos. Aí ele tinha alugado lá em Minas. E foi para Minas receber o arrendamento da terra, lá. E conversando no meio da turma, ele caiu e morreu. Tinha 84 anos. Ele estava com os documentos, não é? Aí ligaram para o meu irmão em São Paulo... Quando nós viemos a saber aqui, já fazia três dias que o velho estava enterrado... Aí meu irmão fez uma cachorrada: vendeu lá em Minas e ficou com o dinheiro. Não deu nada para a minha mãe, nem para os meus irmãos. A escritura dessas terras até hoje minha irmã tem lá em São Paulo. E tem a escritura da

terra daqui de Garça. Ninguém ligou. Ninguém foi atrás. Meu irmão vendeu o sítio em Garça. Minha mãe ficou sem nada... Até fome ela passou! Faz mais de vinte anos tudo isso (ZÉ AILTON, assentado no Aurora, 2018).

Esposa de Zé Ailton, Fátima, que também tem origem camponesa, transcorreu um trecho de sua vida, igualmente atribulada:

Sou do Ceará. Quando minha mãe faleceu, eu tinha treze anos. Aí achava que meu pai iria se casar novamente. Faleceu com 81 anos e nem casou mais. Então, não quis ficar lá. Eu tinha 21 anos. Eu já era professora e já tinha trabalhado no banco, como escriturária. Vim embora para São Paulo, para casa de minha irmã casada. Ela é mais velha que eu cinco anos. Minha mãe caiu e bateu a cabeça na pedra. No Ceará tem aqueles morros de pedra... Ela tinha cinquenta e quatro anos... Era nova, não é? Eu tenho 62 anos e não me acho tão velha... Lá, em Bela Cruz, no Ceará, eu tenho terras. Só de uma fazenda, eu tenho 160 alqueires de terra! Mas não volto mais. Meus filhos estão todos aqui. Meus irmãos estão vendendo tudo lá. Nós somos em nove irmãos. Mas não me falam nada. Quanto de terra já venderam. Por quanto venderam... Nada... Temos mais duas fazendas, com mais de três mil alqueires lá... Mas todos os anos eles vêm aqui. E vêm de avião. Vendem as terras lá e vem passear de avião.... Eu tenho dó. Não quero brigar com eles. Nessas terras, tem plantação de oiticica para (extração) de óleo, caju, carnaúba (para fazer chapéu Panamá)... A gente se conheceu em Santana, em São Paulo. Eu morei catorze anos em São Paulo. Ele que me trouxe aqui para o interior. Viemos para São Carlos por causa do patrão dele, que tem fazenda, ainda hoje (FÁTIMA, assentada no Aurora, 2018).

Sobre a vinda do casal para Descalvado, o senhor Zé Ailton disse:

O sítio do meu pai era vizinho da fazenda do meu ex-patrão, em Pirajuí, para lá de Bauru, perto de Garça. Ele me levou pra São Paulo... Lá eu era garçon-francês dele e motorista. Nas festas, não é? Gente rica faz muita festa... Ele era muito amigo da Hebe Camargo, do Paulo Maluf, de uns condes lá também... Ele tinha fazendas em Santa Eudóxia, distrito de São Carlos. Meu ex-patrão era o José Carlos Delmonte, pais da dona Maria Eugênia. Ele tinha aqui duas fazendas: a Laranjal e a Três Marias. E a usina Tamoio, para lá de Araraquara. Quando eu cheguei aqui, era um cerradão só. Arranha-gateiro e leiteiro. Eu vim desmatar e destocar. Aí o velho morreu. Mas a filha era ainda mais rica porque casou com Carlos Alberto Caldoro. O pai dele era bilionário lá em São Paulo. Família italiana, riquíssima. Avenida Paulista, Imirim, Peri, Peri Alto... Eram tudo fazenda dessa família... As terras da Volkswagen, em São Paulo, é tudo dele. Quando eles se casaram, a Maria Eugenia tinha 13 anos. Ele tinha mais de 30 anos. Minha irmã trabalhou 48 anos com a família da Maria Eugênia. Eu, 25 anos! Depois saí. Anos depois, em 1991, eu voltei: dona Maria Eugênia tinha 5 mil cabeças de gado aqui. A fazenda tem 900 alqueires. Aí eu vim para tomar conta da fazenda. Aí começou a nascer os filhos, né? Com ela, eu tive sete. Antes dela, eu tive oito... Hoje, moram três filhos aqui. Duas meninas e um menino. Todos solteiros. O menino vai tocar aqui. Ele vai assumir aqui. Elas querem fazer a prova do ENEM e querem fazer faculdade em São Carlos... Nós vamos construir lá para elas poderem morar lá. Esse lote é o maior que tem aqui no Aurora... Quando o INCRA veio medir aqui, não dava para duas famílias. Então, o INCRA deixou esse lote maior... Somos assentados regular, mas ainda faltam uns créditos. Peguei 15 mil reais para fazer a casa, mas não deu. Tive que colocar dinheiro do bolso. O PRONAF, para nós, não saiu. Antes de vir pra cá, eu era turmeiro em São Carlos. Levava as turmas para cortar cana... Aí fomos pro

acampamento lá no Broa. De lá, viemos pra cá... Aqui, no começo, eu arrumei serviço na fazenda Sucupira, mas o povo de Descalvado não gosta de trabalhar. Arrumei 21 pessoas em Descalvado. Eu tinha um ônibus novo. Era prejuízo... Para mim não dava, andar com 21 pessoas no ônibus. Então, eu resolvi vender o ônibus. O povo aqui é ruim para trabalhar... Tinha um homem aqui... Eu ia todo dia na casa dele, chamar para trabalhar. Ele não ia... Aí eu falei: vou parar com esse trem... Em São Carlos, o povo é mais trabalhador. Tempo atrás arrumei 50 alqueires de eucalipto para coroar para lá do posto Castelo. Anunciei para a turma. No outro dia, tinha mais de 100 pessoas na porta de casa... Agora, nós estamos aqui, esperando o INCRA. Parece que vai liberar mais crédito. Crédito para as mulheres... Crédito pra reformar as casas (ZÉ AILTON, assentado no Aurora, 2018).

Em 28 de dezembro de 2018, conhecemos a assentada irregular Rosemary, que nos disse brevemente como chegou ao Aurora:

Eu vim parar aqui porque meu marido foi dispensado. Ele colhia laranja. Aí não achava serviço. Aí ele falou assim, óh... Ou nós ficávamos devendo aluguel para o cara, ou nós iríamos morar com a minha mãe. A mãe dele passou o lote pra Cristina. Ela foi embora e depois faleceu. A Cristina pagou o que ela e meu sogro já haviam gasto no lote. Mas, mesmo assim, não adiantou. Porque aqui é difícil condução pra médico. O carrinho deles vivia quebrado... Não tinha como socorrer ela. Aí eles foram embora pra cidade. Foram morar com a outra filha. Aí chegou lá, ela foi internada e acabou falecendo. É complicado (ROSEMARY, moradora do Aurora, 2018).

Após esse depoimento, conheci a vizinha de Rosemary, outra assentada em condição irregular chamada Jéssica, que, otimista quanto à sua homologação, disse o seguinte:

Nós não é desse pessoal que está assentado. Nós é desse de agora. Está indo. Agora deu uma parada por causa desse negócio de final de ano, essas coisas, não é? Agora volta só dia 12 de janeiro. Eu morei num lote lá embaixo. Daí nós somos de Leme. Mas ela tinha uns três meses quando a gente veio para cá. A gente chegou a pegar um lote, mas desistimos... Daí, nós fomos embora. Daí uma amiga da gente nos chamou para morar com ela. Mas ela acabou indo para outro lote e nós acabamos ficando nesse aqui (JÉSSICA, moradora do Aurora, 2018).

Bem próximo ao lote de Jéssica, encontra-se o do Diego, um assentado em situação regular. Faz dez anos que Diego está no Aurora. Ele foi um dos pioneiros. Morou na lona durante a ocupação das terras da antiga fazenda da FEPASA. Veio de Jardinópolis, onde ficou sabendo, por intermédio de um funcionário do INCRA que, à época, namorava uma parente sua, da existência daquela fazenda ocupada:

Eu estava na cidade. Aí, o desejo de um lugar próprio, de sair do aluguel, procurar uma vida melhor... A gente tenta, não é? Fiquei na lona desde o começo. Com o Saraiva, o Saulo, uns pares deles aí... O começo foi duro. Hoje minha família (parentes de Jardinópolis) vem aí, óh... Eles falam: mudou muito, não é? Aqui era só eucalipto e saúva que tinha... E cobra... A maioria cascavel (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Sobre sua história no Aurora, Diego disse:

Faz dez anos, né? Já tinha um povo antes aqui... Que foi no tempo da estradinha, que eles falam. Mas quando eu cheguei aqui não era nada dividido ainda. Era tudo tumultuado um com o outro ainda. Estava tudo na lona. Eu fiquei uns três anos morando na lona... Eu que quase não aguentei. Chamei ela (esposa) para ir embora. Ela falou: não. Eu falei: eu tenho profissão; eu mexo com móveis, eu tenho serviço lá (Jardinópolis) para eu fazer. Vamos embora porque eu tirei você da casa de seus parentes para passar necessidade num lugar sem água, sem energia... Ela falou: não, confia em Deus; nós vamos vencer. Vamo embora não que vai dar certo. Um dia aí eu juntei as coisas, mas ela me disse: você pode ir, mas eu não vou. Eu estava indo embora. Chamei eles (família) para ir embora. Ajeitei tudo as coisa aí... Chamei um caminhão pra levar as coisas embora, ela falou: eu não vou, você pode ir, mas eu não vou. Eu falei: sozinho eu também não vou, não é?! (risos). Graças a Deus... Tem muitas coisas que precisam melhorar... Mas em vista do que era... Eu sou muito grato a Deus DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Em 31 de dezembro de 2018, conheci Mauro, que mora no lote que pertencia aos seus pais, que se encontravam regulares perante o INCRA:

Nós somos aqui de Descalvado. Meu irmão acompanhou meu pai e minha mãe mais de cinco anos na barraca... Somos da família Borges: Gabriel Borges e Aparecida Lourenço Borges... Eu trabalho na prefeitura. Eu não peguei na época que foi feito os papéis. Quando eles estavam lá na Itaoca (fazenda pertencente à família de Enrique Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal), perto do Pântano (famosa cachoeira com 72 metros de queda livre). Porque eu sempre participei... quando eu pegava férias, eu ficava aqui com eles. Eu sempre participei. Desde quando eles começaram. Então... No dia que teve lá pra fazer a inscrição, eu fiz a inscrição... A mulher perguntou para mim. Para pegar terra na época. Vixe... faiz muitos anos. Então ela perguntou se eu trabalhava. Eu disse: eu trabalho. Ela perguntou que firma. Falei: na prefeitura. Ela falou: óh... Eu vou fazer o papel... Eu vou fazer para você não falar que eu não quero fazer, mas você não pega... Porque eu sou registrado e trabalho na prefeitura. E fazia três anos que eu estava na prefeitura. Então ela falou: - eu vou fazer. E ela fez... Mas meu pai e minha mãe pegaram. Mas meu irmão sempre esteve junto deles. Então... É bem provável que o dele (o nome do irmão) também já esteja cadastrado... Porque tem umas pessoas aí que parece que não tem... Porque meu irmão conhece tudo eles aí, você entendeu? Porque andaram vendendo bastante aí... Nós somos filhos da terra aqui, mesmo (MAURO, morador do Aurora, 2018).

Mauro teve quatro filhos. Um deles mora em Luiz Antônio/SP; a filha, em São Simão/SP. Possui ainda um rapaz mais velho, com cerca de quarenta anos, fruto de um relacionamento mais antigo, que hoje mora em Bebedouro/SP. O quarto filho foi assassinado, em 2018, em Descalvado, pelo próprio primo. Por sua vez, o irmão Gilberto, com quem divide atualmente o lote, possui duas filhas, além do rapaz que assassinou o primo. Os dois irmãos possuem mais dois irmãos: uma moça, que mora em Descalvado, e um rapaz, residente em Bebedouro/SP. Ele relatou algumas passagens da

sua vida, cuja história, atribulada e trágica, parece ser a tônica de grande parte dos assentados do Aurora:

Somos eu e meu irmão... Só... As mulheres largaram de nós...(risos). Largou... Elas dão trabalho. Até pra largar dá trabalho... A minha ex-mulher é de Luis Antônio (município limítrofe)... Mora lá. Aí, eu morei quinze anos lá... Lá, eu comprei dois terrenos, fiz uma edícula no fundo porque meus pivetinhos eram todos pequenos... Moram lá... Aí, eu aumentei a casa. Os meninos começaram a crescer, não é? Eu ganhava pouco... Aí, eu entrei na usina Moreno... Fiz seis safra na Moreno... Eu era operador de ponte (ponte-rolante, equipamento usado no processo de carregamento da cana-de-açúcar). Eu ganhava bem. Aí, eu aumentei a casa... Um cômodo para a menina. E ficou um cômodo para os dois moleques. E um cômodo para nós: para mim e para a maluca, lá. Depois de um tempo, não deu certo. Aí, saiu a separação.... Aí, a casa ficou para eles, lá... Fiquei doze dias preso aqui por causa de pensão... Depois que ela ficou sabendo que eu entrei na prefeitura... Fazia uns dois anos que eu estava na prefeitura. Aí, veio a intimação para mim. Peguei e fui... Para pagar pensão... Sabe quanto eu estava devendo? Naquela época... Faz dezesseis anos que eu estou na prefeitura. Fazia dois ou três anos que eu estava na prefeitura. Ficava cinco paus e quinhentos... Naquela época! Eu não fui na audiência, nada... Aí, me buscaram no serviço... Eu tinha uns trocados no banco. Naquela época, ficou seiscentos contos para o advogado tirar eu para pagar lá em São Simão... Porque o fórum é São Simão (município vizinho de Luiz Antônio). Aí, o juiz pôs assim: a minha parte foi para leilão. Ficou para o meu moleque, que era mais novo. Porque a pensão era dele. Só que mataram ele aqui na Jundu. 22 anos... Era bandido. Roubava. Juntou com o filho do meu irmão... Aí estavam roubando juntos. Não sei que treta que deu... O primo (meu sobrinho) deu sete facadas nele de moto. Ele que estava dirigindo a moto. Não sei que treta que era. Não fiquei sabendo. Agora, ficou três filhos em Luis Antônio... Tem outro com outra mulher, mas não fiquei junto... Teve audiência do rapaz (meu sobrinho)... Dia 17 de dezembro. Foi a audiência dele... Ele pegou trinta anos... Esse moleque... Tinha um colega do meu irmão que estava aí... Eles estavam tomando cerveja... O rapaz deu a moto pra ele buscar cerveja na cidade... Porque aqui é caro. Aí, eles pegaram a moto e foram... Foram, voltaram... Começaram a beber... Cataram a moto do moço... Acho que compraram droga também... Aí, robaram a moto... Se o primo matou o primo... Bandidagem não tem amigo... É desse jeito... Fazer o que?" (MAURO, morador do Aurora, 2018).

Interessante notar que, apesar desse assassinato em família, dois irmãos Borges que hoje dividem o lote mantiveram a amizade e parecem dispostos a defender juntos a posse dessas terras:

Nós moramos juntos. Nós nos damos bem. Fazer o que? Nós não estávamos juntos (quando do assassinato que ceifou a vida de seu filho caçula). Não tem nada a ver ficar com raiva do meu irmão porque o filho dele matou o meu filho... Agora, se ele tivesse junto... Aí, é diferente, não é? Mas ele não estava junto. E outra: jamais ele ia fazer isso também... Minha sobrinha... Ela mora em Descalvado. Ela está vendo... (a regularização do lote junto ao INCRA) Semana passada, conversei com ela: - Olha tio... Estou conversando com os advogados... Porque ela se formou faz três anos, mas já está na ativa.... Ela falou: - estou procurando saber direito pra ir conversar com o INCRA para ver como vai ficar... Ele (o irmão) faz os bicos dele... Inclusive, a mulher que mora ali chamou ele para limpar o terreno. Então, paga por dia. Ele trabalhou ali... Agora, semana que vem... Ele vai voltar. No fim de ano, ele não trabalhou... São seiscentas mudas de café que ela vai plantar... É a dona Elza... Ela invadiu aí... Ela ficou muito tempo na barraca. Aí não sei como ficou com o INCRA. Aí, ela fez a casa... Aí, não foi medido ainda... São só dois lotes... Tem uns cinco

alqueires cada um.. Que hora que é? Tenho que pegar o ônibus” (MAURO, morador do Aurora, 2018).

7.3 O AURORA HOJE: O COTIDIANO DOS ASSENTADOS

Em 13 de janeiro de 2017, realizamos nossa primeira entrevista com a assentada Patrícia, que mostrou, de imediato, grande insatisfação em relação ao lote conquistado. Apesar de já ter contado com pequenos subsídios do governo federal para a aquisição de ferramentas, a construção de casa e a perfuração de poço, Patrícia disse não ter condições de sobreviver apenas do trabalho familiar na terra conquistada, sobretudo após seu marido ter pedido demissão da empresa em que trabalhava em São Carlos para se dedicar exclusivamente ao lote – condição *sine qua non* para adquirir o direito à terra que foi objeto de reforma agrária e, por conseguinte, receber subsídios governamentais.

Outros problemas foram apontados por Patrícia. Um deles diz respeito às ameaças constantes de invasão por parte de pessoas estranhas. Sobre esse assunto, disse, porém, que tais pessoas, pertencentes a uma igreja evangélica edificada num dos lotes do assentamento, revezavam-se na invasão do seu lote: mulheres ocupavam-no durante o dia; homens, à noite. Outra questão está relacionada ao obscurantismo de todo o processo de implantação do Assentamento. Já havíamos identificado essa falta de transparência durante a execução do projeto dessa pesquisa, quando entrevistamos o assentado Saulo.

Em julho de 2017, na entrevista concedida por Piauí, um dado novo surgiu, no caso específico de Patrícia, que precisa ser levado em conta nesta nossa análise. Sua separação conjugal. Hoje, o seu ex-marido está vivendo no lote e lutando pela sua regularização, ao passo que Patrícia se mudou em definitivo para a cidade. Essa separação gerou um problema para o ex-marido de Patrícia, a saber, a transferência do lote para o seu nome, haja vista que o INCRA inscreve o nome da mulher como detentora do lote em seus assentamentos. Esse fato precisa ser considerado para entendermos melhor a insatisfação de Patrícia, quando da realização de sua entrevista em janeiro de 2017. De fato, uma separação conjugal se constitui num empecilho, numa dificuldade ainda maior para os assentados, seja do ponto de vista burocrático-institucional, seja do ponto de vista familiar propriamente dito.

Nessas condições, o lote 12 ainda se encontra em nome de Patrícia Mazaro, porém em situação irregular, segundo o INCRA. O motivo alegado pelo INCRA foi esse: a beneficiária não reside no lote, informação que vem ao encontro com o depoimento que a própria Patrícia havia nos dados em janeiro. Porém, ressaltamos que já havíamos constatado na conversa com o Piauí, no dia 6 de julho de 2017: essa liderança está buscando, junto ao INCRA, fazer com que o ex-marido de Patrícia, considerado uma ótima pessoa, e conhecido no assentamento como Alemão, fique definitivamente com o lote.

No dia 18 de março de 2017, fomos até o lote de Saulo, o primeiro assentado com quem conversei ainda na fase da execução do projeto desta dissertação de mestrado. Ele me recebeu com muita atenção, como das outras vezes. Sem pressa, em sua fala mansa, depois de algum tempo de conversa, Saulo resolveu me mostrar um documento protocolado pelo INCRA de São Paulo, onde havia estado dias antes para reivindicar a regularização de seu lote. E nos disse, de forma enfática, que a morosidade do INCRA no tocante à regularização de seu lote deriva do elevado nível de corrupção predominante no órgão.

Saulo reiterou, ainda, que a consequência das práticas de corrupção, no que tange ao assentamento, se traduz na persistente falta de recursos, bem como a precariedade material e técnica por elas geradas. Destacou, também, a gravidade dessa situação, acentuada pelo quase completo desconhecimento técnico dos assentados, uma vez que muitos são oriundos de áreas urbanas, não apresentando, portanto, qualquer intimidade e/ou conhecimento da lida do campo. A soma desses fatores, conclui Saulo, explicaria por que a imensa maioria dos assentados depende de outros trabalhos, geralmente pequenos serviços urbanos, para garantir sua fonte de renda – só não sobrevivem assim os aposentados.

Em 29 de abril de 2017, acessamos o Aurora pela estrada de terra batida que começa num bairro popular chamado Bosque do Tamanduá, localizado no extremo sul da cidade de Descalvado. Esse bairro não possui mais do que quinze anos, período ao longo do qual diversas casas populares se somaram ao loteamento, composto por terrenos com cerca de sete metros de frente – chamados também de meio lote. Lamentavelmente, o referido bairro foi *projetado* numa baixada, área riquíssima em água que abastece a Represa do Rosário, reservatório responsável pelo suprimento de praticamente toda a área urbana do município – o que torna os vazamentos de esgoto um enorme risco para toda a população urbana. Desse bairro, até o início do loteamento, são cerca de quatro quilômetros por meio dessa estrada de terra batida. Muito lixo jogado sem qualquer cuidado acompanhou a primeira metade do trajeto, realidade que ganha ainda mais dramaticidade, dada a existência de uma extensa mata nativa (cerradão) ao longo de todo o caminho. Aliás, foi possível constatar que matas relativamente extensas para uma zona canavieira como a de Ribeirão Preto cercam o assentamento nos seus extremos sul e norte.

À oeste, o Aurora é delimitado por uma enorme fazenda de gado bovino nelore, voltado para o corte. O que separa o assentamento dessa fazenda é outra estrada de terra batida que interliga a SP-215 ao Salto do Pântano – imponente cachoeira formada por 72 metros de queda livre de água situada no Ribeirão do Pântano, afluente do Rio Mogi-Guaçu. Cumpre lembrar que esse importante curso d'água, que nasce no sul de Minas Gerais, é afluente do Rio Pardo, onde desemboca ao chegar à zona rural do município de Pontal/SP.

Após percorrer esse trajeto de 4 km de terra batida (a partir do Bairro Bosque do Tamanduá), cheguei ao Aurora. Ao avistar um idoso sentado num banco de madeira defronte sua residência, uma casa muito bem construída à espera de reboco, parei o carro. Estava na porteira do lote 33, pertencente ao casal sexagenário Ivanildo e Cleonice. Apesar dessa conversa ter durado mais de duas horas, percebi rapidamente que, pela primeira vez, nessa pesquisa, estava diante de pessoas que haviam passado quase toda a vida na terra, morando e vivendo do trabalho no campo.

Quinze minutos de conversa com Ivanildo bastaram para sua esposa se aproximar da porteira do lote, onde estávamos. Dona Cleonice, rapidamente, convidou-me para entrar. Ivanildo abriu a porteira, então, para que eu entrasse com meu carro. Logo, o casal foi mostrando a impressionante variedade de árvores frutíferas (mamoeiros, jabuticabeiras, bananeiras, abacateiros, limoeiros, goiabeiras, mangueiras, aceroleiras, pinheiras, cafeeiros...), plantadas aleatoriamente e intercaladas com plantações de batata, batata-doce e mandioca, em meio aos arbustos nativos do cerrado, caso, por exemplo, do angico.

A explicação técnica dada pelo casal para essa enorme diversidade florística, exposta numa área relativamente pequena, é a maior resistência adquirida pelas plantas nessas condições à proliferação de pragas em geral, o que praticamente dispensa o uso indiscriminado de agroquímicos (inseticidas, fungicidas, de veneno, enfim). Além disso, tamanha diversidade florística mantém o solo permanente recoberto (e, portanto, livre da erosão), úmido e adubado, favorecendo o desenvolvimento dos frutos, livrando-os da aplicação de fertilizantes químicos. O máximo que se usa ali é esterco de gado bovino, comprado de um sitiante vizinho. Eis as palavras de Cleonice sobre essa questão: “o solo nu é como uma pessoa careca exposta ao sol. Vai sofrer sérios problemas de saúde”.

Gigantescos mamoeiros repletos de frutos, muitos dos quais enormes, ao lado de limoeiros de todos os tamanhos, todos carregados, pareciam provar a eficácia dessas técnicas. Somavam-se a essas plantas, minúsculos cafeeiros e pequenas goiabeiras originárias da técnica de enxerto, que brotavam do chão viçosos, prontos para seguir o mesmo destino dos maiores – e produtivos – mamoeiros e limoeiros. Galinhas acompanhadas de suas crias, galos gigantes e porcos bem alimentados, somados às nove cabeças de gado bovino, completavam o cenário do sítio. Sobrava na linha do horizonte ainda muita terra recoberta por braquiária e arbustos nativos do cerrado, à espera de novas árvores frutíferas, tubérculos e animais. Soma-se a isso uma atividade extra exercida pelo casal: a *fabricação* caseira de produtos de limpeza, que são comercializados clandestinamente dentro do assentamento. A renda familiar é complementada pelas aposentadorias do casal.

Tal cenário permite afirmar que o casal garante seu sustento sem sair da terra, de onde obtém ainda ovos, carnes de frango e de porco, leite. Pouco depende da cidade, para onde vão esporadicamente para duas finalidades: comprar alguns mantimentos, como arroz, feijão, carne bovina e banha de porco – segundo Ivanildo, “óleo de cozinha dá colesterol”; e participar, nas noites de

domingo, do culto evangélico na Congregação Cristã do Brasil, que está concluindo a construção de uma terceira unidade (igreja) em Descalvado, a saber, num lote cedido por um dos assentados dentro do Aurora. Porém, o referido casal tem, como renda mensal, a garantia de seu sustento, chova ou faça sol: o dinheiro da aposentadoria de Ivanildo.

Quanto à água, Ivanildo se queixou da falta de um poço próprio, cuja perfuração requer o investimento de ao menos 15 mil reais, apesar da facilidade com que encontrou o lençol freático, ao escavar um buraco com apenas três metros de profundidade. O problema apontado pelo casal em relação a essa água é sua iminente contaminação, gerada pelas fossas negras já existentes e/ou por aquelas que serão construídas em cada um dos 83 lotes. Tal fato tem desencorajado o casal a consumir a referida água. Seu plano imediato, porém, é esse: no curto prazo, escavar, com a ajuda dos genros, o referido buraco, isto é, aprofundá-lo para torná-lo um poço potável, mesmo que fique em desacordo com as normas técnicas exigidas pela legislação ambiental vigente.

Sobre o futuro do assentamento, Ivanildo e Cleonice foram taxativos: ocorrerá uma elitização do assentamento, uma vez que a imensa maioria dos atuais colonos é composta por trabalhadores urbanos que apenas pernoitam no Aurora, distante – reiteramos – apenas 4 km da cidade pela estrada de terra batida, livrando-se assim do aluguel. São trabalhadores que não têm qualquer intimidade com a terra, e, segundo Ivanildo, “nem pretendem adquiri-la”.

Nesses termos, muitos assentados iriam resistir às ofertas de compra, mesmo que ilegais. Tal prática já ocorre com enorme frequência: são diversos os casos de lotes vendidos, inclusive para outras finalidades. É o caso do lote 01, adquirido pelo novo dono (oriundo de uma família tradicional da cidade) por meio de compra para realizar festas de rodeio. Desse modo, tal lote é utilizado para guardar os equipamentos e animais, notadamente touros, usados nesses eventos. Outra irregularidade do assentamento foi apontada pelo casal, a saber: o comércio (clandestino na maioria dos casos) de latarias de carros, realizado em desmanches de automóveis (muitos igualmente ilegais) existentes em alguns lotes.

Exceção a essa regra, segundo Ivanildo, é formada por um universo de cerca de quinze dos 83 assentados. Esses seriam camponeses de fato, isto é, famílias de agricultores que realmente residem no assentamento e trabalham nas terras. Os três filhos do casal parecem corroborar essa tese: todos casados, moram e trabalham em áreas urbanas e não vislumbram, um dia, viver nesse/desse assentamento. As duas moças trabalham e moram, com suas respectivas famílias, em Descalvado; o rapaz, com sua esposa e filhos, vive na cidade de Boa Esperança do Sul.

No tocante aos problemas que apontou no assentamento, Ivanildo apontou a falta de transparência (e, por conseguinte, a desinformação) do INCRA, cujas verbas nem sempre chegam aos assentados. São recorrentes informações e práticas desencontradas que, somadas à burocracia, à

morosidade e à corrupção, dificultam a viabilização socioeconômica dos assentados, tornando difícil, nessas condições, a criação/recriação do campesinato no Aurora.

Numa tarde ensolarada do dia 30 de abril de 2017, um domingo, retornei ao Aurora. Dessa vez, resolvi acessá-lo pela SP-215, rodovia asfaltada, sentido São Carlos. No caminho, avistei, num dos dois lotes existentes do outro lado dessa rodovia, algumas pessoas levantando um poste, contendo uma placa indicativa do nome e do número (82) da referida gleba. Lá estava o Silvinho, cabeleireiro tradicional da cidade, em companhia do casal assentado (em situação ainda irregular) nesse lote: Fábio e Severina, que irão plantar maracujá.

Não quis demorar muito ali, pois estavam trabalhando, na instalação da placa indicativa. Porém, indaguei sobre qual dos lotes encontrava-se assentado o Toninho, indicado pelo Ivanildo, no dia anterior, como grande produtor local. Fábio rapidamente confirmou o acesso, vindo ao encontro da informação dada pelo próprio Ivanildo no dia anterior, momento em que aproveitou para dizer que o Nei, vizinho do Toninho, também estava produzindo bastante em seu lote, motivo pelo qual também deveria visitá-lo.

Segui, então, em direção ao lote do Toninho. Ao chegar defronte a uma porteira, nas proximidades do ponto indicado pelo Ivanildo e confirmado pelo Fábio, buzinei. Logo apareceu José, vizinho de cerca e cunhado do Toninho. Hoje, ainda em condição irregular, José e sua esposa tiram seu sustento do aluguel de 900 reais da casa que deixaram em Sumaré. Complementam essa renda os *bicos* que José faz como pedreiro dentro do próprio assentamento. Nesse momento, por exemplo, está construindo a casa do Nei, assentado no lote 44. Nei possui três filhos casados. Dois deles – uma moça e um rapaz – moram em Sumaré; o terceiro filho, em Belo Horizonte/MG.

Vivendo grande parte do seu tempo no próprio lote, o senhor José e sua esposa plantaram inúmeras árvores, muitas das quais frutíferas, entremeadas por plantações de batata, mandioca e milho. Possuem, ainda, algumas cabeças de gado, que lhes proporcionam o leite, assim como galinhas, que fornecem carne e ovos.

Depois de quase uma hora, ouvimos uma algazarra: eram araras Canindé, cada vez mais comuns por ali. A paulatina substituição dos eucaliptos “*herdados* da RIPASA por árvores frutíferas certamente tem sido decisiva para o retorno das mais variadas espécies de aves: papagaios, tucanos, canarinhos, sabiás, pássaros pretos.

É preciso registrar que o fator decisivo para o ressurgimento e a procriação dessas aves são os esforços da Fazenda Sant`Ana do Monte Alegre, distante cerca de 10 km do assentamento, que reflorestou grande parte de suas terras, ao mesmo tempo em que repovoou as matas com animais silvestres, inclusive felinos de grande porte, como jaguatiricas e onças.

Após uns cinquenta minutos de conversa, aproximou-se da porteira do senhor José uma moça, aparentando cerca de quarenta anos de idade.

Era Edna, esposa do Toninho. Após me apresentar, Edna fez questão que conhecesse seu lote, de número 45. Após me despedir do senhor José, que a essa altura já insistia para eu conhecer seu lote, resolvi acompanhar Edna. O sol já se punha. Por isso, tive que optar por conhecer apenas um dos lotes. Optei pelo do Toninho, pois a casa do senhor José estava cheia: seu filho que mora em Sumaré estava lá com sua família.

Autorizado a ingressar de carro no lote do Toninho pela sua esposa, a Edna, logo avistei o Toninho, um jovem senhor de 52 anos, mas aparentando no máximo 45. Extremamente simpático, já veio em minha direção e começamos a conversar. Edna insistiu para que seu marido mostrasse de imediato o lote, diante do rápido anoitecer. Extensas plantações de manga, mandioca e goiaba predominam no lote do Toninho. Uma grande casa, ainda inacabada, mas muito bem cuidada, além de outra, menor, pertencente aos pais do Toninho completam o lote 45, juntamente com inúmeras árvores frutíferas, concentradas na beira da estrada.

Toninho não tolera a vida urbana, recordando, sem saudades, dos sete anos em que trabalhou numa tecelagem em Sumaré, durante o período em que morou nessa cidade. Sem filhos, vive hoje ao lado da esposa, permanentemente no lote, deslocando-se para o perímetro urbano de Descalvado somente para comprar os mantimentos necessários ao sustento do casal – arroz, feijão, café, sabão etc. Enquanto conversávamos, Edna fez questão de mostrar a espaçosa – e muito bem zelada – casa que construíram. Não satisfeita, ofereceu-me suco, momento em que sentei à mesa com o casal.

Quando o calor do final de tarde deu lugar ao frio do anoitecer, notei que já eram quase 20 horas. Pedi licença e me despedi do casal, convencido que, pelo segundo dia consecutivo, havia estado em contato com uma família de fato camponesa, que luta diuturnamente para sobreviver numa área dominada pelo contraditório processo de territorialização do capital:

As diversas formas em que o campesinato se reproduz leva a atualidade da luta de classes no campo brasileiro, cujas diversas expressões territoriais permitem o entendimento dos interesses antagônicos entre as classes sociais. É a partir da lógica contraditória da reprodução do capital, e seus reflexos no campo, que se pode entender as novas investidas no mundo do trabalho, enquanto um produto concreto da reestruturação produtiva frente a crise estrutural do capital, e mesmo a tentativa de negação da condição de venda da força de trabalho, que se constitui na única forma possível de existência para milhares de trabalhadores sem-terra no país. Por outro lado, este processo reproduz o seu contrário: a luta pelo trabalho e a luta pela terra como condição fundamental do acesso ao trabalho e ao produto do trabalho. É a partir do confronto entre as classes no território, aqui entendido enquanto uma expressão concreta da luta de classes, que se pode entender as tentativas de implementação dos projetos do capital no campo, as relações capitalistas de produção e suas expressões atuais, com base na exacerbação da precarização do trabalho e mesmo do não acesso ao mercado de trabalho *versus* a luta daqueles que buscam, a partir da terra, a possibilidade de se apropriar do produto do trabalho,

ainda que subordinados a lógica do capital, mas sobretudo no que se diferencia deste. Assim, pode-se compreender a luta dos trabalhadores rurais e urbanos pela terra, como possibilidade concreta de realização social, e a luta dos camponeses que permanecem no campo com uma série de dificuldades de se reproduzirem. Estes não querem sair do campo, porque sabem que as cidades não mais lhes oferecem oportunidades de se reproduzir dignamente (SOUZA, 2009).

Passados quatro meses, na manhã ensolarada do dia 03 de setembro de 2017, um domingo de *inverno*, retornamos ao Aurora. Seguindo a sugestão dada pelo Piauí, quando de nosso último encontro, ocorrido no mês de julho, na estação rodoviária, fui em direção aos lotes da família Macarrão. No caminho, já no assentamento, notei uma movimentação no entorno de um carro, num dos lotes. Estacionei meu carro na frente da porteira do lote, onde fui recebido pela Roseli, pertencente a uma família tradicional da cidade, os Bertolucci.

Ao contrário de seus irmãos e de suas duas filhas, que vivem e trabalham na cidade, Roseli gosta da vida no campo. Mora e trabalha no lote 61, em companhia de um sobrinho de 22 anos, acompanhado da esposa e da filha com cerca de três anos de idade. Roseli possui dezoito cabeças de gado bovino, das quais tenta tirar seu sustento. As vacas *secaram* e, assim como o rebanho para engorda, sofrem com a seca prolongada desse ano. O pasto acabou, o que exigiu um manejo ostensivo da criação, como, por exemplo, o corte diário de feixes de cana, que foi plantada por Roseli e seu sobrinho numa área do próprio lote para o trato dos animais nessa época do ano. Como não se encontra regularmente assentada no lote, a família não pode receber qualquer subsídio do INCRA. Vive da venda esporádica do queijo produzido do leite que tira de suas vacas. Mas, como essa renda não cobre as despesas da família, Roseli complementa sua renda com os juros da aplicação financeira gerada pela venda de uma casa na cidade.

Depois de cerca de quarenta minutos de conversa, resolvi ir em busca de outra entrevista. Fui orientado por Roseli para entrevistar seu vizinho de cerca, o senhor Abílio. Esse aposentado com mais de oitenta anos de idade e sua esposa se tornaram referência em todo o Aurora, sobretudo pela dedicação e capricho no trato do lote. Mas, infelizmente, não o encontrei. Sua filha me disse que estava na cidade com a esposa, passando o final de semana.

Segui, então, em direção aos lotes da família Macarrão. Avistei, numa casa pertencente a essa família, muita gente na varanda. Senti que não era o momento de parar. Resolvi, então, seguir em frente até encontrar um bar, situado diante de um terreno murado, ambos pertencentes aos Macarrão. Estacionei o carro numa árvore frondosa e entrei no bar. Rapidamente, um senhor com cerca de sessenta anos de idade puxou conversa comigo. Era o Adauto, que estava acompanhado por um casal de netos, um garoto de 8 anos e uma menina de 6, cada qual montado em seu cavalo.

Ele começou a contar sua história de vida, quando sua neta o chamou para ir embora. Eu disse, então, que gostaria de prosseguir o papo, razão pela qual ele me convidou para acompanhá-lo até seu

lote. Com meu carro, segui durante quinze minutos os três cavalos até chegar à casa de Adaauto. No lote 11, encontrei uma família numerosa: Adaauto, sua esposa, Isabel, e uma filha casada e grávida que, com seu esposo e duas filhas, moram numa outra casa construída dentro do lote. Sua outra filha mora no lote 10, situado ao lado, juntamente com sua família (marido e filhos).

Assim como a assentada Roseli, Isabel, esposa de Adaauto, é muito crítica com relação às irregularidades do assentamento, tais como a existência de um comércio clandestino de lotes. Isabel lembra que a família Macarrão adquiriu, por meio do instrumento irregular de compra, mais três lotes. Somados aos sete já ocupados por seus membros, a referida família detém, no total, dez lotes no assentamento Aurora.

Outras duas irregularidades já haviam sido apontadas por Roseli. Uma delas é a existência de bares e igrejas (todas evangélicas) dentro do assentamento. Na opinião dessa camponesa (que também é evangélica), essas atividades são fontes de renda fácil e rápida que foge à proposta do assentamento, qual seja, a obtenção de condições de sobrevivência e de uma vida digna a partir do trabalho familiar desenvolvido dentro de cada lote. A segunda atividade irregular é o aluguel de espaços para festa dentro do assentamento. Renata, uma das integrantes da família Macarrão, está concluindo a construção de um muro que delimita um salão recém-inaugurado, erguido exclusivamente para locação diária voltada para a realização de eventos (festas de aniversário, casamento etc.).

Voltei ao assentamento no dia seguinte, isto é, na tarde de segunda-feira (4/9/2017). Fui direto ao lote 62, onde está assentado o casal Ilse e Abílio, ambos com mais de oitenta anos de idade. Assim que estacionei o carro debaixo de uma mangueira florida, aproximou-se a filha do senhor Abílio, a mesma que, no dia anterior, havia me recebido no portão e dito que seus pais se encontravam na cidade, onde foram passar o final de semana. Enquanto ela voltou para chamar seu pai, que tratava da horta, chegou Laurovaldo. Um dos membros da família Macarrão, Laurovaldo me pediu carona até a cidade. Mas, como não podia me esperar, desistiu de ir à cidade e me convidou para visitar seu lote. Combinei com ele, então, que, após conversar com o senhor Abílio, daria um *pulo* lá.

O senhor Abílio, então, se aproximou do portão, convidando-me para entrar. Dentre todos os lotes que visitei, esse, certamente, é um dos mais bem cuidados. Possui 1.500 pés de café, um piquete recoberto por pastagens, uma pequena horta, uma pocilga rústica e um pomar repleto de mudas de árvores frutíferas. O que mais preocupa o senhor Abílio são duas pragas persistentes em seu cafezal: as formigas e as cochonilhas. Ambas requerem veneno, o que implica em elevar bastante seus custos com o manejo do cafezal.

Mesmo possuindo um lote tão bem explorado, o senhor Abílio não consegue retirar, a partir do trabalho na terra, o sustento da família. Todos que ali vivem – a esposa que, apesar de octogenária, ainda não conseguiu se aposentar, um filho alcóolatra com trinta anos de idade, que nunca trabalhou,

um irmão idoso que veio do Paraná, uma filha divorciada e duas netas) – dependem da aposentadoria dele.

O casal Ilse e Abílio teve onze filhos (sete mulheres e quatro homens – um já faleceu). Mas nenhum deles se mostrou interessado em assumir o lote diante da idade avançada do casal. Tal responsabilidade será assumida por um de seus genros muito em breve. Apesar da chegada do genro, Abílio não pensa em parar de trabalhar. Aparentando possuir, no máximo, setenta anos de idade, apresenta força física e disposição para cuidar ainda durante muito tempo de seu belíssimo cafezal.

Assim que me despedi do senhor Abílio, segui para o lote 65, bem próximo dali, pertencente ao Véio, apelido de Laurovaldo, um dos membros da família Macarrão. Ele, de fato, já me aguardava. De imediato, avistei sua principal fonte de renda: uma borracharia. Como o lote fica defronte ao asfalto, isto é, à rodovia que liga Descalvado a São Carlos (SP-215), o movimento de veículos por ali é bem intenso.

Laurovaldo, então, já foi mostrando seu lote, em grande parte recoberto por braquiária, bem como por plantações de banana, abacaxi, moranga e manga. Quando se preparava para me mostrar a pocilga, chegou o irmão do senhor Abílio, que iria levá-lo para a cidade para, em companhia da esposa, fazer compras na cidade. Minha visita, então, ficou mais breve. Depois de conhecer suas galinhas e as instalações de um bar desativado, fui levado a me despedir, já que a esposa de Laurovaldo demonstrava muita impaciência.

Mesmo abreviada, essa visita permitiu conhecer um dos membros da família Macarrão, que veio para Descalvado há cerca de 30 anos, procedente de Carmo do Rio Claro/MG. Seus pais, naquela época, viviam do trabalho volante, colhendo, por exemplo, laranja naquelas fazendas que, na década de 1980, ainda não haviam se transformado em imensos canaviais.

Ainda havia sol quando me dirigi ao lote 82, pertencente a Severina e Fábio. Já havia tido um breve contato com esse casal, num dia de abril, quando parei o carro na porteira para pedir informações. Naquela ocasião, o Silvinho, tradicional barbeiro de Descalvado, estava em companhia desse casal, que foi um dos últimos assentados do Aurora. Chegou há dois anos e ainda está em situação irregular junto ao INCRA.

Fábio e Severina se estabeleceram no lote há cerca de dois anos. Ainda sem eletricidade, Fábio fez questão de me mostrar o gerador à gasolina, que emprestou do amigo, um famoso cabeleireiro de Descalvado. Ao lado de Luan, um de seus quatro filhos, Fábio mostrou, com orgulho, seu galinheiro, onde possui 150 aves poedeiras. Como fica ao lado de uma mancha remanescente de cerrado fechado, vez ou outra, uma raposa ataca seus animais durante à noite. Tal contratempo não o desanima. Fábio fala com empolgação desse cerradão, de onde vem, ora ou outra, lebres, tatus, raposas e veados.

Diante da fase embrionária de seu lote, o casal se mantém através de *bicos*. Ela faz bolos e pães, que são revendidos por uma padaria da cidade; ele trabalha como funileiro, juntamente com o filho de vinte anos, solteiro, que ainda faz faculdade à noite (Engenharia Agrônômica). O mais velho possui 23 anos, é casado e tem trabalho assalariado fixo na cidade. Luan está no segundo ano no Ensino Médio, trabalha à tarde com o pai e também quer cursar Agronomia. A menina, caçula, está no Fundamental II.

Depois de muita conversa, Fábio me convidou para entrar em sua casa pela cozinha, onde sua esposa assava os pães que seriam vendidos no dia seguinte. Em meio ao preparo da massa desses pães, Severina fez um café muito saboroso, ao mesmo tempo em que me contava a saga de sua família, desde a cidade de Quipapá até sua chegada em Descalvado. A noite enluarada já avançava sobre a sobrevivente mancha de cerrado descaltvadense quando me despedi do casal e das duas crianças.

Na tarde do dia 05 de setembro de 2017, retornei ao Aurora. Dessa vez, cheguei ao assentamento, a partir do bairro Tamanduá, por estrada de terra batida, mais precisamente de areião. Assim que cheguei ao Aurora, vi um rapaz chamado Severino, portando uma bicicleta, jogando lixo num tambor da prefeitura. Parei o carro no meio da estrada, abaixei o vidro e puxei conversa com ele que, prontamente, respondeu. Decidi, então, entrevistá-lo. Estacionei o veículo no canteiro da estrada sob o sol escaldante e começamos a conversar.

Atualmente, Severino não produz praticamente nada no lote. Por isso, depende exclusivamente, assim como uma de suas irmãs e sua sobrinha, da aposentadoria da mãe, uma senhora com mais de oitenta anos de idade. Enquanto aguarda a chegada das águas para plantar algum roçado, parece, aos 47 anos, viver contemplando o lote conquistado como se fosse um prêmio pelo esforço e pelo trabalho, dispendidos ao longo dos anos pelos lugares por onde já passou. Após cerca de uma hora de conversa, chegou ao lote diante do qual conversávamos um homem dirigindo uma motocicleta. Apontando para ele, Severino sugeriu que eu o entrevistasse também. Acatei sua ideia.

Esse homem era Odilon, mais conhecido como Bizula. Natural de Descalvado, é filho de pai cearense (Fortaleza/CE). Sua mãe nasceu em Goiânia/GO. Desde pequeno, seguiu os passos do pai, que foi administrador de diversas fazendas em Descalvado/SP. Hoje, Odilon é campeiro, isto é, lida com os cuidados dos rebanhos em geral: castra, cura bicheira, corta chifre. Atualmente, ainda sobrevive desse trabalho. Por exemplo, é chamado frequentemente para cuidar de alguma vaca na Agrindus, uma das maiores fazendas leiteiras do Brasil, cujas terras, muito extensas, distribuem-se pelos municípios de São Carlos/SP e Descalvado/SP. Sua esposa cuida da horta, dos porcos e das galinhas, o que lhe permite retirar alguma renda com a venda dos produtos derivados desse trabalho.

Católico, o que destoa da imensa maioria dos assentados, que são evangélicos, Odilon possui dois filhos (um casal), que moram na cidade com suas respectivas famílias. Trabalhando em atividades urbanas, não demonstram qualquer interesse pela terra. Mesmo assim, Odilon não desanima: já

destocou todo o lote. O próximo passo é dividi-lo em piquetes para, em seguida, poder soltar umas quinze cabeças de gado bovino para engorda.

Em meio à conversa com Odilon, chegaram outros dois assentados, procedentes da cidade. Os dois apareceram de motocicleta. O primeiro que chegou foi Anderson (apelidado de Dandan), que trabalha na cidade, enquanto sua esposa cuida dos filhos no interior do lote. O segundo motociclista chegou ao lote do Odilon já na boca da noite. Era Dério, que também trabalhava na cidade, mas mora no lote de sua mãe, Jovelina.

Essa senhora mora com uma filha e uma neta numa casa de alvenaria, mas cedeu o lote para dois outros filhos: Dério e seu irmão, cada qual com suas famílias, moram na lona e trabalham na cidade. Dério é *meia colher*, isto é, ajudante de pedreiro. Ganha 85 reais por dia, e lembra que, em 2011, chegou a ganhar 350 reais por dia. Nessa época, gastava tudo o que ganhava “com mulher”, mas arrependido, tornou-se evangélico, o que lhe trouxe “paz de espírito”, segundo suas afirmações.

Jovelina é uma das poucas pessoas assentadas no Aurora que vive apenas do trabalho dispendido no lote. Segundo seu filho Dério, já nas primeiras horas da manhã, está lidando com a terra, irrigando as plantas, cultivando etc. Ela tem plantios de hortaliças, legumes, pimenta, frutas. Comercializa toda a sua produção nas feiras que são realizadas às quartas-feiras e domingos na praça de São Benedito. Dessas feiras, participam camponeses dos outros assentamentos, notadamente do *21 de dezembro*, onde moram alguns conhecidos de Jovelina que, graças à sua amizade, comercializam sua produção.

Quando conversava com Dério, apareceu o Zezinho, como é conhecido esse mineiro oriundo do Vale do Jequitinhonha. Natural de Malacaxeta/MG, Zezinho veio para Descalvado há cerca de trinta anos para trabalhar na colheita da cana-de-açúcar. Nunca mais voltou a Minas Gerais, onde precisou comer até rato para sobreviver. Durante muitos anos, Zezinho obteve seu sustento do trabalho de jardinagem realizado em residências das classes sociais, mais abastadas da cidade. Com o dinheiro que acumulou, adquiriu um lote no Aurora, constituindo-se, portanto, num assentado irregular. Soma-se a isso outra irregularidade cometida por Zezinho: continuar morando na cidade, deixando a responsabilidade do lote para um conhecido seu, pago somente para ficar no lote recém-comprado. Mesmo morando e trabalhando na cidade, Zezinho já cercou e destocou toda a propriedade.

Na tarde do dia 06 de setembro, cheguei ao Aurora e fui em direção ao lote 1, onde uma tradicional família descaltadense, os Marini, encontra-se assentada. Porém, no caminho avistei sob o telhado de uma casa o senhor José, que havíamos entrevistado no dia 30 de abril. Parei o carro, o que fez o senhor José descer do telhado e vir em minha direção. Já me chamou pelo nome. Desse modo, sentindo-me acolhido, comecei a conversar descontraidamente com ele.

Encontrei o lote, ainda irregular, do senhor José bem diferente de quando o visitei em abril. Os pés de abacaxi cresceram e as mangueiras floresceram. Além dessas mudanças, há outra: o senhor José tem vendido bastante mandioca, produção que já se tornou um importante complemento à sua aposentadoria. Para ele e sua esposa, tais fontes de renda (aposentadoria e produção de mandioca) são suficientes.

Aproveitei essa oportunidade para fazer outras perguntas ao senhor José. Ele já havia me contado sua história de vida em nosso primeiro encontro. Mas, dessa vez, José se mostrou mais desprendido e seguro para contar detalhes de sua vida, fato que não ocorrera na primeira vez em que conversamos. Disse-me, por exemplo, que nasceu em Marilândia do Sul/PR, onde viu seu pai trabalhar na terra como arrendatário. Ainda criança, mudou-se com a família para Ivaiporã/PR, onde passou a plantar e colher mamona, milho, feijão, mandioca. Mas, com 21 anos de idade, viu-se obrigado a se mudar para Sumaré/SP, onde havia mais recursos para o tratamento da saúde de sua esposa. Depois de décadas trabalhando como pedreiro e, sobretudo, como operário em tecelagens em Nova Odessa/SP, aposentou-se e, logo depois, foi convidado para se mudar para Descalvado.

Enquanto aguarda, há anos, a regularização de seu lote, o senhor José expande, nas horas vagas, a construção de sua casa, uma exigência de sua esposa. Suas principais atividades continuam sendo o cultivo de mandiocas e os *bicos* que faz como pedreiro nas casas pertencentes aos lotes vizinhos.

Após quarenta minutos de conversa, decidi me despedir. Precisava visitar os Marini. Chegando no lote 1, não encontrei ninguém, mais uma vez. Por isso, contornei por uma estrada do próprio assentamento, quando me deparei com um lote repleto de carcaças de carros velhos. Depois de algum vacilo, tomei coragem e ingressei no lote. Logo, encontrei o dono da oficina, um jovem senhor, com cerca de quarenta anos que se apresentou como Tico.

Após me apresentar como pesquisador da USP, ele solicitou que eu me dirigisse para uma casinha simples, onde reside a *dona* do lote, sua cunhada, a Neuza. Ela estava sentada na porta de casa, em companhia de Benedita, sua mãe. De pouca fala, Neuza foi rapidamente cedendo sua fala à mãe, uma senhora muito magra, aparentando cerca de oitenta anos. Com muito orgulho estampado em seu semblante, Benedita fez questão de me mostrar suas galinhas, o paiol repleto de milho colhido no último verão, o pomar formado por inúmeras árvores frutíferas, o fogão à lenha, enfim. Ela vive nessa casa com o marido e uma filha solteira, a Neuza. No mesmo lote, todavia, ainda mora, noutra casa, uma outra filha, casada com o Tico, que tira seu sustento, vendendo peças usadas e carcaças de carros velhos e batidos.

Benedita possui outra filha, casada, que reside na cidade. Seus dois filhos homens já morreram, um ainda criança. O outro, já adulto, faleceu num acidente de caminhão. Tico estava nesse veículo no momento do acidente, trauma que o fez mudar de profissão. Hoje, Tico compra carros

velhos para desmanchá-los e vender suas peças. Seus principais clientes moram em Descalvado, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro.

Indagado sobre a legalidade dessa atividade dentro do lote, Tico disse que o INCRA foi avisado desse trabalho. Além disso, os demais assentados teriam feito um abaixo-assinado para permitir que Tico realizasse, como agregado, esse trabalho no interior do lote. Tendo participado dos acampamentos e invasões ao Aurora desde o início, Benedita tem saudade daquele tempo, em que cozinha num buraco cavado na terra e acordava no meio da noite com o barulho do vento e da chuva. Tanto sacrifício valeu a pena: hoje, o lote da família da senhora Benedita se encontra legalizado, onde o vermelho das flores dos pés de primavera impera na paisagem quente e seca do inverno descaltvadense. A senhora Benedita nasceu em Descalvado. Assim como seu marido, ela sempre trabalhou na roça como diarista, colhendo, por exemplo, algodão, laranja e cana-de-açúcar.

Na mesma rua na qual Benedita e seus familiares residem, encontra-se o lote 8. Irregular, está sob responsabilidade da senhora Ivani. Ultimamente, tem viajado com frequência a Araraquara, São Paulo e Brasília, em busca da regularização de seu lote. Nele, moram dois de seus filhos. Um deles trabalha numa empresa de ovos; o outro é chapa, isto é, *cata frango nas granjas* – atividade que consiste em carregar os caminhões com as aves que retiram das granjas para, em seguida, serem levadas aos frigoríficos para o abate. Ambos são casados e possuem filhos ainda pequenos. Enquanto a senhora Ivani passa o dia inteiro no lote, lidando com as onze cabeças de gado e o plantio, sobretudo de mandioca, seus filhos obtêm, por intermédio de seus trabalhos assalariados, o sustento da família e da própria mãe.

No dia 07 de setembro de 2017, retornei ao Aurora, dessa vez, pela estrada velha do Pântano. Passando diante de enormes e antigas fazendas, hoje quase totalmente tomadas por canaviais, cheguei ao lote 1, pertencente à família Marini. Havia algumas semanas tentava encontrar alguém nesse lote para conversar. Mas, novamente não encontramos ninguém. Inúmeras cabeças de gado de corte confinadas e uma enorme criação de galinhas. Decidi, então, seguir adiante.

Deparei-me com o lote 7, composto de uma casinha inacabada e muito precária e dois barracos de lona, *construções* essas que competiam com a rebrota do cerrado, que tentava se recompor em meio aos tocos restantes dos eucaliptos cultivados pela antiga Ripasa. Parei em frente à entrada do lote e logo avistei duas mulheres. A mais velha, Maria Pereira Tristão, com mais de oitenta anos de idade, tomou imediatamente a iniciativa da conversa. A outra, sua nora, apenas observava, mas vez ou outra, dava seu parecer. Pernambucana, Maria vive da sua aposentadoria. Mora com mais cinco pessoas no interior do lote 7: um filho e sua esposa (que moram num dos dois barracos de lona) e um agregado oriundo do Paraná (amigo que trabalha na fazenda Agrindus e mora noutro barraco de lona), além do filho caçula, solteiro, e de uma neta, cuja mãe (sua ex-nora) a abandonou.

Dona de uma sabedoria desconcertante, a senhora Maria demonstra, do alto de sua enorme simplicidade e humildade, muita resignação com a vida. Também demonstra enorme disposição para lidar o dia todo com suas galinhas e plantas. Evangélica não praticante, Maria não aparenta a idade que tem. Sem saber responder se seu lote se encontra regular (seu genro me informou dias depois que seu lote se encontra irregular), esbanja uma disposição inabalável que parece ser a grande referência de seus filhos e netos.

No lote 12, vizinho das terras da senhora Maria, vive uma de suas filhas, em companhia do marido (João, cujo apelido é Guarujá) e de duas netas solteiras (uma é doente mental). Nesse dia, um feriado nacional (sete de setembro), o lote estava vazio: toda a família havia viajado para o Guarujá, aproveitando a oportunidade para vender tapioca. No Guarujá, esse casal tem uma filha casada. Há alguns anos, João e sua esposa decidiram vir para Descalvado, depois de uma cena de violência extrema ter ocorrido na frente de sua casa – algo muito semelhante ao ocorrido com a Maria quando vivia em na Capela do Socorro, bairro do extremo sul paulistano.

Às 16 horas, retornei ao Aurora. Segui aleatoriamente pelo assentamento. Passei em frente ao bar da Lica Macarrão, perto de onde sua irmã, Renata, está construindo um salão ao fundo de um terreno gramado e murado. Quando cheguei na esquina onde esse bar está localizado, resolvi virar à direita. Andei uns cem metros, quando avistei um garoto com menos de dez anos. Perguntei onde morava e se seu pai estava em casa. Ele correu para o lote de onde havia saído para chamar seu pai. Nesse instante, passava a pé pela rua um senhor de chapéu. Após cumprimentá-lo, começou a conversar, apresentando-se de imediato. Ele se mostrava muitíssimo receptivo, quando o pai do garoto chegou. Na verdade, esse garoto e seu pai estavam visitando parentes que moravam no lote em frente onde havíamos parado. Por isso, dei preferência à conversa com aquele idoso de chapéu. Dizendo ao pai do menino que voltaria outra hora àquele lote, dirigi-me àquele idoso muito acolhedor chamado José, que rapidamente me levou até seu lote, situado a poucos metros dali.

Saraiva logo me convidou para entrar na sua casa, que ainda aguardava o reboco, dentre muitos outros detalhes de acabamento. Sentei à mesa; ele, num sofá bem velho situado à minha frente. O chão do interior da casa era de terra batida. Não havia portas, nem qualquer sinal de revestimento interno: os raios solares atravessavam as frestas da casa, trazendo alguma luz ao interior escuro e precariamente triste e assustador da casa.

Após me oferecer café, que se encontrava à mesa numa garrafa térmica cercada por diversos copos, o senhor José não parou mais de falar. Sem ter aceito o café, comecei a ouvi-lo atentamente. Apesar de regularizado, aguarda, há oito anos, o INCRA autorizar a entrega do material de construção que comprou na cidade de Descalvado. Por isso, sua casa ainda se encontra inacabada: não tem reboco, nem internamente; não possui azulejos, não possui forro ou laje; não possui piso. Uma precariedade capaz de chocar qualquer visitante que ingresse na casa.

Saraiva segue aguardando a liberação desse material de acabamento, mas não poupa críticas, nem à FERAESP, nem ao INCRA. Não entende a pouca atuação da FERAESP nos dias que correm. O líder Piauí, de vez em quando, aparece em sua casa, como sempre faz com todos os lotes, mas é *muito bonzinho* com os assentados, inclusive com os irregulares. No tocante a esse assunto, José se mostrou indignado com o fato de uma mesma família controlar mais de dois lotes. Ao seu ver, isso é ilegal. A lei permite apenas dois lotes por família, o que não é respeitado no Aurora: o pessoal de Sertãozinho/SP tem quatro lotes; os Macarrão se distribuem em uns dez lotes. Ao ressaltar tanta irregularidade, diz não temer represálias.

Quanto ao INCRA, Saraiva disse que, para que um assentado possa ser atendido de acordo com o programa de reforma agrária previsto em lei, precisa cooptar (expressão nossa) funcionários do referido órgão. Desse modo, um recém-assentado, mesmo que esteja irregular, mas que tenha boas relações com esses funcionários, pode ser beneficiado, em detrimento de assentados em situação regular, mas que não fazem parte desses acordos obscuros e, no mínimo, duvidosos.

Quando perguntei a ele se conseguia tirar seu sustento do trabalho no lote, foi taxativo: ninguém no Aurora, nenhuma família assentada, mesmo que esteja em situação regular perante o INCRA, sobrevive apenas da produção da terra. Quando disse que o Toninho possuía uma expressiva produção de mandioca, ele foi enfático novamente: ele depende da aposentadoria dos pais, que, de fato, vivem noutra casa no interior do lote. O depoimento do senhor José, de fato, condiz com o que vimos em abril. O lote do Toninho, vizinho ao paranaense José, que reencontrei dias atrás, foi um dos que visitei em 30 de abril. Naquela oportunidade, Toninho, quando me mostrava suas plantações de mandioca e manga, ao passar por uma outra casa construída no interior de seu lote, apresentou-me ao seu pai, que ali vive, ao lado da mãe – ambos aposentados.

Mesmo na adversidade representada pela falta de apoio do INCRA, Saraiva não desanima, jamais. Acabou de vender um lote de gado, em função da seca prolongada desse ano que acabou com sua pastagem. Mas já tem novos planos: já destocou a área do pasto, preparando-a para plantar milho, após as primeiras chuvas da primavera que se aproxima.

No entanto, as questões familiares parecem incomodá-lo mais do que as adversidades inúmeras do Aurora. Sua esposa, que ainda se recupera de um acidente, reside na cidade de São Carlos, onde mantém sua casa. Nela, também mora o filho caçula, de 44 anos de idade, divorciado, e seu neto. Esse filho se encontra, hoje, muito doente. Mas o senhor José diz que Deus fará um milagre em sua vida: irá curá-lo. Os outros dois filhos moram longe: o rapaz mora com sua família em Guarulhos/SP, onde trabalha na INFRAERO. Ganha um ótimo salário, portanto. Já sua única filha foi há muitos anos para o Japão, onde mora e leciona. Hoje, o senhor José não tem qualquer contato com a filha. Por isso, quando tocou nesse assunto, seu semblante expôs uma enorme preocupação que, até então, não havia demonstrado.

Porém, as questões familiares não esmorecem o senhor José. Do alto dos seus 86 anos de idade, mas aparentando no máximo setenta, ele me deu uma aula de sabedoria: “*não podemos deixar os nossos problemas atrapalhar nossa mente*”, disse. Nesse momento, já na porta do carro, quase me despedia dele, quando pediu para eu passar o número de meu telefone. Voltamos ao interior da casa, sentei novamente e tomei água sob a certeza que iria reencontrá-lo em breve: naquela tarde, havia conseguido muito além de uma simples entrevista para fins acadêmicos; acabara de ganhar um grande amigo, um senhor muito simpático de origem camponesa e natural do Rio de Janeiro.

Em 11 de setembro de 2017, às 17 horas, retornei ao Aurora. Fui em direção a um dos lotes onde estão as famílias de Sertãozinho. Segundo o senhor Saraiva, são quatro lotes pertencentes a esses membros familiares. Mas, antes de chegar a um desses lotes, localizado bem em frente ao lote do Saraiva, encontrei Antônio, um idoso que varria uma bem zelada igreja da Congregação Cristã do Brasil. Resolvi, então, parar o carro ali mesmo.

Após sua regularização no assentamento, Antônio autorizou, após o consentimento do INCRA, a construção de uma igreja evangélica em suas terras. Essa questão religiosa foi o motivo do encerramento do nosso papo. Enquanto conversávamos, sua esposa diversas vezes gritou, chamando da porta de sua casa o marido, solicitando que se apressasse, uma vez que, naquela noite, seria realizado um culto, com a presença de *irmãos* visitantes, isto é, membros da referida religião que viriam de Santa Rita do Passa Quatro/SP, município distante cerca de 40 km dali.

Encerrei, então, a conversa, prometendo ao senhor Antônio que voltaria outro dia mais cedo para percorrer suas terras, ocupadas por cafezais, uma quadra de cana-de-açúcar e algumas cabeças de gado bovino. Sobre essa questão da produção, quando indagado se conseguia retirar seu sustento apenas do trabalho na terra, Antônio foi taxativo. Afirmou que somente os aposentados podem se dar ao luxo de viver, isto é, morar e trabalhar no Aurora. Os demais precisam tirar seu sustento do trabalho assalariado, geralmente encontrado na sede urbana do município.

Na tarde do dia 12 de setembro, retornei ao Aurora. Fui direto para o lote de uma casa de uma família de Sertãozinho/SP, localizado à frente do lote do senhor José. Ali, encontrei a titular, a Cleonice, que trabalha em seu lote, em companhia de uma neta. Costumam ter criação de porcos, bovinos e galinhas. Mas, com a seca prolongada desse ano, foi obrigada a vender quase todos os animais. Agora, aguarda as primeiras águas de setembro para plantar milho e, depois, feijão. Hoje, quatro lotes pertencem a famílias procedentes de Sertãozinho: além do 59, onde Cleonice reside, há mais três, ocupados, respectivamente por duas filhas e uma sobrinha, todas casadas.

Quando já me preparava para me despedir de Cleonice e de seus familiares, Saraiva se aproximou. Ele havia me ligado dias atrás para me chamar para uma outra conversa. Prometi que, em quinze minutos, estaria em seu lote novamente. Cumpri à risca minha promessa. Lá estava eu, novamente, sentado junto à mesa cozinha. Saraiva se mostrou bem mais à vontade para dizer aspectos

obscuros da história do assentamento. De fato, essa conversa com Saraiva foi reveladora. Notadamente, porque foram desnudados meandros que, por si só, explicam algumas distorções, em verdade, irregularidades que foram – e ainda são – recorrentes no assentamento.

Saraiva ressaltou a falta de solidariedade dentro do assentamento. Realmente, salta aos olhos a inexistência de uma orquestração entre os assentados para a resolução dos inúmeros problemas que ainda persistem ali. Em uma das conversas que tive com Piauí, o mesmo já havia feito menção a essa falta de solidariedade, dizendo que apenas com a dor as pessoas se mobilizam para, enfim, resolver seus problemas, sejam eles quais forem num assentamento como o Aurora. Além disso, o próprio INCRA comunicou ao Piauí que só voltaria a subsidiar o Aurora mediante a constituição, ali, de uma associação de moradores. Lembro-me que esse assunto veio à tona na conversa de julho com Piauí, quando questionava a visível carência de plantios e de benfeitorias no interior dos lotes do Assentamento Aurora, evidências explícitas de que, ali, o campesinato ainda se encontra num estágio embrionário.

Tal constatação é agravada por outros fatores como, por exemplo, a carência de recursos, o que será resolvido, segundo Piauí com a chegada de aportes financeiros que serão fornecidos pelo INCRA. Porém, ressaltamos a condição imposta pelo referido órgão federal: a constituição de uma associação de moradores. Pelo que vi hoje, essa associação ainda se apresenta como uma miragem no Aurora, não apenas pelo desinteresse coletivo, mas também por um tórrido e seco mês de setembro – hoje a temperatura em Descalvado chegou a 35 graus; e o calor deve aumentar nos próximos dias, já que não há previsão de chuvas à vista.

No dia seguinte (13 de setembro), retornei ao Aurora. Foram quatro horas e meia de entrevistas. Nessa oportunidade, conheci a senhora Marcolina, uma idosa assentada regularmente que vive no lote em companhia de uma filha, do genro e de dois netos. Nesse lote, há um bar, onde ficamos conversando durante mais de quatro horas. Outros sete filhos também se encontram assentados no Aurora, dois deles no mesmo lote. Ou seja, a família Macarrão ocupa sete lotes. Porém, outros lotes também foram adquiridos por membros dessa família. Apesar de estarem ocupados por outras pessoas, também se encontram sob responsabilidade de membros da referida família.

Mas, em nenhum lote há produção suficiente para o sustento familiar. Além do bar onde conversei com dona Lina, uma borracharia (de Laurovaldo, seu filho, com quem conversei alguns dias antes dessa entrevista), desmanches de carros velhos e uma chácara que será em breve alugada para festas são algumas das fontes de renda da família. Quase todos os homens (filhos e netos de Dona Lina) são pedreiros. Chegam a ganhar quase 200 reais por dia de trabalho. Porém, segundo seu genro, que, juntamente com a filha de Dona Lina, trabalha no bar, o valor da diária do pedreiro tem caído nos últimos meses em função da grave crise que assola o país.

Depois de mais de três horas de conversa com Dona Lina, chegou o Reginaldo. Natural de Igarapu/PE, ele vive num lote regularmente, em companhia apenas de sua esposa. Reginaldo possui 48 anos de idade. Chegou, em 1995, na cidade de São Paulo, onde trabalhou por mais de um ano como pedreiro e jardineiro. Oito meses depois, trouxe sua família (esposa e um casal de filhos pequenos). Nessa época, morava na Água Rasa, bairro da zona leste paulistana. No ano seguinte, seu patrão, um advogado muito rico, convidou-o para cuidar de um sítio em Descalvado/SP. Depois de um tempo, resolveu comprar um barraco numa favela na cidade vizinha (Porto Ferreira/SP). Passou a viver então do trabalho volante, notadamente nas colheitas da cana e da laranja.

Hoje, porém, Reginaldo depende, para viver, da ajuda financeira da filha, que trabalha num supermercado de Porto Ferreira. Esse problema é agravado pela doença da esposa, que sofre de asma.

No dia 19 de setembro, retornei ao Aurora. Eram 17:30h quando cheguei ao lote número 01, de Roberto Marini. Mais uma vez, não o encontrei. Decidi, então, procurar outro assentando. Ao passar com o carro defronte ao lote do Guarujá, genro da senhora Maria Tristão, vi um homem na garagem. Resolvi, então, parar. Quando me viu, veio em minha direção, isto é, para a porteira do lote, que se encontrava fechada. Era realmente o Guarujá. Seu verdadeiro nome: João Martins, de 59 anos, natural de Peruíbe/SP. Mas, ao contrário de Maria, que trocou um lote no Assentamento 21 de Dezembro pelo Aurora, à revelia do INCRA (encontrando-se, por isso, irregular), João e sua esposa estão regularmente assentados.

Apesar de ter obtido diversos créditos do INCRA, João se queixa de muitas carências no assentamento, tais como a falta de apoio técnico e de água suficiente para os cultivos – a água que abastece o Aurora vem de três poços construídos pelo INCRA para atender aos 83 lotes, o que evidentemente não é suficiente para atender as necessidades de todos os assentados. Em 19 de setembro de 2017, João possuía apenas alguns pés de mandioca plantados. Reclamando do solo arenoso e do clima (inverno seco), disse que sua prioridade agora é construir outro poço. No primeiro, um poço caipira, gastou 5 mil reais. Em vão: não obteve água suficiente para *tocar o lote*.

Outra queixa de João: a falta de unidade dos assentados. Apesar da existência de uma associação, cujo tesoureiro é o senhor Ivanildo, com quem conversei em abril, falta união no Aurora. Tal aspecto, segundo João, explica também por que a cidade de Descalvado não se desenvolve: povo desconfiado, desunido, fechado, orgulhoso, individualista – ao contrário do Guarujá e até de São Paulo, onde também viveu e trabalhou como pedreiro. Comparando Descalvado com a capital paulista, João foi taxativo: “apesar de as pessoas não se conhecerem tanto como aqui, existe mais solidariedade lá”.

Com relação aos descaldenses, João disse do preconceito que os mesmos têm em relação ao Assentamento Aurora: “esquecem-se que os assentados injetaram na cidade mais de 2 milhões de reais”. De fato, só com a compra de material para a construção da casa, cada família regularmente

assentada do Aurora teria gasto 15 mil reais: “esse valor, multiplicado por 83 lotes, totalizaria mais de 1,2 milhão de reais, que teriam sido gastos somente nas lojas de material de construção instaladas na cidade de Descalvado!”, afirmou.

Apesar de todo esse volume de recursos financeiros fornecido pelo INCRA ao assentamento Aurora, João, assim como os demais assentados do Aurora com quem conversei, não consegue viver apenas do trabalho da terra. Por isso, viaja com frequência para o Guarujá, sobretudo nos feriados e na temporada, para vender tapioca na praia. Essa é sua fonte de renda: produção e venda de tapioca no litoral paulista.

Apesar de todas as dificuldades, tais como falta de recursos financeiros e técnicos, água escassa, solo arenoso, inverno seco, predomínio de altas temperaturas, animais perigosos (escorpião e cascavéis aparecem sempre), João, que é evangélico, não cogita abandonar o lote: *“a qualidade de vida em Descalvado, apesar da falta de solidariedade generalizada, ainda é melhor do que no Guarujá”*, relatou o entrevistado.

No meio da manhã do dia seguinte, 20 de setembro de 2017, retornei ao Aurora. Fui direto para o lote 33, ao encontro do senhor Ivanildo. Parei defronte à porteira, de onde o avistei. Estava na porta da cozinha, quando veio ao meu encontro. Logo me reconheceu e começamos a conversar ali mesmo, sob um sol forte que ressaltava a seca prolongada desse ano. Decidi reencontrar o senhor Ivanildo para obter informações sobre a Associação dos Moradores do Aurora.

Ele me disse que, em janeiro, foi *refundada* essa associação. Porém, apenas dez assentados regulares têm contribuído mensalmente com a quantia de 10 reais por lote. Ou seja, a associação, reaberta em janeiro, arrecada 100 reais por mês, a mesma quantia que gasta para pagar os honorários do contador, não consegue, portanto, poupar. Segundo Ivanildo, essa realidade desnuda a falta de solidariedade dos assentados. Não há um projeto qualquer em andamento, apesar do SEBRAE ter dado um curso na segunda-feira sobre a importância do fortalecimento da associação, condição *sine qua non* para a implantação de qualquer projeto de desenvolvimento socioeconômico do assentamento.

A desunião e o desinteresse dos assentados em participar de qualquer iniciativa voltada a uma proposta desse tipo ficaram escancarados nessa conversa breve que tive com Ivanildo. Nem naquelas pessoas que são frequentadoras assíduas das igrejas evangélicas instaladas no interior do assentamento foi possível notar qualquer movimentação ou articulação políticas voltadas à superação dos inúmeros problemas do Aurora que poderiam resultar, enfim, num maior desenvolvimento humano para toda a comunidade local. Consciente desse problema estrutural do Aurora, resolvi me despedir do senhor Ivanildo, que possui três filhos casados que moram e trabalham na cidade de Descalvado.

Segui em direção às áreas mais interiores do assentamento, quando avistei, sob o sol escaldante, duas assentadas trabalhando com a enxada: Maria e Natalina. Estavam descobrindo o cano

de borracha que leva água extraída dos reservatórios situados ao lado dos poços aos lotes. Assim, buscavam encontrar um vazamento. Rapidamente, Natalina começou a conversar comigo. Ela se encontra em situação irregular no lote em que mora e trabalha o tempo todo. Mas nele vivem seus agregados: os pais, que moram com ela na casa principal; e dois irmãos casados, cada qual com sua esposa e sua casa.

Natalina está há 1 ano e cinco meses vivendo no lote irregularmente. Mas seu passado, vivido no campo, já deixou muitas marcas nessas terras. Plantou milho, inúmeras variedades de feijão, mandioca, hortaliças, legumes etc. Possui, ainda, muitas galinhas e um tanque, onde cria diversos peixes. Os porcos foram vendidos, pois “*comem muito*”, segundo ela.

Se ainda não comercializa a produção, Natalina consegue produzir quase todos os alimentos consumidos em sua casa, onde vive com seus pais, que são bem idosos e aposentados. Certamente, dentre todos os lotes que visitei, esse é o que mais se aproxima, literalmente, de uma propriedade camponesa: a família se alimenta, quase que exclusivamente, daquilo que é produzido nessas terras. Tal fato, que pude constatar e fotografar, derruba a tese de outros assentados, segundo os quais o solo arenoso é inviável para produzir, problema que se soma à ausência praticamente total de amparo técnico e financeiro do INCRA. Ressaltamos que Natalina é uma assentada irregular. Isto significa dizer que, sem apoio financeiro e técnico do INCRA, está se aproximando do autossustento, o que mostra que, no Aurora, a realização do campesinato é realmente possível.

Apesar do visível êxito do trabalho solitário de Natalina (seu marido e seus irmãos trabalham durante a semana na cidade como pedreiros), o INCRA ameaça tirá-la do assentamento. Segundo Natalina, o critério usado pelo referido órgão governamental para removê-la do assentamento é o tempo em que a família se encontra vivendo no lote: no mínimo há dois anos. Natalina questionou tal critério, argumentando um fato verdadeiro: ela fez o lote se tornar efetivamente produtivo, ao contrário do que ocorre na quase totalidade do assentamento.

Como já dissemos, tocos de eucalipto predominam no Aurora, misturando-se às pastagens de braquiária ressequida e ao cerrado regenerado em grande parte dos seus 83 lotes.

De todo modo, não são apenas a falta de recursos, o descaso do INCRA, a escassez de água, o desconhecimento técnico que emperram o Aurora. Segundo Natalina, a *falta de vontade* é o fator preponderante da baixíssima e quase inexistente produção agropecuária do Aurora.

Nesse mesmo dia (20 de setembro de 2017), por volta das 17:30, retornei ao Aurora. Fui ao encontro de Cristina, anfitriã da maioria das reuniões realizadas no assentamento. Coincidentemente, naquele momento, estava ocorrendo, na varanda de sua casa, uma dessas reuniões. Dentre as pautas, a consolidação da *nova* associação e a questão da água, ainda muito escassa no Aurora. De imediato, Toninho veio ao meu encontro, sempre muito simpático. Sua esposa, ao contrário, me ignorou. O

mesmo *tratamento* recebi de Cleonice, esposa do senhor Ivanildo, com quem havia estado no período da manhã: ela sequer me cumprimentou. Esperei a reunião, da qual participavam menos de dez pessoas, acabar. Então, troquei algumas palavras com Toninho, que logo depois se despediu.

Finalmente, pude conversar com Cristina. Ao se referir à *nova* associação, sua fala veio ao encontro do que Ivanildo havia exposto pela manhã. São pouquíssimos aqueles que contribuem financeiramente: menos de dez assentados, entre regulares e irregulares. Segundo Cristina, essa falta de solidariedade não é uma exclusividade do Aurora: em São Carlos, deparou-se com o mesmo problema. Porém, acredita na mobilização das pessoas: “somente pela mobilização, os frutos poderão ser colhidos”, ela disse. Para defender essa tese, usou como referência os ricos, notadamente os empresários, que estariam sempre unidos para defender seus interesses.

Mesmo não tendo sido criada no campo, Cristina traz consigo, desde sempre, a paixão pela terra e pela vida na roça. Possui galinhas, porcos e alguns bovinos, bem como inúmeras árvores frutíferas e plantações de mandioca por praticamente todo o lote. Muito obesa, conta com a ajuda do seu primo, que, divorciado, resolveu abandonar o emprego em São Carlos, onde morava, para viver do trabalho no referido lote. Católica, mas não praticante, não entende a hegemonia das chamadas religiões evangélicas no Aurora. Também não sabe explicar a completa ausência da Igreja Católica nesse assentamento.

De todo modo, é necessário reiterar que, como Ivanildo já havia me dito pela manhã, as igrejas evangélicas tampouco se preocupam em promover debates, encontros ou reuniões que poderiam contribuir para a solução dos inúmeros problemas que assolam o Aurora. Os pastores que realizam os cultos vêm invariavelmente de outras cidades, não apresentando, portanto, qualquer intimidade com tais problemas e dificuldades, assim como, sendo provenientes, quase sempre, das periferias das grandes cidades, praticamente desconhecem a cultura camponesa em sua essência.

Mesmo diante de tamanha desunião e desarticulação política, Cristina é otimista: entende que suas reuniões darão fruto, uma vez que irão atrair cada vez mais interessados em participar da Associação do Aurora. Como argumento para defender tal ideia, lembra que os órgãos do governo, tais como o SEBRAE e o Banco do Brasil não financiam qualquer projeto agropecuário em assentamentos de reforma agrária que não seja por intermédio de associações que reúnam as famílias que pleiteiam benefícios os mais variados, como apoio técnico e a aquisição de insumos agrícolas.

De fato, há muitas pendências para serem resolvidas no Aurora. A questão da água é uma delas. Um dos quatro poços construídos pelo INCRA no assentamento jamais funcionou. Os recursos são poucos e a grande maioria dos assentados regularmente estão acomodados, isto é, não participam das reuniões. Tal apatia certamente se constitui em fator determinante para a inexistência de qualquer projeto de produção agrária atualmente nesse assentamento. Depois de mais de uma hora de conversa, estacionou no lote de Cristina um carro. Logo apareceu Izael, um jovem de trinta anos.

Izael mostrou-se muito desembaraçado, aparentando um vasto conhecimento do campo, mora e trabalha na fazenda Copacabana, que possuía cerca de 1200 alqueires. Mas, recentemente, seus proprietários venderam 300 alqueires, inclusive a sede e uma das colônias para um grande empresário de Ibaté/SP. Esse novo proprietário ordenou a derrubada da colônia, o que, segundo Izael, resultou numa pesadíssima multa. Izael disse que derrubar antigas construções rurais como uma colônia inteira agora não é mais permitido, motivo pelo qual foi atribuída a referida multa ao novo proprietário.

Hoje, a fazenda Copacabana ainda é grande para os padrões paulistas. Possui cerca de 900 alqueires, estendendo-se por cerca de 15 km ao longo da SP-215, rodovia estadual que interliga os municípios de Descalvado e São Carlos. Até recentemente, a Copacabana tinha mais de 180 mil pés de laranja, que se encontravam sob responsabilidade de Izael. Porém, devido à chegada do *Greening* (doença bacteriana que ataca os laranjais da região), restaram apenas 30 mil pés de *laranja de mesa*. Em seu lugar, surgiram extensos canaviais e pastagens, que alimentam um enorme rebanho de bovinos da raça nelore. Outras mudanças foram implementadas na fazenda Copacabana: o salário de Izael foi reduzido e dezenas de outros funcionários foram demitidos, inclusive sua esposa e sua irmã. Essa, além de cuidar da filha, também é responsável pela mãe, que é idosa e cardíaca.

Essas demissões trouxeram grande preocupação para Izael que, por isso, resolveu *adquirir*, isto é, comprar (algo proibido, mas recorrente por ali) um lote no Aurora, localizado nas proximidades das terras de Cristina. Hoje, nesse lote, também vive, além de sua irmã, da sobrinha e da mãe (que possui marcapasso), um irmão. Sua mãe, natural de Capelinha/MG, agora está mais feliz. Afinal, vive ao lado de dois filhos e uma neta. Com exceção da adolescente, que ainda estuda, todos, inclusive a mãe de Izael, moram e trabalham na terra. Plantam cebola, mandioca, feijão, milho, mandioca, hortaliças, frutas e criam galinhas, porcos e algumas cabeças de bovinos.

Mesmo assim, necessitam de recursos para viver, o que ocorre graças à pequena aposentadoria de sua mãe e à ajuda permanente de Izael. Ou seja, Izael não se limitou a comprar o lote, uma vez que contribui mensalmente com parte de seu salário no suprimento de seus familiares que vivem no Aurora. Além disso, gastou muito dinheiro na reforma e ampliação da casa, do chiqueiro, da cerca, dentre outras benfeitorias. Izael se casou com uma moça de Pirassununga, que já tinha um filho de dez meses. Hoje, possui dois filhos, além desse adotivo, que hoje está com dez anos de idade. Apesar de jovem, já planeja assumir o lote quando sair da fazenda Copacabana: não se vê, de modo algum, morando e trabalhando na cidade.

Na manhã do 23 de setembro de 2017, um sábado, retornei ao Aurora. Dessa vez, já tinha em mente conversar com Irene, uma senhora muito simpática que conheci na casa da Cristina, na quarta-feira anterior. Parei no bar da Lica, que então me indicou a localização exata do lote da Irene. Ao chegar lá, fui recebido muito bem por ela, que logo me reconheceu. Convidando-me para entrar, apresentou seu marido. Sentamos na varanda de uma casa avarandada, muito aconchegante e bem

cuidada, apesar de se encontrar ainda inacabada. Seu marido, João, de 72 anos, é conhecido como Esquerdinha. Natural de Descalvado, assim como sua esposa, que possui 67 anos e com quem está casado há 51 anos, Esquerdinha passou a contar sua vida, falando sem cessar. Irene, então, resolveu ir à cozinha preparar um suco.

Esquerdinha conhece desde menino as terras do Aurora. Lembra-se bem do trenzinho da Aurora, que interligava a antiga estação ferroviária de Descalvado a essas terras. Nessa época, o cerrado ainda recobria grande parte dessas terras. Por isso, frequentemente, embrenhava-se nessa vegetação, juntamente com outros meninos, em busca de frutas nativas, como a gabioba, o marolo, a pindaíva e o marmelo. Recorria ao vento para saber, por meio do cheiro que exalava da fruta madura, a direção que deveria seguir dentro do cerrado para encontrar o marolo. Quando sentiam o aroma da referida fruta, Esquerdinha e sua turma formavam um verdadeiro arrastão de meninos, cada qual ocupando uma determinada faixa de terras, de modo que, a cada passo que davam, iam fechando o cerco ao arbusto carregado de frutos maduros, até encontrá-lo. Esquerdinha lembrou, melancólico, que, naquele tempo, o cerrado típico apresentava clarões, onde algumas gramíneas nativas apareciam aqui e ali. Não havia, por exemplo, braquiária, hoje uma espécie invasora do cerrado, trazida da África por fazendeiros e usada como planta forrageira para pastagens voltadas à pecuária.

Concluí que Esquerdinha era mestre de obras de *mão cheia*, não apenas pela conversa que tivemos, mas sobretudo pelo capricho com que assentou os blocos de sua casa. Ademais, construiu a cisterna, fez a cerquinha que contorna toda a varanda, assentou os mourões, esticou os fios que cercam o lote, levantou a porteira etc. Em todos esses casos, o zelo, o cuidado e o capricho saltam aos olhos do mais distraído transeunte na estrada.

Apesar de ter começado a trabalhar com treze anos como motorista de caminhão, que levava a turma para os canaviais da antiga Usina Vassununga, hoje Santa Rita, Esquerdinha ainda não conseguiu sua aposentadoria, pois nunca se preocupou com registro trabalhista. Agora, vivendo no lote, depende totalmente da aposentadoria de Irene, que trabalhou em apenas dois lugares. No primeiro, uma casa de família, atuou como doméstica durante 21 anos; depois, trabalhou no setor de merenda da prefeitura de Descalvado durante mais 20 anos. O casal Irene e Esquerdinha foi o único que conheceu alguns dos meus parentes (meus avós maternos nasceram em Descalvado), um interessante indicativo de que, pela primeira vez, estava me deparando com uma família originária, de fato, de Descalvado.

Praticamente todos os outros descalvadenses com os quais me deparei no Aurora não têm (ou não tinham) pais nascidos no município, razão pela qual demonstraram enorme desconhecimento, não apenas de membros das famílias das quais me originei, mas também em relação à história e à cultura de Descalvado. Dessa vez, reitero, estava diante de uma família bem antiga de Descalvado, que me recebeu muitíssimo bem, razões pelas quais a conversa fluiu por mais de duas horas. E só não foi

ainda mais longa, pois Irene estava aflita para almoçar e, em seguida, tomar o ônibus rumo a São Paulo, onde iria visitar um de seus três filhos, que está com um nenê recém-nascido em casa.

Um fato me chamou atenção nessa visita: a lúcida consciência de Irene em relação ao lote e ao assentamento. Apesar de regular, Irene tem plena noção da falta de consistência jurídica do assentamento, fato que, aliás, Piauí havia ressaltado em nosso último encontro, na quinta-feira. De fato, uma decisão governamental qualquer, que seja contrária à reforma agrária, poderia culminar com a reversão de muitas conquistas já verificadas no Aurora, o que poderia, inclusive, contestar sua legalidade jurídica.

Outro problema que aflige Irene é a questão da água. Numa reunião ocorrida no dia anterior (uma sexta-feira) para discutir esse assunto, uma assentada ameaçou cortar a mangueira de água que atravessa seu lote, em retaliação ao descomprometimento da maioria dos moradores com o pagamento da conta de eletricidade relativa à bomba que abastece uma das quatro caixas d'água do Aurora. Segundo Irene, tal episódio ilustra bem a falta de solidariedade e coletivismo, aspecto que, para ela, não é uma particularidade do assentamento.

De todo modo, trata-se de um problema preocupante que tem afetado a saúde mental e física do casal, dado o desgaste emocional por ele gerado. Sua superação, lembra Irene, é uma pré-condição para que os assentados possam receber auxílio técnico e financeiro de órgãos do governo como o próprio INCRA e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entidade privada que promoveu um curso de capacitação no dia 18 de setembro de 2017 com o intuito de conscientizar os assentados da importância de fortalecer a sua associação, uma pré-condição para o empreendedorismo se tornar uma realidade do Aurora.

No tocante a tal regularização, Irene tem consciência da situação de vulnerabilidade em que se encontram os assentados: quando o governo quiser, seja por qual motivo, poderá desapropriá-los. Tal constatação vem ao encontro com uma observação importante feita por Piauí, quando de nossa última conversa (realizada no dia 21 de setembro). Nessa ocasião, o líder da FERAESP lembrou da inexistência de averbação, o que, de fato, torna todos os assentamentos vulneráveis aos mandos e desmandos dos órgãos públicos em geral.

Em 24 de setembro de 2017, mais uma vez retornei ao Aurora, dirigindo-me, especificamente, ao lote 1, da família Marini. Mais uma tentativa vã: não havia ninguém para me atender. Fui mais uma vez diretamente no lote 01, pertencente à família Marini: em vão. Sei, por meio das entrevistas que realizei com muitos outros assentados, que se trata de uma família tradicional da cidade e que o responsável pelo lote, provavelmente o mais abastado do assentamento, organiza rodeios Brasil afora. Aliás, as inúmeras tentativas frustradas de visitar o referido lote em função da recorrente ausência de pessoas em seu interior é, sem dúvidas, uma comprovação empírica de que, ali, o campesinato jamais existiu.

As fontes de renda da família certamente não são retiradas de seu trabalho diuturno realizado (ou melhor, não realizado) no lote. Pelo contrário, apenas um enorme rebanho bovino se avista no interior do lote, em companhia com maquinários pesados que não dizem respeito a nada que se assemelha ao trabalho familiar camponês observado dentro do país, na ótica de Martins (1981) e de Oliveira (1999).

Segui, então, para o outro lado do assentamento. Mais precisamente em direção ao lote do João Pinheiro, nome bem conhecido na cidade. Ele também não estava. Segui adiante até encontrar algum lote, aonde poderia avistar movimento intenso de pessoas. Mais uma vez, capim, brotos de eucalipto e um cerrado em rápida regeneração chamaram minha atenção. De fato, diversos lotes não possuem qualquer benfeitoria, sequer um barraco de lona.

Deparei-me, enfim, com um lote repleto de adultos e crianças que, juntas, varriam um grande terreiro que separava duas casas inacabadas. Parei e rapidamente fui recebido, de forma muito cordial e solícita, pelo Evandro, responsável pelo lote. A família de Evandro é católica e, uma vez ao ano, faz excursão a Aparecida/SP. Todos os seus membros dependem do trabalho de Evandro, que é pedreiro. O filho, Everton, o acompanha nas empreitadas que consegue, seja em Descalvado, seja em Porto Ferreira. Para arrumar tais empreitadas, recorre à Internet e cobra 25 reais/m²; também costuma trabalhar como diarista. Nesse caso, cobra 100 reais pelo dia trabalhado – teve que baixar o preço da diária em função do agravamento da crise econômica que assola o país.

Assim como grande parte dos assentados, Evandro convive com grande escassez de água. No momento em que conversávamos, por exemplo, por volta de 11 horas de uma manhã de domingo, não havia água, uma vez que a demanda no assentamento nesse horário costuma ser muito grande. Evandro planta feijão andu, mandioca, milho etc. Também produz muitas galinhas, que são vendidas, dependendo do tamanho, por valores que variam de 15 a 35 reais por unidade. E, como muitos no assentamento, aguarda a chegada da chuva para iniciar o plantio.

Apesar de ser pedreiro, Evandro, assim como a esposa, nasceram na roça. Seus pais eram arrendatários; seus sogros, fazendeiros, em Itaipé/MG, mas perderam as terras em função das chamadas *questões* – litígios, muitas vezes, entre membros de uma mesma família, gerados por disputas de terras, que, não raramente, acabam em assassinatos, bem como noutras várias formas de violência extrema.

Ademais, Evandro e a esposa têm grande experiência no campo, uma vez que trabalhavam na colheita, no plantio e no trato dos mais variados cultivos, notadamente de café, laranja, cana-de-açúcar e milho. Nos laranjais, por exemplo, fazia coroa e carpia na entressafra. Seu relato comprova que, até recentemente, havia grande oferta de trabalho no campo ao longo do ano, inclusive durante a *paradinha da cana*.

No entanto, a realidade atual é bem diferente, dado o avanço da monocultura da cana, atrelada à sua quase total mecanização. Com relação a essa questão, Evandro lamenta o desemprego gerado no campo. Por outro lado, comemora o fracasso da mecanização da colheita da laranja, dizendo: “até o momento não inventaram uma máquina de colher laranja eficaz. As que existem abalam a estrutura dos pés, levando as laranjeiras à morte”. Mas lembra, com preocupação de outro problema da laranja: o *greening*, praga que praticamente extinguiu os laranjais da região de Descalvado.

Ainda sobre a questão da mecanização, ele destacou a especificidade da colheita do café. Segundo Evandro, a mecanização dessa colheita de fato ocorre, mas não gerou desemprego em massa. Pelo contrário, a máquina usada nessa atividade é individual, isto é, requer praticamente a mesma quantidade de trabalhadores usados na colheita manual tradicional.

Quando indagado sobre sua participação na incipiente associação do Aurora, que atualmente conta com nada mais do que nove contribuintes que pagam assiduamente 10 reais/mês, Evandro, que é amigo e cunhado de Natalina (que ocupa o lote da frente) mostrou certo desconhecimento, mas disse que ainda naquele domingo, pela tarde, iria até a casa de Cristina discutir algumas questões, tais como o conserto da bomba d'água do quarto poço. Sobre esse assunto, disse que esse poço jamais funcionou, pois, a bomba ali instalada apresenta defeito desde a sua *inauguração*. Assim como Natalina, Evandro também está em situação irregular perante o INCRA.

Em 08 de novembro de 2017, por volta do meio dia, retornei ao Aurora. Decidi ir diretamente ao encontro de Saulo. Parei o carro defronte à porteira de seu lote e, assim, que gritei seu nome, ele apareceu. Havia acabado de almoçar. Logo, convidou-me para entrar. O sol forte e à pino nos empurrou para o interior da casa. Saulo, então, aproveitou para mostrar as benfeitorias que, naquele dia, estava fazendo: uma parede para separar seu quarto dos demais cômodos da casa.

Saulo, nascido em Bilac/SP, possui quatro filhos. O rapaz é solteiro; as três moças, casadas. Uma delas mora com a mãe (sua ex-mulher), assim como o filho, que possui 27 anos de idade, na antiga sede da fazenda Aurora. Em função de sua separação conjugal, Saulo acabou ocupando o lote 79, que é vizinho ao de sua ex-mulher. Porém, sua situação perante o INCRA é irregular. Mas acredita que sua situação é temporária e que “jamais sairá de lá”.

Saulo não esperou a regularização do INCRA para realizar benfeitorias. Além da casa, bem ampla, apesar de inacabada, construiu também o poço e instalou o lavador de caçamba de caminhão, uma de suas mais importantes fontes de renda. Também ganha algum dinheiro, trabalhando esporadicamente como pedreiro e cerqueiro. Nas suas terras, que somam uma área de 2,5 alqueires, mantém algumas cabeças de gado bovino de corte.

Quando perguntei se não tinha vontade de voltar para Getulina ou Bilac, cidades onde passou grande parte de sua vida infanto-juvenil, foi enfático: “não, porque em Descalvado, corre muito mais

dinheiro”. Mesmo assim, viaja com frequência para Getulina, onde possui muitos parentes, bem como algumas terras que herdou de seu pai. Sobre essa herança, Saulo sabe o que vai fazer: lotear esse sítio para *fazer dinheiro*. Em meio a tantas demandas, Saulo mantém uma desconcertante serenidade campesina (seus pais eram sitiantes). E, nas horas vagas, continua caçando javalis, em Descalvado e em Getulina.

No dia 07 de julho de 2018, passados oito meses da minha última visita ao Aurora, retomei as pesquisas de campo, disposto a colher, agora, depoimentos literais dos assentados. Era uma tarde típica: ensolarada e quente. Os termômetros chegavam aos trinta graus em pleno inverno, quando me dirigi ao assentamento. Nesse trabalho de campo, reencontrei três assentados. O primeiro deles, o senhor Antônio, que reside num lote regularmente, em companhia de Leonilde, sua esposa, cortava capim napier para o trato de seu gado. Assim que parei o carro, começamos a conversar. Logo indaguei sobre a situação geral do Aurora. Fazendo menção a uma passagem bíblica, ele disse:

O assentamento está na mesma situação. Não tem união entre os assentados e o governo não faz nada por nós. A única novidade é a instalação de um novo poço, trazido pelo Paulinho da Força. Mas ainda não está funcionando. Não tem encanamento. Então nós aqui estamos desse jeito: vivendo da migalha que cai da mesa do rico. Vou te contar uma passagem da bíblia (16 de São Lucas): naquele tempo, havia um homem rico, que vivia com seus amigos, comendo e bebendo do bom e do melhor. E havia o Lázaro, mendigo, doente, que comia a migalha que caía da mesa do rico. Um dia, os dois morreram: o rico foi atormentado; o Lázaro foi levado ao céu pelo seio de Abraão, aos braços de Deus. O rico, no meio da chama, pediu para Deus refrescá-lo. Mas como ele desprezou Lázaro, vai ficar no meio da chama por toda a vida. Então, se você fizer o bem pra uma pessoa aqui, não desprezar, será um bem-aventurado. Mas se você desprezar o mais humildzinho, é a mesma coisa que desprezar, ponhar o dedo na menina do filho de Deus. E hoje o país está desse jeito: quem tem misericórdia hoje mais ou menos? São os pobres com os pobres. É alegrar com quem te alegra e chorar com os que choram. E assim por diante. Nós não podemos acrescentar nada. Nós não podemos falar nada. Nós não podemos fazer nada. Está na bíblia. Se o governo quiser tirar essas terras de nós, ele tira e acabou. O que é a nossa vida” (ANTÔNIO, assentado no Aurora, 2018).

Resignado diante do que considera uma apatia, um desinteresse enorme dos assentados, Antônio encerrou a conversa, convidando-me para visitar sua igreja para ouvir as palavras de Deus. Despedindo-me dele, segui pela mesma estrada, já resolvido a reencontrar o senhor Saraiva. Assim que ingressei, com o carro, em seu lote, buzinei e, rapidamente, Saraiva apareceu, saindo de sua casa, que ainda aguarda o acabamento: vidros, reboco etc. Apesar de manter o semblante cerrado, esboçou uma visível satisfação ao me avistar. De imediato, começamos a conversar como se fôssemos velhos amigos. Indagado sobre o processo de implantação do assentamento Aurora, Saraiva respondeu, ressaltando a falta de vontade política do governo para levar adiante a reforma agrária, que, em sua visão, é sempre protelada:

Aqui não tem ação nenhuma; só palavra. Se tem três itens para fazer, o governo faz um e deixa dois para trás. Eles querem que sempre fique faltando alguma coisa. Não

querem completar. A lógica é não completar porque, se concluir, aparece mais trabalho para eles amanhã. É a mesma coisa se o senhor tem uma sombra e todo dia usa ela, mas não bota uma gota d'água na raiz da árvore, entendeu? Quando a árvore começa a secar, o senhor começa a ficar com medo... Ela vai esturricar e vai ficar só a sombra dos troncos. Então vai um, vem outro... Sempre falando... E não resolvem nada. Para colocar o troço em ação, tem que avaliar quem é quem, a opinião de cada um, o ideal de cada um, a finalidade de cada um... Porque eu, por exemplo, vim para cá com um propósito. Não vim à toa. O senhor acha que eu ficaria esses anos todos à toa, sem querer nada? Se tem alguém que não quer nada, eu desconheço e não me interessa. Mas eu quero. Porque o problema de um é de um, não é de todos. Cada pessoa é uma pessoa e cada caso é um caso. Não é fazer aquela marola danada, aquele emaranhado e jogar de qualquer jeito. Não é assim. Separa as coisas. Separa, pelo amor de Deus: quem é quem. O que quer fazer, por onde vai fazer, o que está precisando. Pode dar opinião. Quer dizer: sugerir alguma coisa. Aprendizagem das coisas porque tem muita gente que só vive por causa do vento soprar; não tem noção de nada; não é que eu seja convencido. Não entende de nada e quer tudo. E para esses eles fazem tudo. Tem que avaliar a pessoa. A peça... O senhor tem uma peça, não é? O senhor tem que ver a capacidade da peça. É isso que eu entendo. É a mesma coisa que acontece com uma família gigantesca com vinte filhos. Um pai e uma mãe não podem comparar um por todos, nem todos por um. Eles têm que ter conhecimento de todos, cada qual no seu eixo. Aquele que tiver meio desequilibrado... Por que você está assim? Não é isso?" (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Em certo momento de sua fala, ele destacou o caráter neoliberal – sem usar esse termo – do governo, que sempre atende aos interesses do capital, em detrimento das necessidades básicas da população:

E o que tem dominado aqui é discriminação. A pessoa é velha, não sabe o que fala. A pessoa é pobre, não merece nada. Afinal de contas, só tem uma coisa que foi planejada na década de 1950 ou de 1960, se não me engano: é beneficiar os pobres. Hoje é diferente. Se aparecer aqui um Silvio Santos ou um Ermírio de Moraes, o governo é capaz de mandar nós tudo embora e dar tudo para eles. É assim que funciona. Para os ricos, tudo; para os pobres, nada. Isso é demagogia. Está gravando aí? É isso que eu vejo. É isso que é. Respeito, eles desconhecem, não faz sentido. Ser educado, para eles, é a mesma coisa que um cachorro latindo... Uma hora tem que ser bruto, senão eles montam em cima da gente e sem limite de peso. Além de montar, bota uma bagagem lá para você não aguentar nem chegar perto... O Temer é aquele água morna: fala que vai, mas não vai; vem, mas não vem; sai, mas não sai; ele prende e solta. Não faz nada... Ele tem rabo preso. Tem mais ou menos uns 50 anos que eu não vejo nada se cumprir. Nada. A gente vive pelas graças de Deus... A verdade é uma coisa só. Ela é santificada. A mentira é amaldiçoada. Então quero abraçar a verdade. Mas nós vivemos a maldição. Ninguém acredita em nada, ninguém confia em ninguém, ninguém valoriza ninguém... Quando uma pessoa tem finalidade, eu abraço ela... Eu quero saber o que ela pretende... Até onde vai isso, eu não sei. Isso é maldição. A lei terrena, dos homens, está toda fajuta, fracassada e bloqueada, em todos os sentidos. É isso o que eu venho sentindo. O senhor vai num lugar, é mal-atendido... Aquele pessoa que poderia atender o senhor com dois minutos está há dez minutos conversando conversa fiada para lá... Ninguém se compromete com ninguém. Se uma palavra resolve o problema, essa pessoa nega... É isso! Estamos a mercê do destino. Sei lá... É isso o que eu vivo aqui! (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Então, Saraiva voltou a analisar as condições gerais do assentamento, questionando, mais uma vez, os mandos e desmandos do INCRA:

Esse novo poço surgiu para mostrar que estão fazendo as coisas. Não adianta o poço sem a rede de distribuição, adianta? Só para dizer que fez o poço? A rede não existe. O poço é só fachada. Não entendi nada. Quem fez? Não sei? Ali tem um parado há anos e anos... Fazer outro para quê? Agora tem dois parados. Dá para entender? Por que não colocou aquele em funcionamento? Era mais fácil, não era? Aqui eu estou cansado de ver a carroça andando na frente do cavalo. É assim que eu vejo aqui: tudo ao contrário. A associação de moradores também não funciona... Se o senhor produz um negócio qualquer aqui, vem um bando aí incentivando uma produção qualquer... Se o senhor for na deles, vai produzir e não vai receber. Se receber... Se o preço de mercado custa cinco reais, eles querem te pagar um. Eles que eu digo podem ser os assentados ou a própria prefeitura... Tudo farinha do mesmo saco. Querem ganhar em cima de todo jeito. Desculpe, mas meu espírito é militar. Estudei na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Lá, escapei do analfabetismo. Aqui eu converso com eles gozando da cara deles. Doze anos a mesma história... Desde 13 de janeiro de 2007. No INCRA, tem documentos falsos assinados sobre o Aurora. Por que alguém não vai atrás disso? O Aurora aparece no INCRA como se fosse destocado... Isso tudo aqui... Com dinheiro em caixa dos recursos naturais, isto é, com a extração e a venda da lenha. Eu não vi. Mas pelo que entendo, eles arrumaram um documento falso e mandaram para Dilma. Ela assinou o registro, que aparece como se o Aurora estivesse destocado. Tem que cassar esses caras! Cadê o dinheiro supostamente investido na rede de distribuição da água? Cadê o dinheiro da lenha que foi extraída daqui? Não se viu. E ficam essas mesmas pessoas dando continuidade a essas conversas com o INCRA... Isso tudo é corrupção! Eles pensam que vou ficar quieto. Não vou ficar quieto, não. Posso morrer estraçalhado. Foi assim que aconteceu: assim como estou dizendo... Lá em Brasília, eles são inocentes porque não fiscalizaram nada. Pegaram o papel e aprovaram o assentamento, como se a gente estivesse numa boa aqui. Se chega essa água aqui é porque eu comprei a mangueira para ligar de lá até aqui. É gambiarra. Será que não dá para entender? Cadê o dinheiro da lenha e de outros recursos mais que vieram de lá. Onde está? Comigo não está. Nas minhas mãos não chegou. Minha casa tem essa aparência precária. Está todo mundo vendo. É porque a parte do dinheiro que chegou nas minhas mãos eu empreguei aqui. O resto do dinheiro não chegou. O INCRA pagou, mas não veio nas minhas mãos. Eu não sei quem é o culpado disso. O que veio nas minhas mãos está aqui. Assinei a chegada de material através de notas fiscais. Está aqui. Tudo. Não me pesa a consciência de mostrar para o mundo inteiro... Se continuar assim, daqui a 200 anos o país estará do mesmo jeito... O povo também tem culpa nisso, mas também não tem opção de voto. À USP, dou um recadinho. Primeiramente, o meu agradecimento. E se quiser vir estudar, vai achar coisa errada. No Brasil, é assim. Aqui, também é assim. Aqui, é o foco de coisa errada. O fato é que nada mudou aqui desde sua última visita. O INCRA e a FERAESP disputam poder aqui. E nada funciona. É como alguém passar a dar aulas na USP sem ter o título de professor. Além disso, aqui não tem correio, não tem telefone... A coleta de lixo é precária. Quem deve para Deus vai pagar para o diabo. Espero ter ajudado. Obrigado, professor! (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Resolvi abreviar minha visita ao senhor Saraiva em função da chegada de seu filho adotivo, que reside em São Carlos. Despedi-me rapidamente, prometendo retornar em breve, depois que ele me disse: *“nós precisamos nos conhecer melhor, dar continuidade à nossa aliança”*. Como sempre, saí

do lote do Saraiva sensibilizado, verdadeiramente tocado por tamanha sabedoria, esbanjada do alto de seus 87 anos de vida...

Segui adiante, pela mesma estrada de terra batida, até me deparar com o lote do Evandro. Logo o avistei, portando uma roçadeira costal. Então, decidi parar para registrar mais um depoimento desse jovem avô de quarenta anos. Assim que me viu, dirigiu-se à porteira, onde começamos a conversar. Disse que precisava gravar seu depoimento acerca da realidade do Aurora, observada por ele ao longo dos últimos dois anos, período em que, na condição de assentado irregular, passou a viver ali:

O Aurora é o que eu esperava. É um assentamento gostoso de morar. O maior problema aqui é a falta d'água. Outro poço foi feito, mas ainda não está ativado, não é? O poço está prontinho. Ainda não achou um que vá figurar no papel da força. Só falta alguém para ligar o nome, para poder ligar a força no nome para poder a água chegar aqui. No momento, ainda não achou alguém para dar o nome para registrar na companhia de força. A associação... Não sei como está. Mas a gente que ainda não está regularizado... Acho que não pode nem entrar nisso. Não sei como que é o sistema. Mas, do contrário, está bom. O único problema é a falta d'água. Assim que ligar aquele poço lá, já fica melhor para gente. Fica bem melhor. Aí começa a vir mais água para cá porque vai distribuir mais água para o povo lá embaixo. Quem sabe melhora tudo... (EVANDRO, assentado no Aurora, 2018).

Questionado sobre a possibilidade de viver apenas do trabalho familiar, no interior do próprio lote, Evandro foi taxativo:

Não dá para viver da terra. Eu sou pedreiro, mas hoje eu estou na roça. Porque eu não tenho serviço para mim. De obra... Não tem... Está bem parado o serviço de obra. Então eu estou na roça. E, no final de semana, trabalho aqui em casa. Eu trabalho na (fazenda) Agrindus, colhendo laranja. A mulher fica em casa para tomar conta do lote. Ficam aqui minha esposa e minha nora. Meu filho é açougueiro. Ele trabalha no Supermercado Dia. O genro também mora aqui. Ele é mecânico. Trabalha em Descalvado. Eu trabalho registrado e recebo por mês um salário mínimo. Mas tem que trabalhar muito. Senão você não ganha. Meu filho e meu genro também ganham essa renda básica. Aqui no lote tem três rendas básicas, mas cada um para sua casa. Mas para manter o lote mesmo, cada um dá um pouquinho e nós vamos comprando uma ração, uma semente... Comprando isso, comprando aquilo... Nós vamos se enrolando, entendeu? Nós estamos preparando a terra para as águas, em setembro. Para o milho, feijão, a mandioca. Nós já temos ali as manivas para poder plantar também. E abóbora, amendoim que nós sempre plantamos todo ano, desde quando eu cheguei aqui... Já tem a horta aqui embaixo. Já tem a outra horta lá em cima. Meu filho toma conta daquela. Nós tomamos conta dessa. É para dividir o trabalho. Mas é tudo comunitário aqui dentro. Então, o que tem lá tem aqui e a gente vai só... É porque é os pontos melhores da terra, mais forte, que nós experimentamos, onde deu certo. A terra é fraca. Mas o que você planta nasce. Não pode reclamar, não. A água chega pouca, mas chega. Nós pagamos mensal. Divide em trinta e dois lotes, trinta lotes, não sei... (EVANDRO, assentado no Aurora, 2018).

Nesse momento da conversa, Ivete interveio na fala do marido:

Chega pouca porque a moça lá em cima tem registro. Aí ela fecha... Quando ela não está usando, ela abre cá para baixo. Agora, quando ela vai mexer com as coisas dela, ela tranca a água e só usa da casa dela para cima. Agora, da casa dela para baixo... A moça aqui do lado tem quatro crianças pequenas. Ela chegou a ficar quatro dias sem água. A mulher lá em cima diz que pode fechar a água porque a mangueira é dela. Aí nós dependemos do latão e das caixas d'água (IVETE, assentada no Aurora, 2018).

Evandro voltou a dizer, enfatizando a falta de união entre os assentados:

Agora vai nascer nosso neto. E vai ser problema. Ela mandou a gente comprar mangueira para ter água também. São quatrocentos metros. Nós não temos dinheiro. Isso vai dar quase quinhentos contos. Então nós já compramos 100 metros. Aquela moça que tem as crianças também já comprou mais 100 metros. O rapaz aqui falta comprar os dele. E a mulher ali embaixo vai comprar a dela. Ela comprando, nós já vamos colocar. Para não dar briga. Senão, fica brigando no assentamento. Não pode uma coisa dessa. Você tem que ter união num lugar desse. A união aqui é para poucos, que consideram você como ser humano. Agora, o resto não... A minoria é unida. Cada um com suas pernas. Então, quer dizer... Eu mesmo só conto com as pessoas que me ajudam... Tem a Cristina, que é uma ótima pessoa; o João Pinheiro, que acabou de descer (aqui na estrada) é uma ótima pessoa. O Cawboy aqui – eu não me lembro o nome dele – é uma ótima pessoa. Então, quer dizer, é com esse grupinho de pessoas que nós estamos juntos. A Cristina.. Pensa numa mulher muito gente boa, mesmo... Precisou dela, ela ajuda. Ali é para toda hora. Qualquer coisa que ela precisar, nós estamos juntos. Ela é uma pessoa que, eu sei, vai correr pelo certo (EVANDRO, assentado no Aurora, 2018).

Interrompida por uma algazarra de papagaios, que sobrevoavam o lote naquele finalzinho de tarde, nossa conversa mudou de assunto. Sobre o INCRA, Evandro disse: “O INCRA fala que está para sair, sim (a regularização)... O papel nós entregou, sim”... Ivete interveio nesse instante, afirmando: “O papel nós entregamos faz uns quatro mês. Agora tá para entregar mais o resto do documento. Só que é para entregar direto na mão deles” (EVANDRO e IVETE, assentados no Aurora, 2018).

Indagado sobre a participação do Piauí nessa relação com o INCRA, Evandro elogiou o trabalho do líder, afirmando sua luta em prol do Aurora, e Ivete asseverou sua admiração pelo Piauí, pois ele, em suas palavras, “luta pelas pessoas”. Evandro completou: “Isso! Mesmo sem ter dinheiro, ele está viajando, está correndo com as pessoas aqui. Pelo menos, para nós, não tem o que falar mal dele de nada. Pensa num homem gente boa no mundo. Se a gente tiver alguma dúvida, ele explica para gente. É uma ótima pessoa”. (EVANDRO, assentado no Aurora, 2018).

Sobre as perspectivas futuras relacionadas à produção do lote, Evandro disse:

O meu cunhado tem uma feira em Porto Ferreira. Nós estamos ampliando a horta para isso: para passar para ele, para vender para ele, para ele revender na feira. A ideia é essa. Inclusive hoje ele estava aqui conosco ainda, conversando com a gente. É para gente ampliar a horta porque ele quer mais verdura ainda. Nos finais de

semana, estamos todos aqui. O meu filho entra às 11 e sai às 8 da noite. Mas, antes dele ir para o serviço, ele está mexendo por aí. Eles (o filho e o genro) têm as profissões deles, mas não só exercem a profissão para fora, não. Estão sempre pegando aqui no lote e estamos juntos (EVANDRO, assentado no Aurora, 2018).

Evandro completou, lembrando das galinhas que já venderam:

Temos também galinha, mas tem pouco porque nós andamos vendendo, aqui mesmo no lote. Agora nós estamos com as minissaias, galinhas bem pequeninas... Porque nós vendemos todas as grande. A minissaia custa uma média de uns 15, 18 reais. Ninguém quer esses garnizézinhos, mas nós deixamos soltos por causa de escorpião, aranha, essas coisas. Então elas limpam o quintal para gente. Às vezes, aparece esses bichos. Não tem jeito. Cobra... Aqui no meu lote achei três (EVANDRO, assentado no Aurora, 2018).

Indagado sobre seu trabalho na colheita de laranja na fazenda Agrindus, Evandro relatou, demonstrando enorme deslumbre, as condições de trabalho e de produção da empresa onde trabalha, uma das maiores produtoras de leite e laranja do país:

Eu vou até março do ano que vem. Direto. É muita laranja. Nós estamos colhendo a Amelinha ainda. É muita laranja. A Amelinha é a primeira a colher. Nós falamos Amelinha, mas é a hamlin, não é? Depois, vem a Pêra. Depois, a Valência. E depois tem um pouquinho de Pêra Natal. Bem pouca. A laranja vai para a firma para moer. Fazer suco. E aí eles também têm o leite, lá. É muita vaca de leite ali. (Mas quando acaba a safra), você para o serviço. Acabou a safra, você para, tem o tempo de descanso, você vai receber seus direitos, tudo certinho, que eles pagam direitinho também. Aí, depois, você volta de novo. A hora que começa a safra, você volta de novo. A safra começou dia 11 de junho, agora. Tem muita laranja. E é cinco turmas colhendo. Cinco turmas de 45 pessoas, 50 pessoas, de ônibus. Todo dia. Tem duas turmas de Descalvado, uma de São Carlos, vem uma do Porto e uma do Leme. Geralmente as turmas são classificadas para poder trabalhar. Tem que ser bom. É uma fazenda séria ali. E também os direitos que eles pagam para gente é tudo bom, não é? Não tem erro com eles. É tudo certinho. A coisa ali é bonita de ver. Tem até escovão para as vacas. As vacas mesmo se escovam, sozinhas. Eu vendo aquilo ali... Falei: não pode... Elas fazem fila para entrar ali no escovão... Tipo aquelas escovas para lavar carro... Elas vão entrando e o escovão escova elas todinha. Elas vão fazendo fila. Uma vez de cada uma. E vai indo. Elas vão só... É muito bonito de ver o negócio ali. Bem organizado mesmo (EVANDRO, assentado no Aurora, 2018).

Voltando ao assunto da regularização, Evandro e sua esposa relataram a ocorrência de reuniões e viagens, idas e vindas intermináveis na luta pela (re)territorialização daquela família que sonha em ter um pedaço de terra para viver: “A regularização... Disse que está vindo para cá, já. Teve uma reunião não sei naonde aí, como chama lá? A esposa, responsável pelo lote, foi”. E Ivete, atalhando a fala do marido: “Iaras. Cinco horas e meia de ônibus. O Piauí e a Cristina vão junto, os dois juntos (estão coordenando). Ele vai e volta junto. Vixe. É uma viajinha boa até, gostosa” (EVANDRO e IVETE, assentados no Aurora, 2018).

Sobre outros assuntos, o casal ressaltou que já foi para Aparecida (SP) esse ano e irão novamente em dezembro, como sempre, em romaria que sai de Porto Ferreira, sua cidade natal. Indagado sobre se teria interesse de voltar para lá, o casal respondeu taxativamente: não! Tiveram vida difícil lá: só na favela, moraram 12 anos! Chegaram a ter casa própria naquela cidade. Porém, hoje não tem mais os recursos gerados pela venda desse imóvel. Investiram todo o dinheiro no lote, mais principalmente na ampliação da casa que já existia e na construção da casa do filho do casal. O casal, que só quer voltar pra Porto Ferreira pra visitar a mãe de Evandro, sonha também em construir uma capela dentro do lote. Mas seu sonho mais urgente é a chegada das águas, prevista para setembro.

No final de tarde de 10 de julho de 2018, retornamos ao Aurora. Um final de tarde iluminado pelo sol, que resolveu aparecer entre nuvens, após um dia atípico em Descalvado: nublado e relativamente frio para os padrões locais: a temperatura máxima não passou de 20 graus. Fomos direto para o lote de João Pinheiro, esperançosos de, dessa vez, encontrá-lo. Entrei em seu lote, buzei duas vezes, quando, em meio ao latido de dez cães, ouvi uma resposta longe: era ele, do alto de seus dois metros de altura, aproximadamente. De repente, estávamos diante de um homem desconcertantemente solícito que, permitindo que gravássemos a conversa, já foi nos convidando para conhecer seu sítio.

João Pinheiro, de 46 anos, é natural de Descalvado. Filho de camponeses rendeiros, sempre trabalhou na terra. Dentre suas especialidades, a lida do gado bovino e equino, na condição de campeiro (ou peão, que passa pelas fazendas, castrando e mochando), mas também de cerqueiro e até pedreiro (constrói mangueiro). Possui três filhos (duas moças e um rapaz), todos casados. Uma das filhas reside noutra casa no interior do lote e seu marido trabalha como mecânico na cidade. O rapaz é mecânico e a outra moça é funcionária da Fazenda Agrindus, onde trabalha em atividades de escritório.

Ao ingressar no lote, a relativa desorganização observada nas proximidades da porteira deu lugar a uma sucessão de cultivos: plantios de mandioca, acerola e abacaxi se intercalam em grande parte das terras, que ainda são ocupadas por uma quadra de cana e alguns piquetes, onde João Pinheiro mantém alguns bois e cavalos. Sobre suas perspectivas no Aurora, João Pinheiro disse que está lutando para, o quanto antes, viver apenas do trabalho exercido dentro de suas terras. Ou seja, seu objetivo é tornar-se, enfim, camponês. Para isso acontecer, Pinheiro expôs algumas de suas estratégias:

Eu sempre trabalhei em fazenda... Aí surgiu essa oportunidade. Então, peguei o lote e estamos tentando fazer o certo, mas está difícil... Eu só queria ganhar para comer no meu lote. Não precisar sair cedo, que nem eu saio, para trabalhar. Como eu sempre fiz. Eu só queria isso. Porque... Veja bem: eu não sou ganancioso. Eu já tive chance boa e não soube aproveitar. Então, eu estou aqui. Eu ganhando para comer... Já criei meus filhos. Então, quer dizer, eu estou no lucro, então. Quero viver bem, tranquilo, ter um cavalo para andar, que eu sempre gostei, entendeu? Ter um animal... Você chega de tarde. Você fica sossegado. Você faz seu serviço. Você entendeu? Sem sair para trabalhar para os outros... Minha implicação é eu sobreviver

daqui... Eu queria sobreviver no que é meu. Então agora eu conheci um senhor japonês. Eu estava fazendo um mangueiro em São Carlos e ele falou: João, eu gosto de plantação. Eu falei: se o senhor quiser plantar, nós vamos lá e o senhor planta. E nós estamos plantando (JOÃO PINHEIRO, assentado no Aurora, 2018).

João Pinheiro plantou acerola, maracujá e abacaxi (liso e com espinho) para abastecer uma fábrica de suco, mais precisamente de polpa de fruta, recentemente instalada no município e pertencente a um senhor de São Paulo, chamado Moisés. Tal iniciativa, ressaltamos, não foi precedida por qualquer contrato de fornecimento; e, sim, na *coragem*, palavra usada pelo referido assentado. Soma-se ao plantio dessas frutas, o de mandioca, cuja produção deverá subir para cinquenta mil pés, graças às *ramas* (mudas que já existem), obtidas a partir das primeiras dessas plantas cultivadas no lote. Também está nos planos de João Pinheiro o plantio de limão, cuja produção também deverá ser destinada à referida fábrica.

Uma das dificuldades de João Pinheiro é o manejo, dado que o lote já possui água própria obtida de seu poço particular. Dar conta de tanto plantio, trabalhando fora durante a semana é um grande desafio, apesar do auxílio despendido por seu sócio, Miguel, o *japonês*:

Quando eu estou trabalhando (fora), ele se vira. Nos finais de semana, eu dou uma mão para ele... Agora estou fazendo um confinamento de grande porte para o senhor Helio Serra... A verdade é uma só: eu peguei um pedreiro daqui que estava parado, o seu Zé, e nós estamos tocando pra ele... Instalamos os cochos, a parte de madeira, de cimento... Nós estamos fazendo tudo. E agora vou fazer o mangueiro pra ele também... Ele tem uma fábrica de remédio (veterinário) aqui em Descalvado... Ele comprou 13 alqueires aqui... Ela vai dar (para o gado) quelato. Eu não sei o que é isso. Vai tratar com quelato (JOÃO PINHEIRO, assentado no Aurora, 2018).

João Pinheiro também fez questão de dizer como e por que seu sócio resolveu sair da fazenda, onde trabalhou durante décadas para vir para o Aurora. Em seguida, destacou a sinergia que parece existir entre os dois no tocante ao manejo do lote e que visa realmente a busca da produção camponesa:

O seu Miguel me ajuda. Foi uma luz que apareceu na minha vida. É um senhor que morou numa fazenda, em São Carlos, durante 35 anos. Eu estava fazendo um mangueiro lá... E você sabe por que ele saiu da fazenda? Ele criou os muleques da patroa lá... E virou homem... Se formou... Um virou advogado, um virou médico... Eles passavam por ele e não cumprimentavam... Então ele achou que foi ignorado depois de velho. Então ele quis sair. Aí eu disse: vamos para lá. Vamos para Descalvado. Ele falou: vou lá. Aí ele veio. Fiz uma casinha para ele. E tal... Ele morava numa oca, sozinho, num morro, você entendeu? Então ele queimou o pé... Ele é sistemático, sabe? Então eu ajeitei ele. Ele veio, não quer nenhum favor... Ele não gosta de nada de graça, você entendeu? Pensa num homem severo... Sistemático. Eu vou buscar gás para ele. Ele me dá 100 contos para comprar gás. O gás custa 65. Quero devolver o troco... Ele não quer o troco. Não pega. E outra: se peitar ele, ele fica bravo. Então é melhor acatar e ficar quieto, baixar a cabeça... Fazer o que? Cada um tem um sistema. É o sistema dele. Ele não gosta de dever favor para ninguém... Ele é aposentado... Ele é meu sócio. Tudo o que produzir, é

meu e dele. Ele guardou uma vida inteira... Ele tem dinheiro... Agora a família dele é nós, né? Ele tem dinheiro, tem tudo, tem a aposentadoria dele... Só guardou a vida inteira. Ele nunca teve uma televisão. Agora que ele aprendeu a assistir televisão. E ficou meio assustado porque só tem roubo, ele fala... Tem muito roubo, ele falou... Ele é uma benção na minha vida. Eu tenho ele como um pai, que eu respeito ele muito. Então nós se entrosou, você entendeu? Tudo do jeito que ele quer. Eu falo: seu Miguel... Pergunto para ele tudo. Você está entendendo? Então estamos aí, estamos mexendo, estamos lutando, não é? Devagar, nós conseguiremos formar, não é? Eu acho que vai formar. Dessa vez... Então quando tiver produzindo 1 mil pés de acerola... Diz que dá 100 kg no ano um pé de acerola. Ele produz 3 vezes por ano... Três safras! Se eu vir que... Se compensar molhar, nós vamos molhar, entendeu? É que tudo vai o dinheiro na frente... O problema é que o encanamento.... Você tem que fazer. Arrumar caixa (d'água) boa... É muita coisa para você fazê... É complicado... Fazer com dinheiro é mole... Que nem... Eu estou trabalhando pro Serra lá... Ele manda lá... Cada quadro de cimento vai 110 sacos. Então nós gasta 110 sacos de cimento por semana. Então, para quem tem é fácil, né? Precisa comprar isso... Vamos lá: manda vir um caminhão de madeira... Tudo é fácil, não é? Agora, nós não temos essas condições... O que está acontecendo comigo é que eu saio para trabalhar para ganhar o pão... Se eu tivesse vivendo daqui, estava morrendo de fome porque não tem como viver. Como é que sobrevive? Ninguém sobrevive. Sobrevive do que? Você não tem onde você pegar. Como é que vai sobreviver? Agora, depois que você pedalou, você vai embora... Vende uma mandioca, um gadinho, vai girando... Quando vim para cá, fiz um espelho. Asfaltei até a estradinha aqui... Deixei arrumado. Só que depois... Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei... E só me quebrando... Foi aonde que eu dei uma desanimada. Não tem jeito: se eu não sair para ganhar o pão... Tentei! Você entendeu? Morri de trabalhar e não consegui. Agora que eu estou cheio de esperança de sobreviver... Essa é a realidade do que está acontecendo. Tem um senhor que está me ajudando muito. Ele cuida. Eu ajudo ele. Então nós pegamos... Duas vezes por semana... Tem um senhorzinho... Ele vem ajudar. Quero pagar todo dia, mas ele (Miguel) não quer: não João, não precisa. Porque se eu ficar, não tem jeito. Não entra dinheiro. Vou ser sincero para você: não consigo tratar nem dos cachorros se eu ficar aqui. Fica caro: essa semana comprei 500 reais de ração (JOÃO PINHEIRO, assentado no Aurora, 2018).

João Pinheiro ganha 180 reais por dia e comanda quatro pessoas nessa grande obra de implantação de uma estrutura de confinamento. Mesmo ganhando relativamente bem, ele reitera seu maior desejo – tornar-se camponês:

Na minha cabeça, eu queria ter uma velhice tranquila aqui. Sobreviver daqui. Consegui me manter em cima disso aqui. Acho que agora eu vou conseguir. Eu tirei leite. Tirei leite para danar. Eu sabia com carro velho daqui e ia lá do outro lado, levar para o Beto, no Butiá. Cheguei a tirar 150 litros de leite por dia. Por fim, eu me arrebentei de trabalhar e não virou nada. Muito melhor eu trabalhar, ganhar o pão para eu trazer aqui. Só que eu estou ganhando e investindo aqui, tentando ajeitar para eu poder... Você entendeu? Só de muda... Nós gastamos... Só de muda... Eu paguei 7,50 cada muda. Você entendeu? Comprei 1 mil pés de acerola. Então, quer dizer: tudo é gasto. Nós estamos tentando investir, tentando ajeitar. Estou tentando sobreviver daqui. O dia em que eu sobreviver, ganhar um salário... Não quero muito, não: comer e não dever nada para ninguém... Eu estou rico, como fala o outro (JOÃO PINHEIRO, assentado no Aurora, 2018).

O fato é que, dentre os mais de trinta assentados com os quais obtivemos contato durante nossas inúmeras andanças pelo Aurora, João Pinheiro é o retrato do camponês que volta à terra:

Eu quero plantar 50 mil pés de mandioca. Hoje tenho 10 mil pés... Nós já temos rama para isso. Eu já tenho para vender, mas não deu tempo.... Ainda não tive tempo para procurar comprador para essa mandioca... Ela é nova. Está dando uns 7, 8 quilos por pé... Está cozinhando bem... Você entendeu? Então, quer dizer... Eu, vendendo essa que está aí... Quero ter dois animaizinhos (cavalos) para andar e os bezerrinhos para engordar... Nós temos 1,5 mil pés de maracujá plantados... Eu quero plantar limão... Eu quero sobreviver da terra aqui! Sem trabalhar “para os outros. Vou trabalhar para mim aqui (JOÃO PINHEIRO, assentado no Aurora, 2018).

Mesmo tendo acessado todas as linhas de crédito fornecidas pelo INCRA aos assentados regularmente no Aurora, ele reconhece que tais recursos não foram suficientes para investir em tudo o que hoje possui: casas, poço, postes de energia elétrica, fiação, cerca, maquinários e implementos agrícolas etc. Por isso, precisou vender uma casa na cidade para investir no lote. Por fim, Pinheiro fez um apanhado geral, destacando temas variados como as condições oferecidas (ou não) pelo INCRA, da importância do governo Lula para sua vida, do trabalho dentro e fora do lote etc.:

Nós estamos tentando acertar. Se você precisar de nós, nós estamos aqui. Eu tenho muito documento do INCRA. Nós achamos a pasta. Está tudo guardado. Tudo marcado. As coisas... Se você precisar de alguma coisa, é só falar. A gente olha lá. O INCRA tinha sumido. Mas agora o Vanderceu, que é técnico, reapareceu. Tá marcando algumas reuniões, mas não consegui ir. Estou trabalhando meio direto lá... Apareceu, deu a cara agora, sabe? Mas... Vou falar para você. Tem um povo que sofre aqui, viu? Vou falar para você a verdade. Nego fala: fulano num faz... É fácil criticar os outros, né? Fulano é vagabundo! Mas não é... Não tem condições. Você se arrebenta de trabalhar e não dá conta. Você vai ficar mudando mato de lugar... Tem uma senhorinha aqui na frente, a dona Lurdes... Eu morro de dó dela. Tem que carpir para lá, carpir para cá... Não dá conta. Fazer o que? Eu gastei 3,5 mil reais para puxar a força trifásica. Aquele negócio: “luz para todos”. O Lula que fez. Cada um tem um jeito de pensar. Nego fala do Lula. Só que é o seguinte... Para mim, o melhor presidente foi o Lula... Para nós, ele foi bom! Se nós temos luz, foi porque ele pôs. Ele deixou bifásico, mas fez alguma coisa... Esse Temer não fez nada... E se nós não trabalharmos... Eu tenho uma vantagem. Serviço para mim não falta. Eu tenho conhecimento. Nego fica brigando. Ficam ligando: o João, preciso montar uma granja. Vem fazer. Que jeito que eu vou fazer se eu estou trabalhando? Não tem como... Ontem, encontrei o Serginho: você não vai fazer minha cerca, lá... Mas não dá tempo, você entendeu? Diz que aqui no INCRA, nós somos segurados especiais. Segundo o Piauí, esses anos aqui no assentamento contam como tempo para aposentadoria. Já quebrei a cara de monte. Estou tentando... Veja bem... Vou falar para você... A gente fala... Só quem está no meio para saber... Eu sou um privilegiado por Deus. Posso falar para você. Eu... Graças a Deus... Se eu quiser trabalhar, tem duzentos... Onde eu vou, eu me coloco. Vou lá no Marcelo... - Oh, Marcelo, me arruma um serviço? Estou contratado. Na hora. Se eu vou noutro lugar, estou contratado. Então, tem serviço. Eu não gosto de trabalhar para os outros. Se eu quisesse ter patrão... Você está me entendendo? Eu não quero patrão. Eu quero sobreviver daqui. E vou sobreviver. Não sei como... Tudo que você pensar, eu sei fazer. Só que é o seguinte: eu estou querendo fazer. Não queria ganhar muito. Eu queria ganhar meus 50 reais por dia aqui. Sem trabalhar para ninguém. Meu sonho é

viver daqui. Eu não sou ganancioso, não! Se eu fosse ganancioso, eu teria outra vida. Sou acomodado: gosto de bicho, entendeu? Não faço parte da associação porque não deu certo. Você vai pagar uma associação furada... Eu fazia parte da associação. Só que teve um tempo em que eu andei meio revoltado. Eu fiquei desanimado. Você vai pagar uma coisa que não está virando nada. Você já não está ganhando nada... Você vai pagar? Essa associação é morta, na minha cabeça. Se o INCRA emprestar, emprestou... Eu quero sobreviver! Eu acho que a proeza é o seguinte: é esquecer o INCRA. Eu quero ter minhas pernas para andar. Se eu quisesse ser empregado, tomar conta de uma fazenda, eu estava empregado. Eu não quero. Eu quero ganhar meu pão. Não preciso do INCRA, não preciso de nada.

Se você quiser, eu separo os documentos. O que você precisa. Alguma coisa para seu trabalho... O que você precisar da gente, nós estamos aí. Vem aí. Nós temos os papéis. Tudo. Quem sabe tem alguma coisa que serve procê... Falei a verdade, não é? O que eu penso, o que eu acho... Obrigado. Tchau (JOÃO PINHEIRO, assentado no Aurora, 2018).

No final da tarde do dia 12 de julho de 2018, resolvi retornar ao Aurora. Eram 16:45h quando avistei uma jovem de vinte e poucos anos saindo de casa do Ney. Fui ao seu encontro: tratava-se da sua nora, Daiane. Ela e Felipe (marido e filho do Ney) residem ali. Só Daiane estava no lote, razão pela qual resolvi me despedir, prometendo retornar noutro momento.

Então, segui para o lote 01, *pertencente* ao Marini. Mais uma vez, não o encontrei. Resolvi, então, retornar pela mesma estrada por onde ingressei no assentamento naquela tarde, em direção à rodovia SP-215. No meio do caminho, avistei uma senhora. Resolvi parar o carro na estrada mesmo, pois a porteira estava fechada. Tratava-se de Fátima, uma cearense de 62 anos que se encontra assentada regularmente no Aurora, onde reside com seu marido – o Zé Ailton – e três filhos (um rapaz e duas moças).

Cheguei em companhia de três araras, que resolveram pousar num angico próximo. Logo que me aproximei do lote, uma daquelas aves saiu do angico para pousar no mourão bem próximo onde me encontrava. A outra pousou no meu ombro. Inacreditavelmente desinibidas e mansas, essas aves pertencem à fazenda Santana do Monte Alto, onde se reproduzem todos os anos. Assim como ocorre em praticamente todo o assentamento, o casal depende dos recursos da aposentadoria de Zé Ailton e do salário do filho Rafael, que trabalha como tratorista numa fazenda situada nas cercanias de São Carlos.

Mesmo assim, a família vende a produção do lote, composta por feijão, milho, verdura, mandioca e, principalmente, frutas – limões, mangas, abacaxis, maracujás e caju, o carro-chefe do lote. O casal fala com orgulho de sua plantação de caju, que, diga-se de passagem, é muito bem cuidada. As formigas, por exemplo, são combatidas a partir de um composto à base de água, receita fornecida por um índio, no programa de televisão dominical Globo Rural. As frutas são vendidas com muita facilidade às lanchonetes, que as utilizam para fazer suco. Provocado a responder sobre a realidade atual a partir da situação atual da associação dos assentados, Zé Ailton disse:

Nós já fizemos parte da associação. Agora, não fazemos mais. Depois que virou essa bagunça... Tem pouca gente daqueles primeiros, os mais velhos, que vieram pra cá... Teve muita venda e compra de lote aqui. Virou bagunça... Tem esse povo do Porto Ferreira, que é irregular... Teve um que vendeu o lote, pegou um caminhão e mais trinta mil... Depois veio e quis o lote de volta. Está no juiz... Estão brigando... Tem gente que vai embora; depois volta (ZÉ AILTON, assentado no Aurora, 2018).

No dia 28 de dezembro, ao final de uma tarde quente de verão, retornamos ao Aurora pela estrada de terra batida que o interliga ao Bairro Tamanduá, no extremo sul do perímetro urbano de Descalvado. Logo que ingressei no assentamento, parei o carro diante de um novo poço, concluído em maio. Quando registrava algumas fotografias das instalações desse poço, como a caixa d'água, aproximou-se um adolescente de uns quinze anos procedente de um lote vizinho. Nesse lote, havia uma pequena casa inacabada, típica do Aurora, isto é, com o telhado composto de *duas águas*, além do pasto entremeado de rebrotas de cerrado, sobre o qual pastavam algumas reses bovinas.

Resolvi, então, me aproximar desse lote. Assim que notou minha presença, a mãe do garoto, acompanhada pela filha, chegou ao portão. Tratava-se da assentada homologada Rosemary, (natural de Descalvado), que ali vive em companhia do marido, chamado Valdecir (nascido em Indaiatuba/SP) e do casal de filhos adolescentes. Rosemary nunca teve experiência com a terra. O marido também não. Ela trabalhava como doméstica e cozinheira; ele, como mão de obra braçal em *serviços gerais* – pedreiro, encanador, pintor etc. Iniciei uma breve conversa com Rosemary, recorrendo, para *puxar assunto*, ao tema da água, dada a presença daquele novo poço que, aliás, encontra-se instalado em suas terras:

A turma aqui é sem-terra, sem-carro não! Eles têm dinheiro para comprar combustível, mas não para pagar a energia para puxar a água. Mas agora vai sair essa água. A Cristina vai se responsabilizar para recolher o dinheiro da água e a conta vai para o nome da Paula (ROSEMARY, assentada no Aurora, 2018).

Indagada sobre a fonte de sustento da família, Rosemary lembrou que o marido trabalha fora:

Ele faz poço. Trabalha na PAOL. Acabou de chegar. Está tomando banho. Aqui criamos os bichinhos. E plantação... Não pode plantar muita coisa porque, se faltar água, morre tudo. O milho mesmo... Olá... Não nasce... Fica daquele tamanhinho e já dá espiga. Então deixa lá. Meu marido quer deixar o mato crescer aqui e depois os bichinhos vem tudo para cá. Tem seis boizinhos. Um morreu... Tem uns veterinário aqui que eu vou falar para você (ROSEMARY, assentada no Aurora, 2018).

Sobre a associação, Rosemary disse que já havia pago todo o valor referente a 2018. Alegou ainda que, uma vez que paga regularmente, não precisa frequentar as reuniões – raciocínio que deixa explícita a falta de unidade dos assentados, certamente um dos mais sérios entraves à criação/recriação do campesinato no Aurora. Quando retomei a questão do trabalho na terra, Rosemary foi taxativa:

Morava no sítio, mas experiência de roça estou tendo agora. De primeiro, eu achava que, se sítio fosse bom, o dono morava nele. Mas o dono não morava. Eu cuidava do sítio... E o dono só aparecia de final de semana. Hoje eu gosto daqui. Mais sossegado. Chega uma hora, os filhos já estão dentro de casa. Não tem bagunça de ficar até tarde na rua. Agora que está assim: cheio de mato. Mas agora desanima você carpir, carpir... Chovendo... O mato cresce de novo. E se você carpir vira areião. Fica parecendo praia. Meu marido disse que só vai roçar (ROSEMARY, assentada no Aurora, 2018).

A conversa com Rosemary foi bruscamente interrompida pelo marido que, pela janela, intimou-a – de forma pouco amigável – a entrar na casa. Rosemary se despediu rapidamente, alegando que iria sair com a família. Segui com o carro alguns metros por aquela estrada, quando me deparei com um grupo de crianças correndo para lá e para cá. Parei o carro. Logo apareceu Jéssica, a responsável por aquele lote.

Jéssica mora com mais cinco pessoas: a filha (uma adolescente recém-curada de leucemia), o marido, uma *comadre* e os dois filhos dela. Ao ser indagada sobre a obtenção de recursos para sobrevivência, ela respondeu:

Não se consegue tirar da terra. Meu marido trabalha de pedreiro. Tem uma horta... Uma coisa ou outra... Tem um gado aí... Mas para tirar sustento... Não dá. Não tira. Tinha horta. Mas as galinhas comeram tudo... A terra está mais usando para gado. Tenho três... Tem um padrinho dela que mora ali... Ele tem o gado aqui. Para num juntar o mato, não é? Nós deixamos ele usar (JÉSSICA, assentada no Aurora, 2018).

Jéssica quase sempre morou em sítio, no município de Leme/SP. Quando veio pra Descalvado, foi trabalhar na granja de frango de corte da família Marcatto, por intermédio de uma tia que morava no sítio vizinho, pertence à família Caramuri. Depois de um ano, voltou pra Leme, onde conheceu aquele que seria o padrinho de sua filha: *Macarrão*. Anos depois, voltou pra Descalvado, indo morar na cidade, onde passou a pagar aluguel. Pouco tempo depois, chegou ao Aurora por intermédio de sua *comadre*. A casa em que mora já existia. Foi erguida pela família que se encontrava homologada no lote. Mas a falta de recursos persiste, uma vez que sua situação no lote é irregular. Além de esperar a homologação do lote, Jéssica também aguarda a chegada da água do poço novo:

A água, no caso, a gente usa do outro poço, ali em cima. São 26 famílias. Agora a gente aguarda a força desse aqui. Já está pronto e não coisa a força para poder ligar. Daí nós pegamos daquele outro, perto do bar ali. Mas... Nossa... É um pobrema. Muitas vezes não tem água. E a gente tem que desmendar o cano ali para emendar direto para cá, para encher a caixa. Aí, o povo lá embaixo fica bravo... Mas não tem como, não é? Preciso desmendar, senão a gente fica sem água. Aí a gente desmenda duas vezes na semana. Para ligar essa força... Disse que estava faltando um papel lá... Aí o Piauí foi e buscou. Agora está esperando a numeração do postinho de energia para virem ligar, não é? O poste está desligado (JÉSSICA, assentada no Aurora, 2018).

Encerrei, então, a conversa. Segui adiante e, poucos metros à frente, deparei-me com outra casa inacabada. Parei o carro e buzinei. Imediatamente, apareceu o Diego de Almeida, um assentado homologado de 35 anos, que mora ali em companhia da família – esposa e o casal de filhos pré-adolescentes (um menino de treze anos e uma menina de dez anos). Depois de me apresentar, iniciamos uma longa conversa. O primeiro assunto foi o INCRA:

O INCRA é um órgão burocrático, não é? É burocrático. Mas, para mim, eles nunca se omitiram, não é? Água tem. Temos cinco poços semiartesianos aqui. Esse poço não está funcionando, mas não é parte do INCRA; é da sociedade... Inclusive uma parente minha – Ana Paula – vai ceder o nome para ligar a energia. Agora, viver da terra, dificilmente vai viver, não é? Porque falta recurso, preparo para gente mesmo aqui assentado... Como é que o senhor vai produzir com pouco desse jeito? O assentamento ainda está cheio de toco... Não tem como? O assentamento tem uma associação. Através dessa associação nós estamos conseguindo destocar, mas é por partes. A máquina vem, fica duas horas e meia num lugar. A máquina é da prefeitura. Vem via associação. Mas só que duas horas e meia para uma máquina dessa... Ela vai te limpar 100 por 100. Trabalha dois dias, vai para outro lugar, fica dois meses fora... Complicado (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Diego paga a associação corretamente, sem atrasos. E ressalta que muitos assentados agora estão pagando também, mas faz um alerta:

Agora a turma parece que deu uma acordada, mas é difícil, não é? O pessoal aqui... Eles não se unem, não é? Não se une. É cada um para si e Deus para todos, não é? E, numa associação, não é assim. Cooperativismo... Se você não tem um companheirismo, você não consegue. Não consegue (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Como praticamente todos os assentados em idade ativa, Diego não consegue viver da terra:

Tem que buscar, não é? Eu trabalho fora, com os Guellero. Faz três anos. Comecei no mercado deles. Hoje, eu estou com caminhão, para eles. Eu trabalho dentro da usina, puxando torta. Agora nessa safra que vai entrar, eu vou para a cana. Puxar cana. Entregar para os Baldin, em Pirassununga. Independente das usinas pagarem ou não pela cana, os Guellero pagam a gente. Graças a Deus (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Na sequência, o próprio Diego quis mudar de assunto. Parecia preocupado em me mostrar que a terra é produtiva. Mais do que isso: queria deixar claro que o maior problema do Aurora é a falta de incentivo:

Aí eu te falo: como que uma terra que tem pouco... Tem... Quer ver, óh: o senhor entra aqui, óh? Não é que é falta de vontade. É falta de incentivo. Est[a vendo aí, óh? Como que vai... A gente tem vontade de fazer, de plantar alguma coisa. Tem que fazer, não é? Agora eu estou com uns mourões tratados que eu comprei... Vou plantar 1.500 pés desse daí (um maracujá enorme). Falar para o senhor que eu não joguei nem adubo... Nem adubo eu joguei! Esse maracujá... É a qualidade que eles me deram lá... Lá no mercado... Do Guellero. Tenho essa quadrinha de café aqui.

Óh... Mas vou falar pro senhor: a gente que não tem uma renda de fora. Tem muitos aí que recebem uma pensão, uma aposentadoria, tem uma casa de aluguel... Agora a gente que não tem... E tem família... Não sobra... Se você ficar aqui, você passa necessidade. Esses pés de manga... Tudo de qualidade. Vinte pés de manga de qualidade... Essa daqui... Plantei o caroço. É que agora está com mato, mas tem pé de caju, tem graviola, tem tamarindo... O que o senhor pensar aqui tem de fruta. Agora essa daqui não... Essa daqui eu comprei já enxertada, né? Essa daqui é de qualidade. É manga-maçã... Veio de Limeira... Paguei 10 reais de cada muda. Preciso tirar do salário para investir aqui. Estou fazendo muda de café. Vou plantar dois mil pés de café. Mas falta incentivo. Como é que você vai mexer numa terra... Chamei um rapaz de um trator aqui. Ele olhou e disse: não posso nem por o trator aqui... Por causa dos tocos (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Além das terras já destinadas ao seu projeto de plantar maracujá e café, Diego possui o pasto todo piquetado, que é arrendado a um amigo por 100 reais por mês. Ao ser indagado sobre a enorme produção de maracujá e café que conseguiu extrair das poucas plantas que cultivava, disse:

“E é uma terra fraca... Se quiser fazer uma análise da terra, não tem adubo, não tem nada que contamina o solo, não tem fertilizante. E o povo fala que aqui é areia e não dá nada. Olha o tamaizinho do pé de pimenta com pimenta. Uma carreira de pé de pimenta. Tudo produzindo. Tudo isso é pimenta (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Na sequência, perguntei ao Diego se conhecia o assentamento Bom Retiro. Respondendo que sim, comparou-o ao Aurora: lá tem mais água e a terra é vermelha. Questionei sua resposta, usando o seu próprio exemplo para contrargumentá-lo. Afinal, seu lote possui cerca nova, pasto dividido em piquetes, pequeno viveiro contendo mudinhas de café, jovens pés de maracujá e de café em franca produção, casa que, apesar de inacabada, está bem arrumada. Ele completou seu raciocínio:

Tem uns que não querem fazer, não ?! Aqui está cheio de pé de fruta. Óh! Esses pés grandes é tudo fruta. Aquele é caju. Tem pé de melancia, já produzindo. Mas é que nem eu falo para o senhor... O tempo que eu tenho, eu mexo aqui. Agora o tempo que eu não tenho... Tenho que trabalhar fora... Graças a Deus, eu vou lutando com a vida, né? Minha família também mexe com abacaxi, mas eu estou querendo mexer esses dois (café e maracujá)... Porque eu tenho já em vista o comprador do café e do maracujá. Aqui em Descalvado (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Diego, que possui parentes noutras cidades, além de Jardinópolis, como Barrinha, Sertãozinho e Ribeirão Preto, não pretende deixar o Aurora:

Cheguei aqui com o dia e a noite para dormir. E graças a Deus, não é? Primeiramente Deus... Não está terminada, mas minha casa é rebocada por dentro. Estou terminando por fora. Piso, laje... Comprei o azulejo. Está ali. Vai começar semana que vem... Para colocar na cozinha. Estou com o orçamento aí... Vou começar a fazer a varandinha daqui. Com dez anos, graças a Deus, consegui levantar isso daqui, sem dever um real para ninguém. Posso deitar, dormir... Meus carrinhos velhos que eu gosto de fazer um negócio aí. Óh! Tudo paguinho também... Então... Lá eu pagava aluguel. Sempre trabalhei e lutei, mas não evoluía, não é?

Mexia com móveis... Trabalhei quatro anos para o Magazine Luíza. Porém, para mim, aqui foi melhor, não é? Oportunidade foi... Graças a Deus, foi melhor (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

A esposa e as crianças também não querem sair do Aurora. Evangélico, Diego, que tem 35 anos, ressalta que o mais importante não é a religião:

Desde 1998 que eu sou evangélico. Mas, independente de religião, de crença, de fé, o importante é a gente se apegar numa coisa que não vai prejudicar o seu próximo, não é? Quem eu era antes... Depois que Deus teve misericórdia de mim. Para quem não tinha um chinelo para andar, para por no pé... Vivia aí bêbado, dando trabalho para os outros (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Em seguida, Diego fez questão de me mostrar suas mudinhas de café, ensinando-me a fazê-las a partir de um grão maduro colocado para secar. E completou seu raciocínio, ressaltando a falta de incentivo e a corrupção, problemas que, em sua visão, caracterizam o INCRA, um dos órgãos públicos federais diretamente ligados ao assentamento:

Eu sempre falo para minha esposa: a gente não precisa de ajuda financeira. A gente precisa de oportunidade para gente se sustentar. Se pelo menos o INCRA destocasse isso daqui para gente, fosse um pouco mais presente nas atividades, a gente tinha possibilidade de parar de trabalhar fora para investir aqui. Mas não tem como... Como que a gente vai mexer? Tudo braçal... Na verdade... Tudo que parte do governo, o problema é a corrupção, não é? O problema é a corrupção. Então, em tudo... Em tudo, o povo tira vantagem dos mais fracos. Então, hoje, se o senhor olhar ali, tem piso, tem laje... Vou dar mais uma mexida. Teve um acertinho lá da safra que eu fiz... Mas se eu não trabalhasse fora, teria só o alicerce e estaria numa barraquinha. O bolo sai inteiro, mas infelizmente, aqui chega os farelos, não é? Do bolo, nós só fica com os farelos, não é?! Esses pés de jabuticaba, aqui. Óh! Goiaba, Uvaia. Tem fruta do conde que já está saindo fruto. Tudo da prefeitura. Mudinha assim: óh! Tem jabuticaba produzindo... Mas é um sacrifício, que o senhor não faz ideia. Para gente que não tem renda nenhuma (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

A eletricidade é cobrada a partir de relógios individuais, instalados nos lotes, junto aos postes. Quanto à água, um dos maiores problemas do Aurora, Diego disse:

“Essa água aí... Eles deveriam resolver o encanamento. Porque eles fizeram o poço e a gente reunimos e fizemos o encanamento com essas borrachas de plástico... Mas essa água... Vou falar para o senhor... É que eu pus essa caixa ali. Óh! A água não sobe porque é pouca. Não tem pressão. Está vendo aquela caixa lá? Daquela caixa lá, eu mando para outra. Dali, eu mando com uma bomba-sapo para cima, para ter água no banheiro. E tentei jogar dali para cozinha... Mas como que não sobe a água ali... Então a água está direto. Quando tem água na encanação, minha esposa lava uma louça. É outra coisa. Agora quando não tem água... Tem que correr ali ou eu tenho que pegar a condução e correr na cidade... Buscar água... Tem o poço, mas o encanamento não funciona. É o tal do negócio, não é? Quando eu tenho água... Quando a cinta não me apertou, quando dei eu faço... Agora, quando eu não tenho água, aí eu vou me espichar... Então, claramente, essa parte burocrática aí, o órgão responsável daqui se omite nessa área aí, não é? O INCRA. Para fazer esse

encanamento, não é a associação. É o INCRA, não é? Essa mangueira é particular. Cada um comprou um pedaço e foi fazendo vaquinha... E vem até aqui, nessa casa. Dos cinco poços, só três funcionam. Deu problema no poço. Quem furou o poço não se responsabilizou porque argumentou que o INCRA não pagou. Aí ficou uma briga e a gente no meio, sendo prejudicado – o que não poderia acontecer, né? Mas infelizmente é assim. Mas eu sou contente, viu? Porque... A gente não pode olhar para trás, que tem muita gente pior do que nós. Se a gente olhar para a frente, que é nosso alvo... Tem muita gente melhor do que nós. Não invejando... Mas a gente tem que olhar para a frente e ser grato a Deus por ter isso daqui ainda (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Quando insisti em questionar a sobrevivência da família a partir do trabalho na terra, Diego disse:

Por enquanto, impossível. Não tem incentivo, não é? Não tem incentivo. O senhor como pesquisador da USP... O que o senhor me fala? Como a gente vai tirar uma renda dum lugar desse? Nós tivemos técnico aqui do INCRA que, numa reunião, eu falei para ele: o senhor está de brincadeira... O senhor não saiu lá da onde você trabalha para vim aqui dar essa palestra para gente... Por que isso não existe! Tudo é um ciclo. A natureza é um ciclo. Só que quando esse ciclo... Ele excede, ele se torna praga. E, agora, que cabou um pouco de formiga. Eu, inclusive... Não é certo... Mas eu inclusive cheguei usar veneno para acabar com um pouco... Senão... Isso daqui. Não tinha nada. A saúva... Eu cheguei até filmar uns tempo atrás. Ela entrava dentro de casa, subia no armário, rasgava o saco de mantimento e levava embora... O milho nunca chegou nesse porte aí. Óh! Você plantava um feijão, alguma coisa, ela rapava. Joguei veneno... Veio um agrônomo aí... Eu perguntei para ele: o que a gente usa pra combater essas praga aí; pra amenizar? – Você planta um pouco a mais para as formigas. Eu falei: você está de brincadeira. Você não me falou isso daí. Eu vou plantar mais para... Então... Quer dizer que eu vou chegar lá no formigueira e falar: óh, eu vou plantar aquela quadra ali. Aquela ali vocês comem; essa daqui, não (risos) (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

No tocante às mudanças do governo, ocorridas a partir de 2016, em função do impeachment da presidente Dilma, Diego deu seu parecer, ao mesmo tempo em que comparou o Aurora com outro assentamento, localizado em Motuca/SP, cujas *regras* são um pouco diferentes, isto é, oferecem mais *liberdade* aos assentados. Ele também ressaltou a mentalidade reinante por aqui:

Na verdade, ficou elas por elas, não é? Agora, eu estou com esperança que melhora, viu? Eu, assim, não é? O povo fala muito em PT, PT, PT... A minha tia tem um lote na cidade de Motuca, que tem um assentamento lá... Lá foi liberado bem antes do PT assumir. E lá não é o INCRA. Lá é o ITESP. E assim, não é...? Política, religião e futebol... A gente não discute, não é? É um assunto delicado. Mas eu nunca votei no PT. Eu nunca fui a favor dum cara ir numa prefeitura ganhar uma cesta básica. Eu nunca fui a favor do cara ficar o mês inteiro dentro de casa e pegar o bolsa-família, renda-cidadão. Isso não existe! Isso não dá dignidade para um ser humano. O que dá dignidade para um ser humano é oportunidade de serviço para ele ir lá e adquirir o que ele precisa. Cada um tem uma linha de raciocínio, não é? Porque... Do que adianta eu ir lá pegar uma cesta-básica? E meu filho vai vestir o que? Eu vou me acomodar com essa situação. Então... Sei lá... Lá em Motuca é diferente. Lá eles têm um pouco mais de liberdade. Por que? Infelizmente, a cooperativa daqui fechou. Tinha uma cooperativa de frango aqui. Lá, na época... O Hildebrand... Ele investiu

no assentamento. Ali eles tiveram a oportunidade de fazer granja. Então, quem tinha uma visão de trabalhar, de evoluir, evoluiu. Agora, quem ficou esperando pelo governo, ficou parado no tempo... Porque, lá, era assim... Não todo o lote. Mas você poderia pegar uma parte de seu lote e arrendar para uma usina. Quer dizer... É uma renda que você vai ter dali. Você tinha liberdade de fazer uma granja e colocar sua família para trabalhar. O patrimônio é seu. O patrimônio é seu. Você vai ficar preso por uns tempos, mas você vai ter uma renda. Agora, aqui... Eles tem uma outra visão. Nada pode. Aí fica no que está aqui. Óh! Não muda... E se continuar, vai mais vinte anos. E vai ser isso daqui. Você faz uma reunião na associação. 83 lotes. 83 famílias. Você faz uma reunião da associação, vai dez, quinze pessoas. Como é que você vai tocar uma associação desse jeito? Mentalidade... A mentalidade do povo é muito fechada. É muito disse me disse... Cada um é assim: eu vou tocar o que é meu, eu vou cuidar do que é meu (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Então, indaguei do papel que sua igreja poderia desempenhar no sentido de unir mais os assentados. Diego respondeu, oferecendo uma outra proposta, a saber, uma palestra proferida por alguém qualificado que pudesse orientar melhor os assentados. Seria uma forma de mudar a *mentalidade fechada* e o individualismo do povo, bem como a falta de um projeto para o assentamento:

São bastantes religiões, não é? Então, aqui, você vai se deparar com evangélico, com católico, com espírita.... Aí, se a gente vai fazer alguma coisa. Alguma ação aqui dentro... Ah... Não vou fazer, não. Aquele povo crente lá... Não vou fazer com povo crente aí... Só pensa neles... Então, o povo não une. O que precisava era trazer uma pessoa qualificada. Dar uma palestra. Fazer uma reunião digna. Uma reunião certa para o povo... Porque todas reunião que tem aqui é que fulano está irregular, vai sair do lote... É que Fulano não mora no lote. É que Beltrano não mora aqui. É coisa que não deveria existir... Porque se o cara dorme ou não dorme aqui... A vida é dele. O interesse meu é evoluir o que é meu. Então, se ninguém tem essa visão, sozinho a gente não consegue... Aí, o cara tem um carro novo e uma casa na cidade... Se eu tenho uma casa na cidade e começa a dar uns pé de vento... Agora não porque, graças a Deus, tenho minha casa... Mas que nem... Já chegou a descobrir minha casa, chegou a rasgar barraca que eu tive... O vento... Eu não pude sair porque não tinha um lugar para onde ir. Aí, se dá um pé de vento... Descobre a casa de algum fulano aí... E esse fulano tem uma casa na cidade... Ele vai pra lá... É porque fulano mudou para a cidade... Tem que ver isso daí! Então a mentalidade do povo é muito fechada. Não ajuda. O individualismo... Ele é preocupante aqui dentro... Porque quando você faz no coletivo... Outro dia eu falei para o pessoal. É até engraçado a gente falar... Mas você vê: a formiga... Eles são um inseto muito organizado. São muito unidos. As abelhas... E o que falta aqui é isso daqui... Porque esse assentamento tinha tudo para evoluir. Tinha e tem. O Bom Retiro é um bom assentamento. Uma terra boa... Tem água perto... Mas o senhor olha aquilo ali. Óh! Nós estamos do lado da rodovia, nós estamos perto de acesso pra tirar, pra escoar o que a gente tem aqui dentro. Perto de São Carlos, uma cidade boa pra comércio. Perto de Araraquara, cidade boa de comércio. Perto de Porto Ferreira... Só que o povo não ajuda... Eu disse para a minha esposa: eu não consigo... Eu não consigo colocar dentro da minha cabeça. Como é que o povo não se une? Que já tentamo, hein?! Chega uma hora que você desgasta, fala... Ninguém quer nada com nada! Como é que o povo não se une? Que nem eu falei: se cada um tem uma linha de raciocínio, vamo pegar as ideias melhores. Vamos trabalhar em algum projeto. Mas não tem como (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Em seguida, indaguei sobre a importância do Piauí para o Aurora. Obtive essa resposta:

O Piauí é um grande líder. Se o povo está aqui hoje, tem que agradecer ele, não é? O Piauí não sai daqui, orientando a turma, não é? O Piauí é um homem genial... Ele é um homem que tem uma linha de raciocínio que é fora de série. O povo... Nunca deve esquecer de onde ele saiu. E ele tem que ser grato com quem deu oportunidade para ele. Então o Piauí... Ele... Porque a gente era leigo nesse assunto. Se a gente estamos aqui, nós temos que agradecer, primeiramente Deus, e secundamente a pessoa dele. Que reuniões em cima de reuniões debaixo de chuva... Foi agredido aqui dentro para defender a comunidade... Foi agredido fisicamente. E o agressor dele hoje tem um lote aqui graças a ele... Piauí é de uma mentalidade fantástica. Apesar que eu não me envolvo, não é? Com política, essas coisas que ele se envolve... Eu sou leigo nisso daí. Mas eu admiro ele. É sindicato... Conhecedor dos direitos do povo, hein?! Conhecedor (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Sobre a mecanização da lavoura da cana, realidade do setor sucroalcooleiro que salta aos olhos em Barrinha, *região forte em usina*, onde se encontravam seus filhos quando dessa entrevista, Diego disse: “Aí que eu te falo, não é? Aí a pessoa tem que correr atrás, não é?! A pessoa não pode ficar parada no tempo, não é?! Tem que fazer curso. A pessoa está vendo que as coisas estão evoluindo... Tem que evoluir junto, tem que estudar, tem que correr atrás” (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Nesse momento, perguntei sobre a situação dele, já que os Guellero (família para quem Diego trabalha) estão muito ligados ao cultivo de cana-de-açúcar:

Eu tenho serviço. Graças a Deus, eu tenho serviço com eles o ano todo. Eu sou uma das pessoas que eu agradeço a Deus que eu não fico parado. Acaba a safra... Ou eles coloca eu no mercado... Que eu comecei com eles no mercado... Ou eles me coloca no trator, no transbordo, no plantio... Ou eu vou para o caminhão bombeiro. Alguma coisa eles punham para eu fazer (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Diego lembrou que os Guellero atuam em diversos ramos. Possuem uma frota de caminhões, dos quais seis são canavieiros e dois, laranjeiros (*puxam* suco de laranja de Matão para o porto de Santos/SP). Têm ainda dois *caminhões na prancha* (que transportam máquinas agrícolas e tratores), bem como três colhedoiras de cana, além de um supermercado em Descalvado, dentre outras atividades e bens. Sobre o gigantismo desses empresários, Diego foi taxativo:

Eles merecem, hein?! Merece! Eu sempre falo que as pessoas... Eles olham os tombo, mas não vê a pinga que o cara tomou lá atrás. Mas eu, sendo funcionário deles... Eu não trabalho igual eles... Eles trabalham mais do que qualquer funcionário. Quebra uma máquina deles, eles são os primeiros a estar lá debaixo. Enquanto você está almoçando no seu horário, eles tão lá... Na verdade, é uma empresa grande. Tem o mercado, tem o setor do caminhão... Tem o setor dos tratores, das colhedoiras... Tem as cana... Eles plantam. Tem sítio. Tem o gado... Eles são em três irmãos (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Pedi, então, para ele me contar onde trabalhou antes de chegar aos Guellero:

Antes de trabalhar lá, eu fui colher laranja, não é?! Não tinha o que fazer. Os únicos que davam serviço eram os empreiteiros. Fui colher laranja. Aí... Fiz amizade com um rapaz aqui. Fui trabalhar com ele, carregando bambu para estaca para plantações de manga. O Adauto. Através do Adauto, eu conheci o Alexandre Romero, engenheiro. Aí eu fui trabalhar como servente de pedreiro. Aí eu já era registrado, né?! Já era outra coisa. Aí trabalhei um bom tempo lá com eles... Mandeí um currículo na fazenda Monte Alegre. Já ouviu falar? Aí entrei na Monte Alegre. Fiquei um ano e meio lá. É área de soltura do IBAMA. A dona já morreu. Faz três anos. As filhas tocam lá agora... Na verdade, essa fazenda não é pra ganhar dinheiro. Como esse povo tem muito dinheiro... Então eles tem essa fazenda pra abater imposto que eles pagam... São banqueiros... E tem a marcenaria da fazenda, aí, deles... Uma mesa deles de quatro cadeiras é vinte conto... A cadeira que o papa sentou quando veio aqui no Brasil. Eles que fizeram... Papagaio, tucano, tem onça... O que o senhor imaginar de criação... Lá tem. Eles são parentes da turma do Agrindus... Comecei no morro, plantando árvore... Nativa... Eles plantam fruta também. Jabuticaba. Aí eles arrancam, mandam para outro lugar... Aí eu trabalhei seis meses no morro: carpiá, roçava... Aí eu fui para maquininha costal, pro jardim. Aí fiquei mais um ano... O pessoal do mercado me chamou... Aí fui para o mercado, fazer entrega (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Diego ressaltou, também, a diferença de criação de seus filhos em relação às crianças e adolescentes que moram na cidade:

Eu levo meu menino no mercado uma vez por mês para fazer compra... Uma coisa que a gente tem que valorizar muito, que quase ninguém valoriza mais... O meu menino, com treze anos... Ele não tem a malícia que esses meninos hoje têm. O pessoal lá que trabalha comigo fala: Diego, esse lugar que você mora é o melhor lugar que existe porque o seu menino não tem a mentalidade que esses meninos aqui da cidade têm. E não gasto um real com farmácia com eles. Meus meninos não ficam doente. Comem de tudo (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Mostrando muita humildade quando elogiei a organização do lote, destacando a cerca nova e as pequenas áreas gramadas e cultivadas, Diego pediu minha orientação para que ele pudesse seguir. Fui lacônico: a luta e a união. Sobre essas questões, Diego completou: “E não só aqui, não é? Qualquer lugar: família, casamento... Se faltou união... A firma vai dar um churrasco amanhã. E eu não vou... Meus meninos foram viajar e minha esposa... Não quero largar sozinha. A união é isso daí, não é?! Saber dialogar. Saber escutar” (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

Diego também analisou o comportamento de seus filhos. Abordou o cotidiano da escola, enfatizando a questão das drogas e ressaltando o choque de valores éticos e morais existente entre sua família e a realidade exterior:

A gente entra (consome droga) porque quer, não é?! A vida é uma escola. Então... Muitos se formam e saem com uma mentalidade boa e outros ficam lá sofrendo. Eu vim de família muito humilde. Tive muito problema com minha família. Com álcool, droga... Então, a gente vê que esse não é o caminho, não é?! A pessoa que tem a oportunidade de estudar, de ser um cidadão do bem... O que não me entra na cabeça. Você vai mexer com um negócio... O nome já está falando: droga. E é o que o povo quer. É o que o povo busca hoje... O meu menino, na escola... Dá orgulho de

ir. Ele não responde para ninguém. Eu sempre ensinei ele. Na escola, você nunca tem razão. Se tiver algum problema, fala para a professora, fala para a diretora, fala para mim. E eu resolvo. Não tenta você resolver... A professora que está lá já estudou, já é formada... Se eu falar para o senhor o que aconteceu no ano retrasado... Meu menino chegou aqui e falou: pai, juntou dois meninos lá e me bateram... O senhor é pai? Você sabe o filho que está criando. Eu conheço. Falei para ele: mas o que aconteceu? Aí ele me explicou... Falei para a minha esposa: calma, eu conheço meu filho. Eu sei o filho que estou criando. Só que eu não dei razão para ele perto dele... Se eu te falar o que a diretora falou para mim... Tá a minha esposa de prova. O que a diretora... Ela me falou... Foi um absurdo! Eu cheguei lá na escola... Porque eu não aceito... Filho meu brigar na escola. Não foi isso que me ensinaram. Meu avô me criou... Não foi assim. Cheguei lá na escola, procurei a direção da escola. Aí eu falei para a diretora: o meu menino se queixou pra mim que dois meninos, dois coleguinhas dele na hora do recreio bateram nele. Aí ela falou: então, pai... Só que escola é assim mesmo, não é? Tem muitas coisas que o senhor vai ter que relevar... E o senhor tem que procurar ver quem que é o culpado dessa briga. Se você não saber quem que é o culpado, vai ficar difícil de eu repreender alguém aqui dentro. Olhei para a cara dela... Eu não acreditei que ela me falou isso... Eu falei: senhora! Com todo o respeito à pessoa da senhora... Eu não tive a oportunidade de estudar... Eu fui forçado a sair da escola para trabalhar. Mas, graças a Deus, o pouco período em que eu frequentei uma sala de aula... O meu avô... A minha mãe... Por mais simples e humilde que foram... Eles nunca me ensinaram a procurar culpado ou inocente de briga dentro duma escola... Porque escola não é palco de ringue. Escola é um lugar para a pessoa ser educada, para a pessoa se preparar para a vida, para a pessoa aprender, para alfabetizar a criança... Eu falei: eu não vim aqui colocar o meu filho como inocente ou como culpado. Para mim, não importa. O que importa para mim é não acontecer mais isso... Eu falei: porque eu tenho certeza... Eu tenho certeza que, se fosse nessa linha de raciocínio da senhora, o meu menino não é culpado. A senhora tem alguma queixa do meu filho aqui na escola? Ela falou: - não, pelo contrário. Seu menino é um dos meninos que a gente sempre falou que nunca respondeu para gente. O seu menino... Se ele tá correndo... E a gente fala que não pode correr, ele pede desculpa porque estava correndo! Eu falei: então, senhora, eu conheço. Eu não quero que aconteça mais isso... A senhora vai me desculpar das minhas palavras, mas eu não aceito procurar culpado ou inocente porque criança não tem a mesma mentalidade do que a gente, adulto... Ela falou: - Diego, você me desculpa. É muito problema para resolver. Eu falei: - Não tem por que a senhora pedir desculpa. Eu falei para a senhora o que eu penso de uma escola, não é? Porque eu, como pai, fico chateado de ver meu filho numa escola com uma direção de uma escola que tem essa linha de raciocínio. É difícil eu ir na escola. Eu só vou mesmo quando é bem necessário... Complicado, não é? O que mais dói é quando a gente vai na escola e vê as crianças respondendo... Não tem educação. Eu cheguei a presenciar nesse dia que eu fui na escola a mãe de outro menino relatando... Relatando assim, sem vergonha nenhuma... Cada um cria sua família do jeito que acha mais correto, não é? Ela falou: - É... Se não tiver os bobos, como é que os ativos vão viver? O meu menino... Ele vem com metade de um lápis na escola e volta com dois novos... Meu menino... Brinquedo... Ele aparece com brinquedo novo... Eu fiquei olhando...

Aí a professora falou: - Então, mãe... Pois é... Se tem outra criança trazendo brinquedo, não pode. Então provavelmente ele está mexendo nas coisas dos outros. A mãe falou: meu menino é muito esperto, demais... Eu falei pra minha esposa: pode ser que o meu menino não segue os ensinamentos que a gente dá pra ele quando ele ficar adulto... Mas a nossa parte... Estamos fazendo. Mas uma criança dessa... Olha. Só se Deus tiver muita misericórdia dele de não deixar partir para o... Porque age com naturalidade. Infelizmente, né? Hoje... Aluno batendo no professor... Agora, imagina! Esse país nosso daqui uns 10, 20 anos... Se continuar assim... Difícil, não é? Eu sempre falo para os meus meninos: - olha, a vida não é fácil... Tem uma prima

minha... Ela tem 12 anos. Levou o namorado lá na casa da avó dela... Em Jardinópolis... Levou o namoradinho dela lá de 13 para pedir ela em casamento. Aí, minha tia ligou para a mãe dela. A mãe dela chegou lá. Aí, conversou com o menino... Que nem conversar com adulto... Aí, a minha tia falou: - É, se não deixar, eles vão namorar escondido e vai ficar pior. Então, nós temos que deixar. Pelo menos estamos vendo... O que o senhor me fala? É uma criança! É falta de sentar... De sentar e conversar... Está namorando em casa... Aí ela posta foto com ele. Ele posta foto... Aí, o senhor me fala o que? Ela está com 12... Eu vou chutar alto que daqui uns dois, três anos, ela vai ser mãe. Como é que conclui o estudo? Eu não estudei porque eu tinha que trabalhar... Infelizmente, não é? É como o meu avô fala: antigamente, era tudo mais simples. Mas as coisas eram mais seguras, não é? (DIEGO, assentado no Aurora, 2018).

O pai de Diego é falecido. Sua mãe mora em Jardinópolis, em companhia dos netos. Ou seja, ela cuida dos netos. Seu lote está cadastrado em seu nome e no de sua esposa, Sílvia Helena.

No dia 31 de dezembro de 2018, no final de mais uma tarde escaldante, retornamos ao Aurora. O sol ainda brilhava forte quando seguimos pela SP-215, em direção a São Carlos. Ingressamos no Aurora pelo primeiro acesso e seguimos pela estrada de chão batido que segue em paralelo à rodovia. Deparamo-nos com algumas novidades como, por exemplo, um segundo *big brother* – área de lazer, como piscina, churrasqueira e uma varanda coberta, construída para ser alugada para festa, principalmente nos finais de semana e feriados – no Aurora. Completamente murado, ainda aguarda a pintura externa.

Segui até o lote do Saulo, quando, então, retornamos pelo mesmo caminho. Ao passar defronte o lote do *Véio*, ele acenou. Tivemos que parar. Ele estava na borracharia, em companhia de mais dois ou três jovens que mal me cumprimentaram. Ao me reconhecer, logo perguntou se havia ficado rico, pois agora estava dirigindo um Corolla. Preferi desconversar, tecendo elogios ao seu lote, que, agora, encontrava-se com outra aparência. Havia mais árvores frutíferas, bem como uma ala nova no seu precário quiosque, construído para vender frutas, abóboras, ovos, plantas etc.

No entanto, a cara de *poucos amigos* dos jovens presentes na borracharia existente ao lado do quiosque me levou a adotar certa cautela e preocupação com a minha própria segurança. Também contribuía para essa sensação de insegurança um certo temor que rondava o Aurora, referente a relatos de roubos e tráfico. Essa percepção, somada ao clima pesado que ali encontrei, me levaram a abreviar aquela visita.

Despedindo-me rapidamente do Véio, entrei no carro e segui algumas centenas de metros adiante, quando me deparei com mais uma casinha típica do Aurora – com *duas águas* e inacabada. Assim que parei o carro, vi um homem seguir em minha direção. Era o Mauro Borges, que ali mora em companhia do irmão. Com 57 e 63 anos, respectivamente, eles estão sozinhos. Seus pais, mortos há alguns, encontravam-se homologados no lote.

As histórias de Mauro vão ao encontro das sagas de grande parte dos moradores do Aurora. Apesar de serem descaldenses, Mauro e o irmão Gilberto tiveram uma vida bastante atribulada, de idas e vindas as mais variadas. Relatos de mudança de cidade, casamentos, traições, separações, brigas e um assassinato, envolvendo dois de seus filhos, marcaram nossa breve conversa.

Em seguida, Mauro quis saber como fica a questão da regularização do lote após a morte de seus pais que, afinal, eram as pessoas assentadas regularmente no Aurora:

E agora? Vamos supor... Que nem... Meu pai... Minha mãe faleceu. E como é que fica aqui? Sai no nome de quem?... Meu irmão já morava junto... A terra vai ficar só para ele? Porque a minha irmã fez um papel... Porque meu pai faleceu primeiro. Depois, foi minha mãe. Então eu fui junto com ela no cartório. Mas eu nem sabia do que era... Não sei que papel que ela levou lá... Porque eu estou morando aqui porque meu irmão ficou sozinho aqui... As mulheres largaram de nós... Então ele estava bebendo muito, falando de vender... Aí minha sobrinha falou: - por que o tio não vai morar com o pai lá? Aí o tio compra uma motinha para ir... Mas eu estou indo de ônibus por enquanto, sabe?... De linha (que vem de São Carlos). Então a moça do cartório mandou minha irmã preencher o papel... Eu fiquei do lado. Eu não entendo nada, não é? Aí, minha irmã preencheu o papel... Aí, foi entregar o papel... Aí, a moça olhou e disse: - aí você escreve embaixo... Herança. Marcou embaixo herança. Nós éramos em cinco irmãos. Faleceu um. Nós somos em quatro (MAURO, morador do Aurora, 2018).

Sobre a possibilidade de viver da terra, Mauro ressaltou a precariedade do solo e necessidade de se ter recursos, que considera indispensáveis para quem quiser trabalhar ali:

Aqui... Você pode ver. É puro areião... Quando o meu pai estava vivo, andaram plantando as coisa aí, você entendeu? E outra: meu pai só tinha o salário. Meu irmão arrumava serviço na cidade. Tinha que ir na cidade. Estava fazendo uns bicos. Mas não é sempre que tem. Então, era meu pai também que mantinha com o salarinho dele. A Aposentadoria. Então, para você fazer uma plantação aqui nessa terra aqui, que é muito areião, e muito tempo foi eucalipto aqui... O eucalipto sugou tudo. Porque o eucalipto suga a terra, a vitamina da terra... Então, as pessoas que têm um pouco de dinheiro investe na terra, não é? Porque tem que ter dinheiro... Diz que está para sair um dinheiro do INCRA (MAURO, morador do Aurora, 2018).

Quando perguntei sobre uma casa cercada que avistei na beira daquela mesma estrada, Mauro respondeu, dizendo tratar-se de algo irregular. Disse que já é um segundo investimento feito no Aurora voltado para a obtenção de renda de aluguel de espaço para festas. Também comparou aqueles assentados que possuem outras fontes de renda com a sua própria situação e de seus familiares:

É dos Macarrão... Cercou toda a casa... Então... Se eu não me engano... A turma do Macarrão. Parece que vão pagar multa. E outra: aqui tem um barzinho e tem uma borracharia e tem lavador. Aqui. A outra de cima, essa casa murada tudo em volta, parece que vai ser... Tipo assim... “big brother”... Parece que vai ser ali... A outra lá, a Lica... Lá já e... Lá que tem um barzão... E outro “big brother”... Que vai o forró lá... Aí eu ouvi uma conversa na cidade... Porque eu trabalho na cidade... E fiquei sabendo dumas conversas... Parece que a terra... A terra... Foi dada a terra para nós,

não é?! Tipo assim... Para nós... Para plantar. Para ter proveito da terra. Agora, aqui, a maioria tem comércio... O Saulo tem lavador... Aqui também tem... Tem depósito de material de construção ali... Tem lavador aqui para baixo também... Agora... Nós aqui... Eu trabalho na prefeitura, com aquele salarãoooo!!! Pouco mais que o salário mínimo... Porque é isso daí mesmo que nós ganhamos... Então... Tem os benefícios, mas não tem renda para tocar aqui... E meu irmão... Se ele sair... Ele é motorista. Se ele for trabalhar na usina... Que ele trabalhou muitos anos na usina, puxando cana. Se ele for trabalhar na usina, chega uma quinzena, ele vai ter que passar a noite. Quem fica com os velhos? (MAURO, morador do Aurora, 2018).

Era 31 de dezembro... Mauro se apressou, então, para poder pegar o ônibus procedente de São Carlos que iria levá-lo à cidade de Descalvado. Encerramos bruscamente a conversa. Entrei no carro e segui alguns metros acima pela estrada, o suficiente para avistar, à esquerda, uma casinha típica do assentamento: com duas águas e inacabada. Resolvi parar o carro para tirar uma fotografia daquela casinha. Fui flagrado por um rapaz de 35 anos chamado Paulo, um pedreiro desempregado. Descasado duas vezes, Paulo, que tem quatro filhas, resolveu morar com a tia, Roseli, uma assentada recém-regularizada, com quem pudemos conversar algum tempo atrás. Dentro do lote da tia, já construiu sua casinha. Além disso, expandiu a casa da tia, ampliando a garagem.

Por meio de uma conversa informal, Paulo relatou um pouco o seu passado, bem como seu cotidiano e dos assentados vizinhos. Disse, por exemplo, que o atual marido da mãe de suas três primeiras filhas está preso: dono de uma tatuagem no corpo que o identifica como *matador*, ele maltratava muito suas filhas, razão pela qual o sequestrou uma vez, contando com a ajuda de seis *nóia* da favela de Porto Ferreira.

Sobre os vizinhos, relatou que o senhor Abílio, um dos mais velhos assentados do Aurora, que também entrevistamos algum tempo atrás, foi recentemente espancado pelo neto, de 35 anos, alcoólatra. Em verdade, nós já sabíamos dessa realidade dramática do senhor Abílio.

Outro relato de Paulo foi feito em relação a uma antiga sede de fazenda, erguida no tempo dos escravos, que foi totalmente pilhada pelos assentados do Aurora. Pertencente hoje à empresa *Caninha 51*, que usa suas terras para o plantio de cana, a fazenda viu sua sede ser completamente destruída por meio do roubo e do desmonte de suas estruturas (casarão, casas da entrada, estábulo e baia de cavalo), que eram compostas por alvenaria e madeira de lei, materiais que acabaram roubados por alguns dos assentados, cujos lotes se encontram às margens da rodovia SP-215.

Na mata situada do outro lado da rodovia, Paulo já se deparou com vários animais, inclusive com pacas e lobos guarás. Porém, a proliferação de javalis e javaporcos pela região teria acabado com as pacas. Os lobos também se tornaram raros, mas ainda existem, uma vez que ainda se escuta o uivar desses animais a longas distâncias.

Sobre a situação cotidiana dele e das pessoas com quem convive no interior do lote onde mora, Paulo disse:

Aqui é a Roseli e a filha dela, né?... O marido dela está doente. Coitado! Mora na cidade... Ele fica mais na cidade do que aqui... O homem... Acho que já está morto... Duas vezes, deu derrame nele, não é? Anda todo torto, babando... Ele está internado... Eles têm duas meninas... Uma é casada; a outra, não... O Gustavo, sobrinho dela, meu primo, está internado... Aí, em Pirassununga... Droga, não é? Paga mil e duzentos por mês. A mãe dele... Faz um ano e pouquinho... Quem dorme aqui é a Roseli, a menina solteira e eu... Eu só limpo, não é? Eu trabalho pra fora, não é?... Lá no fundo, tem o capim e a cana... Lá embaixo. Tem umas galinhas, aqui. Mas não sei se foi o cachorro do homem que comeu... Aí, tinha porco. Ela (Roseli) acabou com os porcos. O gado... Está pra baixo. Aí, estava tirando o leite... Ela queria que eu tirava o leite. Mas tinha que levantar cinco horas da manhã... Para mim estar às 7 horas na cidade, rapaz... Não. Não dava... De tarde, ela queria que eu chegasse e tirasse de novo. Falei: não, solta para os bezerros. Deixa os bichos mamarem, uai. Aí, soltou tudo (risos). Quando o Gustavo estava aí, não precisava trabalhar... Ela dava tudo (para ele)... Dava comida, dava arroz, dava feijão... Mas ela internou ele. Porque não tinha jeito... Ele entrou aí dentro. Duas vezes! Vendeu tudo: geladeira, fogão, televisão, transformador (risos)... Primo meu... Quebrou todos esses vidros... Foi tudo trocado. Isso daí. Janela, vidro... Eu que andei reformando... Ela é Bertoluci, o marido dela é Angelucci... Ele mexe com palha de granja, de forrar granja.. Caminhão... Tem dois... Agora está parado. Acabou a renda (risos). Para ela, é bom, sabe? Ela se gaba demais... Quando tem dinheiro no bolso, fica esnobando os outros, humilhando os outros... Eu mesmo... Ela me humilhou... Nesse serviço, aí... Trabalhando sozinho... Fazendo sozinho. Falei: não! Agora acabou. Vou arrumar meu serviço para fora e... Eu tacho o pau... E eu só fico aqui porque ela tem medo de dormir... Tem medo que alguém vem roubar, fazer besteira, entendeu? Por isso, eu fico aqui... Mas eu... Se fosse de ver... Eu não precisava, não (PAULO, morador do Aurora, 2018).

Na sequência, Paulo relatou sua própria situação cotidiana, reportando-se à sua mãe:

Eu ainda tenho minha mãe viva. Minha mãe tem a casa dela... Perdi meu pai faz cinco anos... E ela mora sozinha... Tenho irmãs. Uma mora no Paraná e a outra, no Mato Grosso... Minha mãe chora, rapaz. Eu vou lá de final de semana... Agora, final de ano, nem vou... Deus me livre! É uma choradeira desgramada. Uma por causa que meu irmão morreu... E meu pai também morreu. As minhas irmãs... Não sei se vieram buscar ela... Minhas duas irmãs são “bem de vida”, sabe?... Elas esnobam também... Porque minha mãe é chorona... Hoje e amanhã (virada de ano) ela passa chorando... E eu já não fico junto porque eu choro também. E as minhas irmãs não gostam. Começam a xingar ela, sabe? Minhas irmãs falaram para internar ela. Falei: vocês estão loucas? A mãe está lúcida. Ela está numa fase de tristeza. Lógico. Depressão, essas coisas... Mas não a ponto de internar... Minha mãe está com 67, 68 anos... Mas se você olhar, está acabada, viu cara?... Ela toma muito remédio para dormir... Perdi um irmão de 23 anos. Acidente de caminhão... Aí, meu pai pegou depressão porque era o caçula dele... Meu pai morreu... Ficou cinco anos doente. Não passou de cinco anos... Estou com medo de perder (a mãe)... Porque ela toma remédio... Ela se dopa de remédio. Eu chego lá, ela está dormindo (PAULO, morador do Aurora, 2018).

Desejando-lhe um *Feliz Ano Novo*, eu me despedi de Paulo, que ficou visivelmente contente com meus votos. Ele ainda aproveitou para pedir serviço: “Oitenta reais por dia... Eu dou garantia ainda”!

Ainda havia sol... Resolvi, assim, me dirigir ao lote do senhor Saraiva. Assim que cheguei, parei o carro na entrada de seu lote e, logo, avistei uma senhora negra, muito gorda. Fiquei preocupado: já imaginei que algo de ruim poderia ter ocorrido com o assentado mais velho do Aurora. De forma afoita, apresentei-me àquela senhora e perguntei do Saraiva. Ela disse que iria chamá-lo. Aliviado com sua resposta, fiquei aguardando a chegada de Saraiva, quando, então, avistei uma outra pessoa estranha: um rapaz mulato, que retornava do pasto situado atrás da casa. Observei, também, que o lote havia passado por uma grande transformação. Um enorme galinheiro e muito bem cercado, plantas frutíferas livres do matagal, além da terra preparada para o plantio, saltavam aos olhos.

Saraiva chegou e, aparentando uma vitalidade ainda maior do que das outras vezes que o encontrei, convidou-me para entrar. Respondi, dizendo que seria uma visita rápida. Afinal, a noite se aproximava rapidamente naquele 31 de dezembro. Mesmo assim, fez questão de me mostrar seu novo galinheiro. Pediu então para o mineiro (o rapaz que avistei assim que cheguei ao lote) prender o cão que havia dentro daquele galinheiro. Foi, então, que pude ver 3.339 frangas poedeiras compradas em Descalvado, que estavam presas numa pequena área coberta.

Depois, fomos para o interior da casa. Sentei-me no lugar de costume, ao lado da mesinha que fica logo na entrada da casa. Notei que o piso agora estava diferente. No lugar do chão de terra batido havia um contrapiso muito bem feito. E a presença daquele casal ali trazia ao interior da casa uma certa alegria que das outras vezes não constatei. Havia, definitivamente, uma revitalização do lote. E, por que não dizer, do próprio Saraiva, que se mostrava mais entusiasmado do que nunca, mesmo sem deixar escapar – jamais – qualquer esboço de sorriso em seu semblante:

Parei de criar boi porque eu vivia numa penitência danada e comecei a fazer as coisas que, antes, eu fazia... Está tudo plantado, isso aí... Na unha... Só tem uma horinha de trator, que arou um bocadinho ali embaixo. O resto foi tudo na mão... Eu já plantei milho, mandioca, abóbora, feijão de corda... E várias coisinhas que eu plantei... Eu estou aqui dando um jeito na situação... Aquela paisagem que o senhor via aí... Aqui tudo era falta de tempo! Só vivia cuidando de boi... O boi não era meu. Era do meu filho. Só me deu prejuízo: 4 anos de atraso de vida... Fizemos esse galinheiro aí... Ali dentro é que tem coisa boa (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Logo em seguida, Saraiva relatou o acidente sofrido em 20 de setembro, bem como sua extremamente rápida – e impressionante – recuperação:

O sinal está aqui, óh... Tive fratura exposta. Tive internado 10 dias na Santa Casa... Trabalhei dia 20 de setembro. Até uma hora dessa. Mas o gás tinha acabado. E resolvi ir na Lica comprar o gás... Ali, naquele bar vende o gás... Botei o bujão de

gás na carriola e fui subindo aí... Empurrando a carriola, com o bujão vazio dentro... Quando eu ia subindo, que chegou ali, surgiu uma molecada. No meio tinha um com uma moto, daquelas grandonas... Aí justo na hora que ia cruzar por mim, ele cismou de empinar a moto, se desequilibrou e veio com tudo que tinha direito para cima de mim... Eu saí fora um pouco. Pegou a carriola... A pancada foi tão forte... Mas isso não era 60, nem 80 km por hora, não. A moto vinha a mais de 100. Eu conheço velocidade. Já fui piloto. O cara que dirige... A gente conhece velocidade... Sem dúvida. Me pegou de cheio... A pancada foi tão forte que aquele suporte que tem na boca do bujão... Arrancou... E me pegou de raspão. Aí me atirou longe, para um lado; a carriola, para o outro... Fratura exposta... Até o médico se admirou... O osso daqui foi para lá... E esse daqui veio para cá... Abriu daqui até aqui... Eu levei quatorze pontos... O médico me fez um monte de pergunta depois que eu estava bom porque tem um monte de gente por aí com trinta e poucos anos que sofreu acidente... Vai ter que amputar a perna... Ele perguntou aonde que eu fui criado, o que eu comia, o que eu não comia. Eu falei: óh... Eu praticamente fui criado comendo peixe. E minha vida é assim... O médico fez questão. O médico fez uma horinha lá... Mas a região que eu fui criado... Era peixe, produto do mar. Rio de Janeiro, entendeu? (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Saraiva vendeu o gado, ficou apenas com duas éguas e um potrinho. Substituiu a pecuária bovina pela agricultura e avicultura, contando com o apoio do mineiro e sua esposa. Assim Saraiva descreveu, brevemente, seus novos companheiros: “Eles são vítimas também de injustiça aqui dentro... Ele está morando aqui agora. Depois do acidente, ele teve que me socorrer. Ele me socorreu. Ele. Aquela senhora que está ali é esposa dele. O que posso fazer? Não tenho nada para oferecer para eles... Eles dormem no chão aí, no colchão (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Intrigado e impressionado com a extremamente rápida calcificação óssea de Saraiva, o ortopedista ouviu de seu cliente o seguinte:

Minha vida sempre foi sofrida, penosa para caramba... Mas eu sempre fui meio atizado de qualquer jeito... Eu fui criado na terra do peixe. Eu comia peixe de quando eu era criança até hoje... Se tiver peixe, eu como peixe puro. O dia inteiro... É caranguejo, siri, sururu, ostra, marisco, polvo etc. Fui falando... E produto natural... Eu fui criado no litoral, mas tinha sítio. Sou descendente de fazendeiro. Comia só coisa pura. Não era nada dessas coisas concentrada de mercado, nem de frigorífico, nem de nada... Nunca fui doente. A única doença foi essa que o senhor descobriu: anemia. Eu estava com anemia... Muito estressado. Muito cansado... Nervoso. O boi me dava um trabalho miserável. Aborrecido porque, como sempre, coisa errada. Uma atrás da outra... Então essas coisas que me estressavam... Me baqueou. Eu nunca fui internado. Fui internado agora... Com 87 anos... Entendeu? Sempre tive uma saúde de ferro... Eu vim tomar remédio de farmácia com setenta e poucos anos. Eu achava graça pessoa nova tomar comprimido de não sei o que, injeção de não sei o que lá. Mas será que é doença mesmo? Eu passava nesses postos médicos. Trabalhei em hospital. Não era fixado lá. Todo mês eu trabalhava quatro dias no hospital, dando folga para o guarda que trabalhava lá. Aquilo estava assim de gente. Eu olhava... Mas... Será que o povo vive morrendo? Que negócio é esse? Aquelas filas de espera, aquelas coisas... Eu chegava meio julgando, sem poder comentar, entendeu? Será o possível que isso tudo é doença? Aí ele falou: não, é a natureza e tal... Perguntou a descendência que eu era... Sou português filho de pai e mãe. Só sou brasileiro porque nasci no Brasil. Graças a Deus estou aí, mas o braço está meio preso ainda (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Após lembrar que 20 de setembro (data de seu acidente) foi o primeiro dia de trabalho de seu empregado, o Mineiro, Saraiva conversou longamente comigo, como sempre. Deu detalhes do acidente, mencionou a admiração que sua rápida reabilitação causou no médico que o atendeu:

“Ele trabalhou comigo no dia 20 de setembro... O primeiro dia dele foi nesse dia em que eu me acidentei... Ele veio trabalhar um dia comigo... Aí naquele dia que faltou gás aqui, eu tive que ir atrás do gás... Aí, na hora em que eu ia sair com o bujão de gás, ali, sofri o acidente... Um moleque de quatorze anos... Era uma hora dessa, assim... Era sete horas... Por aí... Até hoje, nenhum gole d’água.... Não vieram me prestar nada... Mora ali embaixo... Vizinho. Um moleque vagabundo. Filho de mãe e pai vagabundos. Digo vagabundos porque a pessoa tem que tomar uma atitude qualquer... Para o pai vir aqui, tive que mandar mais de 10 recados... A mãe veio. Chegou a passar uma noite comigo lá na Santa Casa de acompanhante. Mas enfiar a mão no bolso... Perguntar quanto que custou isso ou aquilo, até hoje... Dez dias! Dez noites! Ela foi uma noite só. A única coisa que eles fizeram... Então, na entrada minha, lá... Para me internar, foi feito B.O... Então, quando eu fiquei bom, tive alta, eles voltaram lá pra me entrevistar. Eu pedi: - deixa eu melhorar para eu poder andar... Porque não estou aguentando andar porque a pancada atingiu aqui. Óh! E a costela... Se pega de cheio, tinha me matado... Uma moto a cento e pouco. Estava mais de 100 porque eu conheço velocidade. Devia estar nuns 120. Por aí... Essas motos grandes... Ele sumiu pra lá. E eu caí desmaiado. Quando voltei em si, aí surgiu um rapaz que estava bêbado para caramba... A pancada foi muito forte... Essas casas, aí na frente... Não tinha ninguém aí... Aí eu pedi para ele me tirar do meio do leito da estrada para evitar... Eu tive noção para isso: me tira daqui porque, de repente, vem um carro em alta velocidade e passa encima de mim... Aí, dei o braço direito para ele e falei: me puxa... Aí, ele me arrastou para fora da estrada... Aí ele saiu. Foi naquela casa ali. Aí, ela veio com o menino dela, me prestou socorro e me levou para a Santa Casa... Aí, essa vizinha que me levou no carro velho que eles têm aí ficou aquela noite comigo... Aí, foram cuidando de mim... Aí, botaram pino... Então, a mãe do moleque ficou uma noite. Só isso que eles fizeram por mim... Mas, como no Brasil, não existe justiça, então foi feito o B.O... Eu fui lá retificar o B.O. quando eu já estava andando. Pedi para ele um tempo, arrumei um advogado e botei na justiça... Perdas, danos e indenização pelo fato de eu estar aqui sozinho... Ninguém perguntou quanto eu gastei de remédio, o que me causou de prejuízo... Gera transtorno. Então não tomaram iniciativa de nada (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

A partir do acidente sofrido, bem como de seus desdobramentos, Saraiva pontuou a realidade social do assentamento. Nesse momento da conversa, fez uma análise – como sempre, muito crítica e lúcida – do Aurora:

Atitude correta de humanismo ele não tomou... Ninguém... E a chefia do INCRA também tem culpa no cartório... Tem... Eles têm culpa. Muita culpa. O senhor é professor. O senhor vai me dar razão... Porque um acidente desse... As pessoas que moram aqui dentro são mal instruídas porque qualquer agrupamento de gente tem que haver disciplina... Não é porque sou militar, não. Tenho visão da vida... Qualquer lugar que começa muita baguncinha, o efetivo tem a ver... É de praxe... Praxe que eu quero dizer é de costume, corriqueiro. Não é cidade. Então, aqui tem que ter disciplina. Aqui não tem... Essa existência do assentamento... Manja bem aonde eu quero chegar: essa existência do assentamento é uma seleção que vem de quem? Vem do INCRA. Por se tratar de um órgão federal, tem que analisar o

comportamento de quem mora... Porque, pra isso, faz mesa de seleção... Então... Se surgiu uma confusão entremeio ou um acidente ocasional, eles têm que tomar alguma atitude... O senhor me entendeu? (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Indagado sobre as rondas da polícia militar, Saraiva disse:

Vem, mas eu acho que faz olho grosso porque se botar eu para policiar isso aqui, patrulhar isso aqui, eu encho um caminhão truck só na meia volta que der... O senhor entendeu? Isso tudo tem que ser encaixado nessa pesquisa... O recurso de lenha não foi pouco. Não foi gasto aqui. A liberação de crédito foi mal-distribuído. Pessimamente. Desde o crédito-habitação. Veio de Brasília. Chegou e ficou no meio do caminho. Por aí... Não sei para onde foi... É um tal de entra chefe e saiu chefe. Por quê? Por que num órgão federal entra chefe, sai chefe?... Corrupção. Tem sindicância formada encima disso aí. E, de repente, o presidente já não é mais presidente. É outro qualquer... Vamos dizer que lá na USP... Desde quando o senhor entrou lá, a direção muda de 15 em 15 dias?... Não! Mas, de repente, o doutor fulano de tal é superintendente do INCRA, mas ele foi não sei para onde, vai vir não sem quem... Três, quatro meses, não é mais aquele... Então a gente fica com um olho no padre e o outro na missa (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

Saraiva, então, começou a falar sobre a situação vivida pela dona Rosa, sogra do Claudionor Macarrão.

Essa senhora aí está sofrendo lá em cima... Sofrendo consequência do engano... Então ela é sogra do Claudionor Macarrão. Ela ocupa um lote que era do irmão do Macarrão, mas sem documento. Então criaram aqui um corpo administrativo para ir atrás de atualizar a documentação dessas pessoas. É uma excelente pessoa. Ela... Merece o lote. E fica num tititi danado... Explorando ela... Dinheiro...A situação dela... Fazendo uma comparação é bastante calamitosa... Inclusive eu sou uma calamidade aqui... Considero assim: que aqui não tem ninguém documentado... Veio com essa finalidade expressa de lá... Aqui ninguém é assentado... Eu adianto isso pro senhor... Se ela aceita ou não... Querer acreditar ou não... Vocês lá da janelinha da USP... Vocês ve surgir mal aroma no Brasil... Porque eu sofri para defender a soberania nacional e sou sofrido até hoje porque eles botaram uma cortina de fumaça... Aí perde a visão. E assim vem vindo. Aí cassa o mandato do presidente... Mas não limpa o chiqueiro que aqui eles deixaram... Trocam as moscas, mas deixam os porcos. O troco tomou uma proporção tão tamanha que até mesmo aquele mais humilde ou mais intelecto que tiver de querer consertar, vai ter que desmorar tudo (SARAIVA, assentado no Aurora, 2018).

O telefone celular do Saraiva tocou, encerrando nossa conversa. Aguardei o final daquela ligação telefônica para me despedir dele. Prometi retornar no início de janeiro para entrevistar dona Rosa.

Desse modo, retornei no dia 09/01/19, após as 18 horas. Mas, apesar do horário, ainda fazia muito calor. Acima de 34 graus... No meio daquela tarde, na cidade, os termômetros esbarraram nos 37 graus.... Encontrei o Saraiva e o mineiro refazendo a cerca: mourões de eucalipto recém-cortados e arames novos saltaram aos olhos assim que cheguei. Outra mudança ocorreu no galinheiro: as galinhas

poedeiras, dessa vez, encontravam-se soltas, isto é, fora da área coberta e misturadas às caipiras. Porém, todas se encontravam escondidas, isto é, à sombra, protegendo-se do sol.

Fui em busca do depoimento de dona Rosa, mas não a encontrei:

Dona Rosa... O mineiro fica aí... Ela vem aí porque ela é quase esposa do mineiro. Então, eles já viviam juntos para lá... Quando pode, ela está aqui. Ela tem um filho que trabalha na cidade... Ela parece que tem três filhos... A filha é casada com o Macarrão... Ela é viúva... Verdadeiramente, não tem (lote)... Ela está sendo documentada agora... Ela entrou no lote que estava em nome de outra pessoa. A pessoa foi lá em Araraquara e deu baixa no nome dele... No INCRA... O INCRA usava o prédio da FERAESP... Então, o Piauí... O Piauí não é mais da FERAESP... A FERAESP deixou de atuar nesse negócio... Virou uma rivalidade danada... Não sabe se eles apoiam um lado, se apoiam o outro. De certa forma, o INCRA não dá dando definição de nada. A gente fica indeciso... FERAESP, INCRA... A tal de IBIS (Instituto Brasileiro de Inclusão Social) também. Só pode existir rivalidade... A IBIS é uma prestadora de serviço do INCRA. Firma terceirizada... A gente fica nessa situação... Aí ela pegou os documentinho para ela fazer não sei o que... Mas acho que ela não foi “siprada”, nem homologada, não. É uma pessoa boa... Siprada é uma pessoa que tá preparada, está reconhecida para ser titularizada... SIPRA (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Encontra-se disponível na Internet uma definição do SIPRA. Trata-se do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) e, segundo o INCRA:

[...] destina-se ao tratamento, sistematização e recuperação de dados sobre os Projetos de Reforma Agrária (desde a criação até a sua emancipação), bem como, dos beneficiários (da fase de cadastro, seleção, desenvolvimento sócio-econômico à titulação), propiciando desta forma o conhecimento da realidade nas áreas dos assentamentos. Atualmente o SIPRA tem informações de aspecto econômico-sociais, com registro dos programas ali desenvolvidos, e ainda, o cadastro atualizado de todos os assentados (INCRA, 2018, s/p).

Indagado sobre a situação do lote de Rosa perante o INCRA, Saraiva prosseguiu, ressaltando que o mesmo foi, em última instância, comprado:

O caso dela, no meu ponto de vista, está parado ainda... O antigo dono vendeu para o irmão do Macarrão, um tal de José. Esse tal de José cometeu um crime por aí... Foi preso... O lote ficou sem ninguém. Está preso ainda... O Macarrão trouxe a sogra dele (Rosa) para ocupar a casa do irmão... Para não perder. O irmão... Por estar preso, perdeu o lote. Aí, o antigo dono, ao invés de passar para o Zé, irmão do Macarrão, passou direto para dona Rosa... Esse que deu baixa em Araraquara... Foi 35 mil. De qualquer maneira, é pouco, mas é dinheiro... No momento, não tem filho nenhum morando com ela. Ela fica sozinha (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Amasiado de dona Rosa, mineiro trabalha como diarista para Saraiva. Mora na casa de Saraiva. Recebe 50 reais por dia, valor pago pelo filho de Saraiva que, frequentemente, visita o lote. Saraiva e o filho compram os insumos os mais variados para o mineiro trabalhar: sementes, mourões,

arames para reformar a cerca, animais etc. Em verdade, pai e filho tem um projeto: todos morarem no lote – Saraiva, a esposa (que é adoentada, mas apresentou uma sensível melhora) e o filho, que é divorciado. O filho também andou adoentado, mas já sarou. Divorciado, é pai de um menino de 14 anos, um rapaz muito alto e extremamente inteligente, com quem passa os finais de semana.

Saraiva ressaltou que, no Aurora, ninguém é titularizado:

A pessoa só passa a ser dona do lote e ter uma certa posição quando é titularizada... Quando sair o título de propriedade... Eles regulamentam aquele título... A pessoa passa a pagar uma taxa de imposto para o governo... Enquanto isso não acontecer, ninguém está documentado em definitivo. Seguram... Porque acaba a fonte da teta deles... O senhor lá na sua chacinha. O senhor paga imposto da chacinha... Imposto territorial... Aqui, nós não pagamos isso... Porque sempre eles têm a válvula de escape para explorar a gente. Nós somos vítimas de exploração. Eles pouco estão se importando se a gente está ilegal. O INCRA é um gigante adormecido. O governo... Pode até ter interesse... Mas a baderna deles criada por eles mesmos... Se documentar, a pessoa passa a pagar só o ITR... Acaba a fonte. Eles ficam sem serviço. O dinheiro... Passa pela mão deles. O problema é... Sai a ordem dos créditos lá de Brasília via banco. Chega no banco... Esses diretores, supervisores... Sabem que chegou um montante, vamos dizer, de 500 mil. Então, eles têm os grupos. Aqui tem um grupo, lá no Bom Retiro tem outro, lá não sei aonde tem outro... Aquilo ali só é lançado ao alcance da pessoa destinada... É controlado por eles depois que sai lá de Brasília. Aí é que está o problema. Se sai de lá, por exemplo, um crédito de 50 mil... Não, é porque tem que dividir isso em três vezes... Eles liberam uma parte. Aí, depois que liberam uma parte de 50 mil, eles dizem que o governo bloqueou a segunda e a terceira partes. O senhor entendeu o critério deles? Aí desaparece. Não, está bloqueado. Está bloqueado. Está bloqueado... É isso aí. Muita falcatura. Demais! Muito golpe sujo. É o que existe nisso. Por isso que não desenvolve. E o maior dos castigos: aonde tem mais esse tipo de corrupção é no estado de São Paulo. Nos outros estados é diferente... Eles querem ser mais inteligentes do que todo mundo. A pessoa, quando quer ser muita coisa, ela já apela por tudo. É complicado. E aqui não está mais desenvolvido. A culpa não é da pessoa que está aqui, não. A culpa não é da pessoa que está aqui. A culpa é dos portadores. Dos condutores, que interrompem... Uma hora, desmenda aqui. Vaza pra lá... Outra hora vaza aqui (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Vale esclarecer que os condutores, no caso apontado por Saraiva em sua fala anterior, são, em última análise, funcionários do INCRA.

Em seguida, perguntei ao Saraiva a que se deve a maior prosperidade aparente do assentamento Bom Retino, em comparação ao Aurora:

Lá tem uma pessoa, que conhece as coisas... Lá ele soube fazer a seleção (dos assentados). E aqui não. Ele é muito mais inteligente. Pode ser pior de caráter, de moral. Mas ele é mais inteligente. E ele fez a cabeça do pessoal. Ele tem mais poder de liderança... Porque isso aí é quase que comum. Até entre família... Um pai e uma mãe não tem poder de liderança sobre os filhos. O outro tem. Então, tem essa oscilação (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Lembrando que, no Bom Retiro, tem produtor de verdura que comercializa a produção, Saraiva destacou que, ao contrário, no Aurora, as pessoas dependem de recursos próprios para viver. Além da sua própria aposentadoria, Saraiva conta com a injeção de recursos proporcionada por seu filho, que é trabalhador assalariado em São Carlos, onde mora com a mãe. Trata-se de uma exceção à regra. No Aurora, predomina a carência material generalizada. Para Saraiva, não há muitas opções para os assentados do Aurora: ir embora para buscar recursos noutro lugar; morar no Aurora, mas trabalhar fora; ou ficar no assentamento sem fazer nada. O octogenário lembrou, mais uma vez, que nem rede de distribuição de água existe no Aurora: “é tudo adaptado”, conforme relata.

Em meio àquela conversa, deduzi que, se houve, no Bom Retiro, a seleção mais criteriosa dos assentados por parte de seu líder, isso poderia implicar na presença, lá, de um número maior de integrantes da classe social camponesa, em comparação com o Aurora. Sobre isso, Saraiva completou:

Já falei para o senhor que lá teve uma pessoa que soube selecionar... O líder lá é Isaqueu... É uma pessoa comunicativa. A gente conversa com ele. Percebe que ele tem outra mente de desenvoltura. Não tem ganância de querer atrasar a vida da pessoa para poder usar aquilo como ponto de referência para ele... Veja como é: para nós podermos fazer isso, nós vamos gastar tanto... Veja bem como é que é: nós vamos gastar tanto com viagem para ir em tal lugar. Depois não sei mais o que... Aí, faz uma reunião. Pega aí 20, 30 reais de cada um. E, muitas das vezes, essa viagem não é feita. Então, o troço fica do mesmo jeito. E, quando é feita... Se vem de lá com ordem para ser transmitida aqui... A ordem vem, chega, fica ali na estrada. Dali some... Ah... Não deu pra fazer porque não sei o que tem... Passa mais uns tempos... Inventa outra coisa. Porque aqui já foi prometido fazer a titulação definitiva. E nunca foi feito (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Na sequência, eu perguntei se, lá no Bom Retiro, já havia saído a titulação. Saraiva me respondeu, ressaltando que não há qualquer documento que comprove a propriedade da terra. Só há comprovante de residência, constante na conta de eletricidade que cada família paga:

Mesmo que não saiu... Lá, eles tem guia de nota fiscal. Aqui nós não têm... Essa guia é emitida através do DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)... Aqui, até o DAP que nós tínhamos venceu... Cada um tem o seu... Aqui, nós tínhamos também... Então, para poder tirar guia de nota fiscal, tem que levar no despachante... O despachante emite... Nosso aqui, quando sai, só vale por um ano porque não é registrado na Receita Federal, nem no Cartório de Imóveis da cidade... Quando fizeram a mesa de seleção, que determinou que virou de acampamento para assentamento, eles não registraram no cartório (ao contrário do que teria ocorrido no Bom Retiro). É defeito de documento. Fizeram a seleção em três vezes. Foi três reuniões de seleção que houve aqui. Cabia aos coordenadores regionais registrar aqui nos livros de registro de imóveis. Não registrou! Então, ninguém é dono de nada... Não é oficializado. É isso! A pesquisa que o senhor está fazendo tem que tomar conhecimento dessas coisas. Agora, por que não registrou? As pessoas que eram responsáveis por essa parte... Quase que nenhum deles está mais no INCRA. Quem substituí eles não tomaram conhecimento da cagada que eles fizeram com a terra aqui... Tem que haver um levantamento... (O assentamento Aurora) não está registrado em cartório (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Além da inexistência de qualquer documento que garanta a terra aos assentados, o Saraiva ressaltou, mais uma vez, o sumiço do dinheiro oriundo da madeira que foi extraída das terras da antiga fazenda Aurora. Em seguida, questionei a existência da associação, uma vez que não existe qualquer documentação que comprove a qualidade de assentados das famílias do Aurora:

Isso vai até um certo ponto e para no meio caminho... Não tem teor nenhum de origem de nada. Nada, nada... Nada aqui é oficializado... É tudo clandestino. Se eu quiser vender ovo de galinha, tenho que vender clandestino. Se a pessoa interessar de comprar... Eu plantei aí... Tem mais ou menos umas 800 covas de mandioca. Eu vou comer isso tudo. Eu vou vender... Eu vou vender de que jeito? Clandestino. Essas galinhas ali... Quero vender um bocado. Vender clandestino... Se não tiver alguém para dar um empurrão no nosso caminhão velho, nós vamos ficar toda a vida com o caminhão encalhado dentro do brejo... Atolou. Tem que ter um guincho (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Ao comentar com Saraiva a falta de aptidão de muitos assentados, usei o exemplo dos irmãos Borges, que são os herdeiros, de fato, dos pais. No lote deles, só há uma casa inacabada, ainda bem precária. Nenhum plantio. Mesmo porque eles não possuem qualquer aptidão para o exercício do campesinato, nem recursos financeiros necessários para a aquisição dos insumos. Sobre essa questão, Saraiva comparou esse caso com o de Rosa, amasiada de mineiro, que também não conhece nada de plantação. Está ali graças aos interesses do Macarrão, seu genro. Por fim, Saraiva concluiu que, no limite, também se encontra na mesma situação, já que não há qualquer documento que comprove sua existência naquele assentamento:

Tem muitos nessa situação. Aqui não tem nada legitimado, nada documentado... Nem eu, nem ninguém. Eu estou aqui porque já perdi meu tempo. Quando eu comecei a me acordar... E constatar que aqui é um ninho de galinha cheio de piolho... Eu já tava aqui. Então, eu continuei... Eu sou simplesmente um posseiro... Invasor. Sei lá... O INCRA está parado muito antes do Bolsonaro... Está do mesmo jeito que entramos aqui dia 13 de janeiro de 2007... Só vi conversa afiada... O cartório aí não tem nem conhecimento de nada. Nada. Fórum: nada. Isso aqui aí é um emaranhado. Uma teia de aranha... Por que foi mal distribuído o crédito-habitação? Muito mal distribuído... Crédito... Foi entregue. Por exemplo, de cada três, foi entregue um (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Quando voltamos a discutir a falta de aportes financeiros e auxílio técnico para o exercício do campesinato, não apenas da dona Rosa, mas da esmagadora maioria dos assentados no Aurora, Saraiva usou essa metáfora:

Eu ainda sei plantar alguma coisa, sei criar alguma coisa... Eu já fui bem de vida com terra. No Rio de Janeiro... Eu tinha produção própria... Eu conheço isso... Eu não tenho recurso, mas entendo um pouquinho... Tudo, para gente conseguir, tem que ter despesa, gasto. Até para trabalhar, a gente tem que pagar. Primeiro, a gente paga para depois receber. Não é assim?... Se não tiver fonte para bancar isso, tem que ir a pé, tem que se danar tudo... Dormir na casa de parente, de amigo, perto do serviço... Muito deles passa até fome... Eu já vi (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Com sede, Saraiva se levantou para tomar água. Em seguida, convidou-me a percorrer a parte cultivada do lote, aproveitando o cair da noite, quando, finalmente, estávamos livres do sol escaldante. Saraiva, então, comentou o interesse do filho em se mudar para o lote, juntamente com sua mãe (a esposa doente). Em seguida, convidou-me para dar uma volta no lote. Ressaltou a existência de cerca de oitocentos pés de mandioca, que foram intercalados com o milho, feijão-de-corda, feijão-andu, batata doce, abacaxi, abóbora e árvores frutíferas, como amoreiras, abacateiros de diversas variedades e uma jabuticabeira (plantada nesse mesmo dia com cinza de fogão de lenha), além de outras espécies pouco conhecidas na região – cajá, limão siciliano, araticum, sapoti.

Lembrou, ainda, que teve prejuízo com o gado, uma vez que o filho, dono do rebanho, vendeu os animais por um preço inferior ao que comprou. Foram quatro anos de trabalho, cuidando de 42 cabeças de gado leiteiro. Era pouco espaço e pouca comida. Saraiva disse que é possível tirar renda de gado, mas tem que ter poucas cabeças (três ou quatro cabeças), dado o tamanho restrito do pasto. Hoje, há duas éguas e um cavaleiro no pasto.

Em seguida, perguntei ao Saraiva como é feito o plantio manual:

Se o senhor está, sozinho... Fura os buracos com enxadão... Depois de um certo trecho que estiver furado, o senhor pega uma vasilha e joga em cada covinha daquela três, quatro grãos... E tampa... Tem várias qualidades de milho... Não pude comprar... Então, tinha um pouco aí e plantei por tudo... Ou eu vou vender... Se não vender, eu consumo porque tenho galinha... Se guardar bem guardado, tem para o ano inteiro (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Perguntei como se armazena a semente para o próximo ano:

Tem que saber como é que faz... Deixa ela bem seca... Tira os grãos de uma ponta e da outra; do pé da espiga e da ponta. E planta só o meio... Não sei se o senhor já viu a espiga de milho que só tem o sabugo puro... Então... É por causa disso... Se tiver aquele produto que faz a semente ficar avermelhada... Aquele produto é herbicida... De acordo com a quantidade de milho, bota a quantidade de herbicida no grão... Aí deixa conservando um tempo para ele poder “acasalar” o produto com a semente e planta para evitar de bicho comer e falhar (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Aproximamo-nos, então, da cerca que estava sendo reformada pelo mineiro. Fiquei sabendo que os mourões usados foram feitos a partir do eucalipto extraído do próprio lote. Os eucaliptos, em sua maioria, são rebrotas da produção original, que há cerca de um século, já eram cultivados na antiga fazenda Aurora. Mas há, também, algumas árvores que foram plantadas pelo Saraiva.

Interessante registrar, ainda, que em meio aos eucaliptos pude avistar muitos arbustos de cerrado. Uma evidente tentativa da natureza de se regenerar, característica observada em grande parte do assentamento, apesar do uso centenário daquelas terras para o cultivo de eucalipto. Nesse instante,

notei que, defronte à cerca, isto é, às margens da estrada de terra, Saraiva havia preparado a terra, que já respondia, uma vez que algumas plantinhas já despontavam. Eram plantas de milho e feijão andu, e Saraiva atalhou: “Ali, eu plantei duas ruas de feijão-andu porque o feijão-andu enfeita a beira do caminho... Feijão-andu ninguém rouba porque tem que ter o trabalho de descaroçar”.

Notei, também, que havia, na cerca, um mourão mais alto do que os demais. Fui informado pelo mineiro, que, nesse instante, guardava as ferramentas usadas ao longo do dia, e pelo Saraiva que aquela peça era usada no processo de construção da própria cerca. A esse assunto, seguiu-se o tema da formiga, muito presente em meio aos eucaliptos, exigindo um combate permanente. O fato é que a esperança continua viva no semblante e nas palavras de Saraiva:

Eu estou aí pelejando para ver se consigo alguma coisa aí... Eu tenho muita esperança... Já teve ocasião que eu vivia quase o ano inteiro com a rendinha que tinha aqui. Para manutenção minha dava, entendeu? Aí meu filho cismou de criar gado... Aí danou tudo e me ocupou. E me matou... Foi difícil... Porque tem vez que o senhor cria três, quatro cabeças. O senhor ganha mais do que aquele que criou cinquenta cabeças. O senhor aproveitou aquelas duas, três cabeças. Quem criou as cinquenta cabeças botou fora. Que nem no caso dele... Não soube negociar... Perdeu... Rolo... Vendeu barato... Trocou com coisa que não valia nada... Era girolonda. Gado leiteiro... Uma média de cinquenta, sessenta litros. Dava diariamente... Vendia de qualquer jeito. Não sei nem o que ele fazia com o leite. Se perguntar o que ele fazia com o dinheiro do leite. Eu não sei... Meu filho... Quatro anos e pouco perdido a troco de quê?... Tudo vaca. Tinha bezerro... Tinha três touros... Era eu e um outro rapaz que tinha aí que fazia uma enrolada danada que nem ele entendia... Girolando... Aqui... Isso aqui era puro capim... Capim que eu plantei. Napier para criar o gado... Óh... Aqui tem mandioca nascendo... Aí... Novinha... Óh... Só depois de sete meses que ela começa a dar produção. Dura sete meses. Sete, oito meses... Mandioca funciona assim... Só é boa mesmo para consumo... Entre sete meses e um ano... Depois, já começa a ficar velha, ficar sem cozinhar... Dura. Aí, o senhor vai tratar de criação. A minha mandioca... Todo e qualquer tipo de criação come... É galinha, porco, pato, cabrito, vaca. Tudo come mandioca... Isso aí é uma fruta que chama araticum... Araticum... É fruta do norte. Da Bahia... É gostosa essa fruta no último... Aquela ali é sapoti... Vou dando uma ajeitadinha e vou tocando devagar. Todo dia eu faço alguma coisa (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Após tecer elogios à impressionante e rápida transformação visual e prática do lote de Saraiva, quando ensaiava minha despedida, ouvi, de forma espontânea, essa análise do Saraiva sobre os desacertos generalizados do Aurora:

Aqui... Para poder consertar. Agilizar isso aí. Tem que começar do zero... Não tem progressão. Não tem objetivo nenhum... Nenhum, nenhum, nenhum, nenhum... Só conversa... Não sei o que virou. Uma favela... Não é adotado pela popularidade da cidade... Não é adotado. Nós somos mal vistos, entendeu?... Nossa presença na cidade, no meu ponto de vista, é sinistra, malvista (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Questionei-o sobre a causa dessa rejeição, e sua resposta:

Mal princípio... Por exemplo... Quer ver, óh... Vamos fazer uma suposição: o senhor chega num lugar. É uma casa meia marginalizada... O que vai ocorrer? O senhor vai ficar meio cismado com o ambiente. Não fica? Assim é aqui. Então, nós... De um modo geral... No meu ponto de vista. Nós somos antissocial. Sem querer. Aqui não tem ninguém documentado. Aqui não tem ninguém dono de nada. Já cansei de falar. Agora, o por que... Eu vou ficar devendo... (A cidade) tem preconceito... E, por isso, não libera, não ajuda em nada... Vai prefeito, vem prefeito. Fala “que não sei o que”, fala “não sei o que lá”... Bla bla bla... (Na eleição) aparece... É... Porque meu voto vale tanto quanto o voto lá dos bonitão da cidade. Só por isso. O interesse deles é o voto (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Sobre a ineficiência do poço mais novo, construído no ano de 2018, mas ainda inoperante, Saraiva disse sobre o descaso do INCRA:

Foi o INCRA que fez. Mas determinou mal... Vai entender... Ali tem um novo. Ali tem outro novo... Já tinha um que tava parado... Eles não concluem nada. E aí faz só para fazer fachada... Eu disse para o senhor outro dia que, lá em Brasília, tem um documento que diz que aqui foi tudo destocado. Que documento é esse? Documento falso. Se eles quiserem me incriminar, pode me incriminar. Vamo lá... Aqui, até hoje, só apareceu ladrão e safado diante da minha vista (risos) (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Na sequência de nossa conversa, resolvi me reportar novamente ao Saraiva. Perguntei, então, como ele definiria o que chamou de *ambiente estranho* do Aurora:

Qual é a estranheza? É porque nada produz, nada evolui. Sempre tem empecilho. Não se pode confiar em ninguém... A cidade tem uma expectativa... O senhor tem sua fonte de renda, o seu emprego... Lá... O que o senhor cuida... Comércio, o seu trabalho... O senhor vai. Faz sua parte etc. Paga o IPTU da casa que mora, paga aluguel ou não... Então, tem um objetivo, tem uma expectativa. Aqui, não tem... Aqui, em um “embarreiramento”. O estranho aqui é o “embarreiramento”, o embaço... Vamos dizer que o senhor é um autônomo. Trabalha por conta própria. O senhor pagou sua mensalidade, pagou sua conta de luz, pagou sua conta de água... O senhor tem um comprovante de endereço. Aqui tem o comprovante de endereço... Mas esse endereço é clandestino... Nada é oficializado... Eu tenho só o que está no meu nome aí: a conta de luz... Só... Nada que eu considere documento. Nenhum... A RIPASA... Se quiser voltar para plantar eucalipto, pode porque eles têm poderio... Doze anos se passou... Em doze anos, não deu para fazer nada? Ali, tem cartório aberto. Fórum aberto. Passou já vários juízes por lá. Quer dizer que quem está aqui não é gente? Não é brasileiro? Eu, que vim para cá, acreditando no que eles falaram para mim... Com o intuito de trabalhar. Quem falou a verdade? Quem que é que está falando a verdade diante disso? (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Concordando com o raciocínio de Saraiva, mineiro completou:

“Aqui dentro, tem uma máfia. Tem uma máfia aqui dentro. O Saraiva sabe. Você também está bem por dentro. Óh: fulano vai ser homologado. Fulano precisa de dinheiro para viajar. Ah... Amanhã, nós precisa de dinheiro. E o povo vai dando. O que acontece? Já tem neguinho reformando casa... Tem neguinho que já montou bar... Tem neguinho que não tinha um carro; já tem carro... E nunca homologou.

Não homologou. Só pediu dinheiro. Uai. Existe uma coisa dessa? Eu, se tivesse um lote meu, não dava um centavo! Eu não! (MINEIRO, assentado no Aurora, 2019).

Saraiva também não dá mais dinheiro para ninguém dentro do assentamento. Nem para a associação:

Associação... Aquilo é tudo clandestino. Pergunta se tem alguma coisa registrada na Receita Federal, no Cartório de Imóveis... Se tem inscrição, pelo menos municipal... Pode até ter, mas é frio. Não é documento. Não funciona. Para mim, não é documento... Eu pagava, parei... Dá um recibinho feito em casa... Quero saber se tem alvará. Cadê o alvará? Cadê o CNPJ? Cadê o endereço, telefone para contato? (SARAIVA, assentado no Aurora, 2019).

Novamente, Mineiro foi ao encontro da fala de Saraiva:

Igual esses dias para trás... A Rosa... Pediu um dinheiro para Rosa. A Rosa deu o dinheiro. Depois voltou. Pediu tudo as papelada... O xerox... Tudo para Rosa tirar. A Rosa tirou... Piauí, a mandado da outra, lá de baixo... A coordenadora Cristina... Que o Piauí mandou pedir os documentos e o dinheiro pra viajar; pagar os documentos. A Rosa foi lá, tirou xerox, guardou para ela. Aí voltou: tornou pedir os documentos de novo, esses dias... A Rosa falou assim: eu já dei meus documentos certinho (RG, CIC, tudo, endereço...). Não... Perderam... A Rosa: como perdeu? Não mandou? Olha aqui: a cópia do que eu mandei. Precisou tirar tudo de novo. Pediu mais dinheiro... Precisa viajar... Só ladroagem... Olha aí: comprando casa, arrumando casa... O Piauí não trabalha. Só fica nessa enrolada aí, comendo e bebendo... Realmente. Onde que ele mora é um lixo. Eu conheço lá... É um lixo a casa dele. Só se consertou (MINEIRO, assentado no Aurora, 2019).

Mineiro encerrou a conversa, comparando Descalvado com Ouro Verde de Minas no tocante à renda e às perspectivas de uma vida melhor:

Aqui é mais gente. Lá tem menos gente. Lá em Minas? Nós temos terra, mas temos documento, temos escritura. A situação lá... É café lá que dá dinheiro. Mas o que acontece? Por isso que eu vim embora de lá para cá. Por que lá... É o jeito de falar. É os grandes engolindo os pequenos. Porque tem época que a situação não está muito boa... Você colhe o café adiantado se puder ir mantendo a situação. Mas o que acontece depois? As vezes aperta. Dá doença e tal e tal... Você vai lá. Vende um café adiantado... Para viver um pouco. Para você se manter na situação... Aí você acaba colhendo o café. Lá tem essa malandragem: você colhe o café ou o feijão. O preço faz “xu”: lá embaixo. Você é pobre; você não pode guardar... Você entendeu? Aí eu esmoricí. Eu tinha 30 mil pes de café novo, plantado, produzindo... Eu vim embora... Não adianta.... Ah... Hoje tem um pouco de gado lá. Tem animal, tem café. Minha mãe arrenda para os meus primos, lá. Minha mãe está na terra. Nós temos muita terra. Tem gente que é assim: quando está de bicicleta, oferece carona para você. Quanto tem carrão, ele passa, nem te conhece, fecha até os vidros (risos). Mas é, ué! Conheço gente que é assim. São os grandes engolindo os pequenos... Se eu ganhasse na megassena, eu ajudaria a pobreza. Um hospital. Eu ajudaria... Porque ninguém sabe o dia de amanhã (MINEIRO, assentado no Aurora, 2019).

Movido pela observação feita por Saraiva em relação à documentação, isto é, à titulação dos lotes do Aurora, em 15/01/2019 fui ao Cartório de Imóveis de Descalvado, onde solicitei a Certidão de Matrícula das terras do assentamento Aurora. Constatei uma realidade jurídica que vai ao encontro com as observações tecidas por Saraiva, quando daquela última visita. A referida fazenda era maior, uma vez que possuía 250 alqueires, desmembrados da Fazenda Bella Aliança, em 1936, quando foi vendida à Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Em 1942, ocorreu outro desmembramento, quando 22 alqueires foram vendidos à Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), extinta empresa estatal paulista, que era voltada ao estímulo da economia rural, fortemente abalada pela crise de 1929. Mas a matrícula não aponta o *paradeiro* dos demais 228 alqueires que integravam os 250 alqueires da área que foi desmembrada da Fazenda Bella Aliança, em 1936.

Em 1987, a CAIC mudou de nome: Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP), hoje vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Porém, nesse mesmo ano (1987), o governo paulista averbou essas terras – intituladas Horto de Aurora – em nome da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), outra empresa estatal. Cumpre lembrar que, até a data em que solicitamos o registro dessas terras, isto é, até 17/01/19, o Horto de Aurora ainda se encontrava registrado no cartório de imóveis de Descalvado no nome da FEPASA, que, por seu turno, foi encampada, em 1998, pela Rede Ferroviária Federal (RRFSA) que, por fim, também deixou de existir, sendo extinta pela Lei 11.83, de 31 de maio de 2007 (RFFSA, 2007).

Desse modo, constata-se que a situação obscura do Aurora vai além dos dados pouco precisos e desconstruídos fornecidos pelo INCRA, conforme já expusemos neste trabalho, bem como pelos próprios beneficiários e líderes de movimentos sociais e/ou sindicatos ligados ao assentamento.

Quanto à antiga RFFSA (2007, s/p), apesar de autorizar a venda e/ou o aproveitamento dos bens imóveis não operacionais “em programas de regularização fundiária e habitações de interesse social para atender à população de baixa renda”, os textos publicados sobre o assunto, no tópico *Inventariança*, na *homepage* da empresa ferroviária, são muito vagos. O que se sabe é que, do ponto de vista jurídico, a mesma se encontra sob a tutela da Advocacia Geral da União. Do ponto de vista da inventariança, está sob os auspícios do Ministério dos Transportes.

Uma coisa parece certa: a análise de Saraiva quanto à falta de garantia jurídica dos beneficiários. De fato, os assentados – regulares ou irregulares – não dispõem de qualquer documento lavrado em cartório que comprove ou garanta a posse de seus lotes. A qualquer momento, algum órgão público ou pessoa – seja jurídica ou física – pode se dizer proprietário daquelas terras. Essa situação também se observa nos outros dois assentamentos do INCRA existentes em Descalvado, como pude observar nessa visita ao Cartório de Imóveis de Descalvado. Porém, deve-se levar em conta que os três

assentamentos se encontram em processo de regularização. Ou seja, não estão concluídos. Portanto, seus moradores ainda não receberam o título de propriedade.

Trata-se enfim de uma realidade ainda distante da sonhada titulação dos assentados, o que, aliás, está previsto pelo INCRA:

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária receberão contratos de concessão de uso ou títulos de domínio, instrumentos que asseguram o acesso à terra. O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar. O Título de Domínio (TD) é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e que o assentado tenha condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio. Além da garantia da propriedade da terra para as famílias assentadas, a titulação efetuada pelo Incra contém dispositivos norteadores dos direitos e deveres dos participantes do processo de reforma agrária, especialmente do poder público (representado pelo Incra) e dos beneficiários, caracterizado pelos assentados. Tendo em vista a importância da política de titulação dos assentamentos, o Incra publica a relação dos beneficiários contemplados com os documentos de titulação em cada uma das superintendências regionais a partir de 2001, conferindo publicidade ao processo de emissão de títulos de domínio e de contratos de concessão de uso de lotes em assentamentos criados pela autarquia (INCRA, 2017b, s/p).

Nesse mesmo linque¹⁵, estava disponível, nesse mesmo dia, o Relatório Acórdão TCU 753/2008, datado de 25/07/2018, onde aparecia o nome de um casal Maristere Souza Santos e Luiz Vieira dos Santos, do PDS Comunidade Aurora, como contemplados no Contrato de Concessão de Uso, que havia sido expedido no dia anterior (24/07/2018).

Com base em todos os nossos trabalhos de campo realizados no Aurora, disponibilizamos uma visão da realidade social que encontramos no assentamento. Esses sistemáticos trabalhos de campo nos colocaram em contato direto com os cenários socioespaciais do assentamento Aurora, fato que nos proporcionou conhecer melhor, enfim, o cotidiano dessas pessoas, e que pode ser entrevisto nas narrativas pessoais aqui transcritas.

Desse modo, isto é, por meio dos relatos sobre suas histórias de vida, pudemos desvendar as relações sociais de produção dessas famílias ali assentadas, num território que, ao mesmo tempo em que resiste ao avançado processo de territorialização dos monopólios, relaciona-se de modo contraditório e dependente do capitalismo, sobretudo quando se constata que, no Aurora, praticamente ninguém vive efetivamente do trabalho familiar.

¹⁵ <http://www.incra.gov.br/titulacao>

Ao contrário, seja por meio do trabalho assalariado formal ou informal, seja por meio da previdência social, que garante o recebimento de aposentadoria aos idosos do assentamento, muitas famílias e seus agregados do Aurora mantêm relações com o modo capitalista de produção. É o caso, por exemplo, daqueles indivíduos que trabalham por meio do assalariamento. Há, também, os casos de camponeses que vendem seus produtos, bem como daqueles que trocam parte da sua produção por outros itens indispensáveis à vida, como remédios e artigos de higiene.

Dito de outro modo, um fato recorrente na trajetória das pessoas que vivem nos lotes do assentamento, com as quais mantivemos contato, por meio de conversas informais e entrevistas com seus líderes, constatamos que, grosso modo, as famílias assentadas – estejam elas em situação regular ou irregular perante o INCRA – obtêm renda de atividades estranhas à terra. Muitos dependem de aposentadorias dos membros mais velhos da família; outros simplesmente trabalham na cidade, seja como empregados assalariados ou autônomos (pedreiro, por exemplo).

Há, ainda, aqueles que trabalham no campo. Nesse caso, também se enquadram os autônomos (coletor de bambu, por exemplo) e os trabalhadores assalariados, geralmente vinculados a grandes empresas como usinas de açúcar/destilarias de álcool e fazendas modernas, como uma produtora de leite, cujas terras se espalham entre os municípios de São Carlos e Descalvado. No entanto, esses camponeses têm se diferenciado, cada vez mais, pelas condições socioeconômicas. Alguns já se mostram – visivelmente – mais ricos; outros, bem mais pobres. Há alguns que são intermediários, ou seja, nem ricos, nem pobres. Esses já investiram na produção, e agora aguardam a comercialização o momento de vender suas mercadorias. Mas há também famílias extremamente pobres.

7.4 O AURORA QUE ENCONTREI EM 13/14/2019

Em abril de 2019, retornamos, eu e o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, orientador desta dissertação, ao assentamento Aurora. As nuances sociais já relatadas no final do tópico anterior foram confirmadas por nossas observações. De fato, saltou aos nossos olhos uma grande e crescente discrepância socioeconômica entre os lotes. Nessa ocasião, percorremos durante seis horas ininterruptas, praticamente todo o assentamento, o que nos permitiu observar bastante a situação produtiva dos lotes. Ademais, pudemos conversar com alguns assentados, inclusive com camponeses que ainda não conhecíamos.

À primeira vista, constatamos o predomínio da braquiária em meio às rebrotas do cerrado. Ressaltamos que esse tipo de pastagem foi semeada, constituindo-se, portanto, num indicativo importante da presença de algum manejo relacionado à pecuária bovina naqueles lotes que não possuíam – nesse dia – qualquer benfeitoria como cercas e/ou animais pastando.

De fato, não obstante a pequena dimensão dos lotes (2,5 alqueires), a presença de gado bovino não é rara por ali. Pelo contrário, em muitos deles, em meio aos arbustos do cerrado, como o angico, que vimos em franca regeneração naqueles lotes desprovidos de eucaliptos e de outros plantios, a braquiária, ainda viçosa pelas águas de março e dos primeiros dias de abril, dava o tom claro ao verde do assentamento.

Contrastando com esses lotes praticamente improdutivos e recobertos por braquiária e espécies do cerrado em processo de regeneração (alguns dos quais sem sequer uma cerca), apareceram outros tantos cultivados, bem como aqueles que detinham rebanhos bovinos e equipamentos não condizentes com as origens humildes da maioria dos assentados e/ou com os recursos financeiros disponibilizados pelo INCRA até aquele momento. Tal assimetria mostrou-se muito mais acentuada do que nas vezes anteriores que estive no assentamento.

Com base nessa assimetria observada, julgamos a pertinência de classificar os lotes em cinco diferentes níveis socioeconômicos. Recorrendo a essa classificação, identifiquei, no topo da pirâmide socioeconômica do assentamento, alguns poucos lotes que refletem a incorporação de pesados investimentos financeiros, incompatíveis – afirmamos – com os recursos disponibilizados pelo INCRA e com as origens pobres da esmagadora maioria dos assentados.

No *primeiro grupo*, destacaram-se, por exemplo, quatro lotes, conforme relatado a seguir:

- Lote 40, pertencente ao pai de um funcionário da multinacional francesa Royal-Canin, a maior empresa atualmente instalada em Descalvado. Nesse lote, observamos uma infraestrutura sofisticada e cara, composta por baias, ranchos e casas grandes e bem-acabadas, cercas reforçadas por até catorze fios de arame paraguaio, poço próprio, quadras recobertas por cana-de-açúcar e capim Napier, plantadas especificamente para o trato do gado etc. Essa estrutura parecia extrapolar, também, os limites (fronteiriços) do referido lote. Nesse caso especificamente, dois lotes contíguos apresentavam tamanha sofisticação material para os padrões do assentamento, que pareciam pertencer ao mesmo *dono*.
- Lote 55, pertencente ao Macarrão, que comporta casas grandes avarandadas, tanques de peixe, pasto piquetado, bem como alguns bovinos e equinos robustos pastando. Uma frota de carros velhos, composta inclusive por um caminhão, também se encontrava no interior desse lote. Todos esses equipamentos também pareciam ultrapassar os recursos fornecidos pelo INCRA.

- Lote 01, pertencente à família Marini, cuja fonte de renda provém das festas de peão que organiza, país afora. Por isso, seu lote se encontrava totalmente aproveitado, sobretudo por pastagens divididas em piquetes ocupados por cavalos e bois, animais esses usados em festas de rodeio. Soma-se a isso, uma enorme quantidade de galinhas, produzidas num galpão, composto por uma estrutura pré-fabricada alta e coberta, obviamente inexistente na maioria dos lotes do Aurora. Em conversa informal, ocorrida em 04 de maio de 2019, em nossa última visita ao Aurora, quando concluía o trabalho de fotografia dos lotes pesquisados, comprovamos essa tese. Roberto Marini, natural de Descalvado, possui, de fato, uma empresa de rodeios que vale mais de seis milhões de reais.

No *segundo grupo*, apareceram lotes, cuja área – praticamente total – encontrava-se cultivada por árvores frutíferas (notadamente mangueiras), cafezais, mandiocais etc. Enquadraram-se nessa classificação, por exemplo, os lotes do Toninho, do Abílio e do Nei (cujas terras se encontravam remexidas, indicando sua preparação para o replantio). Nesses casos, as casas também eram maiores do que o tamanho padrão do assentamento. Muitas delas eram dotadas de um tipo de acabamento, visivelmente incompatível com os recursos fornecidos pelo INCRA para esse fim (construção de moradias). Assim, no segundo grupo temos:

- Lote pertencente ao entrevistado Nei, assentado que obtém sua renda do frete de seus dois caminhões, usados para transportar *cama de frango*. Esse esterco, misturado à palha forrageira do galpão das aves, é retirado das granjas, ao término do período de 44 dias, aproximadamente, de crescimento/engorda desses animais e vendido para pecuaristas alimentarem (prática proibida) seu gado durante os meses secos do inverno; e também para agricultores adubarem a terra.
- Incluso nesse segundo grupo, está um lote que possui uma horta muito bem cultivada numa quadra relativamente pequena, situada ao lado da casa. Destacamos que tal cultivo apresentava, visivelmente, escala qualitativa e quantitativamente comercial. Tratava-se de algo inédito no Aurora: pela primeira vez, havia avistado, ali, um plantio de hortaliças notadamente voltado à comercialização.
- Lote pertencente ao Cícero. Conhecemos esse assentado após observá-lo enquanto trabalhava em sua plantação de maracujás, em companhia de um ajudante. Cícero mora no lote, em situação regular, em companhia da esposa e da filha casada, formada em advocacia. Durante a semana, Cícero trabalha no corte e venda de madeira de

eucalipto, usada para escorar laje durante as obras, isto é, no processo de construção de casas. Nos finais de semana dedica-se ao cultivo de quiabo e maracujá. Após comprar, de “segunda mão”, em Santa Rita do Passa Quatro, mangueiras para irrigação, decidiu expandir bastante a área de cultivo de maracujás. Além do encanamento, instalou também as varetas, necessárias à sustentação dessas plantas, o que nos chamou a atenção à distância, quando percorríamos uma estrada do assentamento. Esse caso se constituiu, assim, numa situação mais específica, dado que o referido assentado se encontrava, no dia dessa visita, num estágio ainda muito inicial, a saber, investindo recursos e o tempo de seus finais de semana no início de uma atividade econômica para fins comerciais, cuja resultante ainda parecia ser bastante incerta.

- Lote pertencente ao Paraná. Conhecemos esse assentado quando chegava em seu lote, que abriga um cafezal novo e muito viçoso. Paraná obtém a renda familiar fazendo cercas, uma vez que o lote ainda não é capaz de garantir seu sustento.

Quanto ao *terceiro grupo* constitui-se por lotes cuja área apresenta algum manejo, mais restrito ao entorno da casa – via de regra, uma moradia pequena e inacabada – e voltado para a produção de alimentos para autoconsumo. Árvores frutíferas, tubérculos, galinhas, caprinos e bovinos eram, nesses lotes, produzidos para garantir a alimentação da família. Nesse caso, por exemplo, enquadravam-se os lotes da Ivani, do Anderson, da Natalina e do Diego.

O *quarto grupo* reúne aqueles lotes praticamente intocados na data dessa visita realizada em abril de 2019. Enquadramos, aqui, o lote da Maria Pereira Tristão e o do seu genro, Guarujá. A primeira, uma idosa extremamente pobre, porém aposentada, que vivia cuidando dos filhos e netos. O segundo obtinha renda, vendendo tapioca nas praias do Guarujá (cidade de onde procede), durante as férias e os feriados prolongados. Aqui também aparecia o “lote do pastor”, que, como se sabe, apoderou-se das terras de forma ilícita. Por isso, o assentado expulso desse lote estava reivindicando a retomada da terra na justiça. Nos lotes da Maria e do pastor, nem cerca existia, retratando um abandono quase absoluto do manejo da terra. Nos três casos, uma herbácea local, o capim-amargoso, predomina, ao lado de angicos novos, indicando a rápida regeneração da vegetação nativa, integrante do bioma cerrado.

Por fim, identifiquei um *quinto grupo* de lotes, reunindo aquelas terras que possuíam equipamentos estranhos à produção camponesa. Por exemplo, em dois desses lotes, encontramos áreas de lazer para locação (muradas, compostas por churrasqueira, piscina e

salão de festas, conhecida popularmente em Descalvado por *big brother*); outros dois lotes contendo igrejas evangélicas; mais dois lotes contendo lavador de caminhão (um dos quais pertencentes ao Saulo, com quem conversamos mais uma vez); um lote abrigando um desmanche de automóveis; um lote onde funciona um bar e um lote contendo um depósito de areia usada na construção civil.

Relativo a esses referidos lotes, é nítido que a renda familiar, em grande medida, advém dessas atividades – mediante, muito provavelmente – inclusive no caso das igrejas e do depósito de areia improvisado num lote situado às margens da rodovia SP-215 – o pagamento de um aluguel aos *proprietários* dessas terras. Cumpre lembrar que os lavadores de caçamba de caminhão também se encontram à beira dessa estrada.

O Quadro 1 sintetiza essas informações.

Quadro 1 – Grupos de lotes de acordo com suas características em abril de 2019

Grupos	Características dos Proprietários	Descrição
1º Grupo	Camponeses ricos, que possuem estrutura sofisticada e não dependem da renda do lote	<p>Lote 01 (irregular): pertencente a <i>Roberto Marini</i>, empresário (organiza, juntamente com seu filho, festas de rodeio pelo país)</p> <p>Lote 40 (regular): pertencente a <i>Zequinha</i> (José Maria e Maria de Fátima, ambos aposentados). Possuem estábulo, casa de elevado padrão, cerca paraguaia com catorze fios, quadra de cana de açúcar etc.).</p> <p>Lote 55 (regular): pertencente a <i>Macarrão</i> (Claudionor, rentista – vive dos aluguéis dos imóveis que possui na cidade), natural de Carmo do Rio Claro/MG).</p>
2º Grupo	Camponeses, relativamente ricos, que produzem para comercialização, mas ainda estão em estágio embrionário, dependendo, portanto, ao menos parcialmente, de aposentadorias e outras rendas	<p>Lote 29 (regular): pertencente a Diego, que trabalha na cidade, em supermercado, mas tem plantado algumas mudas de plantas frutíferas, visando a comercialização), natural de Jardinópolis/SP.</p> <p>Lote 38 (regular): pertencente a Saraiva, aposentado, obtém alguma renda complementar com mandioca e produtos avícolas, natural do Rio de Janeiro/RJ.</p> <p>Lote 45 (regular): pertencente ao Toninho, que obtém cada vez mais renda da venda de mangas e mandiocas; depende cada vez menos da aposentadoria do pai; 53 anos, natural de Primeiro de Maio/PR.</p> <p>Lote 62 (regular): pertencente ao Abílio, aposentado; já obtém alguma renda, vendendo anualmente sua produção de café; natural de Marília/SP.</p> <p>Lote 67 (regular): pertencente ao Paraná, cerqueiro, mas já plantou um cafezal, sugerindo que, num futuro relativamente próximo, irá obter alguma renda da terra.</p> <p>Lote 68 (regular): pertencente ao João Pinheiro, autônomo – trabalha como chefe de obras relacionadas à infraestrutura rural, mas também já obtém alguma renda de sua produção animal e agrícola. Pretende viver exclusivamente da renda da terra a partir de 2020); natural de Descalvado.</p> <p>Lote 71 (regular): pertencente ao Cícero, que corta e vende eucalipto para escorar laje em obras de construção civil, mas pretende obter renda do quiabo e de outras hortaliças, que começou a cultivar recentemente; natural de Alagoas.</p> <p>Lote 73 (irregular): pertencente ao Nei, que tem caminhões que transportam esterco, mas também obtém alguma renda de sua produção de maracujás.</p>
2º Grupo		<p>Lote 04 (regular): pertencente ao Guarujá, autônomo – vende tapioca nas praias do Guarujá, nos feriados e, principalmente, durante as férias de verão; não produz nada); natural de Peruíbe/SP.</p> <p>Lote 08 (irregular): pertencente a Ivani, a qual depende do salário de um</p>

3º grupo	Camponeses relativamente pobres, que produzem apenas para o autoconsumo, mas ainda são muito (ou totalmente) dependentes de aposentadorias e outras rendas	<p>filho casado que mora noutra casa no interior do lote e trabalha na cidade; já produz alguns alimentos para o próprio consumo.</p> <p>Lote 22 (regular): pertencente a Irene e Esquerdinha, casal aposentado, cede o pasto para vacas em troca do leite; naturais de Descalvado/SP.</p> <p>Lote 33 (regular): pertencente a Cleonice e Ivanildo, casal aposentado, também obtém renda manipulando produtos de limpeza. No lote, cultivam alguns alimentos e criam galinhas).</p> <p>Lote 39 (irregular): pertencente ao Evandro, pedreiro, mas, aos finais de semana, trabalha na terra com o filho, cultivando alguns alimentos para seu próprio consumo; natural de Porto Ferreira/SP.</p> <p>Lote 46 (irregular): pertencente a José e Antônia, aposentados, já estão obtendo alguma renda da venda de mangas, maracujás e mandiocas); naturais de Marilândia do Sul/PR.</p> <p>Lote 52 (regular): pertencente ao Bizula (campeiro – lida com castração de boi, mas possui também um rebanho de gado bovino nelore para engorda), natural de Descalvado/SP.</p> <p>Lote 58 (regular): pertencente ao Antonio, aposentado, cultiva alguns alimentos para o consumo próprio. Possui, em seu lote, uma igreja evangélica), natural de Gavião Peixoto/SP.</p> <p>Lote 59 (regular): pertencente a Cleonice, que depende do trabalho de membros da família, que moram como agregados no lote – caso de sua neta.</p> <p>Lote 61 (irregular): pertencente a Roseli, que depende da renda do marido, dono de caminhão; mas tem buscado extrair alguma renda, notadamente com a engorda de algumas reses bovinas), natural de Descalvado/SP.</p> <p>Lote 64 (irregular): pertencente a Natalina, que vive das aposentadorias dos pais, mas planta alguns alimentos como feijão e mandioca); natural de Pontes Gestal/SP.</p> <p>Lote 82 (irregular): pertencente a Severina e Fábio, que chegaram há pouco no lote, vivem da renda dos trabalhos do filho na funilaria instalada na cidade e dos bolos caseiros, que vendem a uma padaria na cidade; naturais de São Benedito do Sul/PE e Descalvado/SP.</p>
4º Grupo	Camponeses pobres, que não produzem alimentos em quantidades significativas para autossustento ou para vender, dependendo assim de aposentadorias e de outras rendas	<p>Lote 07 (regular): pertencente a Maria Pereira Tristão, aposentada e bem idosa, passa longas temporadas no Guarujá/SP, onde moram alguns parentes; arrenda o pasto para o empresário Roberto Marini; natural de Petrolina/PE.</p> <p>Lote 10 (regular): pertencente ao Dandan, que trabalha como balconista na cidade; família não produz nada no lote; natural de Juazeiro do Norte/CE.</p> <p>Lote 11 (regular): pertencente ao Adauto, autônomo – corta e vende vareta de bambu, usado para escorar plantações de tomate. Possui diversos agregados morando no lote, onde foram construídas casas de grande porte. A família não produz nada no lote; natural de Descalvado/SP.</p> <p>Lote 12 (irregular): pertencente a Patrícia, que descasou-se e deixou o lote para Vanderley, seu ex-marido, cujo apelido é Lemão, que trabalha como pedreiro. Há apenas algumas reses no lote; natural de Descalvado/SP.</p> <p>Lote 13 (regular): pertencente a Jovelina, aposentada; família não produz nada no lote. Não foi possível localizar a casa no interior do lote, que se encontrava abandonado, recoberto por rebrotas de cerrado e sem cerca).</p> <p>Lote 15 (regular): pertencente ao Severino, ainda jovem, vivia da aposentadoria da mãe, morta recentemente. Não se nota qualquer produção no lote; natural de São Luiz do Quitunde/AL.</p> <p>Lote 16 (irregular): pertencente a Cleuza Moreira, irmã de Izael, que trabalha e mora na fazenda Copacabana. Izael <i>comprou</i> o lote para sua família – mãe, irmã e sobrinha – morar. Não se observa qualquer cultivo no lote.</p> <p>Lote 20 (irregular): pertencente a Cristina, que vive do salário do marido; há diversas árvores frutíferas no lote, o que sugere a iminente obtenção de alguma renda da terra; natural de Londrina/PR.</p>

		<p>Lote 30 (irregular): pertencente Jéssica, cujo marido é pedreiro; família não produz nada no lote; natural de Leme/SP.</p> <p>Lote 31 (regular): pertencente a Rosemary e Valdecir, marido é pedreiro; não produzem praticamente nada no lote; naturais de Descalvado/SP e Indaiatuba/SP, respectivamente.</p> <p>Lote 37 (irregular): pertencente a Dério, balconista na cidade; família não produz nada no lote; natural de Iguai/BA.</p> <p>Lote 44 (irregular): pertencente ao Pastor Cesar, o qual adquiriu o lote por meio de compra. Mas o antigo beneficiário entrou com ação judicial para reaver o lote. Não produz absolutamente nada na terra, que se encontrava recoberta por rebrotas do cerrado e pelo capim amargoso, nativo por ali.</p> <p>Lote 57 (irregular): pertencente a Rosa, sogra do Macarrão e amasiada com Mineiro, funcionário do genro. Há alguns nelores no interior do lote.</p> <p>Lote 60 (irregular): pertencente a Reginaldo (natural de Igarassu/PE), que era regular e dependia do salário da filha, que vive em Porto Ferreira. A esposa morreu recentemente e passou o lote para o casal Rose e Joaquim. Esse casal ainda não produz praticamente nada na terra.</p> <p>Lote 66 (irregular): pertencente a Gilberto e Mauro, diarista em fazenda e funcionário da prefeitura, respectivamente. Não produzem absolutamente nada; são naturais de Descalvado/SP.</p> <p>Lote 74 (regular): pertencente a Maria de Fátima e José Maria, aposentados; cultivam algumas frutas como caju, vendido em lanchonetes na cidade); são naturais de Bela Cruz/PE e Correntes/PE, respectivamente.</p> <p>Lote 75 (irregular): pertencente ao Pipoca, 57 anos, mora sozinho e trabalha como pedreiro em São Carlos e Descalvado. Rebrotas do cerrado em estágio avançado sugerem que nada ali é cultivado ou produzido.</p> <p>Lote 81 (irregular): pertencente ao Zezinho, autônomo – jardineiro; cria porcos e cultiva mandioca, obtendo assim alguma renda da terra; natural de Malacacheta/MG.</p>
5º grupo	Camponeses ricos e pobres, que vivem, sobretudo, da renda gerada por atividades estranhas ao assentamento	<p>Lote 2 (regular): pertencente a Cleuza, que mora com o pai, aposentado, a mãe faleceu recentemente; a irmã vive noutra casa no interior do lote com os filhos e o marido (Tico), que possui – ali – desmanche de automóveis; natural de Descalvado/SP.</p> <p>Lote 54 (regular): pertencente a Marcolina, aposentada; é mãe do Macarrão, do Rogério, do Lourivaldo, da Renata e da Lica – com quem mora; Lica é dona do bar montado no interior do lote, onde trabalha com o marido. A terra possui gado bovino; natural de Carmo do Rio Claro/MG.</p> <p>Lote 56 (regular): pertencente a Renata, irmã do Macarrão, tem <i>big brother</i>; possui pastagens viçosas, o que sugere que obtém alguma renda da terra; natural de Carmo do Rio Claro/MG.</p> <p>Lote 63 (irregular): pertencente a Rogério, irmão do Macarrão. Tem <i>big brother</i>, mas há gado bovino no lote; natural de Carmo do Rio Claro/MG.</p> <p>Lote 65 (irregular): pertencente ao Véio (Lourivaldo), tem bar, borracharia, lavador de caminhão e barraca de frutas. Não produz praticamente nada na terra; natural de Carmo do Rio Claro/MG.</p> <p>Lote 78 (irregular): pertencente ao Nelson, que arrenda o lote para depósito de areia, usada como material de construção. Não produz nada no lote.</p> <p>Lote 79 (irregular): pertencente ao Saulo, que tem lavador de caminhão, favorecido pela posição do lote, que se encontra à frente da rodovia SP-215; possui gado bovino, o que sugere a obtenção de alguma renda da terra; natural de Bilac/SP.</p>
5º Grupo		

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa de campo

Encontram-se, a seguir, as fotos dos lotes relacionados acima. O 1º Grupo é formado pelos lotes 01, 40 e 55 (Figuras 27, 28, 29 e 30):

Figura 27 - Lote 01: pertencente a Roberto Marini

Fonte: acervo do autor

Figura 28 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 29 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 30 – Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (Cerca)

Fonte: acervo do autor

Figura 31 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 32 - Lote 40: pertencente a José Maria e Maria de Fátima (estábulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 33 - Lote 40 pertencente a José Maria e Maria de Fátima (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 34 - Lote 55: pertencente ao Macarrão (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 35 - Lote 55: pertencente ao Macarrão (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 36 - Lote 55: pertencente ao Macarrão (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 37 - Lote 55: pertencente ao Macarrão (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

O 2º Grupo é formado por oito lotes: lote 29 (Figuras 38 e 39); lote 38 (Figuras 38 a 45); lote 45 (Figuras 46, 47 e 48); lote 62 (Figuras 49 a 53); lote 67 (Figuras 54, 55 e 56); lote 68 (Figuras 57 a 60); lote 71 (Figuras 61 a 64) e o lote 73 (Figuras 65 a 68).

Figura 38 - Lote 29: pertencente a Diego (cerca)

Fonte: acervo do autor

Figura 39 - Lote 29: pertencente a Diego (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 40 - Lote 38: pertencente a Saraiva (cerca)

Fonte: acervo do autor

Figura 41 - Lote 38: pertencente a Saraiva

Fonte: acervo do autor

Figura 42 - Lote 38: pertencente a Saraiva (cavalos)

Fonte: acervo do autor

Figura 43 - Lote 38: pertencente a Saraiva (galinheiro)

Fonte: acervo do autor

Figura 44 - Lote 38: pertencente a Saraiva (construção inacabada)

Fonte: acervo do autor

Figura 45 - Lote 38: pertencente a Saraiva (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 46 - Lote 45: pertencente ao Toninho (cerca)

Fonte: acervo do autor

Figura 47 - Lote 45: pertencente ao Toninho (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 48 - Lote 45: pertencente ao Toninho (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 49 - Lote 62: pertencente ao Abílio (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 50 - Lote 62: pertencente ao Abílio (construções)

Fonte: acervo do autor

Figura 51 - Lote 62: pertencente ao Abílio (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 52 - Lote 62: pertencente ao Abílio (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 53 - Lote 62: pertencente ao Abílio (frutíferas)

Fonte: acervo do autor

Figura 54 - Lote 67: pertencente ao Paraná (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 55 - Lote 67: pertencente ao Paraná (cercas)

Fonte: acervo do autor

Figura 56 - Lote 67: pertencente ao Paraná (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 57 - Lote 68: pertencente ao João Pinheiro (cerca)

Fonte: acervo do autor

Figura 58 - Lote 68: pertencente ao João Pinheiro (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 59 - Lote 68: pertencente ao João Pinheiro (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 60 - Lote 68: pertencente ao João Pinheiro (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 61 - Lote 71: pertencente ao Cícero (cultivo de quiabo)

Fonte: acervo do autor

Figura 62 - Lote 71: pertencente ao Cícero (horta)

Fonte: acervo do autor

Figura 63 - Lote 71: pertencente ao Cícero (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 64 – Lote 71: pertencente ao Cícero (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 65 - Lote 73: pertencente ao Nei (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 66 - Lote 73: pertencente ao Nei (cerca)

Fonte: acervo do autor

Figura 67 - Lote 73: pertencente ao Nei (vista geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 68 - Lote 73: pertencente ao Nei (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

O 3º Grupo é composto por 12 lotes: lote 04 (Figuras 69 a 71); lote 08 (Figuras 72 e 73); lote 22 (Figuras 74 e 75); lote 33 (Figuras 76 e 77); lote 39 (Figuras 78 a 80); lote 46 (Figuras 81 a 83); lote 52 (Figuras 84 a 86); lote 58 (Figuras 87 e 88); lote 59 (Figuras 89 a 91); lote 61 (Figuras 92 e 93); lote 64 (Figuras 94 a 97); lote 82 (Figuras 98 e 99).

Figura 69 - Lote 04: pertencente ao Guarujá (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 70 - Lote 04: pertencente ao Guarujá (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 71 - Lote 04: pertencente ao Guarujá (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 72 - Lote 08: pertencente a Ivani (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 73 - Lote 08: pertencente a Ivani (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 74 - Lote 22: pertencente a Irene e Esquerdinha (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 75 - Lote 22: pertencente a Irene e Esquerdinha (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 76 - Lote 33: pertencente a Cleonice e Ivanildo (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 77 - Lote 33: pertencente a Cleonice e Ivanildo (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 78 - Lote 39: pertencente a Evandro (casa de seu filho)

Fonte: acervo do autor

Figura 79 - Lote 39: pertencente a Evandro (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 80 - Lote 39: pertencente a Evandro (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 81 - Lote 46: pertencente a José e Antônia (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 82 - Lote 46: pertencente a José e Antônia (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 83 - Lote 46: pertencente a José e Antônio (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 84 - Lote 52: pertencente a Bizula (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 85 - Lote 52: pertencente a Bizula (pasto)

Fonte: acervo do autor

Figura 86 - Lote 52: pertencente a Evandro (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 87 - Lote 58: pertencente a Antônio (fachada da igreja)

Fonte: acervo do autor

Figura 88 - Lote 58: pertencente a Antônio (com vista da igreja e fachada da casa ao fundo)

Fonte: acervo do autor

Figura 89 - Lote 59: pertencente a Cleonice (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 90 - Lote 59: pertencente a Cleonice (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 91 - Lote 59: pertencente a Cleonice (fachada da casa de seus familiares)

Fonte: acervo do autor

Figura 92 - Lote 61: pertencente a Roseli (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 93 - Lote 61: pertencente a Roseli (vista lateral)

Fonte: acervo do autor

Figura 94 - Lote 64: pertencente a Natalina (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 95 - Lote 64: pertencente a Natalina (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 96 - Lote 64: pertencente a Natalina (placa indicativa de poço instalado na referida propriedade que jamais funcionou)

Fonte: acervo do autor

Figura 97 - Lote 64: pertencente a Natalina (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 98 - Lote 82: pertencente a Severina e Fábio (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 99 - Lote 82: pertencente a Severina e Fábio (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

O 4º Grupo é composto por dezoito lotes: lote 07 (Figuras 100 a 103); lote 10 (Figuras 104 e 105); lote 11 (Figuras 106 a 108); lote 12 (Figuras 109 e 110); lote 13 (Figuras 111 e 112); lote 15 (Figuras 113 e 114); lote 16 (Figuras 115 e 116); lote 20 (Figuras 117 e 118); lote 30 (Figuras 119 e 120); lote 31 (Figuras 121 e 122); lote 37 (Figuras 123 e 124); lote 44 (Figuras 125 e 126); lote 57 (Figuras 127 e 128); lote 60 (Figuras 129 e 130); lote 66 (Figuras 131 e 132); lote 74 (Figuras 133 e 134); lote 75 (Figuras 135 e 136); lote 81 (Figuras 137 e 138).

Figura 100 - Lote 07: pertencente a Maria Pereira Tristão (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 101 - Lote 07: pertencente a Maria Pereira Tristão (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 102 - Lote 07: pertencente a Maria Pereira Tristão (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 103 - Lote 07: pertencente a Maria Pereira Tristão (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 104 - Lote 10: pertencente a Dandan (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 105 - Lote 10: pertencente a Dandan (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 106 - Lote 11: pertencente a Adauto (casa da filha)

Fonte: acervo do autor

Figura 107 - Lote 11: pertencente a Adauto (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 108 - Lote 11: pertencente a Adauto (caixa d'água particular)

Fonte: acervo do autor

Figura 109 - Lote 12: pertencente a Vanderley, ex-marido de Patrícia (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 110 - Lote 12: pertencente a Vanderley, ex-marido de Patrícia (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 111 - Lote 13: pertencente a Jovelina (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 112 - Lote 13: pertencente a Jovelina (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 113 - Lote 15: pertencente a Severino (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 114 - Lote 15: pertencente a Severino (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 115 - Lote 16: pertencente a Cleuza Moreira (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 116 - Lote 16: pertencente a Cleuza Moreira (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 117 - Lote 20: pertencente a Cristina (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 118 - Lote 20: pertencente a Cristina (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 119 - Lote 30: pertencente a Jéssica (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 120 - Lote 30: pertencente a Jéssica (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 121 - Lote 31: pertencente a Rosemeire e Valdecir (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 122 - Lote 31: pertencente a Rosemeire e Valdecir (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 123 - Lote 37: pertencente a Dério (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 124 - Lote 37: pertencente a Dério (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 125 - Lote 44: pertencente ao Pr. Cezar (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 126 - Lote 44: pertencente ao Pr. Cezar (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 127 - Lote 57: pertencente à Rosa, sogra de Macarrão (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 128 - Lote 57: pertencente à Rosa, sogra de Macarrão (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 129 - Lote 60: Rose e Joaquim (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 130 – Lote 60: pertencente a Rose e Joaquim (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 131 - Lote 66: pertence aos irmãos Gilberto e Mauro (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 132 - Lote 66: pertence aos irmãos Gilberto e Mauro (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 133 - Lote 74: pertence a Maria de Fátima e José Maria (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 134 - Lote 74: pertence a Maria de Fátima e José Maria (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 135 - Lote 75: pertence a Pipoca (visão geral)

Fonte: acervo do autor

Figura 136 - Lote 75: pertence a Pipoca (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 137 - Lote 81: pertence a Zezinho (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 138 - Lote 81: pertence a Zezinho (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

No 5º Grupo se inserem sete lotes: lote 02 (Figuras 139 a 141); lote 54 (Figuras 142 a 144); lote 56 (Figuras 145 a 147); lote 63 (Figuras 148 a 151); lote 65 (Figuras 152 a 155); lote 78 (Figuras 156 a 158); lote 79 (Figuras 159 a 162).

Figura 139 - Lote 02: pertence a Cleuza (fachada do desmanche de veículos)

Fonte: acervo do autor

Figura 140 - Lote 02: pertence a Cleuza (fachada do lote – entrada principal)

Fonte: acervo do autor

Figura 141 - Lote 02: pertence a Cleuza (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 142 - Lote 54: pertence a Marcolina (vista lateral do bar e fachada da casa)

Fonte: acervo do autor

Figura 143 - Lote 54: pertence a Marcolina (fachada do bar)

Fonte: acervo do autor

Figura 144 – Lote 54: pertence a Marcolina (pasto)

Fonte: acervo do autor

Figura 145 - Lote 56: pertence a Renata (fachada do *big brother*)

Fonte: acervo do autor

Figura 146 - Lote 56: pertence a Renata (fachada da esquina, onde localiza)

Fonte: acervo do autor

Figura 147 - Lote 56: pertence a Renata (pasto)

Fonte: acervo do autor

Figura 148 - Lote 63: pertence a Rogério (vista lateral)

Fonte: acervo do autor

Figura 149 - Lote 63: pertence a Rogério (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 150 - Lote 63: pertence a Rogério (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 151 - Lote 63: pertence a Rogério (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 152 - Lote 65: pertence a Lourivaldo (fachada, com borracharia no primeiro plano e casa ao fundo)

Fonte: acervo do autor

Figura 153 - Lote 65: pertence a Lourivaldo (barraca de frutas)

Fonte: acervo do autor

Figura 154 - Lote 65: pertence a Lourivaldo (fachada da borracharia)

Fonte: acervo do autor

Figura 155 - Lote 65: pertence a Lourivaldo (casa ao fundo e, em primeiro plano, lavador de caçamba de caminhão)

Fonte: acervo do autor

Figura 156 - Lote 78: pertence a Nelson (vista lateral)

Fonte: acervo do autor

Figura 157 - Lote 78: pertence a Nelson (depósito de areia usada em obras de construção civil)

Fonte: acervo do autor

Figura 158 - Lote 78: pertence a Nelson (fachada)

Fonte: acervo do autor

Figura 159 - Lote 79: pertence a Saulo (vista parcial, com a casa ao fundo)

Fonte: acervo do autor

Figura 160 - Lote 79: pertence a Saulo (lavador de caçamba de caminhão)

Fonte: acervo do autor

Figura 161 - Lote 79: pertence a Saulo (outro ângulo)

Fonte: acervo do autor

Figura 162 - Lote 79: pertence a Saulo (fachada)

Fonte: acervo do autor

As figuras inseridas ilustram a realidade que encontramos no Assentamento Aurora entre os dias 01 e 04 de maio de 2019. No próximo capítulo apresentamos os resultados e compilamos algumas reflexões sobre a questão da existência (ou não) do campesinato no âmbito do assentamento estudado nesta dissertação.

8 O CAMPEPINATO NO AURORA: RESULTADOS E REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Neste capítulo apresentamos os resultados obtidos, bem como uma necessária reflexão acerca do que estes indicam, alinhando-os ao referencial teórico que embasou a pesquisa.

8.1 Resultados

A pesquisa de campo, envolvendo 48 lotes e seus respectivos moradores – o que representa pouco mais da metade das famílias assentadas – mostrou que, desse universo, 25 famílias, isto é, pouco mais da metade (cerca de 52,08% do total) estavam em situação regular perante o INCRA. No tocante às condições socioeconômicas desses sujeitos da pesquisa, obtivemos os seguintes resultados:

- *1º Grupo* – 3 lotes ocupados por camponeses ricos, que possuem estrutura sofisticada e não dependem da renda do lote;
- *2º Grupo* – 8 lotes ocupados por camponeses relativamente ricos, que produzem para comercialização, mas ainda estão em estágio embrionário, dependendo, portanto de aposentadorias e outras rendas;
- *3º Grupo* – 12 lotes ocupados por camponeses relativamente pobres, que produzem apenas para o autoconsumo, mas ainda são dependentes de aposentadorias e outras rendas;
- *4º Grupo* – 18 lotes ocupados por camponeses pobres, que não produzem quase nada para autossustento ou para vender, dependendo assim de aposentadorias e de outras rendas;
- *5º Grupo* – 7 lotes ocupados por camponeses ricos e pobres, que vivem, sobretudo, da renda gerada por atividades estranhas ao assentamento.

Este resultado, portanto, indica que a maioria absoluta – trinta famílias – integra os *3º e 4º Grupos*. Ou seja, aproximadamente 62,5% dos camponeses são pobres, não estando em condições de produzir, em larga escala, praticamente nada para a comercialização. Dentro desse universo, a maioria absoluta – 18 famílias integrantes do *4º Grupo* – isto é, 60% do total, não conseguem produzir alimentos nem sequer para seu próprio sustento.

Invariavelmente, as famílias camponesas dos *3º e 4º Grupos* dependem das aposentadorias dos idosos e/ou dos salários obtidos por membros da família que trabalham fora. Cumpre lembrar que alguns desses membros são autônomos. Nesse caso, trabalham, por exemplo, como pedreiros, recebendo pagamentos por dia trabalhado e/ou por empreita.

Por sua vez, aqueles que consideramos ricos (*1º Grupo*), dada a infraestrutura implantada em seus lotes, somados aqueles que estão na iminência de obter renda capaz de garantir o autossustento da família basicamente (*2º Grupo*), constituem 10 famílias assentadas, que representam cerca de 21% dos assentados.

As 7 famílias restantes (*5º Grupo*), que representam cerca de 14,5% dos assentados, possuem atividades ilícitas, na ótica do INCRA. São aqueles assentados que, independentemente de serem capazes de obter renda sem necessitar trabalhar fora, têm como fonte de renda, um comércio, algo incompatível com as *coisas* da terra.

8.2 PRESSUPOSTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO AURORA: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO

No âmbito do território brasileiro, o atual momento histórico é marcado por uma enorme contradição. De um lado, observamos o aprofundamento da concentração fundiária; de outro, a expansão dos movimentos sociais que passaram a reivindicar, sistematicamente, a reforma agrária, sobretudo nas últimas décadas (LOMBARDI, 2004, p. 34).

Lombardi destaca, como grande empecilho à realização de uma ampla reforma agrária, a resistência política e intelectual enfrentada por esses movimentos sociais:

Assim, neste momento da história em que aparentemente o desenvolvimento das relações sociais caminha no sentido da mundialização, em que as diversidades tenderiam a homogeneizar-se sem estudar o campo e, sobretudo, o campesinato, poderia soar como um contrassenso. Entretanto, a despeito das análises teóricas que têm sido feitas, a realidade – os movimentos sociais – indica (m) uma possibilidade de caminho que choca aqueles que enxergam o desenrolar da história de maneira linear. Fazer uma abordagem da reforma agrária sob o prisma da geografia é diferente de fazê-la em qualquer outra ciência humana, tendo em vista a peculiaridade de nossa ciência, que é a da dimensão espacial. Se como geógrafos, entendermos o território como fruto do tripé espaço, tempo e relações sociais (Raffestin, 1993) e, termos no território nosso eixo central de análise, perceberemos que ele está ganhando uma configuração que nada tem de linear, assim como a história, as relações sociais e o espaço também não o são. Estudar a reforma agrária sob uma abordagem geográfica significa, portanto, realizar uma análise centrada no tipo de transformação territorial que ela produz (LOMBARDI, 2004, p. 34).

Oliveira (2004, p. 20) já alertara sobre um grave problema que aflige parte da intelectualidade brasileira. Muitos desses estudiosos consideram que “o campo acabou e que a agricultura é atividade de tempo parcial” (*part-time farmer*). Para outros pesquisadores que

“procuram entender o campo, as estatísticas servem, a priori para justificar e fundamentar concepções contraditórias”:

É provável que tem faltado a necessária compreensão de que não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina os dados. Aliás tem faltado realidade e Geografia do Brasil nos estudos destes intelectuais. Outros intelectuais, movidos pela busca da compreensão do Brasil real, vão ao campo estudar a luta travada pelos movimentos sociais, vão procurando interpretar a barbárie que os dados sobre conflitos no campo levantados pela CPT registram. O campo, assim, contém as duas faces da mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem de modernidade. De outro, está o campo em conflito. A mesma série de estatísticas que registra os conflitos, retransmite o recado vindo do campo: nem a violência dos jagunços, nem a repressão social democrata do governo FHC e de seus muitos governos estaduais como o PSDB em São Paulo, ou mesmo os textos dos intelectuais e a opinião da mídia representante das elites que não veem essa realidade, são suficientes para impedir a já longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e de parte dos excluídos da cidade, para “entrarem na terra”, para se transformarem em camponeses. Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto apreenderam que só a luta garantirá, no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado. Mas, as elites ao contrário, como têm que garantir o passado, veem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio expresso na propriedade privada capitalista da terra (OLIVEIRA, 2004, p. 20-21).

Ao longo desta pesquisa, pude constatar *in loco* a rebeldia dos camponeses à qual Oliveira se refere. Entre 2017 e 2019, conheci, durante nossos trabalhos de campo, um pouco da realidade do PDS Comunidade Agrária Aurora, conversando e entrevistando os responsáveis – além de muitos de seus agregados 48 dos seus 83 lotes. Também encontramos essa rebeldia camponesa nas longas conversas que tivemos com o Piauí, o principal líder dos três assentamentos existentes em Descalvado. Em todas essas conversas, tive a oportunidade ímpar de constatar a enorme inquietação dos camponeses em busca do direito à terra e a um *modus vivendi* que ainda busca – no bojo de sua rebeldia – libertar-se da exploração capitalista que, como se sabe, está cada vez mais presente na extensa área canavieira paulista, onde o Aurora está inserido.

Piauí, como o apelido sugere, é natural do estado homônimo nordestino. Como já mencionamos, havíamos conhecido Piauí por intermédio de Saulo, numa visita realizada no mês de abril de 2017 ao Aurora. Sua vida é marcada pelo engajamento político. Filiado de

diversas organizações representantes dos trabalhadores, como FERAESP e a Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas), o líder camponês é muito conhecido em Descalvado.

Durante as tardes em que conversamos nas dependências da Estação Rodoviária de Descalvado, muitos transeuntes o cumprimentaram, demonstrando grande respeito ao líder. Tendo participado da ocupação da antiga fazenda *Horto de Aurora*, ao lado de outros camponeses como Saulo, Piauí se tornou o principal líder dos assentados, bem como daqueles que ainda lutam por um lote num dos três assentamentos, a saber: 21 de Dezembro (onde mora), Aurora e 2 de Janeiro (também conhecido como *Horto do Bom Retiro*).

Segundo Piauí, o mais antigo dos três assentamentos é o 21 de abril, onde mora e que foi homologado em 2005. O Aurora teve sua homologação registrada em 2008; o Bom Retiro, em 2009.

Conversamos sobre os mais diversos assuntos: a crise político-econômica do país, Reforma Agrária, os assentamentos de Descalvado, o Aurora, enfim. Ao longo desse tempo, a apreensão que senti durante o início da conversa foi, pouco a pouco, cedendo lugar a um sereno bate-papo, que me deu uma maior lucidez para captar as informações sobre a realidade camponesa frente ao processo de territorialização dos monopólios comandada pelo setor sucroenergético na região canavieira de Ribeirão Preto/SP.

Após a realização das entrevistas que marcaram sistematicamente nossos trabalhos de campo, é possível constatar que a criação/recriação do campesinato em Descalvado – e toda a contradição que isso representa, haja vista a territorialização do capital em curso nessa região canavieira – são processos que resultam, de fato, do acirramento da luta de classes no campo. Em nossa ótica, tal acirramento encontra seu ápice na greve dos boias-frias de Guariba, ocorrida na safra canavieira de 1984.

Ou seja, as análises que empreendemos, a partir das entrevistas realizadas e do referencial teórico, denotam que esse episódio se constituiu num divisor de águas da questão agrária na região de Ribeirão Preto. Um dos desdobramentos políticos desse fato foi a multiplicação dos sindicatos de trabalhadores rurais, notadamente após a Constituição de 1988, fato que culminou com a fundação, em 1989, da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP).

Em consequência dessa sindicalização da luta por melhores condições de trabalho, garantida – reiteramos – pela Constituição de 1988, os cortadores de cana-de-açúcar

obtiveram uma série de conquistas, tais como o uso de equipamentos de segurança, o fornecimento de refeições por parte dos patrões e a regularização do contrato de trabalho. Evidentemente, tais conquistas elevaram os custos de produção dos empresários do setor sucroenergético, como usineiros, fazendeiros plantadores de cana-de-açúcar e proprietários rurais da região de Ribeirão Preto.

Visando baixar seus custos derivados do pagamento de salários, esse empresariado passou a defender a eliminação gradativa das queimadas nos canaviais, processo que foi acompanhado pela crescente mecanização da colheita. Em 2017, em Guariba, foram contratados para a safra menos de mil trabalhadores assalariados. Em 1984, ano da greve, eram mais de 10 mil contratados para o corte da cana-de-açúcar, conforme relatamos neste trabalho.

O desemprego massivo nos canaviais foi um dos principais fatores que levaram a FERAESP a participar decisivamente da luta pela terra.

No esteio dessa luta, surgiu o Assentamento Aurora, criado como resultado da mobilização da FERAESP. Ou seja, diante da mecanização da colheita da cana-de-açúcar, o desemprego passou a assolar o campo na região de Ribeirão Preto. Desse modo, a luta pela terra, que sempre fez parte da pauta de reivindicações da FERAESP, tornou-se uma de suas questões centrais.

De fato, na região de Ribeirão Preto, muitos assentamentos realizados pelo INCRA resultaram da luta pela terra liderada por membros integrantes da FERAESP, dentre os quais Piauí, que iniciou sua participação na questão agrária na Comissão Pastoral da Terra. Anos depois, em 1989, ingressou no MST, liderando as ocupações de terras em Quixeramobim e Madalena, municípios cearenses. Em 2001, saiu do MST para se juntar a FERAESP. Mesmo integrando essa federação, Piauí participa, também, de outros movimentos políticos, tais como a Central Sindical Popular – Conlutas e a Frente Nacional de Luta Campo-Cidade.

A FERAESP obteve êxito em sua luta pela terra, uma vez que muitas das dezenas de assentamentos existentes no estado de São Paulo foram resultado de suas mobilizações. Porém, atualmente, essa federação se depara com um sério problema. Segundo Piauí, 60% dos sindicatos de trabalhadores rurais quebraram, em função, notadamente, da falta de recursos para se manter.

Mesmo diante desse enorme problema, a FERAESP continua tendo uma importância ímpar para os trabalhadores rurais. Afinal, é a maior federação de trabalhadores assalariados do Brasil. Dela participam, hoje, mais de cem sindicatos. Ao mesmo tempo em que luta contra esse enfraquecimento sindical, a FERAESP busca unificar todos os trabalhadores do agronegócio. Para tanto, usa esse mote: *da terra ao prato*. Ademais, continua tendo, como solução para a exclusão social oriunda do desemprego, a bandeira da Reforma Agrária.

Cabe aqui um registro: sediada em Araraquara/SP, A FERAESP diz ter superado muitos anos de divergências com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FETAESP), localizada em Bauru/SP, restringindo-se a representar os interesses dos trabalhadores assalariados rurais. Desse modo, a FETAESP, fundada no governo Jango, em 1962, também restringiu sua ação, passando a representar apenas os interesses dos camponeses (agricultores familiares, termo que prefere utilizar).

8.3 O AURORA DO FUTURO: OS DESAFIOS DE SEUS CAMPONESES

No tocante à questão agrária, em nível nacional, Piauí lembrou, durante conversa que tivemos em 21 de setembro de 2017, que muitos movimentos sociais voltados à luta pela terra criticaram os governos Lula por manter no Ministério do Desenvolvimento Agrário gaúchos no comando. Porém, Piauí não vê tal característica dos governos Lula como um descaso com os demais estados brasileiros. Para Piauí, a população do sul do Brasil sempre foi muito mais organizada em todos os aspectos, inclusive no tocante aos assentamentos de reforma agrária.

Durante aquela conversa, Piauí ressaltou outros dois problemas que dificultam a reforma agrária. Um deles é a possibilidade de retirada dos camponeses sem-terra de uma área ocupada sem a necessidade de liminares. Tal decisão, que facilita e agiliza as desocupações, foi tomada no governo Michel Temer, que assumiu interinamente o governo após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorrido em maio de 2016. Quanto aos assentamentos, o líder da FERAESP lembra que o INCRA não realizou a averbação de nenhuma área. Ou seja, não há a regularização em cartório de qualquer assentamento, o que gera uma grande insegurança jurídica para os camponeses.

Apesar de tantas dificuldades, Piauí destaca que três grandes movimentos sociais pró-reforma agrária continuam bastante atuantes no estado de São Paulo: a própria FERAESP, o

MST e a Frente Nacional de Lutas Campo e Cidade (FNL, que está sob comando do líder José Rainha). E usa alguns exemplos que demonstram tal mobilização, tais como a ocupação, na semana passada, de uma fazenda pertencente à Secretaria Estadual do Meio Ambiente no coração da *Califórnia Brasileira* (nas cercanias da cidade paulista de Ribeirão Preto) e o sucesso da ocupação de uma fazenda em Colômbia/SP.

Nesse caso, o INCRA concluiu a desapropriação – por ter sido considerada uma terra improdutiva – mediante o pagamento de 73 milhões de reais aos antigos proprietários – transação essa concluída, coincidentemente, naquele dia (21 de setembro, quando de nossa segunda conversa nos bancos da estação rodoviária de Descalvado).

É importante lembrar que, mesmo representando – quase que exclusivamente – os interesses dos trabalhadores rurais assalariados, a FERAESP, diante do desemprego avassalador no estado de São Paulo, tem se mobilizado muito para transformá-los em camponeses. Tal luta resultou, pontuamos, na criação de diversos assentamentos de reforma agrária, inclusive dos três localizados no município de Descalvado.

No entanto, no PDS Comunidade Agrária Aurora, ainda há inúmeros desafios para que ocorra, de fato, a criação/recriação da classe camponesa. Um deles é a grande carência e precariedade quase generalizada de infraestrutura, como ilustra bem o problema do abastecimento de água. Dos cinco poços perfurados pelo INCRA, apenas três se encontram em condições de abastecer 83 lotes e três áreas comunitárias, onde vivem, ainda, seis famílias à espera de um lote. Faz-se necessária a implantação de encanamentos adequados. Atualmente, esses são insuficientes para abastecer todos os lotes e áreas comunitárias, além de serem constituídos de mangueiras de borracha, muitas das quais expostas às intempéries, como o sol forte típico da região. Numa de nossas conversas com Piauí, o líder dos assentamentos sugeriu a implantação de sistemas de irrigação por meio de captação de água do rio do Pântano.

Segundo Piauí, quase metade dos lotes se encontra irregular. Mais precisamente, 41 dos 83 lotes se encontram nessa situação, ou seja, não possuem homologação fornecida pelo INCRA. Essa realidade jurídica – se assim podemos considerar – implica em considerar que, além da dificuldade que há, ali, para a criação/recriação do campesinato, apontamos, ainda, que a territorialização/reterritorialização do campesinato ainda não foi sequer concluída no assentamento Aurora.

Há necessidade urgente de se retirar os tocos dos eucaliptos que estavam plantados na antiga fazenda Aurora, procedimento sem o qual a prática agrícola se torna bastante prejudicada. Segundo o assentado regular Saraiva, consta nos documentos do INCRA, em Brasília, que tal serviço já foi executado. Porém, nossos trabalhos de campo puderam constatar que, na prática, de fato, os tocos dos eucaliptos ainda predominam em grande parte do assentamento. Constituem-se, assim, num enorme empecilho para o trabalho das famílias que, sabidamente, não dispõem de recursos financeiros para contratar um serviço de máquina para a destocagem.

Outro problema sério refere-se à inexistência de assistência técnica de extensão aos assentados. Essa situação é agravada pelo desconhecimento de uma parcela considerável (23% dos responsáveis pelo assentamento) que não tiveram qualquer contato com a terra em seus lugares de origem). Ademais, 55% dos assentados viviam em áreas urbanas antes de chegarem ao Aurora. Muitos desses contingentes desconhecem, em grande medida, as atividades agrárias, sejam elas quais forem. Segundo Piauí, a atuação do SEBRAE é pontual, não sendo, portanto, a melhor solução para essa questão. Por sua vez, o INCRA não apresentou qualquer projeto que pudesse preparar essas pessoas para o manejo do solo, por exemplo. Escolas agrícolas que poderiam contribuir para isso também não existem no assentamento.

Temos que remeter, também, à heterogeneidade sociocultural dos assentados. Do ponto de vista da religião que professam, por exemplo, existe uma impressionante diversidade de igrejas evangélicas, que não conversam entre si. Aqui, vale registrar o imobilismo e o desinteresse das cinco igrejas evangélicas instaladas no assentamento – em nenhum momento, seja antes ou depois dos cultos, há qualquer tipo de mobilização nessas igrejas em prol da resolução das questões que envolvem o assentamento.

A Igreja Católica, por sua vez, não está presente e não se tem registro de qualquer visita dos membros da CPT no Aurora. O que se sabe sobre a presença católica no Aurora é a ocorrência semanal de uma missa para os fiéis locais, rezada por um padre residente na cidade. Na ausência deste, os católicos se reúnem para rezar. Soma-se a isso, a multiplicidade de visões de mundo, que refletem, em grande medida, as tradições e paradigmas reinantes nos lugares de origem dos assentados.

Variáveis como essas parecem implicar em problemas os mais diversos, tais como a fragilidade da associação dos assentados do Aurora. Em 20 de setembro de 2017, apenas nove

dos 83 lotes contribuíam assiduamente com o pagamento mensal no valor de R\$10,00. Em 31 de dezembro de 2018, esse número passou para vinte, o que ainda é pouco representativo, frente à existência de 83 lotes. Uma ex-presidente dessa associação, por exemplo, construiu no interior de seu lote um salão de festas (equipamentos como esse são conhecidos em Descalvado como *Big Brother*) para ser alugado para eventos como casamentos, aniversários etc.

Tal gesto mostra a exacerbação do individualismo, em detrimento de uma participação mais proativa e solidária. Mais do que uma associação, o Aurora necessita de uma cooperativa de camponeses, o que só poderia se tornar juridicamente realidade mediante uma assistência técnica permanente aos assentados. Tal proposta perpassa, também, pelo acesso à documentação, uma vez que os assentados, inclusive aqueles considerados regulares pelo INCRA, não dispunham, em janeiro de 2019, de qualquer tipo de comprovante jurídico (como CNPJ ou talão de notas fiscais etc.) para poderem, por exemplo, comercializar sua produção – que, diga-se de passagem, ainda não existe em praticamente nenhum lote do assentamento.

Destacamos, igualmente, a importância das aposentadorias dos idosos. Para muitas famílias assentadas, essa renda se constitui na principal fonte de sustento. Por outro lado, esse perfil etário elevado pode trazer dificuldades, haja vista que os mais jovens, isto é, as crianças, os adolescentes e os adultos em idade economicamente ativa apresentam, em muitos casos enorme desconhecimento acerca do manejo da terra. Muitos adultos trabalham na cidade, na condição de assalariados ou autônomos. Muitos deles jamais trabalharam no campo. Com vínculo empregatício urbano – formal ou não – não dispõem de tempo para vivenciarem o trabalho rural.

Soma-se a isso a falta de um projeto de reforma agrária focado nos assentamentos, tanto naqueles já consolidados, como nos demais, isto é, naqueles que ainda experimentam o processo de implantação, caso do Aurora. Nesse assentamento, especificamente, pudemos notar – já na primeira visita de campo – uma carência generalizada de recursos financeiros para iniciar a produção agrícola. Segundo Piauí, pouquíssimos assentados – apenas dez – tiveram acesso a alguma linha de financiamento rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que financia a “implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar” (BNDES, s/d, s/p). Piauí nos lembra que, por outro

lado, a grande maioria dos assentados (78 lotes) recebeu alguns aportes financeiros do INCRA, a saber:

- Apoio Inicial: R\$ 6.400,00 (duas parcelas de R\$ 3.200,00);
- Fomento: R\$ 3.200,00
- Fomento Mulher: R\$ 3.000,00
- Habitação: R\$ 15.000,00

De todo modo, esses recursos são insuficientes para dar início à produção camponesa. Edificação de residências e aquisição de insumos necessários à produção requerem, evidentemente, muito mais recursos. Além de parques, esses valores constituem-se numa medida isolada.

Os problemas que elencamos são agravados pela convergência de interesses e esforços voltados à elaboração/execução de um projeto de exploração viável – econômica e socialmente – da terra. E é necessário destacar que a suposta associação, que deveria ser um elo de ligação dos assentados em busca de um projeto uníssono, voltado à produção em forma de uma cooperativa ou coletiva é, em verdade, inoperante.

Tal realidade potencializa medidas isoladas, isto é, que buscam tornar viável a produção dos lotes, individualmente – caso de um assentado que contratou o trator da prefeitura para destocar uma pequena parte de seu próprio lote.

Ressaltamos, ainda, a extrema precariedade e/ou ausência de equipamentos públicos no assentamento. Não existem correios, linhas telefônicas, rede de água, transporte público, escolas (nem técnicas, que deveriam ser implantadas para, ao menos, iniciar os jovens nas práticas agrícolas), postos de saúde, áreas de lazer ou quadras esportivas etc. Só existem linhas de ônibus escolares, que atendem parcialmente o Aurora, uma vez que passam por apenas algumas estradas locais.

Além de nossos trabalhos práticos realizados no Aurora, visitamos, também, o Assentamento Federal (PA) 2 de Janeiro, também conhecido em Descalvado como *Horto do Bom Retiro*, no qual estivemos no final da tarde do dia 11 de novembro de 2017.

Diante do que observamos no local, podemos afirmar, legitimados por nossos trabalhos de campo, que as realidades sociais do Aurora e do Bom Retiro são diametralmente opostas. Mesmo considerando que esse último se encontra sobre uma *mancha* de solo fértil (terra roxa), enquanto o Aurora se assenta sobre o arenito, é preciso reconhecer que as

relações sociais de produção do Bom Retiro convergem mais favoravelmente para a criação/recriação do campesinato.

Dito de outro modo: apesar de não termos mais subsídios para sustentar nossa tese, haja vista que o Assentamento Bom Retiro não foi nosso objeto de estudo, é notável que seu estágio de desenvolvimento com vistas a uma efetiva reprodução camponesa é superior ao verificado no Aurora.

Ressaltamos que, no Aurora, observamos atividades estranhas à produção agrária, tais como desmanches de carros velhos e de procedência duvidosa, bares, borracharia, salões de festas, igrejas evangélicas as mais diversas e distribuídas aleatoriamente pelo assentamento, lavadores de caçamba de caminhões etc. Somando-se a isso a realidade socioeconômica dos outros assentados, isto é, daqueles que não se encontram com alguma dessas atividades estranhas ao campesinato dentro do Aurora, famílias que, em sua quase totalidade, vivem dos salários recebidos por trabalhos urbanos ou das aposentadorias de seus membros idosos, podemos afirmar que tal cenário sugere que os desafios para a realização camponesa no Aurora são enormes.

Na perspectiva de Piauí, somente a dor fará essas pessoas que, em sua maioria, tiveram que migrar e que chegaram em Descalvado após muitas andanças, mobilizarem-se em direção a uma práxis condizente com a do camponês propriamente dito, conquanto uma classe social inserida no capitalismo contemporâneo, como nos lembra Oliveira (2007, p. 11):

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações.

Segundo nossa ótica, com base no trabalho de campo realizado, essa realidade resultou exposta nas entrevistas: o retorno do camponês, após incontáveis idas e vindas, à terra. Nesta dissertação, foram evidenciadas inúmeras histórias de famílias que emigraram, isto é, que deixaram seu lugar de origem em busca de um pedaço de terra. Muitos deles percorreram praticamente o país todo até conseguir, finalmente, retornar à terra, “mesmo que distante de sua região de origem” (OLIVEIRA, 2007, p. 11) – caso vivenciado pelo próprio Piauí.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos usados ao longo desse trabalho e nas pesquisas de campo realizadas no assentamento Aurora, buscamos compreender melhor o campesinato e suas relações contraditórias com o capitalismo, no âmbito do processo de mundialização da agricultura brasileira, em curso na região canavieira de Ribeirão Preto.

Pontuamos que as famílias assentadas, regular ou irregularmente aos *olhos* do INCRA, ingressaram na terra por meio do Estado, conquanto “agente distribuidor de terras em projetos de reforma agrária ou de colonização” (OLIVEIRA, 2007, p. 42). Hoje, passados cerca de dez anos da criação do assentamento Aurora, essas famílias se encontram em estágios muito diferentes de organização e nível socioeconômico.

Sugerimos que, apesar de suas diferentes origens culturais e condições socioeconômicas, algo os une e lhes dá identidade. Para nós, a vontade de viver na terra e da terra, em movimento contrário ao processo de mundialização da agricultura – caracterizada, em Descalvado, pela territorialização dos monopólios – constitui-se no amálgama identitário dos camponeses do Aurora.

Apontamos que essa identidade cultural é, segundo nossa compreensão, o fator decisivo e utópico que irá impulsionar a criação/recriação do campesinato no Aurora do futuro. Inspirados pela politização dos trabalhadores rurais gerada pela greve de Guariba, em 1984, acreditamos que um dos caminhos que os assentados poderiam trilhar para fortalecer sua solidariedade dentro do Aurora passa pela conscientização de sua identidade cultural e condição social. A consciência de que a terra é o pressuposto para sua condição social. A posse da terra abriu o caminho para a conscientização dessas pessoas, conquanto integrantes do campesinato, em movimento integrado e, ao mesmo tempo, contrário à lógica capitalista mundializada.

Destacamos, igualmente, que a pesquisa de campo no Aurora colocou em evidência o histórico descaso do governo federal, independente de quem ocupe o cargo de presidente, com a questão fundiária.

Finalmente, alertamos para a necessidade de que estudos similares sejam realizados em outros acampamentos, na mesma região, para que se viabilize uma visão mais ampla, mais abrangente, das questões relativas à criação/recriação do campesinato no Estado de São Paulo, face ao capitalismo e a monopolização territorial promovida pelo setor sucroenergético, isso devido à complexidade do tema abordado nesta dissertação.

REFERÊNCIAS

ATLAS TERRA BRASIL. **Concentrar terra para crescer o capital e a violência**. Belo Horizonte: CEDEFES, 2015. Disponível em: <<http://www.cedefes.org.br/concentrar-terra-para-crescer-o-capital-e-a-violencia/>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

AUBERTIN, C.; PINTON, F. Les paysans: figure emblématique du développement durable? In: AUCLAIR, L.; ASPE C.; BAUDOT, P. (Orgs.). **Le retour des paysans?** à l'heure du développement durable. Aix-en-Provence: IRD-Edisud, 2006, p. 15-29.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – BNDES. Portal de Informações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Brasília: BNDES, s/d. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BINI, D. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto no limiar do século XXI. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 405-418, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo3evol11-2.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2019.

BRAGON, R. MATOSO, C. Ministro da justiça critica índios e diz que terra não enche barriga. **Folha de São Paulo** [Folha Expres, edição eletrônica]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1865209-ministro-da-justica-critica-indios-e-diz-que-terra-nao-enche-barriga.shtml>. Acesso em: 23 mai. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 4504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Brasília: Casa Civil, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 22 mai. 2019.

BRASIL. INCRA. Superintendência Regional em São Paulo. Portaria 35, de 4 de outubro de 2017. **Diário Oficial**, Brasília, 5 de outubro de 2017, Edição 192, Seção 1, p.2. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19338608>. Acesso em 25 mai. 2019.

CAMACHO, R. S. A barbárie moderna do agronegócio *versus* agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais. **Geographos**, Alicante, s/v, s/n, p. 1-29, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/agricultura-camponesa.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. São Paulo: Vozes, 2005. 405 p.

CARTA CAPITAL [Revista Online, edição eletrônica]. Operação Carne Fraca é frágil, mas uma coisa é certa: há corrupção. Carta Capital Editorial, 2017. Disponível em: <<https://cartacapital.com.br/politica/operacao-carne-fraca-e-fragil-mas-uma-coisa-e-certa-ha-corrupcao>>. Acesso em: 23 mai 2019.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A. V. **L'organisation de l'économie paysanne**. Paris: Librairie du Regard, 1990. 344 p.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo** – a propósito da organização dos assalariados rurais na Região de Ribeirão Preto. Campinas: Unicamp, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. [Portal de Notícias Online]. **Assassinatos no campo batem novo recorde**. Brasília: CPT, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

DEAN, W. A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no município de Rio Claro. **Revista de História**, São Paulo, 1870-1920.

ELLIS, F. **Peasant economics: farm households and agrarian development**. Cambridge: The Cambridge University Press, 1988. 309 p.

ESTADO DE SÃO PAULO [Jornal online]. Máquinas esvaziam a capital dos boias-frias. **Estadão Economia**. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,maquinas-esvaziam-a-capital-dos-boias-frias,70001800303>>. Acesso em 28 mai. 2019.

FELICIANO, C. A. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. 2003. 246 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2003. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2003%20Carlos%20Alberto%20Feliciano.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus/Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

FERNANDES, B. M. Dataluta. Dataluta – banco de dados da luta pela terra. Uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 19, v. 2, n. 21. jul/dez. 2005. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/472>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

FERNANDES, B. M. Políticas de assentamentos rurais e luta pela terra do MST. **s/d**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:sKA71u8N74gJ:www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/bernardoengamesaredonda.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

FERREIRA, V. L. S. B.; TEIXEIRA, A. C. H. Os caminhos da luta pela terra: reconstrução histórica do assentamento “PDS Comunidade Agrária 21 de dezembro. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, s/v, n.12, p.291-304, 2009. Disponível em: <<http://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/download/59/50>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

GONÇALVES, C. W. P. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do norte de Minas. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (Orgs.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa – Rede Cerrado, 2000, p.19-45.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e desconstrução da justiça social**. São Paulo: Casa amarela: Paz e Terra, 2004. p.27-64.

GOULART, J. **O comício das reformas – 1964**. Disponível em: <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>>. Acesso em 22 mai. 2019.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **A geografia da cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101436.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **O Brasil desconcentrando terras: o índice de Gini**. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasília, maio de 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Sala da Cidadania. Brasília: INCRA, 2016a. Disponível em: <<http://saladacidadania.incra.gov.br/Beneficiario/ConsultaPublica>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relação dos projetos de assentamentos e seus respectivos lotes com situações de irregulares levantadas preliminarmente**. Brasília: INCRA, 2016b. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/incra-nos-estados/sao-paulo-sr-08/rela-o-de-lotes-ocupados-irregularmente-em-assentamentos-de-s-o-paulo/irregularidades_sp_22_04_2016.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário. Brasília: INCRA, 2017a. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-08_sp_0.pdf>. Acesso em 28 mai. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Titulação**. Brasília: INCRA, 2017b. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/titulacao>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Cartilha de assentamento**. Brasília: INCRA, 2018. Disponível em:
<http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCR A%20e%20o%20Assentamento.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília: INCRA, s/d. Disponível em:
<<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?** São Paulo: ISA, 2016. Disponível em:
<<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria>>. Acesso em 23 mai. 2019.

KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24. n. 68, p. 223-253, 2010. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100017>. Acesso em: 6 jun. 2019.

JUNQUEIRA, C. P. ; STERCHILE, S. P. W.; SHIKIDA, P. F. A. Mudanças no padrão tecnológico do corte de cana-de-açúcar: uma análise do caso paranaense. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em:
<<http://www.sober.org.br/palestra/13/69.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

LOMBARDI, L. M. **O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAGNO, L. **Territorialização, conflitos e construção das identidades no assentamento rural Aurora em Descalvado-SP**. 2011. 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Rurais) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2011%20Lucas%20Magno.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

MAGNO, L. DOULA, S. M. (Re)construindo identidades sociais: o caso dos “trabalhadores rurais sem terra” em Descalvado-SP. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 14, n. 48, p. 152-170, Dez. 2013. Disponível em
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/19607/14314>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004, p. 145-158.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, J. de S. **O cativo da Terra**. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARTINS, J. de S. Barriga de Índio, barriga de ministro. Valor Econômico [Portal Online, edição eletrônica]. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cBraultura/4911912/barriga-de-indio-barriga-de-ministro>>. Acesso em: 23 maio 2019.

MENDRAS, H. **Les sociétés paysannes**: éléments pour une théorie de la paysannerie. Paris: Armand Colin, 1976. 281 p.

MENDRAS, H. **L'invention de la paysannerie in Revue Française de Sociologie**. Paris: Armand Colin, 2000, p. 41-43; 539-552.

MOREIRA, R. **O que é geografia**. 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

MOVIMENTO SEM TERRA – MST [Portal de notícias online]. **O golpe contra a democracia se traduz em conflitos no campo**. São Paulo: MST, 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/04/24/o-golpe-contra-a-democracia-se-traduz-em-conflitos-no-campo-declara-cpt.html>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

MULATINHO, H. V. **Palma**: a construção de uma comunidade utópica (1924-1970). 290. F. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1982.

O CORTE – 30 anos da greve de Guariba. Produzido por Centro Universitário Mauá e EPTV. Ribeirão Preto: EPTV Globo, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FYUfU9FDguw>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999. Inserir p.63-110

OLIVEIRA, A. U. Bárbarie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, Ano 19, v. 21, n. 21, p. 113-156. Jul/dez. 2003.

OLIVEIRA, A. U. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. In: **Revista Sem Terra**, São Paulo, Ano VI, s/v, n.24, p. 13-18, mai/jun. 2004. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=6974>> Acesso em: 23 mai. 2019.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH-USP/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Política Agrária do governo Lula valorizou o agronegócio**. Brasil de Fato [Portal de Notícias e Radioagência Online]. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/politica-agraria-do-governo-lula-valorizou-o-agronegocio>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA, 12, 2012, Bogotá. **Actas...** Bogotá: Universidad de Bogotá, 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

OLIVEIRA, A. U. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. **Caderno de Conflitos no campo**: Brasil 2015, Goiânia, s/v, s/n, p. 28-42, abr. 2016a. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016b.

ONOFRE, G. R. & SUZUKI, J. C. Reflexões sobre a Reforma Agrária no Brasil. **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**, pp. 1013-1034. São Paulo, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942. p. 130-167.

PRADO JÚNIOR, C. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: _____. **A Revolução**. A questão agrária no Brasil. Companhia das Letras, 2014. Publicado originalmente na Revista Brasiliense, São Paulo, 1960, número 28, mar/abr. p. 291-355.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRESTES, A. L. Os Comunistas e a Constituinte de 1946. **Estudos Iberoamericanos**, São Paulo, v. XXXII, n. 2, p. 171-186, dez. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1362/1067>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A. **Inventariança**. Disponível em: <<https://www.rffsa.gov.br>>. Acesso em 31 mai. 2019.

ROVELLI, H. El modelo macrista (para no imitar). In: **Carta Maior** [Edição eletrônica]. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/El-modelo-macrista-para-no-imitar-/7/42853>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

RUSCHEL, R. No campo, estamos de volta à barbárie. In: **Carta Capital** [Edição eletrônica]. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/de-volta-a-barbarie/>>. Acesso em: 24 mai 2019.

SABOURIN, E. P. **Será que existem camponeses no Brasil?** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SÃO PAULO [Estado]. **Lei nº 11.241**, de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. São Paulo: ALESP, 2002. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11241-19.09.2002.html>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

SOUZA, S. T. Luta pela terra e reprodução camponesa no sudoeste da Bahia. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FFLCH USP, 2009. p. 1-27. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Souza_ST.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2019.

VIEIRA, M. C. A. **Setor Sucroalcooleiro Brasileiro**: Evolução e Perspectivas. Brasília: BNDES, 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/07.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, GT 17. **Processos sociais agrários**, Caxambu: ANPOCS, 1996. 17 p.

ANEXO 1 – Regularização da Comunidade Aurora

REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
COMARCA DE DESCALVADO - ESTADO DE SÃO PAULO

Claudio Romantini
OFICIAL

OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS DE DESCALVADO - SP
CNPJ: 51.322.873/0001-51
RUA CONSELHEIRO ANTONIO PRADO - 708 - Fone: (019) 3583-2799
CLAUDIO ROMANTINI - OFICIAL

C E R T I D ã O - Nº.: 21.391

**CLAUDIO ROMANTINI OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS
E ANEXOS.**

CERTIFICA, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os Livros desta Serventia, deles, no 3-M, de Transcrição das Transmissões às fls.099, consta a **TRANSCRIÇÃO nº 750**, feita em 23 de abril de 1.936, pela qual **COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO**, sociedade anônima, com sede na Capital de São Paulo, **ADQUIRIU** a José Cassio de Macedo Soares e sua mulher Maria do Carmo Platt de Macedo Soares, a **TÍTULO DE COMPRA**, conforme Escritura pública de 20 de março de 1.936, lavrada nas notas do 9º Tabelião da Capital de São Paulo, pelo preço de Rs. 100:000\$000 (cem contos de reis).- **IMÓVEL:- UMA GLEBA DE TERRAS**, com a área de duzentos e cinquenta alqueires, constituída de cerrados e cerradões, destacada da propriedade denominada "Fazenda Bella Aliança", deste município, gleba essa que fica entre a Estação do Pântano e a Estação de Aurora, marginando a linha férrea da Companhia Adquirente, desde a casa de conserva nas proximidades do quilômetro dez do Ramal Ferreo até as primeiras invernadas da Fazenda Bella Aliança, um pouco além do quilômetro treze; dividindo, à partir da referida casa de conserva, com as Fazendas: Monte Olympo, São Miguel, Santa Maria e Bella Aliança, sendo que a descrita gleba de terras é atravessada entre os quilômetros dez e onze pela Estrada de Rodagem de Descalvado a São Carlos; havido dito imóvel conforme a Transcrição sob nº 744, deste Registro.-

CERTIFICA mais que às fls. 090, do Livro 3-P, consta a Transcrição sob nº 1.934, feita em 09 de agosto de 1.944, pela qual **COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**, sociedade anônima, com sede na Capital de São Paulo, **ADQUIRIU** a Companhia Paulista de Estradas de ferro, sociedade anônima, com sede na Capital de São Paulo, a **TÍTULO DE COMPRA**, conforme Escritura pública de 18 de setembro de 1.942, lavrada nas notas do 9º Tabelião interino da Capital de São Paulo, pelo preço de Cr\$ 9.597,60 (nove mil, quinhentos e noventa e sete cruzeiros e sessenta centavos).- **IMÓVEL:- UMA GLEBA DE TERRAS**, no Laranjal do HORTO FLORESTAL, que é parte da antiga gleba destacada da Fazenda Bela Aliança, deste município, gleba essa com a área de vinte e dois alqueires e vinte centésimos ou sejam 53,724 hectares, dentro das seguintes divisas: Partindo de um marco, que está cravado à beira da linha C.P.E.F. Descalvado Aurora litola de 0,60 metros, segue pela cerca da C.P. até encontrar outra cerca, que faz divisa com a fazenda Monte Olimpo; daí virando à direita, segue pela mesma cerca com o rumo NE 82° 00' e na distância de 608,00 metros até um marco; daí virando à direita, segue pela cerca com rumo S.O. 25° 00' e na distância de 73,50 metros até outro marco; daí virando à esquerda, segue por uma cerca com rumo S.E. 59° 00' e na distância de 672,50 metros até o marco; daí virando à direita, segue por uma cerca com rumo SE 28° 00' e na distância de 93,00 metros até o marco; nestes últimos três percursos confrontando com terras da Fazenda São Miguel; daí virando à direita segue pelo rumo SO 79° 34' e na distância de 1.110,00 metros até o ponto de partida, confrontando com o Horto Florestal da Companhia Paulista; havido

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>
- Automação de sistemas - www.ocian.com.br -----Página 1 de 2-

Rua Conselheiro Antônio Prado, 708 - Centro - Descalvado/SP - CEP: 13690-000
Fone/Fax: (19) 3583-2799 - cartorioromantini@gmail.com

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Descalvado - SP

11440-5-AA 063967

dito imóvel conforme a Transcrição nº 750, retro certificada.-

CERTIFICA mais que em frente a Transcrição nº 750, consta a Averbação nº 01, do seguinte teor:
 “AV.01 – Descalvado, 14 de maio de 1.987. A requerimento de 12 de maio de 1.987, da **FEPASA – FERROVIA PAULISTA S.A. C.G.C. (MF) nº 60.500.998/0001-15**, com sede em São Paulo Capital, à Praça Julio Prestes nº 148, Campos Elíseos, assinado pelo engenheiro Florestal, Dr. Rubens Antonio Trevisan, CREA nº 053.744/D e arquivado com documentos, é feita a presente averbação para constar que a requerente, como proprietária de uma gleba de terras com a área de 540,70 hectares, denominada “**HORTO DE AURORA**”, localizada neste município e comarca e tendo em vista o que dispõe o item IV do artigo 53 da Instrução Normativa nº 001/80, de atendimento ao que determina a Lei nº 4.771/65 (código Florestal) arts. 16 e 44, foi instituída a cláusula de perpetuidade da área da Reserva Florestal Obrigatória existente numa área de 109,15 hectares, não inferior a 20% do total da propriedade, compreendida nos limites indicados na planta e perfeitamente delimitado, ficando gravada para utilização limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração, a não ser mediante autorização do IBDF. Arquivados em Cartório, com o requerimento, um termo de Responsabilidade de Preservação Florestal, um memorial Descritivo da área; memorial Descritivo da área 3 de Preservação e da área 4, e 1 mapa do imóvel ‘**HORTO FLORESTAL AURORA**’. Descalvado, 14 de maio de 1.987.- A Escrevente Habilitada, (a.) Marta Suely Bortoletto de Falco.- O Oficial, (a.) Hilário da Silva Passos.-

CERTIFICA mais e finalmente, que dos Livros deste Registro verificou não constar outros atos em frente a Transcrição nº 750, a não ser os já certificados.

O referido é verdade e da fé.

DESCALVADO, 20 de maio de 2019.

CLAUDIO ROMANTINI
 OFICIAL DELEGADO

1144053C30E000003115819Q

CUSTAS

OFICIAL	ESTADO	Sec. Faz.	REG CIVIL	T JUSTICA	M.P.*	I.M.**	TOTAL
R\$ 31,68	R\$ 9,00	R\$ 6,16	R\$ 1,67	R\$ 2,17	R\$ 1,52	R\$ 0,63	R\$ 52,83

COTA RECOLHIDA POR VERBA CONFORME GUIA.

* Ministério Público
 ** Imposto municipal

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>
 - Automação de sistemas - www.ocian.com.br - Página 2 de 2-

“QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO”

ANEXO 2 – Lista de Beneficiários INCRA (2016)

CPF	Nome do Beneficiário	CPF do Cônjuge	Nome do Cônjuge	Data da Homologação no PNRA	Número do Lote	Situação
977.***.***.***	CARMINHO LOPES MARTINS			11/11/2008	08	Assentado
125.***.***.***	CARLOS JOSE DE OLIVEIRA			19/09/2009	09	Assentado
115.***.***.***	CARLOS ALBERTO SIMOES					
	257.***.***.***	MARIA DE FATIMA G. PEREIRA		11/11/2008	47	Assentado
072.***.***.***	BENEDITA FERREIRA DE ALMEIDA			11/11/2008	53	Assentado
097.***.***.***	ARMELINDA PEREIRA TRISTÃO DA CRUZ					
	032.***.***.***	ODAIR ANTONIO DA CRUZ		11/11/2008		Desistente
321.***.***.***	ARIANE BERNARDES SIQUEIRA					
	299.***.***.***	EDENESIO REGINALDO PULTZ		31/12/2010	81	Assentado
115.***.***.***	ANTÔNIO ROGÉRIO PIRES DE OLIVEIRA			11/11/2008	S/N	Desistente
306.***.***.***	ALESSANDRA APARECIDA DOS SANTOS					
	123.***.***.***	JOÃO FÁBIO PINHEIRO		11/11/2008	68	Assentado
930.***.***.***	ALCIDES CARLOS DA SILVA			19/09/2009	27	Assentado
300.***.***.***	ALBERTO PEREIRA TRISTÃO			11/11/2008		Desistente
275.***.***.***	ALBERTO ALVES DE SOUZA					
	294.***.***.***	SHEILA APARECIDA MARQUESIN		11/11/2008	44	Assentado
550.***.***.***	AGNEL RAMALHO COSTA			11/11/2008	35	Assentado
228.***.***.***	ANA PAULA DOS SANTOS SILVA					
	106.***.***.***	OZAIR COUTINHO DA SILVA		19/09/2009	28	Assentado
216.***.***.***	ANA MARIA DOS SANTOS			11/11/2008		Eliminado
204.***.***.***	ALICE PRUDÊNCIO DA SILVA SANTOS					
	190.***.***.***	JOSÉ CHAVES DOS SANTOS		11/11/2008		Eliminado
109.***.***.***	ADRIANA LEITE DA SILVA					
	102.***.***.***	GILBERTO GONÇALVES PEREIRA		11/11/2008	18	Assentado
338.***.***.***	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS					
	261.***.***.***	ALESSANDRO ROBERTO GRNDMAN		11/11/2008		Desistente
325.***.***.***	CLAUDINA FERREIRA DE ALMEIDA					
	261.***.***.***	CLAUDIONOR DOS SANTOS PEREIRA		11/11/2008	55	Assentado
247.***.***.***	CLAUDINEIA APARECIDA MOLLO					
	259.***.***.***	ALEX LUIZ FONSECA MOLLO		04/09/2010	69	Assentado
109.***.***.***	CLAUDIO MAX SARAIVA					
	071.***.***.***	VIRGINIA MARIA LIANI		04/09/2010	46	Assentado
260.***.***.***	CLEIDE DE LURDES ROCHA BORGES					
	111.***.***.***	DAVID BARBOSA DOS SANTOS		11/11/2008	46	Desistente
019.***.***.***	CLEONICE DE MEDEIROS SOUZA					
	442.***.***.***	IVANILDO SALUSTIANO DE SOUZA		11/11/2008	33	Assentado
098.***.***.***	CLEONICE PEREIRA DA SILVA DOS SANTOS			11/11/2008	59	Assentado
036.***.***.***	CLEONICE RIBEIRO DE SOUZA					
	148.***.***.***	FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA DE LIMA JUNIOR		11/11/2008		Desistente
109.***.***.***	DALVA APARECIDA MELO LOPES					
	930.***.***.***	BENEDITO APARECIDO LOPES		11/11/2008		Desistente
925.***.***.***	DÉBORA TIMÓTHEO DO AMARAL			11/11/2008		Desistente
115.***.***.***	DIRCE DA SILVA FONTES					
	269.***.***.***	JOSÉ OLÍMPIO DA COSTA		19/09/2009	25	Assentado
175.***.***.***	DORCELINA RODRIGUES DA SILVA			11/11/2008		Desistente
308.***.***.***	DORGIVAL BEZO DA SILVA			11/11/2008		Desistente
724.***.***.***	EDINA APARECIDA BORGES FERREIRA			02/06/2010	45	Assentado
160.***.***.***	EDNEI AUGUSTO FONSECA			11/11/2008		Desistente
317.***.***.***	ELAINE CRISTINA DA SILVA SOARES					
	342.***.***.***	CLAUDIO ROBERTO ASANDRE		19/09/2009	17	Assentado
139.***.***.***	ELIDIO ALVES DOS SANTOS					
	191.***.***.***	JANDIRA SOARES MIRANDA SANTOS		11/11/2008	20	Assentado
398.***.***.***	FRANCISCA PEREIRA DA SILVA DOS SANTOS					
	343.***.***.***	EURIPEDES SOARES DOS SANTOS		19/09/2009	29	Transferido
186.***.***.***	GEORGINA DE OLIVEIRA MARCONDES					
	990.***.***.***	ANTONIO LUIZ MARCONDES		19/09/2009	32	Assentado
822.***.***.***	GILBERTO BORGES			11/11/2008	67	Desistente
378.***.***.***	GIOVANI MARQUES OLIVEIRA			05/07/2011		Desistente
095.***.***.***	IDALINA RODRIGUES DA ROCHA					
	115.***.***.***	GONÇALO DA ROCHA		11/11/2008	14	Assentado
204.***.***.***	ILSE CLARA DE OLIVEIRA					
	035.***.***.***	ABILIO HENRIQUE DE OLIVEIRA		19/09/2009	62	Assentado
027.***.***.***	IRENE PEREIRA DA CRUZ BORGES					
	284.***.***.***	SEBASTIÃO MARIO BORGES		31/12/2010	22	Assentado
151.***.***.***	IRVALINO FERREIRA DA SILVA			11/11/2008		Desistente
273.***.***.***	JACI BARBOSA SILVA			11/11/2008		Desistente
369.***.***.***	JACKSON JONAS JUSTIMIANO			19/09/2009	49	Assentado
141.***.***.***	JANICE GONÇALVES DE ALMEIDA DOS SANTOS					

	093.***.***_**	VALDOMIRO DONIZETE DOS SANTOS	11/11/2008	30	Assentado
280.***.***_**	JAEQUELINE DOS SANTOS				
	249.***.***_**	ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS	19/09/2009	48	Assentado
371.***.***_**	JESSICA APARECIDA BORGES LOURENÇO				
	343.***.***_**	WILLIA MIRIM DE SOUZA	19/09/2009		Desistente
821.***.***_**	JOANA CLARA FERRI PINHEIRO		11/11/2008		Desistente
862.***.***_**	JOÃO BATISTA PEREIRA DOS SANTOS		19/09/2009	51	Assentado
016.***.***_**	JOÃO FERNANDO PULTZ		19/09/2009	26	Assentado
018.***.***_**	JOÃO MARTINS DE OLIVEIRA				
	315.***.***_**	EDNA PEREIRA TRISTAO DE OLIVEIRA	11/11/2008	04	Assentado
145.***.***_**	JOAQUIM BENEDITO RANGEL FILHO		11/11/2008		Desistente
039.***.***_**	JOSE ALVES FILHO		31/12/2010	50	Assentado
555.***.***_**	JOSE JUNIOR DE OLIVEIRA		19/09/2009	79	Desistente
370.***.***_**	JOSÉ NORBERTO FILHO		11/11/2008		Desistente
208.***.***_**	JOSÉ PIRES GONÇALVES				
	256.***.***_**	NEUZA MARINS GONÇALVES	11/11/2008	40	Assentado
729.***.***_**	JOSÉ SEVERINO DA SILVA		01/06/2010	15	Assentado
167.***.***_**	JOSÉ VALDEREZ DE OLIVEIRA				
	026.***.***_**	EDNA JESUS DOS SANTOS COSTA	11/11/2008	19	Assentado
108.***.***_**	JOSÉ VICENTE MENDES DE ALMEIDA		11/11/2008		Desistente
025.***.***_**	JOSEFA LUCIENE DOS SANTOS				
	720.***.***_**	REGINALDO SOARES BORBA	11/11/2008	70	Assentado
346.***.***_**	JOSELAINE DO NASCIMENTO				
	307.***.***_**	ORLANDO RODRIGUES DOS SANTOS	11/11/2008	36	Assentado
418.***.***_**	JOVELINA DA SILVA COELHO		19/09/2009	13	Assentado
309.***.***_**	JUVINO DIZIDÉRIO		11/11/2008		Desistente
368.***.***_**	KELEN FERNANDA APARECIDA MINERVINO				
	276.***.***_**	CARLOS ALBERTO BORGES	31/12/2010		Desistente
087.***.***_**	LAEL AZAMBUJA		19/09/2009	07	Falecido
168.***.***_**	LAURINDA PONTES DOURADO				
	803.***.***_**	FERNANDO DOURADO	11/11/2008	64	Assentado
266.***.***_**	LEONILDA DOS SANTOS KATCHANOSKY				
	115.***.***_**	ODILO SEBASTIÃO PROCOPIO DOS SANTOS	11/11/2008	52	Assentado
192.***.***_**	LEONILDE BLESSA MARINS				
	666.***.***_**	ANTONIO BENEDITO MARINS	11/11/2008	58	Assentado
296.***.***_**	LOURIVALDO PEREIRA DOS SANTOS				
	006.***.***_**	MARCIA RODRIGUES DA SILVA	19/09/2009	65	Assentado
027.***.***_**	LUZIA RODRIGUES DE LIMA				
	109.***.***_**	JOÃO SANTINO DOS SANTOS	15/10/2009	34	Transferido
297.***.***_**	MARCELO OLIVEIRA CARVALHO		07/04/2010	75	Assentado
186.***.***_**	MARCOLINA TERTA DOS SANTOS		19/09/2009	54	Assentado
095.***.***_**	MARIA ALESSANDRA DA ROCHA				
	068.***.***_**	DORIVAL MARINO	11/11/2008		Desistente
743.***.***_**	MARIA APARECIDA LONGO				
	027.***.***_**	ANTONIO MARCOS REDONDO	19/09/2009	16	Assentado
264.***.***_**	MARIA APARECIDA LOURENÇO BORGES				
	027.***.***_**	GABRIEL BORGES	19/09/2009	66	Assentado
164.***.***_**	MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS				
	402.***.***_**	ALEXANDRE APARECIDO PEREIRA	11/11/2008	76	Assentado
016.***.***_**	MARIA APARECIDA PERIPATO				
	027.***.***_**	ADEWAL BARBOSA ALVES	19/09/2009	57	Desistente
315.***.***_**	MARIA AUGUSTA DOS SANTOS ZEFERINO				
	298.***.***_**	PAULO ZEFERINO	19/09/2009	43	Assentado
348.***.***_**	MARIA BETANIA DA SILVA		19/09/2009	72	Assentado
010.***.***_**	MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA				
	132.***.***_**	JOSE MARIA DA SILVA	19/09/2009	74	Assentado
252.***.***_**	MARIA DE LOURDES ZUTION				
	042.***.***_**	OSVALDO LOURENÇO	11/11/2008	80	Assentado
027.***.***_**	MARIA DO CARMO CARDOSO MINERVINO				
	055.***.***_**	ISRAEL APARECIDO MINERVINO	19/09/2009	01	Assentado
255.***.***_**	MARIA DO Ó DE SOUZA PEREIRA		11/11/2008		Desistente
308.***.***_**	MARIA ELZA DE JESUS		19/09/2009	10	Falecido
641.***.***_**	MARIA HELENA DA SILVA				
	478.***.***_**	CÍCERO BENEDITO DA SILVA	11/11/2008	71	Assentado
115.***.***_**	MARIA ISABEL GOMES				
	027.***.***_**	ADALTO FERREIRA GOMES	11/11/2008	11	Assentado
101.***.***_**	MARIA LECY COIMBRA				
	980.***.***_**	ADELICIO BATISTA COIMBRA	11/11/2008	06	Assentado
306.***.***_**	MARIA MADALENA MARIANO				
	115.***.***_**	DONIZETE FERREIRA GOMES	19/09/2009	03	Assentado
353.***.***_**	MARIA PEREIRA TRISTÃO		17/12/2010	07	Assentado
168.***.***_**	MARIA RITA DE LIMA CARDOSO				
	027.***.***_**	JOSE DOS PASSOS GOMES CARDOSO	19/09/2009	24	Desistente

177.***.***.***	MARISTERE SOUZA SANTOS				
010.***.***.***	LUIZ VIEIRA DOS SANTOS	11/08/2011	67	Assentado	
168.***.***.***	MARLENE PONTES DOURADO	11/11/2008		Desistente	
275.***.***.***	MARLI PONTES DOURADO	11/11/2008	39	Assentado	
604.***.***.***	NEDIR ASSIS DE OLIVEIRA SARAIVA				
248.***.***.***	JOSÉ GOMES SARAIVA	11/11/2008	38	Assentado	
123.***.***.***	NEUSA DA SILVA FONTES	11/11/2008	02	Assentado	
149.***.***.***	ODIRLEI BENEDITO DOMINGUES				
248.***.***.***	LENICE DE MEDEIROS	11/11/2008		Desistente	
246.***.***.***	OLINDA RODRIGUES BELMIRO				
029.***.***.***	BENEDITO BELMIRO	11/11/2008	21	Assentado	
981.***.***.***	OSMARIO AUGUSTO LOURENÇO	05/07/2011		Desistente	
302.***.***.***	PATRICIA ARROYO	19/09/2009	22	Desistente	
377.***.***.***	PATRICIA BARBOSA DE JESUS				
401.***.***.***	ANDSON SARAIVA DE SOUZA	12/02/2015	10	Assentado	
253.***.***.***	PATRICIA MAZARO				
109.***.***.***	VANDERLEI LEOPOLDINO ALVES	19/09/2009	12	Assentado	
332.***.***.***	RENATA PEREIRA DOS SANTOS				
306.***.***.***	JAIME KATCHANOSKI	11/11/2008	56	Assentado	
086.***.***.***	SAMUEL PERUCIO DE SOUZA	11/11/2008		Desistente	
168.***.***.***	SANDRA APARECIDA DA COSTA				
160.***.***.***	JOSÉ CARLOS BARBOSA	11/11/2008	60	Assentado	
091.***.***.***	SAULO PERUCIO DE SOUZA	11/11/2008		Desistente	
246.***.***.***	SHIRLEI MARTINS GONÇALVES				
139.***.***.***	ELISEU BORGES JAIME	11/11/2008		Desistente	
935.***.***.***	SIDNEY KLEYDISON CARVALHO E SILVA	04/09/2010	37	Assentado	
099.***.***.***	SILVIA APARECIDA CARDOSO MACHADO	11/11/2008		Desistente	
175.***.***.***	SILVIA HELENA DOS SANTOS				
323.***.***.***	DIEGO DE ALMEIDA	28/07/2018	29	Assentado	
400.***.***.***	SUELI LOPES DOS SANTOS	11/11/2008		Desistente	
110.***.***.***	SUSILAINE CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA				
177.***.***.***	JOSE ANTONIO LOPES FERREIRA	11/11/2008	05	Assentado	
368.***.***.***	TANIA CRISTINA DOS SANTOS				
122.***.***.***	ADELMO PIRES	31/12/2010	19	Assentado	
036.***.***.***	TANIA MARIA DA CONCEIÇÃO				
955.***.***.***	EDMILSON DA SILVA	11/11/2008	77	Assentado	
040.***.***.***	TEREZINHA APARECIDA RODRIGUES				
059.***.***.***	CLAUDINEY APARECIDO DOS SANTOS	11/11/2008		Desistente	
392.***.***.***	THAIS MARA ALVARES MACHADO ZALAF				
326.***.***.***	RAFAEL EDMAR BORGES LOURENÇO	11/11/2008		Desistente	
160.***.***.***	VALDECIR DOS SANTOS				
271.***.***.***	ROSEMARY MORAIS DIAS	11/11/2008	31	Assentado	
187.***.***.***	VALQUIRIA BRITO SANTOS SILVA				
270.***.***.***	GENIVALDO CRUZ SILVA	11/11/2008		Desistente	
281.***.***.***	VANDERLEI PEREIRA DOS SANTOS	11/11/2008		Desistente	
350.***.***.***	VANESSA DOS SANTOS				
260.***.***.***	AGNALDO LIMA FERREIRA	31/12/2010		Assentado	
380.***.***.***	VIVIAN TRISTÃO DA CRUZ	19/09/2009	23	Assentado	
168.***.***.***	VIVIANI FONSECA	19/09/2009	42	Assentado	
154.***.***.***	ZENAIDE BARBOSA DE LIMA				
963.***.***.***	WALDEMAR DE LIMA	31/12/2010	24	Assentado	